

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
ELZA MARIANA RODRIGUES FURTADO DE MENDONÇA

O Partido Comunista de Pernambuco (1922-1926):

Organização e Resistência

RECIFE

2016

Elza Mariana Rodrigues Furtado de Mendonça

O Partido Comunista de Pernambuco (1922-1926):

Organização e Resistência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Christine Paulette Yves Rufino Dabat.

Recife

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

M539p Mendonça, Elza Rodrigues Furtado de.
O Partido Comunista de Pernambuco (1922-1926) : organização e resistência / Elza Rodrigues Furtado de Mendonça. – 2016.
198 f. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2016.
Inclui Referências.

1. História. 2. Partidos políticos – História. 3. Pernambuco – Partido Comunista. – História. I. Dabat, Christine Paulette Yves Rufino (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2017-027)



Elza Mariana Rodrigues Furtado de Mendonça

**“O Partido Comunista de Pernambuco (1922-1926):
Organização e Resistência”**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **24/08/2016**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Daniel Alvares Rodrigues
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

Dedico este trabalho a Manoel Humberto Furtado de Mendonça, porque antes de ser meu pai, foi grande incentivador das visões mais humanas de sociedade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao CNPQ pela concessão de bolsa para que realizasse este trabalho. Esse agradecimento não é meramente protocolar, incide como forma de protesto para que mais estudantes tenham oportunidade de aprofundar-se intelectualmente nas mais variadas temáticas, sendo incentivados pelo Estado, que pela função social deve cumprir papel central na educação. Neste sentido, deve-se lembrar, nenhum direito a menos.

Com muito carinho, agradeço a banca que irá ler este trabalho. Minha orientadora, Christine Dabat, que pacientemente me ajudou a construir essa dissertação. Obrigada pela disponibilidade e pelas orientações. Levarei para a vida, certa de que tenho muito a aprimorar. À professora Socorro Abreu, com quem tinha uma trajetória anterior, e que de fato me introduziu nesses primeiros passos da leitura marxista acadêmica. Agradeço, também, a Tiago Bernardon de Oliveira. Conhecia Tiago apenas pela dissertação e tese, nos vimos apenas uma vez. Mas, nesse pouco tempo, conseguiu me passar uma imagem de construtor do conhecimento, não monopolizador. Agradeço pela disponibilidade e indicações.

Aos colegas que encontrei pelo caminho do mestrado, com os quais aprendi muito ao longo de todos os debates. A diversidade de temáticas nos leva a estar sempre atentos às novidades relacionadas ao trabalho do outro. Sendo assim, nos tornamos historiadores melhores. E aos meus amigos, que nada tem a ver com História, mas me proporcionaram suporte necessário para prosseguir nesse caminho, compreendendo minhas ausências e valorizando o meu esforço.

Por último, não posso deixar de agradecer a minha família, aqueles que cotidianamente convivem e procuram ajudar da forma que podem. Destinaram-me o amor e cuidado, ao mesmo tempo em que, me impulsionaram em busca dos meus objetivos. Personalizo o agradecimento, mais uma vez, em nome do meu pai Manoel Humberto Furtado de Mendonça.

Resumo

Este trabalho refere-se ao período de fundação e desenvolvimento do Partido Comunista, especificamente em Pernambuco, entre os anos de 1922-1926. Na esteira dessa discussão estão as transformações políticas e econômicas próprias da nascente República, no Brasil. Destaca-se o Nordeste como local privilegiado na concepção de formação de classe. A troca de experiências e as desigualdades econômicas ressaltam isto, paralelamente, o Partido Comunista do Brasil foi um dos primeiros a ter viabilidade nacional. Em contrapartida, a ilegalidade e perseguição política estiveram presentes nesses primeiros momentos. O universo de concepções teóricas abria novas perspectivas para o entendimento do proletariado.

Palavras-chave: Partido Comunista. Pernambuco . Nordeste. República

Abstract

This work is about foundation and development of the Communist Party of Pernambuco, between 1922-1926. In these discussions are the economic and political changes of the nascent Republic, in the Brazil. The Northeast was important as privileged place in construction of classes. The exchange of experience and the economic inequalities highlight this point. Communist Party was the first to have national viability. On the other hand, lawlessness and political persecution had been present, in those first moments. The universe of theoretical conceptions included news perspectives for workers.

Key- words: Communist Party. Pernambuco. Northeast. Republic

Sumário

INTRODUÇÃO	8
I. Sobreposições do Moderno	25
A linguagem como instrumento político.....	25
O Palco Político.....	33
A Faculdade de Direito do Recife	33
Ideias em movimento.....	37
Classe.....	43
O Nordeste e o Brasil.....	43
Formação da classe operária.....	48
Consciência de classe	55
O Estado	59
Visão Gramsciana	59
Marxismo na América Latina.....	63
II. O operariado pernambucano: primeiros desafios.....	72
Das associações beneficentes à Federação Operária Pernambucana	72
A greve de 1917	75
A greve de 1919	81
O Partido Anarquista Comunista.....	88
A Batalha nos jornais.....	94
Por dentro dos sindicatos	98
A década de 1920 em Pernambuco	103
Aspectos políticos	103
A carestia de vida.....	109
Os acidentes de trabalho	113
Greve na fábrica de Caxias e Laffayette.....	117
III. Construindo novas frentes de luta: O Partido Comunista do Brasil.....	121
Memórias de revolucionários: Os impasses de anarquistas e comunistas	121
Os primeiros núcleos.....	125
Da Política.....	129
A III Internacional no Brasil.....	129
Teses acerca do movimento revolucionário nos países coloniais e semi coloniais	132
Caio Prado: uma nova interpretação da Revolução Brasileira.....	133
O Congresso de 1922.....	134

A expulsão de Canellas	139
O Partido Comunista do Brasil e a CSCB	144
O Bureau Latino Americano	146
O II congresso do PCB.....	147
Indicações biográficas	152
Da teoria	159
Agrarismo e industrialismo	159
“Guerra de classe. Por toda parte e sempre”	162
“Ou se faz educação, ou não se fará revolução”	169
Da ação	174
A conspiração da Rua Velha	174
A Juventude Comunista	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS.....	188

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do Partido Comunista de Pernambuco durante o período de 1922-1926. A década de 1920 trouxe uma gama de mudanças na forma de organização política e nos direcionamentos intelectuais, refletindo nas relações sociais entre as classes em processo de construção. Durante este período fervilharam as mais distintas ideias, nem todas ligadas diretamente à valorização do trabalhador. O cenário era muito complexo, teorias políticas e sociais coabitam de forma muitas vezes pacífica, já em outras ocasiões, o choque era inevitável.

Não fazia pouco tempo o sistema político havia sido modificado da monarquia para a república. Notava-se pouca renovação dos quadros parlamentares. Por conta do poderio econômico, as mesmas famílias dominavam a prerrogativa popular, nas casas de representação em âmbito legislativo. O executivo continuava a cumprir o papel de delimitador dos anseios e patrulha das organizações sociais mais progressistas. Em resumo, as aparências podiam até apontar para renovação de quadros, porém, as demandas mais urgentes da população eram sempre proteladas.

A escravidão, um dos últimos baluartes de sustentação do antigo regime, deixara marcas profundas nos espaços de trabalho, cultura, e também, exemplos de resistência. A questão negra, traduzida, sobretudo, no desafio de superação da mestiçagem, foi incorporada, ela mesma, como indicativo fundamental do potencial brasileiro de desenvolvimento. Para o antropólogo Igor Kopytoff “a escravidão não deve ser definida como um status, mas sim como um processo de transformação de status que pode prolongar-se uma vida inteira e inclusive estender-se para as gerações seguintes.”¹ Da mesma forma que ocorria com a condição de escravo², muitos trabalhadores libertos procuraram por muitos anos e gerações desligar-se desta marca social.

Os efeitos de todo este tempo de escravização é um propulsor social de conflitos. Ainda que existisse, por parte das esferas governamentais, tentativas de

¹ Kopytoff, Igor. "Slavery". Annual Review of Anthropology, vol.11, 1982, pp. 221-22.

² Uso esse termo de acordo com a visão de quem estava dentro do sistema.

controlar esse ímpeto, seja através de medidas reformistas a longo prazo, ou mais comum, pela utilização da repressão policial a todas as formas de manifestação. Ressaltar esse ponto é fundamental, uma vez que, boa parte dos recém-libertos vão engrossar as fileiras dos que sem emprego, e tendo sua atividade de sustento perseguida, se direcionaram às fábricas nas grandes cidades.

Essa redefinição dos espaços públicos e o impulso migratório do campo para a cidade gerou bastante saudosismo. Os apelos às antigas acepções de prestígio continuaram presentes no dia a dia do cidadão. Por outro lado, as marcas econômicas e sociais perpetuavam-se sob a aparente preocupação com os ideais de progresso e civilização. O próprio termo cidadão é uma tentativa de alcançar os questionamentos dos daquela época. A cidadania é, para nós hoje, uma certidão de nossos direitos e deveres, mesmo que possa muitas vezes representar apenas um conceito. No entanto, para trabalhadores que tiveram os seus direitos cerceados, de protesto, de obtenção do mínimo necessário à sobrevivência, era o primeiro degrau a ser alcançado.

Esta era uma opção. A outra era a adesão, verdadeiramente raciocinada, aos princípios daquelas teorias políticas. No caso dos trabalhadores, principalmente o anarquismo e o comunismo. Embora este trabalho aproxime-se mais do segundo grupo, vale ressaltar que a existência de uma determinação, como a de conquistar mais direitos políticos, e, portanto, sociais, não refreava a outra, de aderir a uma concepção revolucionária de análise do Brasil. A grande questão é não reduzir uma intenção a outra.

A movimentação revolucionária teve o seu papel. Aliás, era o motor de tudo isto. Afinal, as notícias de uma próspera Revolução Russa, em seus primeiros momentos, elevou os trabalhadores brasileiros a um estado de vibração e contentamento. O anarquismo, com o peso político preponderante na história brasileira, para eles, havia vencido na Rússia. E venceu. Todavia a intensa burocratização da máquina russa, a perseguição, condenação e morte de anarquistas, propiciaram um clima de instabilidade entre os que aqui estavam.

Toda a década de 1910 fora movimentada por protestos e greves em várias cidades do país. Marcaram esse cenário, de uma forma mais homogênea, as grandes greves de 1917 e 1919. Os trabalhadores, o nascente proletariado, mostraria o seu peso político. Ao mesmo tempo, os trabalhadores estrangeiros

contribuíam com a experiência de luta. É importante não desmerecer a grande resistência dos antigos escravos, e agora, uma parte, trabalhador fabril ou do campo. É sabido que também resistiram de forma incessante à escravidão, seja por meio de estratégias individuais e/ou coletivas. Quando se coloca o exemplo do estrangeiro é para ressaltar que estavam mais habituados aos instrumentos de combate a este tipo de sistema. Já haviam passado por esse mesmo processo, portanto, podendo identificar essa realidade como mais clareza.

Com a abolição da escravidão, uma parte dos recém libertos, decidiu migrar para as cidades. Os que para lá se foram, empregavam-se nas fábricas ou desenvolviam atividades autônomas. Logo apareceram leis para higienizar o espaço ocupado por eles e aos poucos foram empurrados para os bairros operários. Primeiramente vadios, depois desordeiros. A república precisava disciplinar o bom trabalhador, afinal, o desenvolvimento da nação deles dependia. O consenso social é que representavam um problema para o país por conta da mestiçagem, em muitos casos. Porém, ao passo que eram considerados indignos da convivência social, prestavam o importante serviço de erguer as principais obras, sintomas dos melhores ideais civilizatórios.

A civilização compreendia uma concepção cuja principal motivação era o progresso. O sintoma do progresso era a multiplicação das obras, a vida urbana reordenada em alguns cantos do mapa, e a necessidade de atingir patamares de desenvolvimento próximos aos dos estrangeiros. No entanto, a aparência sempre seria externa ao sistema, visibilidade pelo concreto, pelos bons modos e uma educação requintada, mas nunca em função de uma reordenação de valores e relações de classe.

Da mesma forma que compreendiam uma série de preceitos de classe, traduzidos na relação que tinham com os trabalhadores, na etiqueta, nos ambientes que frequentavam. Esses senhores se contrapunham também pelo que negavam. Nesse sentido, era a negação de uma relação de trabalho sadia, pautada na divisão mais justa do que arrecadavam e que marginalizava os comportamentos sociais e culturais do proletariado. Tudo isso levou a um estado de suspeição policial.

Paralelamente, ao introduzir o trabalho estrangeiro no país, acrescentaram mais um fator de desestabilização. Em primeiro lugar, é preciso fazer uma ressalva especial para a motivação de branqueamento da população, mesmo não sendo

abordada de maneira direta neste trabalho, me parece fundamental perceber isto. Como em outros fatores, pode-se compreender a imagem de uma disputa por trabalho entre os estrangeiros e brasileiros, esta é a mensagem que o governo brasileiro quer passar. Mas ainda não é suficiente para entendermos. De fato, um dos problemas mais sérios no período pós abolição é também a falta de habilidade para lidar com a sofisticação modernizante da produção.

Isto não tem a ver com a capacidade de um ou de outro, mas necessariamente significa dizer que os brasileiros não foram treinados de forma adequada para sobressair-se do conservadorismo, inclusive produtivo, de alguns senhores. Por isto que, lhes parece, em primeiro momento, que o estrangeiro desejava roubar o seu posto de trabalho. Não se pode negar também o empenho da imprensa em ratificar essas posições, difundindo um nacionalismo pouco crítico e baseado no melhor interesse dos países estrangeiros.

Se por um lado os estrangeiros imigrantes que vinham trabalhar eram submetidos a situações similares a dos brasileiros, as empresas prestadoras de serviço que as grandes potências destinavam ao Brasil, revelavam a incapacidade para gerir os preços e qualidades dos serviços. Essa incapacidade não era falta de competência no sentido mais amplo, mas identificava a própria falta trato econômico com o país. A população, a mais afetada com as consequências de uma relação desigual de comércio e produção, em específico, os trabalhadores fabris e do campo, demonstravam insatisfação com o quadro.

Essa relação incentivava por parte dos jornais uma reação contrária aos imigrantes no país. Isto porque, era muito comum a associação entre o cidadão estrangeiro e as empresas de fora, mesmo que as nacionalidades de um e de outro não fossem necessariamente compatíveis. Vale lembrar que, o país passava por um momento de incessante busca de uma identidade nacional. E o advento da república, com a sua posterior problemática, revela a intenção de estabelecer elos entre as classes em formação no Brasil. Quanto menos identificação de povo existisse, maior era a chance de um processo revolucionário se suceder. A nacionalidade reforçada daria, principalmente aos trabalhadores, a sensação de que todos estavam sempre a lutar pela melhor saída, em nome do país.

A nacionalidade, com seus ritos, encarnara na república o tipo de governabilidade adequada para esse novo momento histórico. A transição de um

modelo de governo para outro se desenrolou de cima para baixo, respeitando o espaço seguro e burocrático que uma mudança dessas poderia acarretar ao país. Fez acompanhar-se numa remodelação dos sistemas de trabalho. Da escravidão para o trabalho livre. A situação social dos trabalhadores não sofreu lá grandes modificações.

Neste trabalho, existe uma ênfase maior sobre os trabalhadores das cidades, o espaço público, suas agruras e lutas. Visto que este foi um espaço privilegiado de representação do momento histórico proposto. Se houve um deslocamento efetivo nesse cenário, a cidade era o florescer de todos eles. Faço lembrar, contudo, que isto não significa uma migração total do campo para as cidades. Muitos trabalhadores, por motivos bastantes diversos, acabaram permanecendo nos campos e casarões nos quais trabalhavam. Poderiam ter motivos sentimentais, mas pode-se dizer que o apego ao antigo senhor não é um deles.

Existe em determinadas ocasiões uma romantização da escravidão no Brasil. Tal qual Gilberto Freyre, tendências historiográficas dão conta de um abrandamento da escravidão, pautadas por um sentimento de ligação entre classes. Devo frisar que, o apego se dava sobretudo a terra e ao ambiente comum construído ao longo de anos. O processo de abolição da escravidão no país não forneceu alternativas para os recém libertos. Para os mais jovens a migração era uma opção, outros, já cansados de uma longa jornada, preferiram continuar em seus espaços. Muitos outros não conseguem acessar essa possibilidade e também mantem-se no campo.

É importante frisar esta questão. Ao passo que a cidade reflete um conjunto de práticas inteiramente novos sob o ponto de vista estético, artísticos, e de manifestação. O campo revela de forma direta o elo de comunicação sempre posto: o autoritarismo. Agora reforçado por essa transição de mentalidade público-política. Em tempo, neste trabalho não pretende hierarquizar os espaços, categorizando como atrasados ou avançados. A bem da verdade coloca-se em relevo a hierarquização própria da época, que, como em outros casos durante a sucessiva história do país, não servira senão para modernizar as formas de exploração.

A grande preocupação da época era fazer-se sentirem as transformações da forma menos impactante o quanto fosse possível, nem sempre com sucesso. Embora com outros códigos, as lutas anteriores dos trabalhadores os faziam entender que as experiências são intercambiáveis. E, entre eles mesmos,

independentemente de função anterior ou nacionalidade foram se organizando. Ao mesmo tempo, os políticos inteirados das teorias políticas do século XIX compreendiam o proletariado, no sentido marxiano do termo, como o elo chave do século XX.

Contudo, não alcançavam esse novo conceito plenamente. Os proprietários, em sua maior parte a representação política que o Brasil tinha, não abririam mão de suas contendas para supostamente beneficiar outra classe. Isto em nenhum momento fez parte do interesse deles. Porém, não é à toa que multiplicaram-se as tentativas de fundar um partido voltado para os trabalhadores.³

No entanto, esses partidos não serviriam para dar espaço de representação aos mesmos, e sim aos políticos, que, se aproveitariam deste capital político para fazer prosperar os seus negócios e dismantelar as novas formas de organização.

Nenhum desses partidos prosperaram. As indicações regionais já eram um fator de desestabilização por si mesmo. Era preciso unificar os discursos em torno de um só objetivo. Fosse esse partido dos proprietários e classes mais abastadas, fosse dos trabalhadores, as prerrogativas regionais não cabiam mais na retórica republicana. É verdade que existiam, mas não poderiam ser elevadas a categoria de problemática. Isso é fruto do momento histórico brasileiro, a identidade deveria se suceder até na formalidade política.

No entanto, as primeiras formas de organização do proletariado foram às associações. A princípio, estariam destinadas a resolver questões pontuais, problemas cotidianos que o Estado não correspondia nos setores de atenção mais básica. Com o passar do tempo, por meio das próprias experiências, os trabalhadores caminharam para as reivindicações por meio dos sindicatos. Marx via nos sindicatos uma espécie de escola do comunismo⁴

³ Leandro Konder ressaltou a tentativa do tenente José Augusto Vinhaes, ainda em 1890, de fundar um partido de trabalhadores. Outra tentativa se sucedeu com Aderson Ferraz no Ceará. KONDER, Leandro. A derrota da dialética: A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 1930. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.109.

⁴ É importante considerar que a via sindical se deu inicialmente no Brasil em função do anarco-sindicalismo e das vias de sindicalismo reformista. No entanto, como o trabalho versa sobre o Partido Comunista, achei fundamental ressaltar a opinião de Marx a este respeito. Porém, no segundo capítulo as versões de sindicalismo apresentadas são mais esmiuçadas.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Sindicalismo. Tradução de José Roberto Marinho – São Paulo: CHED, 1980, p. 9.

“O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos tem por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo do seu valor.”⁵

Em decorrência dos diferentes ritmos e graus de desenvolvimento das relações capitalistas de produção nas diversas regiões do planeta, da sobrevivência de relações sociais não modernas e suas correspondentes práticas culturais, da maior ou menor influência de ideologias conservadoras, autoritárias, liberais, reformistas e revolucionárias na classe operária, diferentes concepções de sindicalismo se formaram ao longo da história do capitalismo.

Marx não chegou a desenvolver uma teoria específica para os sindicatos, a produção sobre a organização sindical está inserida na totalidade de sua obra. Por conta disso, as suas elaborações sobre sindicatos só fazem sentido se forem compreendidas como parte de sua teoria da sociedade capitalista, sendo esse um dos elementos que impulsionam a superação. Ou seja, dentro do sistema de etapas que se trata aqui, especialmente no terceiro capítulo, existe também um adquirir de consciência que pode ser incentivado pela participação nos sindicatos.⁶

Por outro lado, não se deve reduzir o papel dos sindicatos a mera figuração dentro do pensamento marxiano. Sendo assim, não era apenas uma forma de reunir trabalhadores com pensamentos similares sobre a exploração, as demandas do trabalho ou reivindicações grevistas. Existia um encaminhamento de conscientização dos trabalhadores, fossem eles sindicalizados ou não.

“Além de sua função imediata de reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe

⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Sindicalismo. Tradução de José Roberto Marinho – São Paulo: CHED, 1980, p. 9.

⁶ Esse é um dos caminhos para as categorias de etapismo propostas aos países em desenvolvimento. Assim como a educação proletária, com alfabetização e reconhecimento desses signos de exploração, principalmente entre os mais jovens, existe também uma concepção de que o sindicato poderia ser o caminho para a superação dessa etapas, pelo menos de um estágio a outro. No entanto, observa-se que apesar de tudo, esse foi um meio bastante difundido entre os anarquistas. A fórmula funcionou melhor com eles. Não necessariamente em função de uma falta de base sindical comunista, porém, o marxismo leninismo ressaltava muito mais o papel do partido como vanguarda revolucionária.

operária, com vistas à sua radical emancipação. Devem ajudar todo o movimento social e político de igual tendência.”⁷

Os sindicalistas lutam primordialmente por um direito imediato que não é reconhecido, porém podem aproveitar sua experiência para enriquecer-se no que tange a consciência da exploração, e conseqüentemente, as estratégias de luta internacionais, também. Por essa razão, Marx e Engels insistiram na necessidade de ampliar os objetivos da luta operária empreendida por meio desse tipo de organização, incorporando a meta da superação do trabalho assalariado, portanto, alienado.⁸

Lênin, no livro *O que fazer?* (1902), expõe que é preciso superar o economicismo e direcionar o proletariado para a conquista do poder político, ou seja, para o Estado. Acreditava na função da vanguarda revolucionária e por isso dividia os revolucionários profissionais da organização dos operários. Segundo ele, a organização dos operários era em primeiro lugar sindical, por sindical deve-se entender que buscam obter conquistas imediatas.

Já os revolucionários profissionais representavam as pessoas cuja profissão tinha por base a atividade política, principalmente através dos partidos. Da perspectiva de Lênin caberia ao partido capitanear e organização todos os movimentos, inclusive o sindical. Os revolucionários do partido deveriam ir aos trabalhadores como teórico e propagandistas da ideia revolucionária.

De qualquer modo, Lênin reconhecia a importância dos sindicatos na conquista e sustentação do poder operário. Esse reconhecimento se baseava no poder educativo dessa forma de organização, acreditava serem verdadeiras escolas do comunismo. Todas as tarefas que atribuía ao sindicato se resumiam em auxiliar a vanguarda instalada na direção do estado para a condução dos trabalhadores (operários e camponeses) rumo à sociedade comunista. No desenrolar de sua missão, as organizações sindicais deveriam manter relação indissolúvel com as massas. O seu afastamento colocaria em risco o partido e êxito do próprio processo de construção do comunismo.

⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. Tradução de José Roberto Marinho – São Paulo: CHED, 1980, p. 9.

⁸ A crescente especialização do capitalismo fez com que os trabalhadores não se reconhecessem mais nos produtos que produziam. Parte daquele mesmo estoque é vendido sem que dificilmente um operário possa comprá-lo.

“[...] por todos os meios, educar os operários filiados aos sindicatos no espírito de ampla compreensão da luta de classes e das tarefas socialistas do proletariado, a fim de conquistar realmente, com sua atividade, o papel dirigente nos referidos sindicatos; e, por último, para que estes sindicatos possam, em determinadas condições, aderir diretamente ao partido, mas sem excluir deles, de modo algum, os seus filiados que não militam no partido.”⁹

Acerca das organizações operárias e da consciência de classe, Marx acreditava que a consciência se forma no embate entre as classes, não sendo, importada de outros segmentos. Já Lênin, postulava que tanto a consciência quanto a libertação do proletariado seria fruto da ação de um grupo externo à própria classe.

No Brasil, os sindicatos despontaram mais em função do sindicalismo revolucionário. Como disse anteriormente, essa categoria esteve mais alinhada com os métodos e práticas anarquistas. As concepções teóricas dos sindicalistas revolucionários se afastavam um pouco da aceção ortodoxa e/ou reformista do marxismo, bem como do próprio pensamento marxiano. Postulavam que a revolução socialista consistia não na conquista do poder estatal pelo proletariado, mas na abolição do Estado.

Os sindicalistas revolucionários diferiam também nas posições quanto a organização da classe operária, eles refutavam a visão do sindicato como elo de ligação entre o partido e as massas, visto que consideravam o sindicato o único vetor essencialmente de classe, ou seja, só os sindicatos poderiam defender os interesses específicos do proletariado. Os Partidos Socialistas eram colocados como elementos externos à classe operária, devido à composição social não homogênea e pelo fato de por vezes não ser dirigido diretamente pelos proletários.

Os anarquistas, com o sindicalismo revolucionário, e o apoio dos imigrantes na difusão de táticas e estratégia, conseguiram estabelecer uma ligação bastante prospera com os trabalhadores. Muitos deles já acostumados com as nuances de relação entre Estado e proletário. É de organização dos anarquistas as grandes greves de 1917 e 1919. Essas não foram às únicas ocasiões em que conseguiram obter êxito na liderança de movimentos. No entanto, chama-se atenção para esses

⁹ LÊNIN, Vladimir Ilitch. Sobre os sindicatos. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 194-195.

dois eventos por terem marcado a história do sindicalismo operário em muitos estados simultaneamente. Foi quase uma reação em cadeia que empoderou os trabalhadores, e ao mesmo tempo, demonstrara que era possível obter organizar-se.

Com a Revolução Russa, em 1917, os mesmos anarquistas que foram as ruas, acreditaram na vitória do anarquismo russo. De fato, não havia espaço para dúvida. Aquele momento que influenciara efusivamente as manifestações no Brasil, a partir do 1917, agora estava conseguindo se consolidar como o primeiro governo de trabalhadores. Todas as correspondências eram ressaltadas e detalhadamente analisadas. O que aquele movimento tinha a contribuir com o Brasil?

A vitória dos russos forneceu a visualização de um futuro similar. A Rússia que recentemente abolira a servidão, em 1914, com um grande número de trabalhadores no campo, passava a autoconfiança para o trabalhador brasileiro, engajado nos sindicatos, que era possível superar as contradições do país e caminhar. A organização dos soviets proporcionava, até então, um exemplo de organização horizontal, sendo possível conciliar conjuntamente as divergências que naturalmente pudessem surgir no seio revolucionário.

No entanto, as correntes políticas contrárias ao grupo hegemônico, no sentido de poder impositivo, passaram a serem perseguidas como inimigos políticos do movimento. Essa situação de instabilidade e perseguições se alastrou pelo resto do país. Um dos principais símbolos é a Revolta de Kronstadt.¹⁰ Essa movimentação contou com o apoio, inclusive, de grande parte dos camponeses e trabalhadores urbanos. A partir deste momento, as perseguições ficaram mais sérias.

No Brasil, os anarquistas que haviam tentado fundar um Partido Anarquista Comunista, no intuito de apoiar a Revolução Russa se viram sem ação. Paralelamente, grupos comunistas eram fundados nas cidades, com o objetivo de estudar os escritos de Karl Marx. As escolhas aos poucos iam se delimitando, e a perspectiva de um partido comunista, foi sendo concretizada. Os grupos se sucediam por São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Juiz de Fora e Recife.

Em Pernambuco, na década de 1910, foram diversas às manifestações de insatisfação com a ordem estabelecida, seja a partir da criação da Federação Operária Pernambucana (1914) por José Elias, estivador e militante, da greve de 1917, da criação do semanário *Tribuna do Povo* por Bernardo Antônio Canellas

¹⁰ Ver AVRICH, Paul. Kronstadt. Princeton University Press, 1970.

(1918), sucedido por *A hora Social* (1919). Além do Centro de Estudos Sociais (1919) idealizado por Cristiano Cordeiro. Enfim, mesmo antes da década de 1920, os efeitos da modernização e urbanização sem planejamento já se faziam sentir pelos pernambucanos.

As mobilizações voltam a ocorrer na década de 1920, uma década de movimentações e transformações importantes para o estado, quais sejam: a fundação do Partido Comunista (1922), o tenentismo, o movimento regionalista e as reformas modernizantes de Sérgio Loreto (1922-1926). As mudanças por ele executadas vão mais longe do que o concreto, uma vez que redefinem também a ocupação do espaço urbano, hierarquizando locais, modificando costumes.

O governador em questão promoveu a reforma do Porto, abertura de grandes avenidas, reforma da Escola Normal, criação do Departamento de Assistência e Saúde. O departamento de Saúde foi um das marcas de seu governo, a pasta era administrada pelo genro Amaury de Medeiros, o qual levou a frente parte da política higienista do governo, cientificamente gabaritada pelos recentes estudos nas áreas da saúde e criminologia. O governo de Sérgio Loreto não vai ser analisado durante o trabalho, visto que as ações que promove são muito similares às políticas comandadas pelos governadores dos outros estados, e mesmo, do ponto de vista do governo federal.

Essa movimentação contou com o apoio, inclusive, de grande parte dos camponeses e trabalhadores urbanos. A partir deste momento, as perseguições ficaram mais sérias.

No Brasil, os anarquistas que haviam tentado fundar um Partido Anarquista Comunista, no intuito de apoiar a Revolução Russa se viram sem ação. Paralelamente, grupos comunistas eram fundados nas cidades, com o objetivo de estudar os escritos de Karl Marx. As escolhas aos poucos iam se delimitando, e a perspectiva de um partido comunista, foi sendo concretizada. Os grupos se sucediam por São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Juiz de Fora e Recife.

Em Pernambuco, na década de 1910, foram diversas às manifestações de insatisfação com a ordem estabelecida, seja a partir da criação da Federação Operária Pernambucana (1914) por José Elias, estivador e militante, da greve de 1917, da criação do semanário *Tribuna do Povo* por Bernardo Antônio Canellas (1918), sucedido por *A hora Social* (1919). Além do Centro de Estudos Sociais

(1919) idealizado por Cristiano Cordeiro. Enfim, mesmo antes da década de 1920, os efeitos da modernização e urbanização sem planejamento já se faziam sentir pelos pernambucanos.

As mobilizações voltam a ocorrer na década de 1920, uma década de movimentações e transformações importantes para o estado, quais sejam: a fundação do Partido Comunista (1922), o tenentismo, o movimento regionalista e as reformas modernizantes de Sérgio Loreto (1922-1926). As mudanças por ele executadas vão mais longe do que o concreto, uma vez que redefinem também a ocupação do espaço urbano, hierarquizando locais, modificando costumes.

O governador em questão promoveu a reforma do Porto, abertura de grandes avenidas, reforma da Escola Normal, criação do Departamento de Assistência e Saúde. O departamento de Saúde foi um das marcas de seu governo, a pasta era administrada pelo genro Amaury de Medeiros, o qual levou a frente parte da política higienista do governo, cientificamente gabaritada pelos recentes estudos nas áreas da saúde e criminologia. O governo de Sérgio Loreto não vai ser analisado durante o trabalho, visto que as ações que promove são muito similares às políticas comandadas pelos governadores dos outros estados, e mesmo, do ponto de vista do governo federal.¹¹

O etapismo estimulado pelo Komitern estipulava que nos países com baixo desenvolvimento do capitalismo deveria existir um aprofundamento das contradições internas, de onde se daria uma transição da revolução burguesa para a socialista. Essas condições são tomadas com base no marxismo leninismo. Lenin acreditava que para a burguesia russa era mais vantajoso que as transformações num sentido democrático e burguês ocorressem mais lentamente, mais gradualmente, pelas vias de reforma e não de revolução, mantendo conciliações com a uma modernização reacionária. Entendendo que para o proletariado seria mais vantajoso que isso acontecesse por meio de uma revolução burguesa. É desse pensamento que se consagra a tese de Lênin, de que nos países menos desenvolvidos, uma revolução burguesa, deveria se concretizar plenamente antes de uma possível revolução socialista.

¹¹ Ver o terceiro capítulo.

“A revolução burguesa exprime as necessidades do desenvolvimento do capitalismo, não só não destruindo as suas bases, mas, pelo contrário, alargando-as e aprofundando-as. Esta revolução exprime, portanto, não apenas os interesses da classe operária, mas também os de toda a burguesia. Uma vez que a dominação da burguesia sobre a classe operária é inevitável sob o capitalismo, pode-se dizer com todo o direito que a revolução burguesa exprime os interesses não tanto do proletariado como da burguesia. Mas é completamente absurda a idéia de que a revolução burguesa não exprime em nenhuma medida os interesses do proletariado.”¹²

Tal formulação pelo Komintern estabelecia uma revolução por etapas, classificando os países por seu desenvolvimento histórico, agrupando-os em blocos, a saber, países de alto desenvolvimento, médio desenvolvimento e países coloniais e semicoloniais. De acordo com tais teses, nesse terceiro bloco a luta deveria concentrar forças contra o feudalismo instalado nesses países, e pelo desenvolvimento agrário antiimperialista, em outras palavras, a luta estava diretamente articulada com a nossa de independência nacional. Talvez por isto, tenham ocorrido tantos desentendimentos em torno da criação de um projeto nacional. Era um momento de fácil interlocução com a ideia do nacionalismo, o que difere totalmente de um projeto nacional.

Com base no entendimento Komintern, avaliavam que o Brasil necessitava desenvolver suas potencialidades capitalistas, para no futuro ser seguro o processo revolucionário. Esse envolvimento do partido com as massas citadinas causou um afastamento dos trabalhadores do campo que pode ter sido prejudicial no desenrolar dos anos.¹³ Esse esforço de compreensão e construção de uma identidade é comum a toda América Latina no período de modernização dos anos 1920. Os intelectuais desses países procuraram suas raízes históricas e analisaram as duas faces da modernização, bem como buscaram nas suas tradições os apontamentos para a adoção de políticas nacionais desenvolvimentistas que incluíssem o proletariado. Uma dessas tentativas de compreensão é o Partido Comunista.

¹² LENIN, V. I. Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. In Obras Escolhidas, Vol.1. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p.405-6.

¹³ Vale ressaltar que as articulações para a fundação de um Bloco Operário e Camponês começam ao longo do 1925. No entanto, se firma mesmo a partir de 1927. O dialogo com as populações do campo passaram a ser prioridade, pelo menos no sentido de estabelecimento de um elo entre eles. Alguns intelectuais, como Rodolfo Coutinho (ver 3º capítulo) consideravam a existência de uma disparidade revolucionária entre o campo e a cidade. Não se deve esquecer o contexto histórico no qual escreve.

Em Pernambuco, tem-se a oportunidade de observar a tradição de movimentos sociais ligados às massas marginalizadas do sistema é anterior à própria constituição do Partido Comunista. No estado, e a ambivalência entre o antigo e o moderno se faz ainda mais forte por conta da herança sucroalcooleira, já que os valores de dominação e controle da realidade socioeconômica são transplantados para a cidade, excluindo mais uma vez as médias e pequenas camadas.

O governo de Sérgio Loreto (1922-1926) é o símbolo dessa modernização excludente no estado de Pernambuco, suas reformas visavam, sobretudo, a manutenção dessa simbiose entre o Pernambuco moderno e o antigo, inviabilizando projetos de inclusão das classes menos abastadas, inclusive no que diz respeito ao direito de manifestação.

A existência de uma historiografia mais voltada para o protagonismo do operariado é recente. Paulo Sérgio Pinheiro teve o mérito de lançar as primeiras hipóteses sobre o papel da classe operária e das esquerdas na crise dos anos 20. Em uma de suas obras mais conhecidas, “Política e Trabalho no Brasil (dos anos 1920 aos 1930)”, Pinheiro observa que o discurso da classe operária é a chave do entendimento da transição da História do Brasil no século XX.

Para o autor, a historiografia não foi capaz de perceber esse fato ou porque negava a existência social da classe operária nascente ou porque tentou estudá-la isoladamente, como se o seu papel nesse desenvolvimento se tratasse de algo intrigante ou fruto de uma excrescência sem explicação. Isso se devia a forma como a Historiografia e a Ciência Política brasileira costumavam trabalhar esses temas, privilegiando, muitas vezes, o discurso político das classes dominantes em detrimento das articulações globais que devem marcar o processo histórico.

Existe uma vasta literatura sobre o Partido Comunista, principalmente no que tange aos períodos próximos a Ditadura Militar. A partir de 1945, o partido vem crescendo a ponto de se tornar um dos principais vetores da cena política no Brasil. A adesão ao nacional desenvolvimentismo fica cada vez mais evidente. Por isso é de extrema relevância compreender que as sementes do futuro já estavam sendo gestadas desde a década de 1920. Os períodos históricos trazem novas concepções, mas a organização de um partido depende e muito daquilo que lhe foi escolhido como prioridade em seus primeiros momentos

É necessário que se esclareça, no entanto, que Paulo Sérgio Pinheiro ao falar de classe operária, fala de um processo de construção de classe. Nesse período, muito mais significativo do que esperar uma postura de classe, é descobrir, tal qual faz Thompson em seu trabalho sobre a formação da classe operária na Inglaterra *The making of English Work Class* (1963), a importância do compartilhamento de experiências de luta, a transformação de uma consciência de exploração para consciência de classe. Isso não tem efeitos mecânicos sobre a mentalidade do trabalhador, através dessa rede de compartilhamento de experiências de luta, a transformação de uma consciência de exploração para consciência de classe. Isso não tem efeitos mecânicos sobre a mentalidade do trabalhador, através dessa rede de compartilhamentos desenvolveu-se gradualmente.

As fontes utilizadas são basicamente jornais, principalmente “*A província*”, “*O jornal do Recife*” e o “*Jornal pequeno*” por motivos mesmo de disponibilidade de acesso. Segundo Manoel de Souza Barros¹⁴ jornalista comunista que viveu nesse período, esses jornais faziam parte do grupo dos jornais de grande circulação. Não chegam a ser jornais proletários. Gilberto Freyre chegou a escrever durante algum tempo em *A província*.

O jornalista também dá destaque à ligeira abertura de *A Província* e do *Jornal do Recife* as ideias abolicionistas, bem como, discretamente aberto para teorias socialistas reformistas.¹⁵ Em outros momentos, também são utilizados documentos da ALEPE (Assembleia Legislativa de Pernambuco). No terceiro capítulo, o relatório de viagem de Antônio Canellas em sua forma digitalizada,¹⁶ e também, as cartas de Rodolfo Coutinho para Astrojildo Pereira,¹⁷ bem como textos de Cristiano Cordeiro para a revista *Movimento Comunista*, reunidos em *Memória e História*.¹⁸ Durante o primeiro capítulo é possível perceber porque a imprensa operária, com grande destaque no período anarquista, teve uma refração durante a década de 1920. Se tratava, sobretudo, de uma rígida lei de imprensa (1923), acoplada a Lei Adolfo Gordo de 1907.

¹⁴ SOUZA BARROS, Manoel. A década de 1920 em Pernambuco. Rio de Janeiro: 1972, p. 177.

¹⁵ IDEM, p.189.

¹⁶ <<https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/20819/txu-oclc-45870016.pdf?sequence=2&isAllowed=y>> Acesso em 06/07/2016, às 20h.

¹⁷ *Memória e História*: vol 1. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

¹⁸ *Memória e História*, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

No primeiro capítulo, Sobreposições do Moderno, serão indicadas as consequências das ações políticas e sociais, fruto da modificação do sistema de governo e do modo de produção. Tem espaço uma reflexão sobre os dilemas que a intelectualidade passava e os posicionamentos subsequentes sejam na maneira como se organizavam ou na apropriação dos espaços sociais. Neste mesmo sentido, é apreciada uma reflexão paralela sobre embasada em estudos de Friedrich Engels e Edward Thompson. Os dois entendiam a classe como construção. Nessa estrutura existem 3 grandes subdivisões: Sociedade, Política e Classe, articuladas em torno de autores marxianos.

No segundo capítulo, O Operariado Pernambucano: primeiros desafios, é abordada a perspectiva das grandes greves de 1917 e 1919, no estado e fora dele, bem como, esmiuçando como se deu a transição das organizações de assistência mútua para o crescimento dos sindicatos. Desta forma, também se refere às principais tendências de ação a partir deste instrumento. Os impasses que englobam anarquistas e comunistas tem destaque, na medida em que o desenrolar desses acontecimentos resulta na divisão do movimento operário, a partir de escolhas que vão influenciar diretamente na fundação do Partido Comunista do Brasil.

Por fim, o terceiro capítulo, Construindo Novas Frentes de Luta: O Partido Comunista do Brasil engloba uma série de questões de caráter internacional que teriam contribuído para a organização do partido na forma pela qual se estruturou. Nessa perspectiva, vale ressaltar, as 21 condições de adesão ao Komintern, os congressos do partido em 1922 e 1925, e o episódio da expulsão de Antônio Bernardo Canellas que é um divisor na forma como os comunistas fazem à auto representação de seus objetivos.

No tocante ao estado de Pernambuco, e portanto, o tema desta dissertação O Partido Comunista de Pernambuco: organização e resistência (1922-1926) quero fazer algumas observações. Um dos pontos é a ligação entre a formação de uma liderança como Joaquim Pimenta, socialista reformista e a construção de um comunismo que com o passar do tempo já não lhe comporta. As maiores representações do comunismo em Pernambuco são Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho, os mesmos aos quais me referi no processo de fundação do Centro de Estudos Sociais, em 1919, um embrião do partido comunista no estado. Além dos eventos que já destaquei em função do Partido Comunista do Brasil, dou relevo a

alguns específicos em Pernambuco. É o caso da greve das cigarreiras da Fábrica de Caxias e Laffayette apoiadas pelo jornal de circulação comunista no Brasil, A Classe Operária e da Conspiração da Rua Velha, levante do tenente Cleto Campelo, que teve participação direta de Cristiano Cordeiro e alguns outros comunistas, como Manoel de Souza Barros, já citado aqui.

No plano teórico, as cartas e textos de Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho abrem uma série de temas. Tanto relacionados à Pernambuco, em um dado momento se fala até de criar um novo centro comunista em Nazaré da Mata, como nas posturas revolucionárias que os dois sustentavam. Enquanto Cristiano Cordeiro foi um político acima de tudo, Rodolfo Coutinho investira no aprimoramento intelectual. O primeiro era mais voltado para as temáticas cidadinas. Já o segundo, tinha um apreço natural pelas questões do campo, da reforma agrária. É claro que essas duas figuras não esgotam a magnitude e potencialidade do que foi o Partido Comunista de Pernambuco, mas é a partir delas, e principalmente de Cristiano Cordeiro, muito envolvido em todas as questões do estado, que se constrói o acesso às teorias e táticas possíveis de serem aplicadas.

I. Sobreposições do Moderno

A linguagem como instrumento político

Durante o império e o início da república, até as leis de cerceamento da imprensa proletária, como a Lei da Imprensa (1923)¹⁹, existia uma preponderância muito grande de jornais proletários. Pode-se dizer que, durante o século XIX, foi um das principais formas de conscientização. Escreviam sobre si e sobre os de fora, desta forma, alguns intelectuais brasileiros foram se aproximando mais desta realidade, repercutindo, então, nos jornais burgueses. A princípio, viam tudo com bastante curiosidade. Com o passar do tempo, perceberam que não se tratava de mais um movimento sobre o qual deveriam se inteirar e escrever, era também, um sintoma de insatisfação expresso nas ruas, desde as primeiras grandes greves.

A lei da imprensa já chegou em um outro momento. Paulatinamente os centros de greve foram se espalhando por todo o país. Quanto maior a exposição dessas reivindicações, maior era o espaço nos jornais. As leituras nem sempre eram favoráveis aos grevistas. No entanto, um certo descontentamento com a República e com a situação de carestia de vida incentivavam o apelo popular. Os jornais se preocupavam em difundir além da indignação pública frente aos preços dos alimentos básicos, a falta de estrutura da cidade, um tom nacionalista na exposição. O sentimento nacionalista até existia, porém foi alimentado diretamente pelos órgãos de imprensa, que culpavam o trabalhador estrangeiro ou as empresas de fora pela situação do país.

As empresas estrangeiras conduziam o Brasil à lógica do capitalismo, o mesmo ao qual a incipiente burguesia nacional tentava se adaptar. As posições é que não eram as mesmas, uma vez que o país era mais um território a ser economicamente conquistado, extraindo-se as matérias primas, produzindo com mão de obra mais barata. Se os trabalhadores que aqui estavam eram colocados

¹⁹ Essa lei era mais um desenvolvimento da Lei Adolfo Gordo, que vinha desde 1907. A perseguição, principalmente aos anarquistas, começou cedo. Uma das punições mais severas era o exílio. Mas também estava incluída a probabilidade de sequer deixar os estrangeiros entrarem no Brasil, se existisse alguma situação que lhes descreditasse da oportunidade. Fez-se nitidamente uma barreira de proteção, os políticos brasileiros identificavam nos estrangeiros, a fagulha que o movimento social precisava no país, e por isto mesmo, impunham duras penas. < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html> > Acesso em 28/05/2016, às 12:42.

sob o mesmo regime de exploração, não é razoável associar-lhes aos pretextos monopolizadores de seus países.

De um lado, existia a agonia dos trabalhadores que atribuíam à escassez de seus recursos a concorrência estrangeira. De outro, os agente da imprensa e do governo, que, ora por motivos similares, ora por motivos diferentes, incentivavam a discussão. A perseguição na forma da lei só vem estereotipar o debate que difusamente estava posto na sociedade. A lei de imprensa acirra esses ânimos, distribuindo punições até para quem cedesse a oficina. Todos que participassem do processo estavam passíveis a lei, não importava a nacionalidade ou se não foram responsáveis pela escrita e supervisão das matérias. Conforme a lei:

“1º, o autor, sendo pessoa idonea, em condições de responder pecuniariamente pelas multas e despesas judiciais, e residente no país, salvo tratando-se de reprodução feita sem o seu consentimento, caso em que responderá quem a tiver feito; 2º, o editor, se se verificarem a seu respeito as mesmas condições exigidas em relação ao autor, e este não for conhecido, ou não as reunir; 3º. o dono da oficina ou estabelecimento, onde se tiver feito a publicação; e, na sua falta ou ausência do país, quem o estiver representando, desde que se não verifique o disposto em os números anteriores; 4º, os vendedores ou distribuidores, quando não constar quais sejam ou autores ou editores, nem a oficina onde tiver sido feita a impressão.”²⁰

Essa lei chegou para modificar completamente a dinâmica da imprensa operária no país. Não significa que tenha sido exaurida, mas as punições acarretavam ônus que muitas vezes os redatores não podiam cumprir. A locação dos espaços também passou a ser um grave problema, pois ninguém queria se responsabilizar por uma possível batida da polícia. A pior pena era o exílio. Alguns até tentavam voltar, contudo, a vigilância da polícia política não oficializada brasileira era bastante eficiente.

O Jornal do Recife fornece um exemplo:

²⁰ Lei da Imprensa (1923). < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>>. Acesso em 28/05/2016, às 14:22h.

“Devem ser apresentados hoje, ao júri federal afim de serem julgados, pelo crime de desobediência às nossas leis de repressão ao anarquismo, os indesejáveis portugueses José Maria de Carvalho e Manoel Luiz da Cunha, presos a bordo do lugar ‘Ave’, quando após a expulsão do território nacional procuravam voltar. Presidirá o julgamento o Dr. Cunha Mello, juiz federal deste estado”²¹

Na maioria das vezes, essas tentativas acabavam mal. Devido ao medo de serem pegos e expulsos do país, muitos destes estrangeiros, que eram líderes importantes do movimento operário, acabavam se resguardando mais. O avanço das leis acarretava em criminalização dos movimentos sociais, das grandes passeatas e greves, e uma retórica de modernização a qualquer custo.

A modernização se espalhava por todo canto como modelo de desenvolvimento a ser atingido dentro do capitalismo. Isto referendava não só uma série de obras públicas que demonstrassem o poderio de um ideal civilizatório e excludente, como também, determinava tipos de comportamentos socialmente aceitos. Os espaços públicos seriam delimitados por uma lógica privada e o direito ao trabalho, disciplinado, para os ambientes que consideravam lucrativos.

As teorias políticas fizeram parte deste processo. O Brasil do século XIX para o XX procurava definir uma forma de lidar com questões naturalmente complexas, de maneira a, findado o sistema político monárquico, não restabelecer para a sociedade o controle de um Estado em ebulição social. A transição de governo e de modo de produção escancarava um momento importante na história do país. O cenário político era de muita indecisão. Até então, o Brasil tinha sido governado por políticos de carreira, quase sempre advindos de famílias bem abastadas, e com o controle social do trabalho em suas mãos.

A transição não deveria dar margem a possíveis sobressaltos populares, e talvez, também por isto, tenha se dado muito no campo burocrático. Mas as aparências precisavam ser ainda mais destacadas. A política de votos no Império era completamente fechada. Na República, com a intensificação dos movimentos operários, uma noção de cidadania era requisitada. Neste ponto, faz-se fundamental entender os entrelaçamentos entre a política operária e a luta por cidadania nos primeiros momentos da república.

²¹ “Julgamento de um anarquista”. Jornal do Recife, 10.07.1923.

Até esta concepção pode ser sinônimo de um impasse de narrativas. Afinal, havia a intenção revolucionária ou a luta era primordialmente por cidadania? Em uma leitura atual, e portanto, muito afastada do que de fato se passou na época, pode-se considerar sobremaneira a tentativa de ampliação dos direitos políticos e sociais. Mas talvez, esta esteja imbuída de significados históricos posteriores.

O sistema de organização democrático, que é sobretudo político, mascara intenções econômicas importantes. O discurso de superação deste modelo para outro, mais a esquerda, transformou-se em algo muito longínquo. A democracia cristalizou-se como valor universal, a partir do momento em que, contestações e ampliações não são nem cogitadas..

No entanto, é preciso ter cautela para não reavaliar intencionalmente os movimentos como os precursores de algo que para nós hoje, de repente, significa mais do que para eles, lá atrás. Se as condições não eram propícias, por motivos os mais amplos, não revela falta de propósito. Tem-se que lembrar a quantidade de trabalhadores estrangeiros que aqui chegaram neste momento. Para eles, a visão política dos acontecimentos, marcados pelo que viveram na Europa, trazia uma outra compreensão da luta.

Essa modificação superficial traz na esteira um discurso de progresso. Esse mesmo, era justamente o valor que faltava para justificar e homogeneizar uma concepção que valesse para todas as classes. A democracia era o caminho e o progresso era o sintoma. Não à toa, este sintoma é explorado de forma sistemática nos jornais da época. A exaustiva comparação com a Europa, colocava o Brasil, em uma posição muito subalterna. Porém, são essas mesmas indicações que aceleram a busca por um modelo de desenvolvimento nacional.

O fato é que durante este período, a intelectualidade brasileira flutuou entre diversas concepções. Uma questão fundamental na República, é a distância maior entre os intelectuais e o Estado. Isso não significa supor que nenhum deles tivesse contato com os órgãos de poder, na realidade, é justamente o contrário. Muitos deles tiveram contato durante o Império, e na seleção da República, acabaram sendo afastados dos cargos no funcionalismo público, do jornalismo. Outros se encantaram pela causa dos trabalhadores, em primeiro momento pelo contexto mundial, em seguida, absorveram de fato o sentido da luta.

Para Carlos Nelson Coutinho, existem dois tipos de democracia. A democracia burguesa e a democracia socialista, pautada pela pluralidade de organismos de representação dos trabalhadores:

“ A democracia socialista é, assim, uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores representados através da pluralidade de seus organismos (partidos, sindicatos, comitês de empresa, comunidades de base. Se o liberalismo afirma teoricamente o pluralismo e mistifica/oculta a hegemonia, se o totalitarismo absolutiza a dominação e reprime o pluralismo, a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos autônomos.”²²

A constatação de Carlos Nelson Coutinho tem referência ao tempo no qual ele escreve, inclusive carregada de uma militância pós ditadura militar. Democracia de massa é um conceito muito mais atual, do que, por exemplo, a designação do início do século XX. Essa ideia de democracia vai sendo construída posteriormente em conjunto com os ideais de progresso e bem estar social. Quando falo de democracia aqui, então, falo principalmente desta disputa por um ideal narrativo democrático. Se muitas das reivindicações do nascente operariado condiziam com as do restante da população, tem-se que os direitos políticos e sociais eram restritos a uma parcela da população, mesmo dentro da retórica. As lutas dos trabalhadores é que vieram mudando esta concepção.

A cada vitória nas greves, passeatas, nas primeiras eleições que venceram, esses trabalhadores iam alargando um espaço do discurso que não lhes incluía, a não ser para atribuir-lhes um papel de subalternidade nessa construção de sociedade. O inimigo materializava-se no anarquismo e no comunismo. Este era o espaço onde os trabalhadores podiam dar vazão aos seus descontentamentos. Por isso mesmo, a construção policial de um estereótipo dos trabalhadores. Não estivessem no campo ou nas fábricas eram considerados baderneiros. Sua cultura era vista como menor, não adequada aos ambientes de lazer.

O Estado devia coincidir majoritariamente as suas funções com as dos donos de produção, em qualquer sistema de governo que visasse à manutenção de privilégios. No entanto, o empuxo das movimentações sociais, identificadas no

²² COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 1979, p. 34.

campo do trabalho, indicavam a necessidade de mudanças. Outro ponto, é o despontar de uma classe média, ligada a intelectualidade que rejeita as antigas concepções da política, seja por conveniência própria, ou por ideologia.

Isto traz duas concepções. A primeira é a valorização da cidade como ponto de partida ideal para a proliferação de fábricas e obras públicas bastante vultosas, tudo que pudesse ser associado ao desenvolvimento econômico. E a segunda é a construção de uma garantia da ordem pública nestes ambientes. Se por um lado, no campo, a moradia dos ex escravos ou trabalhadores livres era contígua a própria casa grande. Na cidade, as vilas operárias se multiplicavam e, por mais que fossem próximas as fábricas, localizavam o trabalhador em um espaço comum em justaposição com outros ambientes os quais não eram bem vindos.

A geografia da exclusão sempre aconteceu. Seja no espaço da Casa Grande com a Senzala, seja dentro do próprio estado, cidade – interior. O fato é que, nos espaços operários, ou seja, nas vilas nas quais os trabalhadores moravam, formavam-se associações que tinham por papel assumir algumas questões do cotidiano, sem necessariamente passar pelo estado. Uma vez que, as dificuldades em garantir seus direitos eram visíveis.²³

Paralelamente ao Estado, forma-se essa rede de solidariedade. Isto vale tanto para o interior, onde um dos exemplos mais clássicos é o coronelismo. Quanto para a cidade, os movimentos operários movimentam e ocupam este lugar. No que tange ao comunismo, as autoridades pernambucanas vem ficar mais atentas ao longo do 1923, com a propaganda intensificada de repressão pelo governo federal:

“Rio 2. A polícia prendeu hoje os agitadores Antônio Bernardo Canellas, Luis Peres, Antonio Nelson Belem, Everardo Dias e Otávio Brandão, chefes do bolchevismo, aprendendo em poder dos mesmos vários documentos que provam sua seção aqui, entre os quais, entre os quais uma correspondência internacional de Amsterdã e Moscou. Antônio Canellas, o chefe do movimento é natural do estado do Rio de Janeiro e esteve na Europa, em Minas e em Pernambuco, onde fez parte da Federação das classes trabalhadoras em 1919. Os documentos mostram que eles pretendiam a adesão de Antônio Silvino ao comunismo, mas este respondeu, dizendo não entender de comitê. Outros nomes estrangeiros estão envolvidos no movimento. Canellas fazia questão fechada para comandar a patrulha da guarda vermelha. Os bolchevistas queriam organizar as classes operárias e

²³ No segundo capítulo, a questão das associações e suas consequências políticas vão ser apontadas.

instruí-las na prática da solidariedade. Tem sido muito elogiado o trabalho da polícia.”²⁴

Antônio Silvino fazia parte dos bandos formados por cangaceiros que buscavam a justiça através do banditismo social. O historiador Eric Hobsbawm²⁵ propõe novas categorias de análise para o bandido social. Primeiramente analisa a etimologia da palavra, que teria origem em um termo italiano, cujo significado é banido. Ele conceitua esses movimentos não apenas pelo fato de serem fora da lei, mas observa-o como uma forma pré política de resistir aos opressores estrangeiros ou a forças que vem de fora e são responsáveis por quebrar uma ordem considerada tradicional.

Este bandido social, no caso do Brasil, o cangaceiro, representa a recusa individual as novas forças sociais que impõe um poder cuja autoridade não é de toda reconhecida ou sancionada pela sociedade que ajuda e protege o bandido. A existência dessa cooperação social é a chave para entender e diferenciá-lo de um simples delinquente. É no cangaceiro, que uma parte do povo oprimido vê evidenciado os seus desejos de rebeldia. Ocorre que, diferentemente dos anarquistas, dos comunistas, o cangaceiro não está alimentando o desejo de que esta ordem mude, ele está apenas exprimindo-o. Ele tenta acabar com a violência do momento, sem pensar nas consequências revolucionárias de seu ato.

O bandido social não planeja com suas ações a transformação do mundo, não é um revolucionário, apenas tenta, no melhor dos casos, pôr um limite ou reverter à violência dos dominadores. Seu papel não é acabar com o sistema que origina a opressão e exploração contra as quais se confronta, mas fazer com que fiquem limitadas dentro de valores tradicionais que a população que o protege considera justos. Portanto, por sua ação e ideologia, o bandido social é um reformista: age dentro do marco institucional imposto por um sistema cuja existência não é posta em juízo. Por isto, afirma Hobsbawm, para converterem-se em defensores eficazes de seu povo, os bandidos teriam que deixar de sê-lo.

De qualquer forma, a luta contra a opressão nos grandes latifúndios seria uma oportunidade do PCB de adentrar também o campo social rural. Isto porque, nos

²⁴ Prisão de líderes bolcheviques. Jornal do Recife. 03/07/1923.

²⁵ Ver HOBBSAWM, Eric. Bandidos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

primeiros períodos, estes movimentos refletem muito as concepções geradas pelo impacto do crescimento das cidades, do êxodo rural e da reorganização política. Fica claro, no entanto, que dificilmente Silvino se adaptaria a política da forma como os proletários a estavam fazendo. Esse chamado ao seu nome, pode ser efetivamente um sintoma da preocupação com o campo, sem precisar passar por uma afinidade de princípios de estratégicos.

Um outro ponto que fica em evidência é a rede de ligações que os comunistas pretendiam construir em sua militância. Essa forma de enxergar a política era uma inovação para o Brasil, no qual, os partidos políticos pouco se apegavam a ideologia, e sim, aos locos de poder predominantemente regionais. Nesse sentido, o Partido Comunista vem quebrar também com uma tradição já bastante difundida. Pegando o exemplo do próprio Canellas, carioca, passou por Minas Gerais, depois por Pernambuco. Foi para a Europa representar a Federal Operária de Pernambuco, posteriormente, apresentou estas conclusões para o Partido Comunista.

O elogio ao trabalho da polícia não é meramente ilustrativo. Vem seguido de todo o percurso intelectual, de trocas de experiências, que resultam apreensão de documentos políticos. A criminalização estava estampada e ratificada pelo jornal, a prática da solidariedade seria o grande crime. O que os jornais esqueceram de retratar é que, o comunismo era um movimento político com um objetivo: acabar com as classes sociais. Ao retratar os planos dos insurgentes como “organização da classe operária e instrução na prática da solidariedade”, o autor do trecho quer afirmar, que bastava ser solidário aos trabalhadores que estariam cumprindo o seu papel.

O Palco Político

A Faculdade de Direito do Recife

No fim do século XIX, o quadro intelectual do Brasil esteve bastante agitado. Os cientistas e intelectuais buscavam nas suas respectivas áreas as respostas para todos os problemas do país. Tiveram destaque neste período a criação dos institutos históricos, no sentido de reafirmar um passado glorioso, chancelado pela oficialidade de seus pares. E ao mesmo tempo, o Direito e a Medicina também deram forma aos indicativos e interpretações sociais. O principal eixo era como lidar com a mestiçagem brasileira. Daí aprofundaram-se as teorias evolutivas, os apegos e determinismos biológicos.

Lilia Schwarcz²⁶ faz um apanhado documental muito importante deste momento, trazendo à tona as particularidades de cada região do país, e a necessidade de fortalecer esta ou aquela instituição. A abolição da escravidão revela o que para os cientistas seria o primeiro impedimento do desenvolvimento de uma boa civilização no país, qual seja, o problema da raça. Anteriormente, existia uma desumanização jurídica que impedia a discussão sobre esta situação. A partir do momento que o negro passa a conviver na sociedade, com o seu status de liberto, os estudiosos da área criminal tendiam a atribuir os delitos sociais a um ambiente de hibridização social. Ou seja, a ciência prestava-se ao papel de explicar, de forma naturalmente inconsistente, as hierarquias.

Dentro do mesmo ambiente, era possível aprender sobre teorias políticas as mais diversas. Ao lado do Direito Penal e positivo, existia um aprofundamento da curiosidade sobre o anarquismo, o comunismo, o monismo. Em Pernambuco, a apropriação dos conhecimentos políticos do comunismo, ou para ele próprio, o socialismo do tipo clarté iniciou-se com Joaquim Pimenta. No entanto, o professor acabou servindo de inspiração para Cristiano Cordeiro, que fora seu aluno e buscara reproduzir aspectos teóricos do comunismo, debatendo em grupo criado por ele, para estudos marxistas, em 1919. O seu primo, Rodolfo Coutinho, bem mais jovem, juntou-se aos estudos.

²⁶ Ver SCHWARCZ, Lilia. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). Rio de Janeiro: Compainha das letras, 2014.

É importante ressaltar que os dois tiveram formação jurídica, e por isto mesmo, estão mergulhados em todo universo de concepções da época, bem como o próprio marxismo. Muito embora, não possa deixar de frisar que a situação do Brasil era ainda mais complexa. Uma vez que a construção da identidade nacional se fazia um imenso desafio. Ao mesmo tempo em que, os que aderiam as causas dos trabalhadores precisavam compreender o quão benéfico seria discutir sobre identidade nacional, sobre os trabalhadores negros recém libertos e não segmentar a luta.

Para que se entenda melhor este viés de raciocínio, é preciso realocar a Faculdade de Direito do Recife, berço intelectual dessas figuras, no tempo e no espaço. A existência de uma ordem jurídica no Brasil é um imperativo desde os tempos do império. Com a vinda da corte portuguesa para o país, aumentou muito o número de brasileiros, pertencentes às famílias abastadas, que enviavam seus filhos a Coimbra para de lá aprenderem os valores da organização jurídica portuguesa. Então, o Direito no Brasil foi ao longo do período imperial quase uma instituição à parte. Era um curso que de fato nobilitava, e a partir dele, fazia-se carreira. Logo, não é fora da realidade perceber a ligação histórica entre o curso e o tradicionalismo de origem imperial.

As primeiras faculdades de Direito do Brasil estavam localizadas respectivamente em Olinda e em São Paulo. No que podemos concluir, possuem, então, uma história ainda mais arraigada com o bacharelismo. O curso de Direito da Faculdade de Olinda começou a funcionar em maior de 1828. Ou seja, praticamente um século do antes do período em que estamos falando, a década de 1920. Estivera ligada primeiramente ao espaço do mosteiro de São Bento, saindo de lá apenas quando fora transferida para a cidade do Recife.²⁷

Em *História da Faculdade de Direito do Recife*, o jurista Clóvis Bevilacqua retrata:

“O governo obtivera dos religiosos de São Bento que lhe fornecessem um salão e mais dependências para abrigar a nascente instituição de ensino do Direito. A princípio o curso jurídico se concentrou no estreito âmbito que os religiosos lhe puderam ceder; mais tarde, teve a necessidade de instar com

²⁷ SCHWARCZ. Op cit. 77

os mesmos para que lhes fossem permitindo estender as suas aulas, que, afinal, vieram a ocupar todo o primeiro andar.”²⁸

Esta junção física, o fato de ocuparem o mesmo espaço do que os monges, acabou gerando discórdias a longo prazo, o que contribuiu na mudança para o Recife. A faculdade funcionara por 22 anos em Olinda, quando ficou decidido que a insubordinação dos alunos associada à incompreensão dos monges não mais permitira o êxito acadêmico.

Assim como em São Paulo, a Faculdade de Direito do Recife contava com uma revista acadêmica. Aqui é importante ressaltar que Lilia Schwarcz considera diferentes influências entre as publicações de docentes e alunos em uma e outra revista. De acordo com a autora, as revistas que vieram a circular nas últimas décadas do século XIX, tangenciavam para diferentes posicionamentos políticos. A revista de São Paulo estava mais afeita ao modelo político liberal, enquanto a revista de Pernambuco, a análise do darwinismo social.²⁹

A autora atribui essa diferenciação a tentativa de São Paulo em se firmar como representante do Brasil, em função do declínio econômico que o Nordeste vinha sofrendo. Na realidade, uma diminuição da pujança econômica, que se traduzia num conservadorismo social, expresso fielmente pela faculdade de Direito. Contraditoriamente é neste ambiente que Joaquim Pimenta se forma, vendo com simpatia os aspectos socialistas da teoria política. Um outro aspecto pode estar envolvido no interesse de Pimenta com as questões do proletariado.

Por ser um jurista bastante ligado aos acontecimentos mundiais e a mudança de sistema político no Brasil, com o recrudescimento de uma situação econômica bastante restritiva no Nordeste, Pimenta pode ter entendido o quanto era fundamental estabelecer uma aliança com o operariado naquele momento. Não negava as pretensões políticas, e por isso mesmo, trazia seus alunos a pensarem e também se posicionarem nas lutas e greves da década de 1910.

É importante entender a Faculdade de Direito como um espaço aberto a todas as tendências, seja de fora ou das camadas sociais brasileiras. Ainda mais, quando a frequência da classe média passar a ser cada vez maior nas matrículas destes cursos. Os bacharéis vão construindo caminhos de compreensão e a ordem

²⁸ BEVILAQUA, Clóvis. História da Faculdade de Direito do Recife. Recife: Editora Universitária, 2012, p.35.

²⁹ SCHWARCZ. Op cit, p.142.

patriarcal legitima os seus pensamentos. No Recife, por exemplo, o Direito foi esta forma de encontrar uma solução para os problemas sociais. Nem sempre de caráter progressista, porém, com grande influência até na organização de movimentos mais populares, uma prova disto é o Partido Comunista de Pernambuco. Não é por simples coincidência que surge a partir do núcleo fundado por ex alunos dessa instituição.

Foi comum no período da república, os antigos senhores de engenho colocarem seus filhos para estabelecer-se nesta profissão. Era um novo status que nobilitava um saber diferenciado.

“A decadência do patriarcado rural brasileiro, que o Sr. Gilberto Freyre magistralmente descreve em seu livro Sobrados e mucambos, coincide com A germinação das ideias liberais que alcançaram seus fins de propaganda com a abolição da escravatura e a proclamação da República. O grande potentado rural, conservador em política como em moral familiar, proprietário de escravos e opressor da mulher, via em seu próprio filho bacharel, que voltava de São Paulo ou do Recife, centro de estudos de direito, o maior e mais encarniçado inimigo de suas ideias”³⁰

Essa abertura para outras experiências, diferentes das que seus pais tiveram, causou um choque de gerações. A juventude encontrava na política uma maneira de romantizar suas jornadas e origens. Também alguns desses, de fato, participaram ativamente ou demonstravam clara indignação social. Essa transformação não se deu de uma hora para outra, tendo clara influência das ideias republicanas.

A urbanização, o desenvolvimento social, que até então era rural, veio com a convivência e o contato com as novas ideias importadas, ideias essas republicanas que vinham ocorrendo desde o século XVII no Brasil, às vezes em levantes nas províncias (como o levante de 1817 em Pernambuco e a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789 em Minas Gerais), mas que afetavam a todos os jovens e que eram discutidas nos espaços acadêmicos. Desde meados do século XIX que o Brasil buscou uma mudança da fisionomia social. A extinção do tráfico de escravos acelera a questão das lutas antagônicas.

Cabe aqui a contribuição de Thompson para pensar a questão da formação de classes:

³⁰ MARTINS, Luis. O patriarca e o bacharel. São Paulo: Alameda,2008. Pag. 37.

“Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura” nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode se demonstrada) nas relações humanas”.³¹

A vida acadêmica proporcionou a estes novos sujeitos uma participação nas mudanças sociais, produzindo traços de uma personalidade mais engajada com a complexa vida política, econômica e cultural deste estado. Os redatores responsáveis, nos quais os juristas em destaque nas academias, tinham por efeito dar uma estética deste pensamento político, com uma forma crítica de ensino da retórica a fim de formar um bacharel adaptado aos novos tempos.

Em seu despontar os cursos jurídicos se preocupavam em formar uma elite coesa com um pensamento único e devotos às razões do estado, ao mesmo tempo em que procuravam diminuir a hegemonia estrangeira sobre este ensino. O bacharel em Direito foi encarregado de uma carga simbólica de que sua formação profissional seria a salvação do país. Porém, os doutrinadores do Direito procuravam agora educar os homens da ciência, aqueles que não seriam apenas mais um bacharel, mas que contribuiriam na construção das instituições políticas e jurídicas, de forma explícita ou codificada da normatização social.

Ideias em movimento

No império, o maior símbolo político era o imperador. Ele reunia as características de chefe de estado e pacificador da ordem pública. Com o passar do tempo, esta fórmula passou a apresentar problemas, uma vez que os conflitos sociais se sucediam mais frequentemente no país. O sintoma desta crise política era a diversidade de posicionamentos a respeito do sistema de governo o qual o Estado deveria adotar.

³¹ THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa.: A árvore da Liberdade. Volume I Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.p.9

Estas concepções variavam de região para região, inclusive de acordo com interesses pessoais, ou mesmo, em função da história regressa dos estados. Ângela Alonso³² descreve esses posicionamentos como um movimento com mais intenções políticas do que intelectuais. Sendo assim, os intelectuais construía uma realidade com base no que consideravam razoável em termos de intervenção política.

Era impensável naquela época construir uma geração de intelectuais separados sobremaneira da política. Os grandes temas do Estado ocupavam as discussões intelectuais com preponderância. Um ponto que decorre em vários equívocos é colocar a escrita e debate daquele momento como consequência tão somente de uma ebulição intelectual estrangeira, e deslegitimar a construção de uma intelectualidade própria do Brasil. Determinados temas eram comuns, e a consulta à inteligência de fora se fazia presente, porém, esta determinação convicta de uma grande transformação brasileira a partir de ideais estrangeiros é complexa. Mais a frente vamos observar o exemplo de André Rebouças. Segundo a autora, o império continha três vias de distinção e sustentação social: o indianismo romântico, o liberalismo estamental e o catolicismo hierárquico. Dentro destas concepções era possível identificar intelectuais mais afinados, ou menos afinados, com temas como abolição da escravidão, proclamação da república e mesmo uma ideia de independência substancial entre Estado e igreja.

Para sustentar a ideia de polarização política e intelectual do Estado, Alonso faz a divisão de grupos: líderes republicanos liberais republicanos (como Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça), novos liberais (como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e André Rebouças), positivistas abolicionistas da Corte (como Miguel Lemos e Teixeira Mendes), positivistas de Pernambuco e de São Paulo (como Clóvis Beviláqua, Aníbal Falcão e Silva Jardim), federalistas científicos de São Paulo (como Pereira Barreto, Campos Sales e Francisco Glicério) e federalistas positivistas do Rio Grande do Sul (como Júlio de Castilhos e Assis Brasil).

No entanto, este debate não se estendia para toda a sociedade.

“(...) embora a sociedade brasileira estivesse passando por transformações profundas, sua ordem política mantivera-se como um universo fechado. Os valores e o funcionamento efetivo das instituições políticas limitavam-se a

³² ALONSO, ÂNGELA. Ideias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil Império. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

cidadania plena e o espaço de debate público a um seletivo grupo de iguais.³³

Dois partidos políticos se destacaram ao longo do império: o liberal e o conservador. Apesar das aparentes divergências, desciam de uma base comum: a ordem social hierarquizada. O programa social dos partidos não apresentavam distinções a respeito daquelas atitudes que mais poderiam interessar a população pobre das cidades e do campo, bem como, por muito tempo, sobre os escravos. Ambos os partidos apresentavam diretrizes fincadas na ordem e propriedade.

Dentro das divisões políticas e grupos apresentados, destacavam-se o positivismo, spencerianismo, darwinismo social e liberalismo. Estas tendências, no entanto, por vezes não correspondiam aos anseios práticos dos políticos, que, embora conhecessem e defendessem alguns desses espaços, acabavam por tomar atitudes contrárias para proteger os interesses de sua posição. Sendo assim, sem entrar em juízo de valor a respeito desta ou daquela teoria, os políticos brasileiro do século XIX utilizavam-as mais em função de recurso oratório, do que propriamente por valores e afinidades. Isto fica muito claro ao observar os dois partidos, liberal e conservador. No final das contas, fiavam os seus interesses ao mesmo senhor.

A estrutura social brasileira organizava-se a partir da figura patriarcal. Esta era simultaneamente “*simultaneamente agente econômico – senhor de terras e escravos –, agente político e figura nuclear da própria sociabilidade*”³⁴. Por mais que não tenham alcançado espaço neste debate público, a não ser tardiamente, os movimentos sociais, marcavam presença em sucessivas rebeliões durante todo o império.

Dentro do grupo de intelectuais, ou como diz a autora, do movimento de contestação política, existiam diversos motivos para uma marginalização política, definida como herança colonial. Ao usar o termo marginalização, não se refere exatamente ao mesmo tipo de situação a qual estão expostos os trabalhadores livres e escravos, mas quer dar conta de um esgotamento de possibilidades de realizações profissional e intelectual.

De certa forma, viam exauridas suas capacidades de ascensão quando alguns grupos permaneciam ligados efetivamente ao poder imperial, em posições

³³ ALONSO, Ângela. Op cit, p. 51.

³⁴ ALONSO, Ângela. Op cit, 75.

que anteriormente eram muito mais disseminadas. Ao sofrer intensivas contestações, seja de forma direta pelos movimentos sociais, ou mesmo, através desta intelectualidade política que se constitui a margem do poder saquarema, o império fragiliza-se por dentro.

O processo de modernização conservadora abriu espaços para uma ligeira contestação de nexos hierárquicos. A polarização dos grupos os inseriu em um movimento político contrário aos rumos do império. Na realidade, afastavam-se cada vez mais das formas tradicionais de contestação, e avançavam, sobre as questões sociais, sendo a escravidão uma das principais.

No entanto, é importante perceber que a atuação do grupo era muito menos revolucionária do que reformista. O projeto de todos os grupos tem como ponto de partida a mudança controlada das instituições.

Mais uma vez, os jornais tiveram papel importante em difundir os debates e propagar os encontros destes intelectuais. Aqui existe uma linha tênue, ao convocar o restante da sociedade para pressionar o império por mudanças, os abolicionistas, revertiam o elitismo da detenção de propriedade, eventualmente, para a inteligência. Sendo assim, iniciam uma movimentação de estabelecer uma imagem do povo, a partir do próprio Estado. A questão chave era encontrar uma maneira de redefinir alguns preceitos sociais, sem com isso causar qualquer tipo de precipitação revolucionária.

No plano exterior, encontravam algumas influências de ação, como o abolicionismo americano, os movimentos pró reformas eleitorais na Inglaterra e no republicanismo francês e português. Os políticos do lado conservador eram a maioria no Conselho de Estado e no Senado, paralelamente, os liberais não conseguiam colocar suas demandas reformistas. A temática da abolição da escravidão trouxera muita instabilidade ao campo político, mexer nesse assunto era interagir diretamente com a base econômica e social brasileira.

Destaca-se ainda a perspectiva de intelectuais que, fazendo parte da construção intelectual brasileira, acabaram indo um pouco mais a frente dos ideais reformistas colocados à época. Neste caso observa-se a figura de André Rebouças.³⁵ Durante muitos anos deu-se o embate contra o tráfico de escravos

³⁵ Ver JUCÁ, Joselice. André Rebouças: Reforma e utopia nos cadernos do II império – quem possui a terra possui o homem. São Paulo: Construtora Noberto Odebrecht, 2001.

entre África e Brasil, negócio bastante lucrativo para os traficantes de escravos. Mesmo com a proibição, em 1831, escravos continuaram sendo traficados em grande quantidades.

Existiam alguns grupos em torno da abolição da escravidão: os que defendiam a abolição lenta e gradual, os que defendiam a abolição já naquele momento e os que eram contrários a abolição, esse último grupo foi ficando cada mais longe da realidade conforme o avanço dos debates. André Rebouças era do grupo que buscava a abolição imediatamente, no entanto, ele entendia não ser possível uma mudança estrutural apenas a partir disto. Eram necessárias medidas que viabilizassem um grande processo de Democracia Rural.

De acordo com o projeto, o Brasil se tornaria um país desenvolvido socialmente quando valorizasse a livre iniciativa no campo. Para isto, seria fundamental que cada produtor tivesse um pequeno pedaço de terra, desta forma, o problema dos grandes latifúndios improdutivos estaria resolvido. Ao passo que amenizaria bastante a situação do campo. É importante ressaltar, em contraposição a uma visão mais marxista da reforma agrária, esse pensamento tinha por base uma concepção de livre iniciativa no campo.

Uma outra questão que serve de diferenciação, é a forma como se daria a expropriação das terras. Essa redivisão se daria com base em um imposto sobre a terra em função da superfície possuída e não baseada na renda da terra.³⁶ Em outros momentos critica os empresários brasileiros por não entenderem a necessidade de parcerias com o setor público do país. Rebouças era engenheiro e foi um dos responsáveis por introduzir no Brasil formas mais inovadoras da engenharia, como o uso de concreto armado. Dedicou-se também a assuntos relacionados ao meio ambiente. Vale salientar, que apesar de todas essas ideias, Rebouças era monarquista.

A ressalva a figura de Rebouças, assim como em alguns pontos pode ser feito com Joaquim Nabuco, revela uma atualidade do pensamento político da época no Brasil. Fossem em vias opostas ao comunismo ou não, uma boa parte dos debates vinham sendo colocados ao passo que aconteciam em outros países. E, as concepções, mesmo relativas à abolição da escravidão não estavam cristalizadas

³⁶ BARRETO, Luiz Antônio. Correspondência entre Joaquim Nabuco e André Rebouças. Arquivos do Ministério da Justiça, Brasília, ano 41, n. 172, p. 21-72, abr./jun. 1988.

em blocos completamente fechados, principalmente no momento em que ficou clara a necessidade de trazer a público as discussões. Era preciso introduzir o outro lado da questão. Para os que eram favoráveis ou contra, a grande preocupação era como reorganizar os trabalhadores de forma disciplinada, contendo possíveis rebeliões sociais, e paralelamente, decidindo sobre a mão de obra imigrante.

Sendo assim, as manifestações no Brasil não decorrem do alheamento político nacional. A intelectualidade e os populares estabeleciam vínculos possíveis com o império, ao tempo que, não mais foi possível reestabelecer uma identidade a partir dos três princípios postos por Ângela Alonso como unificadores do império. A questão era o insucesso econômico que poderia acarretar, mas também era a base social que vinha aos poucos se transformando, dinamizando o espaço público no interior e nas cidades.

A modernização, ainda que conservadora, era fator de impasse para os grupos políticos brasileiros. A elite enxergava a possibilidade de ver aquilo que mais temia acontecer e de forma não condicionada. A adoção ou exposição de modelos estrangeiros, como frisa Alonso, é consequência mais do discurso político do que da apropriação intelectual.³⁷ Dentro da categoria sociológica com a que estuda o período, a autora encara a organização política naquele momento como um movimento social.

Apesar disto, deve-se compreender que este movimento estava muito mais ligado por um esgotamento do sistema e ressignificação de hierarquias do que pela negação do sistema. Dessa forma, a tentativa de compreensão da sociedade brasileira, revela diversas questões que estão profundamente ligadas, não havendo possibilidade de entendimento sem que se estude seu contexto. Expor o panorama do Brasil no final do Século XIX é falar sobre o período de crise da Monarquia, do Império, da efervescência de novos pensamentos e de novas posturas. É momento de contestações de avanços e retrocessos, ficando expostas as relações de poder, de dominação e a luta para alteração da estrutura social e política brasileira.

Esses elementos mal resolvidos da transição do Império para a República alimentam um quadro social rigidamente estruturado, que redefine aos poucos, o lugar social daqueles que por muito tempo tiveram grande prestígio. Isto aproxima uma parte da intelectualidade brasileira das questões mais urgentes em relação ao

³⁷ ALONSO, Ângela. Op cit, p.85.

resto da sociedade. Procuravam agora um lugar de fala de onde pudessem redefinir e reestabelecer vínculos sociais com o objetivo de estabelecer um elo político de harmonia.

Classe

O Nordeste e o Brasil

Foi construído em torno da região Nordeste do Brasil um estereotipo de pobreza e flagelo, de fato, algumas dessas imagens povoaram cotidianamente a vida muitos nordestinos. Se considerarmos as explicações mais recorrentes, como a má administração política e o desfile de oligarquias em determinados períodos históricos, teremos explicações casuais. Por um lado não se pode negar que os destinos políticos são extremamente marcantes nas formas e associações políticas que assumem. Por outro, imaginar o Nordeste fora uma condição produtiva dentro da economia mundo e, mais ainda, desligado de qualquer projeto de desenvolvimento para o Brasil se torna insignificante e tendencioso.

É imprescindível ressaltar que ao colocar Pernambuco como foco, não descaracterizam-se suas idiossincrasias ao interligá-lo com as totalidades históricas regionais e mundiais. Esse lugar histórico onde os pontos se conectam é o capitalismo. No caso do Brasil da década de 20, crescendo em suas possibilidades de acumulação e sistematização produtiva. Esse projeto de Brasil, decodificado em facetas regionais, compreende sistemas e dinâmicas sociais. Portanto, a reorganização dos movimentos sociais revela formas de resistência e apresentam novos atores dispostos a redescobrirem os caminhos de luta.

No caso da atuação do Partido Comunista é problemático discorrer sobre soluções regionais uma vez que os núcleos dos partidos se davam mais em âmbito estadual, podendo existir reflexões mais ou menos compromissadas com uma realidade socioeconômica mais alargada do ponto de vista geográfico regional ou nacional. A questão é a profundidade de seu arcabouço. Por isso que para nós, tão importante quanto o que os intelectuais

conheciam da realidade brasileira é o que dela desconheciam, o que nela não está incluído. Esse friso ao que não está dito reforça a necessidade de um amadurecimento de classe.

Estamos nos reportando a um momento muito próximo a transição política e técnica do trabalho no Brasil. A situação do trabalhador, o seu status “livre” renova uma série de práticas comportamentais. O espaço público e privado vem sendo delimitado, bem como as atividades permitidas para cada ambiente. O trabalhador desligado de suas funções é obrigado a migrar, ou não, para a cidade. Nos dois casos as promessas de uma vida mais justa falham.

Considerando o sistema capitalista dentro da aceção de temporalidade e espaço, a influência de Braudel³⁸ sobre Wallerstein³⁹ norteia a compreensão conceitual da temática. Penso, também, nas estruturas e ciclos de repetições que enriquecem o conceito de economia mundo. No entanto, as projeções e compreensões expressas terão embasamento ideológico marxista, nada mais compatível com as colocações e levantamentos do trabalho.

Ao analisar a cidade do Recife em seu livro “Recife: o caranguejo e o viaduto”⁴⁰, o professor Denis Bernardes⁴¹ reitera essa opção de estudo mais aprofundado, conectivo, isso situando a localidade de acordo com suas marcas históricas de desenvolvimento sem esquecer da importância de identifica-

³⁸ Fernando Braudel (1902-1985) foi um importante historiador francês pertencente à Escola dos Anales. Concluiu sua tese no período em que esteve no campo de concentração, tornou-se professor do Collège de France, em 1949, e assumiu simultaneamente a função de diretor do Centre de Recherches Historique da École des Hautes Études. Foi também administrador da Maison de Sciences de l'Homme e diretor da revista dos Annales. Dentro desse novo movimento historiográfico, Braudel introduziu valiosos conceitos e interpretações históricas, sua habilidade de demonstrar as totalidades históricas colaborou para a produção de trabalhos cada vez mais profundos e interdisciplinares. Uma das suas mais conhecidas contribuições é *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1966).

³⁹ Immanuel Wallerstein (1930), sociólogo norte americano identificado principalmente por sua teoria da economia mundo. É possível perceber na sua obra diversas influências teóricas, uma delas, a marxista. Isso é tangível quando voltamos o olhar para as disparidades de desenvolvimento econômico encontradas no sistema. Nesse particular, analisadas sob o domínio da economia mundial, porém, perceptíveis do ponto de vista regional, o que nos leva a uma apropriação mais fundamentada das sobreposições cíclicas de determinadas regiões sobre outras dentro de um sistema nacional. É o caso da região Nordeste do Brasil, por exemplo.

⁴⁰ BERNARDES, Denis. Recife: O caranguejo e o viaduto. Recife, Ed. Universitária, 1996.

⁴¹ Denis Bernardes dedicou sua vida a UFPE, local onde lecionou desde 1975. Se dedicou as aulas no Departamento de Economia e Serviço Social dessa instituição. Possuía doutorado em História Social na Universidade de São Paulo. Foi de fato pesquisador de bibliotecas e arquivos públicos possuindo extensa pesquisa relativa à cidade do Recife em seus diversos momentos históricos. Um dos mais conhecidos é Recife: o caranguejo e o viaduto.

la dentro do sistema que a rodeia. Nesse particular, percebe Recife dentro do Brasil, mas também, dentro do mundo.

O tema do livro é o espaço urbano, nesse caso retratado a partir da cidade do Recife, e a capacidade de cristalização da situação social dos habitantes. Explico, a divisão e aproveitamento do sítio representam, refletem, posições sociais construídas historicamente a partir das relações materiais e culturais. Bernardes como estudioso da História de Pernambuco identifica esses pontos afastamento e convivência entre classes, rodeados pela economia do Porto, do comércio dela advindo e impulsionado, das fábricas e construtoras que se expandem.

Vale salientar que a divisão do social materializada no espaço não configura mero detalhe no cotidiano dos pernambucanos. Antes de representar apenas o local onde mora, determina o que você vai poder ter acesso. Os direitos, supostamente iguais, são demarcados geograficamente. Para o operário, função é financiar, a partir da produção de riquezas sustentada pelos seus braços o espaço público conservado do proprietário. Para os bairros operários faltam o acesso à educação, saúde, ensino público de qualidade.

Em contraposição as mãos fortes que trabalhavam nas fábricas, o operário recebia como ambiente de moradia, as construções antigas “remodeladas”. Segundo parecer da ALEPE⁴² sobre a ocupação dos terrenos da cidade e a requisição para a construção de casas populares (operárias) nos bairros de Estância e Uchoa:

“Constitui presentemente um dos principais problemas a resolver em Recife esse de habitação urbana, cada vez mais insuficiente, tanto para as classes proletárias, tanto para as de condições prósperas. O aproveitamento de novos trechos beneficiários dentro da área servida pelas obras públicas tem precisamente o alcance de tirar dessas obras uma maior utilização realizando a ordem e a economia na administração sobretudo das medidas sanitárias. Geralmente julga-se que o ideal, nesses assuntos seria a construção de preferência das habitações para a pobreza. A iniciativa particular em parte alguma adota esse alvitre e nenhuma cidade se aperfeiçoa com o aumento de edificações do tipo inferior. O capital procura imobilizar-se nas aplicações mais seguras e remuneradoras que são nos prédios confortáveis, sólidos e amplos. A população mais pobre nem por isto fica desfavorecida. Transferindo-se para as novas residências, os habitantes que dispõem de melhores meios deixam, no entanto, as habitações antigas que assim baixarão de preço e, remodeladas, pelas imposições de higiene, devem servir as classes mais modestas. Diz-se

⁴² Assembleia Legislativa de Pernambuco.

que, destarte, a cidade se transforma numa escala ascendente.”
(ALEPE, 1925)

Nesse trecho é possível notar que o aumento populacional não esteve equiparado a uma redefinição dos espaços, no sentido de abrigar confortavelmente a todos. Isso se deve a especulação dos territórios e a aquisição de sólidas, amplas e confortáveis áreas para aqueles mais prósperos. Os legisladores avaliaram que esse fato não significaria o esquecimento das populações mais pobres, os trabalhadores livres e ambulantes, que ao poucos foram impedidos de circular na cidade em função da higienização da mesma. Os operários produziam a transformação dos espaços sem com isso gozarem do status diferencial de ter direito a boa parte dos serviços básicos por parte do governo.

Nessa dinâmica integrada é onde encontra-se a dialética que impulsiona o início de formação de classes, delimitando os ofícios, os espaços e as manifestações culturais próprias de cada uma delas. Se por um lado a intensidade de acumulação de capital aumentava o alcance do poder econômico, por outro, a necessidade de demonstrar preocupação com a gravidade da situação social nas ruas era fundamental. Nas ruas porque aos olhos dos grandes colonistas, políticos e produtores, a população livre, sem trabalho, não poderia estar enfeitando a cidade. Eles eram o símbolo do descompromisso do Recife com os ideais da civilização.

Por outro lado, nesse último trecho, avalia-se o impacto do crescimento das cidades no campo onde os trabalhadores não permanecem. É interessante notar que ao ressaltar a importância da habitação na vida do homem, de acordo com as condições higiênicas necessárias a sua sobrevivência e a prevenção de doenças, existe uma preocupação muito maior com um fator que pode desestabilizar o sistema de trabalho do que uma avaliação negativa de toda a privação que a atividade desempenhada traz aquelas pessoas. Então, o que é um sintoma do modelo de exploração capitalista passa a ser um detalhe que pode ser corrigido no destacado argumento de civilização em contraposição a exploração do trabalho.

Além disso, os operários tinham que lidar com o fenômeno da especulação imobiliária, era permitido que fossem alugadas duas ou três casas ao

mesmo inquilino, como dificilmente um operário teria condições de dispor do valor de dois ou três alugueis, muitas dessas casas acabavam ocupadas por pessoas de outras classes que as transformava em uma só. O que a princípio era um projeto para alargar as possibilidades de moradia do operariado, acaba se misturando com os interesses que de fato controlam o mercado.

A questão do desenvolvimento dos serviços públicos e produtivos além de fazerem parte das estratégias de crescimento econômico, se afinam também com os projetos de soberania nacional e refletem o posicionamento dentro da ordem mundial. Quanto mais dependentes do ponto de vista cultural, no que tange as perspectivas de núcleos civilizados, desnudados das reais intenções, como tecnologicamente, dependentes de inteligência e métodos estrangeiros maior a exploração a que são submetidos. Por isso mesmo, um dos primeiros passos a serem efetivados se refere ao conhecimento da realidade brasileira, nordestina e é por isso que, a aplicação forçada de modelos exteriores, abduzidos de suas origens, escamoteiam problemas bastante complexos.

A década de 20 desponta com um Brasil preocupado em estudar suas origens, em despontar como um país forte e comprometido com os ideais de modernização necessários para ser reconhecido como civilizado. Dentro disso, tudo era fator de discórdia: Quem é o povo brasileiro? E por que essa ideia de povo esconde o sofrimento de boa parte da população? O modernismo tentou resgatar discussões das gerações anteriores, rompendo com boa parte delas, como é sintomático dos movimentos culturais e políticos inseridos em situações históricas diversas. Há de se ressaltar que chegou mais próximo do Brasil, talvez mais próximo do que fosse possível ter imaginado anteriormente. No entanto, os trabalhadores, índios, negros, mulheres, continuaram a serem incluídos em uma fatia muito insignificante dessa identidade. Esse povo, tratado como unanimidade, como se tivessem as mesmas oportunidades, supostamente incluído dentro de realidades culturais parecidas e homogêneas não é povo brasileiro. Nem é povo, nem é Brasil. O Brasil, tal qual seu processo de desenvolvimento se sucedeu foi idealizado por poucos e construído por muitos, que tiveram seus direitos intencionalmente esquecidos.

A discussão nesse trabalho vai além da aquisição de direitos, visto que numa revolução comunista, a própria lógica de produção seria modificada, pois é dela que surgem as diferenciações. No entanto, notamos que, em primeiro momento, é grande desafio compreender as raízes da problemática brasileira. Não só no seu ponto de vista econômico, mas também cultural e político, para depois pensar em objetivos de superação. O desafio é ainda maior quando pensa-se na região Nordeste, ávida por ter reconhecida suas manifestações, nem sempre condizentes com esse ideal de modernidade estética e renovação de hábitos culturais.

Formação da classe operária

Karl Marx escreveu as suas obras totalmente debruçado sobre os efeitos da Revolução Industrial na Inglaterra e suas consequências.⁴³ Esse evento costuma ser considerado um marco na história mundial, modificando desde então a forma pela qual o homem se relaciona com o trabalho. A simples intervenção do homem na natureza, visando à manutenção de suas vidas e produção do essencial coletivo foram transformadas pela crescente produção em larga escala.

As máquinas deram aos homens a capacidade de produzir mais em menos tempo. Para operá-las era necessário reunir trabalhadores que desejassem reunir-se nos primeiros polos de fábricas nas grandes cidades e trabalhar horas a fio. Como isto não era possível, visto que ninguém aceitaria sair de suas terras, para estar sujeito a uma jornada de trabalho totalmente desregrada, tal que a falta de regra é explorar mesmo, e perder a autonomia sobre as próprias vidas.

No entanto, os ingleses e mais outros povos sucessivamente, tiveram a ideia de expropriar-lhes as terras. Na Inglaterra, ficou conhecido como *enclosures* (cercamentos). Esse processo se inicia no século XV, porém, adquire ares cada mais rígidos de acordo com o interesse da nascente burguesia inglesa ao longo dos

⁴³ A primeira obra de Marx é *Diferença da Filosofia da Natureza entre Demócrito e Epicuro*, de 1841. Um ano depois se aproxima de Engels, com quem vai estabelecer uma parceria duradoura. Os escritos de Marx são requisitados por diversas áreas: Filosofia, Economia, História, Sociologia. O fato é que marcaram definitivamente a concepção de sociedade e o próprio conceito de trabalho. Desde a época em que escreveu, Marx observou com sensibilidade as mudanças que ocorreriam mais a frente. Isto não quer dizer que ele tivesse sido um profeta, mas sim, que sabia empregar os seus conhecimentos de forma enriquecedora estudando uma espécie de embrião do que temos hoje.

séculos. Nos períodos anteriores, as terras eram livres, não digo comunais, digo livres. Com a privatização dessas terras, agora estritamente fechadas para o uso de seus proprietários, os camponeses tiveram que, depois de ficarem sujeitos a um período de fome e miséria nos campos, se dirigirem as cidades.

A forma principal de trabalho é o assalariado, muito embora não seja característica exclusiva do modo de produção capitalista, é possível encontrar marcas de seu desenvolvimento nas formações econômicas pré capitalistas. A diferença é que no modo capitalista de produção supõe-se que o trabalhador possa dispor livremente de sua capacidade de trabalho em troca de um salário, no entanto, essa liberdade encontra-se aprisionada na necessidade de sobrevivência do indivíduo, que acaba por vender sua aptidão, em determinado tipo de função, para o detentor dos meios de produção.⁴⁴

Segundo a teoria marxiana, isso ocorre a partir da concepção das relações sociais que tem por base jurídica e econômica, dentro do Estado, a propriedade privada. O teórico do socialismo científico, percebe o aparelho estatal como fonte de desigualdade e cerceamento da liberdade do indivíduo, prevalecendo os esquemas de dominação e exploração dos não representados, ou seja, dos que não detém os meios necessários para integrar lhe.

Vale ressaltar que ao retratar o bonapartismo francês, o autor de *A guerra civil na França* identifica uma máquina de Estado dotada de interesses próprios, tais quais militarização e burocratização, “ essa [excrecência] parasitária [colada à] sociedade civil, pretendendo ser sua contrapartida ideal, cresceu até atingir seu pleno desenvolvimento sob o poder do primeiro Bonaparte”.⁴⁵

Essa característica parasitária da burocracia visava o ostensivo controle da sociedade civil, instaurando um método de suspeita fincado nas bases da preservação da propriedade individual. Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*⁴⁶ segue, embora por outros caminhos analíticos, o mesmo raciocínio de Marx. Seu método difere no ponto de vista do campo adotado

⁴⁴ MINTZ, Sidney. O poder amargo do açúcar. Recife: Ed Universitária UFPE, 2003. Ver Era o escravo de plantação um proletário? Neste capítulo, o antropólogo estadunidense Sidney Mintz reflete os limites da liberdade do trabalhador dentro dos marcos da relação capitalista de produção em comparação perspectiva com o escravo de plantação.

⁴⁵ MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2011, p.126.

⁴⁶ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

para comprovação empírica, sendo constante ao longo da obra referência à Lewis Henry Morgan⁴⁷.

Engels⁴⁸ aborda como conclusão pautada no materialismo histórico e nas obras de Morgan, que o desenvolvimento da sociedade é anterior a família e esse permite a redefinição desta no decorrer do tempo, dado um momento tal que as relações sócio históricas se intensificam nos aspectos econômico, social e tecnológico, criando, dentro da célula familiar uma instabilidade crescente. A sociedade originária não reconhecia distinção da propriedade, em suas formas pública ou privada.

Com a crise instaurada, essa sociedade se concentra na divisão de classes, cada vez mais definida, em torno da propriedade dos meios de produção. O Estado, que representa a instituição responsável por coordená-las, incorpora através do corpo jurídico e burocrático o direito da expressão da justiça. A justiça, em função do arcabouço jurídico, desponta como mediador dos conflitos, no entanto, socialmente se difundem mecanismos de manipulação de consciência e de repressão esporádica e sistemática dos não detentores dos meios de produção, o proletariado. Nesse caso, identifica-se que, o aparato estatal não só nasce no contexto das classes sociais em luta, como é resultado disso.

Em 1845, Engels escreveu um dos seus livros mais conhecidos *A situação da Classe Operária na Inglaterra*⁴⁹. O livro é fruto da organização de suas observações enquanto esteve em Manchester, pujante centro industrial da Inglaterra. Dedicou-se para além das questões teóricas a perceber como se dava a vida nas grandes cidades no período pós revolução industrial, no que se refere exatamente a região observada. No entanto, as conclusões que ele levanta podem ser identificadas em qualquer grande centro industrial. Por ironia do destino, Engels era filho de um grande proprietário do setor têxtil, mas resolveu dedicar-se ao estudo das condições

⁴⁷ Lewis Henry Morgan (1818-1881) foi um reconhecido antropólogo norte americano. Nos seus estudos sobre conexões de parentesco definiu alguns estágios de evolução da humanidade, quais sejam; selvageria, barbárie e civilização. Dentre suas obras mais conhecidas estão *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family* – 1871; *Ancient Society* – 1877.

⁴⁸ Friedrich Engels foi um filósofo alemão que estabeleceu parceria duradoura com Marx em consonância com as temáticas do socialismo científico. Nasceu no seio de uma família de industriais alemães, porém estabeleceu com a causa da classe operária um vínculo de comprometimento em função do que considerava estado de miséria. Depois da morte de Marx (1883), Engels preencheu a vaga de “herdeiro intelectual” do materialismo histórico, sistematizando e organizando os escritos ainda não publicados.

⁴⁹ ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

de trabalho nas fábricas, no que estabeleceu uma parceria duradoura com Karl Marx.

Por mais que tenha sido escrita em um período inicial de sua vida intelectual, com apenas 24 anos, Engels conseguiu retratar de maneira bastante real os elementos que indicavam o desenvolvimento das análises econômicas posteriores acerca das contradições e dinâmicas do capitalismo. Com base em número e documentos oficiais, observação direta envolvendo a pesquisa das condições de vida, de habitação, de higiene, as formas de contratação, a resistência e luta dos operários fabris e agrícolas, bem como as formas como estado e especificamente o direito e os juízes de paz se somavam em defesa dos interesses dos capitalistas.

Ressalta-se que antes da criação do tear mecânico a organização da economia se dava a partir de pequenas máquinas caseiras. Isto fazia com que o trabalhador pudesse trabalhar em casa ou em campos próximos a sua residência. No entanto, com a inovação e intervenção de outros artefatos, especialmente o tear mecânico, as famílias tiveram que se deslocar para centros cada vez mais distantes, que dispunham desta nova estrutura.

A máquina de fiar e novos arranjos que envolvem o uso do vapor e do ferro na produção degeneraram-se as antigas manufaturas de tipo medievais, implicam na extinção da figura do artesão e do mestre – há a concentração do trabalho na fábrica e o trabalho dá-se de forma assalariada e contratual.

“Com essas invenções, desde então aperfeiçoadas ano a ano, decidiu-se nos principais setores da indústria inglesa a vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual e toda a sua história recente nos revela como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. As consequências disso foram, por um lado, uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o crescimento veloz dos capitais e da riqueza nacional; por outro lado, o crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda a propriedade e de toda a segurança de trabalho para a classe operária, a degradação moral, as agitações políticas (...)”⁵⁰.

Ao mesmo tempo que se sobrepunha ao trabalho manufaturado, os produtos alcançavam o mercado numa velocidade surpreendente, causando um acirramento da concorrência econômica, no âmbito do mercado comercial e exportador, da

⁵⁰ ENGELS, Friedrich. Op cit, 35.

mesma forma que referendava a concorrência entre os próprios proletários por emprego. Em síntese, a Revolução Industrial que despontou na Inglaterra gerou uma nova reformulação da divisão econômica no mundo. Dividindo-os entre mercados produtores e mercados a serem conquistados, em ambos os casos, o proletário suportava o peso do sistema. Fosse para produzir a mercadoria ou para escoá-las.

Um efeito fundamental era centralizar a propriedade em poucas mãos. Ao invés de cada trabalhador ter a sua pequena oficina de produção, as fábricas concentravam capitais, e por isso, também, iam se transformando na oportunidade de emprego. Uma das consequências é a centralização geográfica dos trabalhadores em bairro operários. Nesse sentido, Engels destaca o tipo de relacionamento que existia nas cidades:

“em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei; e tudo isso tão despudorada e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais”⁵¹

A pilhagem era resultado da situação miserável com que muitos trabalhadores pobres tinham que conviver, muitas vezes, levados a última consequência do desespero para conseguir de ter o mínimo necessário para a sua sobrevivência. A indiferença provinha daqueles que pouco importavam-se com a calamidade pública, já que, estavam bem divididas e localizadas nos bairros mais pobres, que eram habitados pelos trabalhadores das primeiras fábricas em grandes centros industriais como: Londres, Manchester, Leeds.

O desemprego era bastante comum. A reserva de fileiras de trabalhadores para o trabalho não era algo metafórico. *Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo.*⁵² Existiam mesmo muito mais operários nesta condição, de modo que, não faltariam aos senhores que eventualmente pudesse suprimir as perdas, numa sociedade como esta não eram tão incomuns.

Segundo Engels esses bairros tem:

⁵¹ ENGELS, Friedrich. Op cit 68-9.

⁵² ENGELS, Friedrich. Op cit 69.

“As piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular . As ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgoto ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos”⁵³

Como no caso de Pernambuco, as piores construções ficaram disponibilizadas para os operários. Nestes ambientes, não é preciso reafirmar, que surgem todo o tipo de doença e que a violência policial é uma constante. O objetivo é coibir não só as possíveis desavenças entres os habitantes, como também se antecipar a qualquer iniciativa coordenada dentre os que lá habitam. Em suma, sabe-se bem que a situação não é das melhores e para não levantar nem suspeitas, nem problemas, isolam os trabalhadores.

“as grandes cidades são habitadas principalmente por operários, já que, na melhor das hipóteses, há um burguês para dois, muitas vezes três e, em alguns lugares, quatro operários; esses operários nada possuem e vivem de seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana.”⁵⁴

Já as casas são como os ambientes das fábricas, mal conservadas, mal iluminadas, úmidas e insalubres. Nessas condições uma mesma família ocupa apenas um cômodo, vivendo aglomerados em ambientes pouco saudáveis.

O capital encontrou formas de baratear o que efetivamente é menos do que o necessário para a sobrevivência e passou a investir em mãos de obra feminina e infantil.

““Numa família em que todos trabalham, cada um pode contentar-se com um pagamento proporcionalmente menor e a burguesia, com vistas na redução dos salários, aproveitou-se largamente da oportunidade, propiciada pela mecanização, de empregar mulheres e criança.”⁵⁵

⁵³ ENGELS, Friedrich. Op cit 70.

⁵⁴ ENGELS, Friedrich. Op cit, 115.

⁵⁵ ENGELS, Friedrich. Op cit, 119.

Neste sentido, as famílias encontravam em mais esse mecanismo de exploração uma forma de complementarem suas rendas, novamente a necessidade realçar os aspectos de exploração, cada vez mais sofisticados. De modo que, com o avanço desse sistema ficava perceptível que a concorrência entre os trabalhadores era prejudicial, deveriam pois, dar as mãos. A luta contra o trabalho das mulheres e crianças, a super exploração de 16 horas e as condições precárias de seus bairros iam aos poucos provocando uma reação que levava-lhes a pensar como grupo explorado. A consciência de classe não é imediata, ela desenvolve-se especialmente a partir da consciência de exploração.

Os objetivos das primeiras associações da classe operária era anular a concorrência entre eles, daí o revolta da burguesia com essas associações. O movimento operário aos poucos foi moldando uma consciência de classe onde ficava claro para os trabalhadores que a única forma de ter uma vida digna e sentir-se de fato como humano e não como uma mercadoria era lutar para conquistar posições melhores. Perceberam que era preciso atacar os interesses burgueses e, assim tornaram a classe burguesa o seu principal inimigo.

A grande contribuição de Engels, tal qual a de Marx, é perceber nesta situação um estímulo para a luta de classe, que poderá ser levada a frente também pelos proletários. Por isso mesmo se afastam das concepções do socialismo utópico:

“Os socialistas são muitos gentis e pacíficos; na medida em que só admitem como caminho para mudanças a persuasão da opinião pública, acabam por reconhecer as condições existentes, mesmo deploráveis, como justificáveis. Mas a forma atual de seus princípios é tão abstrata que jamais conseguirão convencer a opinião pública. Por outro lado, eles não se cansam de lamentar a degradação moral das classes inferiores, não consideram que a degradação moral da classe proprietária, provocada pelo interesse privado e pela hipocrisia, é bem pior e permanecem cegos a todos os elementos progressistas contidos na desagregação da ordem atual. Não compreendem o desenvolvimento histórico e, por isso, querem mergulhar imediatamente a nação nas condições do comunismo, sem o progresso da política até o ponto em que essa desapareça por si mesma. Sabem por que o operário se indigna contra o burguês, mas consideram estéril essa cólera (que, de fato, é o único meio de fazer avançar os operários) e predicam uma filantropia e uma fraternidade universal inteiramente inócuas na situação contemporânea da Inglaterra.”⁵⁶

⁵⁶ ENGELS, Friedrich. Op cit 127.

A postura de naturalidade frente ao problema dos operários levava a um ciclo de caridades que em nada teriam o poder de resolver a questão. Frisar a degradação moral dos ambientes que os trabalhadores frequentavam ou viviam fazia coro a uma mentalidade religiosa e pouco progressista. O apelo de Engels é para que eles pudessem compreender através de um método histórico de análise, como o materialismo histórico, o desencadear de uma luta de classes, tendo nos operários e camponeses os principais protagonistas. Não bastava remediar o ímpeto deles pontualmente, a conscientização e a disposição para a luta era fundamental. Por isto mesmo, a grande contribuição das primeiras associações operárias, se desdobrando em sindicatos no futuro, que lembrava aos operários o poder da ação coletiva e de classe.

Consciência de classe

O conceito de classe é alvo de muitas polêmicas. Uma das principais dificuldades é definir precisamente sua utilização e os momentos históricos em que é pertinente utilizá-la. Marx faz uso do termo luta de classes para exprimir os tensionamentos entre o nascente proletariado e a burguesia na Inglaterra do século XIX. No entanto, deve-se dizer que tal como as outras categorias históricas a classe é uma construção. O conhecimento das classes se dá pela recorrência, em nosso cotidiano e ao longo da história, de comportamentos classistas.

Edward Thompson⁵⁷, historiador marxista do século XX, fornece inúmeras contribuições neste sentido. A mais importante é perceber a classe de forma relacional. As classes não existem como entidades separadas, mas sim num constante processo de luta. Esta percepção tira do conceito uma visão acabada e portanto cristalizada no tempo como categoria analítica imobilizada. Por mais que se dedique a história da Inglaterra, deixa um legado para um novo olhar neste específico que se dá no mundo todo. Se a luta de classes é universal, existe também a necessidade de entender o que é classe, o que a princípio serve para

⁵⁷ Edward Palmer Thompson (1924-1993) lecionou muito tempo em cursos universitários voltado para os trabalhadores. Foi adepto ao partido comunista com quem rompeu em 1956 por resistência aos métodos stalinistas. Fundou com outros historiadores de tendência marxista o grupo New Left Review. Escreveu diversos livros, reconhecido por marxistas e não marxistas. A formação da classe operária inglesa; Miséria da Teoria; Costumes em comum; A economia moral revisitada.

todas as localidades. O que muda é a interação das mesmas em relação a sua historicidade.

Desenrolam-se duas formas de uso do termo. A primeira forma relacionada ao século XIX para países cuja atuação de partidos e instituições de classe se davam naquele contexto. E a segunda forma, marcadamente a contribuição de Thompson, é noção de que não se deve utilizar conceitos que não são admitidos no sistema de conhecimento das próprias pessoas. Pois isto dissociaria a categoria da evidência histórica.

Considerando que o desenvolvimento do capitalismo, a partir das suas formas mais conhecidas de reprodução e expansão de produção e cultura, pode-se afirmar que ocorreram desníveis entre alguns países, no tange ao estabelecimento de fábricas, indústrias e a cooptação/disciplinamento de operários para esses trabalhos. É, por exemplo, o caso do Brasil. Portanto, os momentos históricos não são os mesmos, nem a categoria utilizada pode ser. Ainda mais quando se considera a extensão numérica do proletariado inglês e do brasileiro na década de 1920. Desta forma, classe e consciência de classe são sempre o último estágio de um processo real.

A experiência externa é fundamental, porém a classe se forma a partir da ação e experiência coletiva dos trabalhadores em oposição a burguesia.

“Existe atualmente uma tentação generalizada em se supor que a classe é uma coisa. Não era esse o significado de Marx, em seus escritos históricos, mas o erro deturpa muitos textos ‘marxistas’ contemporâneos. ‘Ela’, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente- uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção.”⁵⁸

Ao partir de uma ideia uma voltada para a experiência dos indivíduos, Thompson vai de encontro a muitas interpretações marxistas anteriores, como as de Louis Althusser, que desconsidera a força dos sujeitos na História reduzindo todas as esferas do social ao econômico.

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus

⁵⁸ THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.10.

interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.”⁵⁹

A consciência de classe se constrói através das experiências vividas pelo grupo social, expressas nas formas culturais. As tradições, costumes, valores são frutos de uma vivência em comum, de um grupo social. A consciência de partilhar interesses iguais e identificar-se com estes e com os membros do grupo social é que, para Thompson, forma a classe. A classe não existe sem a consciência. Fazer parte de uma classe é identificar-se com seus valores e seus interesses, consciente de que estes são partilhados por todo o grupo. O sistema de solidariedade entre os trabalhadores faz parte de um primeiro plano de natureza comunal, baseando-se também em uma forma de consecução de ganhos e direitos.

O historiador inglês queria mostrar que a experiência não estava necessariamente associada ao terreno ideológico, podendo fazer parte das práticas cotidianas que são partilhadas pelos trabalhadores, e que, portanto, estabelecem uma noção comum de exploração, em primeiro momento, para depois, paulatinamente transformar-se em consciência de classe.

“As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no campo do pensamento e seus procedimentos (...). Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, com normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores (ou através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.”⁶⁰

Além da noção de estrutura, contribuição dada anteriormente por historiadores marxistas e não marxistas, Thompson visualizava na cultura uma

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.189.

permanente fonte de demonstração de atos políticos, pela forma como os trabalhadores se relacionavam com as normas, valores e obrigações sociais. Esta cultura pode estar interligada com aspectos muito próprios de cada sociedade, sem por isso resignificar nacionalismos.

A ideia era ressaltar os aspectos próprios de cada sociedade, a partir de um modelo que ele usa essencialmente para Inglaterra, quando trata do caso da formação da classe operária inglesa. A questão da ação e da prática política revolucionária não está pronta através de fórmulas, mas é diretamente proporcional a possibilidades de quebrar com uma cultura de opressão baseada no capitalismo, associado a tantas outras características de sistema. Propriedade privada, monopólios de cultura, aparelhamento de Estado, através dos órgãos públicos e de justiça.

Desta forma, Thompson direcionou o olhar para dentro da classe, com suas particularidades e também potencialidades. Diferentemente de analisar apenas o teor conceitual do termo, buscou as conexões com outras áreas do saber, Direito, Economia, Antropologia. Tudo isto se transformou em ponto chave para compreensão do momento revolucionário.

Um outro alerta é quanto a inexistência de classes sociais homogêneas. Juntamente por estarem inseridas em um processo de construção, intimamente conectadas com a premissa da luta de classes, permeiam diversas contradições entre o Estado, movimentos sociais, organizações sindicais. A relação de classe é algo facilmente identificável, agora é temerário supor que as classes agiriam todas da mesma maneira e desenvolveriam também as mesmas reações.

(...) as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe (...)⁶¹

⁶¹ THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Edunicamp, 2001. p. 271-272, p. 274.

Vale ressaltar que, ao introduzir um novo olhar sobre classe, Thompson não rejeita a relação de produção, meio pelo qual essas relações sociais se estabelecem, uma vez que retrata-se um sistema de organização em torno da produção e circulação de mercadorias. Neste sentido, o historiador inglês estabelece uma relação de complementariedade com os escritos de Marx. Afinal, o conceito de construção de classe parte do pressuposto mesmo da própria relação que se estabelece na luta de classes.

Para o historiador, a própria categoria é passível de questionamento. Não somente a de classe, mas toda categoria é histórica, e portanto, poderia sofrer transformação de sentido ao longo do fazer-se histórico. Por isto que, para preservar o significado, deve estar sempre em contato com a realidade histórica. Esta é a necessidade de um saber acadêmico que não esteja alheio aos acontecimentos políticos e sociais.

O Brasil do início do século XX não possuía uma estrutura de classes ou algo parecido. É importante ressaltar que ao falar de classe, me refiro às relações que se estabelecem entre grupos mais ou menos afinados com relação aos modos de produção de cultura, hábitos e, principalmente interesses antagônicos. Assim como no sistema de governo, escolha política de modo de governança do povo, no caso, em passagem transitória da monarquia para a república, os trabalhadores da cidade e do campo também estavam se adaptando aos nossos rumos. A pluralidade de interesses, a emergência de um setor médio mais afastado dos interesses monárquicos e a ascensão dos trabalhadores, agora cada vez mais concentrados na cidade, vieram modificar as relações sociais, a partir da transformação de suas relações de produção.

O Estado

Visão Gramsciana

Com a crise instaurada, essa sociedade se concentra na divisão de classes, cada vez mais definida, em torno da propriedade dos meios de produção. O Estado, que representa a instituição responsável por coordená-las, incorpora através do

corpo jurídico e burocrático o direito da expressão da justiça. A justiça, em função do arcabouço jurídico, desponta como mediador dos conflitos, no entanto, socialmente se difundem mecanismos de manipulação de consciência e de repressão esporádica e sistemática dos não detentores dos meios de produção, o proletariado. Nesse caso, identifica-se que, o aparato estatal não só nasce no contexto das classes sociais em luta, como é resultado disso.

Essa temática é frequentemente abordada pelos historiadores marxistas, e porque não dizer, por historiadores não marxistas e outros estudiosos das humanidades. Esse sistema moderno de organização em torno dos Estados nacionais, todos com seus símbolos, aparato jurídico definido, cultura e política originária caracterizou-se pelo nacionalismo, muitas vezes exacerbado, que desconectou forçada e propositadamente as compatibilidades internacionais dos trabalhadores. O Estado adquiriu ao longo do tempo novas formas de representação, na transição de sua fase concorrencial para a monopolista, teve em Antônio Gramsci⁶² um de seus principais teóricos.

Após a primeira guerra mundial (1914-1919), a Itália foi o palco de embates crescentes entre partidos progressistas e conservadores, os fascistas aumentaram bastante em número a partir do momento em que a crise tornou-se mais grave. No restante da Europa, a situação era igualmente problemática, em função das dificuldades encontradas pelos partidos socialistas revolucionários. Foi nesse contexto que Gramsci precisou desenvolver novos conceitos para analisar a realidade política, muitos desses, ainda hoje, são elucidativos e frequentemente utilizados por estudiosos de todas as áreas.

É polêmica a distinção feita pelo filósofo entre sociedade política e sociedade civil, enquanto a sociedade política tem como o seu portador material o aparelho coercitivo do Estado, a sociedade civil se encontraria no plano do que Gramsci considera aparelhos privados de hegemonia, ou seja, sua identificação com o Estado não é necessariamente integral, mas representa forte influência nos

⁶² Filósofo marxista, nascido em Ales –Itália (1891-1937). Sua família não tinha boas condições financeiras, o que aguçou a sua sensibilidade para a realidade dos trabalhadores de Turim, cidade na qual morou durante a adolescência. Foi um dos fundadores e também grande articulador do Partido Comunista Italiano (1921). Foi preso, em 1926, pela Ditadura fascista instalada na Itália que recebia com desconfiança as ligações de Gramsci com a União Soviética. Dentro da prisão escreve uma de suas obras mais reconhecidas: *Cadernos do Cárcere* (1926-1937), é impressionante o detalhamento encontrado numa obra feita apenas com a utilização da memória e inteligência do autor.

movimentos a serem adotados pela sociedade, dentre os exemplos, podemos citar: a igreja, meios de comunicação, as escolas, partidos políticos, sindicatos. Vale salientar que a relação entre essas duas esferas é dialética, em sua concepção, uma esfera não sobrepõe a outra, elas se complementam. A primeira no âmbito da força, a segunda no âmbito do consentimento.

Deve ser destacado que em nenhum momento existe uma ruptura entre Marx e Gramsci, o que acontece é uma ampliação da noção de Estado. Gramsci percebeu que esse não servia somente como balcão de negócio da burguesia, porém, tinha uma preocupação renovada em atender algumas demandas das classes subalternas. O pensador italiano notou a dificuldade crescente de obtenção do consenso através da coerção e do monopólio da violência. Para ele, esse organismo social deveria se interligar com o objetivo de alcançar a hegemonia.

A hegemonia, dessa forma, supera a ideia de uma mera aliança de classes, ou de subordinação de uma classe para outra, evidencia, sobretudo, a aptidão desenvolvida para dirigir o capital político cultural, auxiliando na criação de uma visão de mundo a ser incorporada pelas demais classes. No Estado ampliado, a luta de classe se manifesta, também, na guerra de posições, num processo progressivo e gradual de conquistas por meio da sociedade civil. Para garantir o poder político revolucionário é necessário, primeiramente, sairmos vitoriosos na guerra de posições. A transição se dá entre a concepção de uma teoria de hegemonia em termos de classe para a ideia de hegemonia em termos de Estado.

O Partido Revolucionário deve preparar todos os filiados para no futuro conseguirem desempenhar a função de dirigentes intelectuais da revolução. Esse processo requer um amadurecimento das massas que as possibilitaria uma reação de certa independência intelectual frente aos dirigentes burocráticos do partido, evitando que esses instrumentalizassem os filiados. Isso seria possível por meio de um empoderamento intelectual que confrontasse a noção de dirigentes e dirigidos, pelo menos dentro do partido. Assim como o capitalismo ensejou um tipo de Estado com aparato específico, pensa Gramsci que deverá ser com o socialismo. Antes de tudo, uma renovação de instituições, valores, para que a transição capitalismo - socialismo seja assegurada.

Embora vislumbre essa transição capitalismo – socialismo, Gramsci, assim como Marx, não perde de vista a necessidade do desaparecimento gradual do

Estado. Aliás, em tese, ele não seria mais necessário, visto que o proletariado coordenaria a emergência de uma sociedade regulada, onde a sociedade civil seria capaz de desenvolver suas relações sócio materiais independentemente. O autor divide os Estados em dois tipos, de acordo com as relações desenvolvidas entre sociedade civil e política em sua formação, distingue: Estado Ocidental de Estado Oriental. O Estado Ocidental é aquele no qual sociedade política e civil estão equilibradas em seu crescimento, ou seja, de uma forma geral, há um equilíbrio entre a coerção e consentimento. No Estado Oriental, Gramsci observa uma predominância da sociedade política, seria um Estado com características autoritárias mais evidentes.⁶³

Uma das maiores contribuições de Gramsci foi à investigação de um modelo compatível com a sociedade italiana. Não se trata de ignorar os elementos internacionais, até porque já está provado que as relações contraditórias de classe seguem uma diretriz universal, se considerarmos, a constituição das classes, a formação de um Estado tutelando os conflitos, que não podemos perder de vista são as combinações entre o elemento nacional e o internacional, quais as tradições históricas de organização social, porque se constituem de diferentes formas e como reorganizá-las em seus aspectos político, cultural, preservando seus povos. No Brasil, por exemplo, os povos indígenas foram distanciados de qualquer projeto revolucionário pelo Partido Comunista em seus primeiros passos, no segundo capítulo, vamos identificar melhor essas condições.

Apesar de discordar de Coutinho quanto a essa transição brasileira de Estado Oriental para Ocidental, após 1930, e até mesmo, divergindo, inclusive, da própria nomenclatura adotada por Gramsci, não podemos deixar de ressaltar um dos conceitos que, de forma isolada, sem adentrar na discussão dos tipos de Estado,

⁶³ Aqui é importante que se esclareçam umas questões, alguns historiadores marxistas como Carlos Nelson Coutinho defendem e enfatizam a não vinculação dessas nomenclaturas com a posição geográfica dos Estados, sendo assim, o próprio Coutinho defende que o Brasil até 1930 era um tipo Oriental de Estado, resultado da influência de Portugal até a proclamação da república e ao sistema político frágil no sentido da participação popular durante a primeira república. De fato, a sociedade civil não era das mais integradas, mas não se pode dizer que a nova república trouxe muitas mudanças do ponto de vista do controle político, da instabilidade democrática, talvez, e somente, possamos falar em alguns períodos determinados de afastamento estratégico dos interesses estrangeiros, mesmo assim, não com tanta clareza. Com respeito à nomenclatura, por mais que existam esforços no objetivo de distanciá-la da sua compreensão geográfica, parece que não são tão exitosos quanto o etapismo subentendido. COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: Um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

parece ser um dos maiores problemas a serem enfrentados do ponto de vista de uma perspectiva revolucionária: a revolução passiva.

Essa compreende uma ação transformadora imposta de cima para baixo, composta também, por um movimento de renovação, no momento em que algumas demandas populares são atendidas, tudo dentro dos limites coordenados. As mudanças sociais e políticas são executadas pelo Estado na ausência de líderes de massa para mobilizarem as classes. A respeito do caso italiano, Gramsci afirma:

“Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no Risorgimento italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição das forças, e portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.”⁶⁴

No Brasil, as transformações políticas mais destacadas tiveram em sua direção o Estado. A população era coadjuvante dos acontecimentos, muitas das vezes nem os compreendia. Ou seja, além das dimensões continentais e formações históricas regionais diferenciadas, os partidos que propunham uma revolução brasileira tiveram que lidar com dificuldades de organização. Essas intempéries se davam tanto no âmbito teórico, quanto no prático.

Marxismo na América Latina

A partir da Segunda Internacional (1889-1914), além do impulso e conhecimento maiores a respeito da teoria formulada por Marx, eclodiram algumas dissidências, umas com objetivos reformistas e outras que se afastavam totalmente da ideia de criação de um Estado proletário, como é o caso dos sindicalistas revolucionários. Outras dificuldades surgiram também no que tange ao acesso a este pensamento, especialmente quando consideramos as áreas que foram historicamente subjugadas.

Uma dessas áreas é a América Latina, onde as ideias de Marx só chegaram no final do século XIX através de imigrantes europeus, sobretudo espanhóis, italianos e alemães mais politizados que em suas viagens faziam esse cabedal teórico circular por entre os continentes. A partir disso, houve o desenvolvimento de

⁶⁴ GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Vol 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.377.

grupos socialistas pioneiros (Argentina, 1886; Uruguai, 1910; Chile, 1912), imediatamente alinhados com a Segunda Internacional, do crescimento e dissidências deles surgiram os Partidos Comunistas dos anos 20.

No caso do Brasil, por exemplo, a fundação data de 1922, no entanto, existiu tentativa de organização de um Partido Comunista desde 1919. Tais partidos, superando os influxos do anarquismo e do anarcosindicalismo sobre os trabalhadores, foram responsáveis por divulgar o marxismo. Essas novas ideias, à época, constituíam vetor de um heterogêneo e complexo universo político e ideológico, compreendido num processo de cultura política que os envolvia os mais diversos componentes ideológicos do pensamento anti capitalista.

No que concerne à formação dos Estados Latino Americanos, Kaplan⁶⁵ afirma:

“Desde la emancipación hasta el comienzo del siglo XX registra el surgimiento y la consolidación del modelo clásico de Estado oligárquico, que expresa y refleja la situación de dependencia en el orden mundial y la división internacional del trabajo estructurados por Europa Occidental y Estados Unidos; la economía y el tipo de desarrollo primario- exportador; una sociedad jerarquizada y rígida; una cultura híbrida, de cosmopolitismo y nacionalismo. El Estado oligárquico se estructura a partir de condiciones de conflicto y desequilibrio generalizado, a través de un largo período de guerras externas y civiles, de anarquía e caudillismo.”⁶⁶

Com isso ele não quer dizer que o Estado é simplesmente produto do contexto dessa oligarquia, porém, identifica uma elite governante que se faz no processo de construção desse Estado, encontrando formas de desenvolvimento das classes que se posicionam como maior ou menor independência nas questões externas. Como resultado do movimento democrático e igualitário que ascendem desde os finais do século XVIII, a proteção do Estado tende a ampliar-se: dos direitos civis (sufrágio universal) até os direitos econômicos e sociais. Essa tendência é reforçada pelo próprio Estado Liberal que revigora em sua prática o

⁶⁵ Marcos Kaplan (1926-2004) cientista social, nascido em Buenos Aires. Dedicou-se, principalmente, aos estudos relacionados à formação do Estado latino americano. Um dos seus livros mais destacados é Formação do Estado Nacional na América Latina.

⁶⁶ KAPLAN, Marcos. El Estado y la teoría política y constitucional en América Latina In El Estado en América Latina teoría y práctica. Universidad de las naciones unidas, 1990, p.71.

estabelecimento de vínculos diretos com indivíduos livres, estimulando, em tese, formas de sociabilidades e solidariedade.

A liberdade dentro desse sistema é algo totalmente questionável, especialmente se levarmos em consideração o modelo de dependência externa que é assumido pelas elites latino americanas, quando menciona-se isto dentro do conhecido sistema capitalista. É notória a necessidade de um projeto revolucionário integrado, uma vez que, a região é subjugada possui características distintas, cultura distinta, e também nesse aspecto é constantemente silenciada.

Esse silêncio sucede como naturalmente se representam as percepções de crescimento mundial, de produção, consumo, e de reconhecimento cultural. Quando a elite política abre mão da vocação, dos hábitos e empurra-nos para um modelo pré estabelecido de desenvolvimento, ocupa-se o lugar que já está posto pra nós. Esquecem os anseios sociais, políticos, econômicos e todo esse conceito de igualdade.

Para discutir porque a América Latina passou tanto tempo sem uma atenção específica do PC, bem como resgatar aspectos da teoria marxiana relacionados ao continente, José Aricó⁶⁷ escreveu o livro, Marx e a América Latina, totalmente dedicado à temática. Ele considera extremamente difícil visualizar até que ponto havia, na II Internacional, ou em alguns teóricos da mesma, uma percepção crítica a respeito das dificuldades classificatórias que representavam, e continuam representando, as sociedades latino americanas. A possibilidade de culpabilizar os partidos por seu ingresso tardio na internacional não satisfaz o autor.

Segundo afirma, o Partido Socialista argentino manteve, desde o final do século XIX, vínculos muito estreitos com a II Internacional, participando não somente de seus congressos, bem como da vida do Bureau Socialista Internacional.⁶⁸ Pode-se até falar, no caso das organizações socialistas da Argentina e do Brasil, em uma incorporação prematura.

⁶⁷ José Aricó (1931-1991) socialista argentino, influenciado pelo pensamento gramsciano. O estudo da América Latina através do seu marxismo fez-se extremamente importante, principalmente por sua nacionalidade e o reconhecimento da necessidade de readaptação das teses marxistas para a nossa região. Aricó compreende que trata da América Latina a partir desses princípios é estimular o próprio elemento revolucionário.

⁶⁸ O Partido Socialista argentino manteve, desde a sua formação, uma relação de aproximação permanente com a II internacional. Participou com delegações próprias ou se fazendo representar por delegações de partidos irmãos, em quase todos os congressos internacionais e ocupou um posto permanente nas sessões do Bureau Socialista Internacional desde 1901 até as vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-1919).

É indiscutível a pouca atenção que Marx e Engels deram à América Latina, pelos mais variados motivos. O que não se pode deixar de observar é, se, e, qual efeito, isso tem sobre o corpo teórico marxiano.

“Falar hoje de marxismo é mencionar, simbolicamente, uma pureza inexistente, exceto no dogma, ou então em uma referência histórica comum para penetrarmos no mundo contraditório dos marxismos reais, ou seja, uma metáfora polêmica para expressar a necessidade de confrontar o pensamento de Marx com a diversidade dos movimento históricos constituídos em seu nome.”⁶⁹

Quando o desenvolvimento do movimento social está vinculado aos processos, que, tornam cada vez mais complexas as relações econômicas e políticas, não pode, portanto, estar separado dos efeitos que reverberam na teoria. Isto não é sinal de crise, pelo contrário, indica que os esquemas gerais da teoria continuam funcionando, porém precisam ser ampliados para dar conta de uma realidade diversa.

Ou seja, embora estabeleçam valores negativos para identificar o que acontecia, não podemos dizer que não buscassem, ainda que com essa qualificação negativa, desvendar a natureza social, política e até ambiental desses países. Não se pode comparar a efervescência e organização do proletariado nos dois continentes, são momentos históricos distintos em sua funcionalidade, e também, obedecem a lógica do sistema capitalista nascente. Talvez por isso, fosse tão importante uma dedicação especial ao território americano, ficamos com toda potencialidade revolucionária e poucos esclarecimentos teóricos.

Um dos problemas centrais na discussão do marxismo latino americano se referia à natureza da revolução, através da qual, iria se implementar um Estado baseado na teoria comunista de governo. Segundo Lowy⁷⁰, existiam duas compreensões sobre o comunismo na América Latina, quais sejam, o “excepcionalismo indo americano” e o “eurocentrismo”.

No primeiro caso, a especificidade da História, cultura e estrutura social latino americana é absolutizada de forma que existe a sobreposição de componentes

⁶⁹ ARICÓ, José. Marx e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.39.

⁷⁰ LOWY, Michael. O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 até os dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

particulares da História desse continente à própria teoria marxista, o estudioso cita como exemplo a APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) que durante a década de 1920 teve seções em vários países, essa foi fundada pelo mexicano Victor Raúl de La Torre⁷¹ e tentou primeiramente adaptar o marxismo a realidade continental para depois superá-la.

A APRA defendia: a unidade política na América Latina, a nacionalização da terra, a luta contra o imperialismo norte americano, a internacionalização do canal do Panamá, a solidariedade com todos os povos do mundo e com as classes oprimidas. Haya de La Torre se preocupava com o caráter original da revolução na América Latina e considerava que o operariado precisaria de ajuda para realização a revolução por sua conta. Defendia que se aliassem a pequena burguesia formando um movimento policlassista, por conta disso, surgiram divergências entre os partido comunistas e La Torre.

O mentor intelectual desse movimento buscou uma comparação com os conceitos einsteniano de espaço-tempo para utilizá-lo no domínio sócio histórico. Para ele, o “espaço-tempo” europeu é profundamente diferente do encontrado pelos teóricos na América Latina, por conta disso, deveria existir uma nova teoria baseada no ponto de partida do marxismo, mas que pudesse transcendê-lo.

No segundo caso, o “eurocentrismo”, tem-se uma tentativa de transposição mecânica dos modelos de desenvolvimento socioeconômicos europeu durante o século XIX. Sendo assim, para cada aspecto estudado no continente europeu esperava-se encontrar um equivalente na América Latina. Uma das críticas mais enfáticas feitas ao “eurocentrismo” é a de que na formação das sociedades latino americanas tivessem originalmente versões locais de feudalismo. Se já é problemático ao nos referirmos a toda Europa, imagina quando passamos a outorgar, também, ao continente americano.

É importante aqui lembrar do aparte feito por Aricó. O eurocentrismo faz parte do momento histórico, porém, isso não significa dizer que desconheciam completamente a América Latina, principalmente no caso de falarmos da elite latino

⁷¹ Político peruano nascido em Trujillo, fundador do partido aprista, o partido foi inspirado principalmente na Revolução Mexicana, elaborando uma doutrina “indo americanista” única. A APRA foi um movimento de caráter continental, mas, pouco a pouco restringiu-se ao Peru onde resistiu como partido de massa.

americana. Para eles, o eurocentrismo é antes uma opção política do que uma manipulação externa.

Apesar das diferenças entre essas duas formas de pensar o comunismo na América Latina, elas convergem em um ponto, para a aplicação do marxismo a nossa realidade social é necessária à superação do embate entre as particularidades continentais e os aspectos universais da teoria marxista. Ou seja, de nada adiantava negar o marxismo, nem procurar nesses países processos iguais ao exemplo europeu sem que existisse um prévio estudo sobre o comportamento e História das classes naqueles países, nesse caso, além das relações interclassistas devemos também levar em consideração a dependência latino americana ao elemento externo desde o período de sua independência.

Lowy dividiu o desenvolvimento no marxismo nesse continente em três fases: A primeira foi um período revolucionário, dos anos 1920 até meados dos anos 1930, e cuja expressão teórica mais destacada foi Mariátegui, no terreno da expressão de revoltas políticas destaque para a insurreição Salvadorenha em 1932. O peruano José Carlos Mariátegui conduzia suas intervenções por uma mesma diretriz teórico metodológica afirmando a universalidade do marxismo em contraponto a teoria de Haya de La Torre que defendia uma teoria própria para o continente tomando a pequena burguesia como elemento revolucionário por excelência, desvinculando o combate ao imperialismo da luta pelo socialismo. Nessa fase, os marxistas caracterizavam a revolução latino americana como, simultaneamente, socialista, democrática e antimperialista.

Negros, índios, camponeses, trabalhadores urbanos foram incorporados à discussão do nacional em uma demonstração evidente de ruptura com a ordem oligárquica e toda exclusão social, política, econômica e étnica que ela provocava. Todavia, no caso dos intelectuais ora estudados, diferiam quanto à composição da frente revolucionária e o caráter da revolução: socialista para Mariátegui; nacional-estatista, no caso de Haya de la Torre.

No Peru dos anos 1920, no contexto da ditadura de Augusto Leguia (1919 - 1930) e preponderância das oligarquias, as discussões sobre os projetos de transformação social estiveram na ordem do dia entre as esquerdas. Durante esta década, Leguia perseguiu, prendeu e levou ao exílio muitos de seus opositores políticos, dentre eles Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui.

Este teria sido exilado, de 1919 a 1923, de maneira disfarçada, recebeu do estado proposta para viajar à Europa, servindo ao governo peruano como agente de imprensa. Já Haya de la Torre, envolvido em uma tentativa de golpe contra Augusto Leguía em setembro de 1923, foi deportado para o Panamá a 9 de outubro deste mesmo ano. Foi durante o exílio que Haya se articulou com líderes políticos de outros países, fundando a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), no México, em 7 de março de 1924.

Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui possuíam inicialmente ideias comuns, diagnósticos semelhantes sobre a realidade peruana, especialmente no que diz respeito à questão indígena. Após a separação com o grupo aprista de Haya por incompatibilidade de projetos políticos para a nação peruana, Mariátegui funda o Partido Socialista Peruano (PSP), em 1928.

O PSP seria constituído pelo proletariado, pelas massas camponesas indígenas e por intelectuais radicalizados, orientados pelo método revolucionário marxista-leninista, adaptando sua prática as circunstâncias concretas do país. Aos moldes da ideia leninista de vanguarda, seguindo uma orientação da Internacional Comunista, o Partido Socialista exerceria um trabalho de formação da consciência política entre seus membros, fundamental para acelerar o amadurecimento do pensamento revolucionário.

Segundo José Aricó, embora os peruanos Mariátegui e Haya tivessem discórdias, destacavam-se dos demais intelectuais do subcontinente por possuírem concepções originais a respeito dos problemas de seu país:

“As afinidades consistiam em algo que distinguia notavelmente os dois intelectuais peruanos dos outros intelectuais americanos: uma aguda percepção do problema nacional e uma obsessiva preocupação com os aspectos da originalidade de todo o processo revolucionário e, no caso específico, do latino americano”⁷²

Não obstante pontos de vista semelhantes sobre o Peru, a começar pela convicção que ambos tinham de resolver primeiro o problema da terra e da servidão indígena, bem como almejem modelos de desenvolvimento identificados com um marxismo heterodoxo, divergiam, por exemplo, quanto à correspondência entre

⁷² ARICÓ, José. Op cit, 445.

teoria marxista e práxis. Haya e Mariátegui concordavam que o marxismo deveria ser repensado para as condições estruturais da América Latina.

No entanto, a abordagem de Haya de la Torre, adotada também pela APRA, é caracterizada por Michael Lowy como uma propensão ao “excepcionalismo indo-americano, tendia a absolutizar a especificidade cultural, histórica e social do subcontinente, inferindo sobre a teoria marxista como exclusivamente europeia, portanto inaplicável ao território latino-americano que possuía situações sociopolíticas diversas daquelas nas quais foi concebido o marxismo.

Por muitas vezes, Mariátegui foi considerado eurocentrista, já que mesclava os aspectos universais da teoria com os locais, valorizando a ação revolucionária. No entanto, essa crítica não é bem colocada, uma vez que, ele estabelece princípios de ligação entre os aspectos gerais e particulares da teoria. Sendo assim, se debruçou a estudar as peculiaridades de seu povo preservando o objetivo revolucionário. A reflexão em torno da Revolução Socialista em um país dependente e pouco industrializado, e com uma estrutura econômica centrada no latifúndio agroexportador, conduziu Mariátegui a refletir acerca da necessidade de incorporação dos camponeses no processo revolucionário, tendo em vista que a classe operária peruana era demasiadamente reduzida.

O dado de que a grande maioria do campesinato peruano era constituído de indígenas indicava a Mariátegui a necessidade de examinar sua cultura e sua história, buscando nas tradições incaicas elementos que permitissem uma aproximação entre as reivindicações indígenas, em especial a reconquista da terra expropriada pelo latifúndio, e a perspectiva socialista revolucionária. Compreende-se, assim, que a temática indígena tenha ocupado grande parte da reflexão mariáteguiana.

É interessante analisar a teoria marxista sobre o ponto de vista do indígena, essa temática é muito cara não só ao Peru, como também ao Brasil. Mais ainda, se pensarmos que praticamente excluimos nossos índios da possibilidade de participação no processo revolucionário. Sobre a necessidade de “civilização”, observa Cristiano Cordeiro em discurso para o Instituto de Ciências e Letras de Pernambuco:

“(…) contrastando com as ideias modernas, que, inspiradas no relativismo, não mais comportam o dogma da soberania nacional, tal como a compreendem ainda os jacobinos de certos núcleos patrióticos da América, onde ideias falsas procuram tomar corpo, a exemplo desse canhestro pan-brasileirismo ou americanismo brasileiro...Resta-nos toda convicção de que, a nenhum povo é reconhecido o direito a barbárie, impondo-se, ao contrário, a civilização como um dever.” (A província, 10/10/1923).

Ou seja, o pensamento de Mariategui deve ser resgatado no sentido de pensar-se a América Latina de acordo com as características de sua formação, diferentemente do que pensava Cordeiro ao ressaltar o falso americanismo brasileiro. Isso porque não será possível revolucionar estruturas sem antes estimular o potencial revolucionário do sujeito que está empoderado de sua cultura política. Sendo assim, o objetivo nacional, e não o nacionalismo, constituem arma indispensável no processo de emancipação.

Essa primeira fase dos Partidos Comunistas nos anos 1920 é o momento primordial da construção dos projetos de Estado dos principais países na América Latina, eles procuram se descobrir enquanto nação, identificar o seu povo, resgatam tradições para esconder a luta de classes. Nesse panorama, o passado de união e harmonia é entoado como verdade absoluta e inquestionável.

II. O operariado pernambucano: primeiros desafios

Das associações beneficentes à Federação Operária Pernambucana

O movimento sindical adquiriu significado cada vez mais expressivo com a abolição da escravatura, isto porque, esse processo inicia um ciclo de migrações para as cidades, onde os trabalhadores irão se empregar nas fábricas ou informalmente nas ruas. No início do século XX, os operários não possuíam nenhum órgão de defesa, apenas em alguns setores de artesanato existiam as associações e uniões de caráter filantrópico.

Diferente dos sindicatos, essas associações tinham uma extensão de poderes muito breve, agindo pontualmente para resolver questões muito específicas dos operários. Geralmente ligada a momentos que estão dentro do âmbito individual de suas vidas. Ou seja, dada a morte de algum operário, existia um auxílio financeiro para o enterro, algumas vezes para a própria família. No entanto, dentro desta lógica, mudanças iam sendo efetuadas. Uma delas, e talvez, das mais evidentes, é o recorte racial.

Marcelo Mac Cord⁷³ trata da conexão real entre a formação destas primeiras associações e o recorte de raça no Recife. Para isso, ele retoma as irmandades do século XIX, observando uma estrutura, pautada nos interesses de reconhecimento social, aperfeiçoamento de instrução e estratégias de inclusão. Embora não seja o foco do Partido Comunista, o recorte racial deve ser levado em consideração, uma vez que diz muito sobre o perfil dos operários brasileiros, e neste caso específico, pernambucanos.

Mesmo com a situação de trabalho calamitosa, a fome e a miséria de muitos trabalhadores, as associações e uniões operárias não recebiam nenhum incentivo financeiro por parte do estado, de modo que a situação dos mesmos era definida pela capacidade de articulação, desenvolvimento de estratégias para arrecadar fundos, e, a longo prazo um trabalho para capacitar melhor os seus componentes. A

⁷³ MAC CORD, Marcelo. Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880. Tese de doutoramento. <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000436695>> Acesso em: 03/05/2016, às 13:10.

comunicação se torna mais eficiente com a fundação da Federação Operária Pernambucana (1914), comandada pela figura de José Elias, por orientação de uma delegação de sindicatos do Rio de Janeiro. Com isto, formam também, uma caixa de resistência, que supunha a conjunção de esforços para arrecadar fundos e enfrentar as lutas pelas suas reivindicações. Porém, isso não significa supor que não tenham existido conflitos de demandas trabalhistas anteriormente.

Já em 1908, um grupo de ferroviários entrou em conflito com a diretoria da Great Western⁷⁴. Para encaminharem a tratativa, deram seguimento a um memorial que foi entregue aos diretores da companhia, nele continham as principais reivindicações do grupo, quais sejam: oito horas de expediente, aposentadoria e outras melhorias no ambiente de trabalho. A diretoria não tomou providências e deu início a uma greve de três dias que foi pesadamente reprimida pelo aparato policial. Não restou outra alternativa senão retomar o trabalho sob as mesmas condições.

As tentativas de greve não aconteceram exclusivamente no estado de Pernambuco, ocorrendo sucessivamente em vários estados do Brasil. No Rio de Janeiro, em 1903; em 1905, os ferroviários de Santos e do Rio de Janeiro; outra greve geral em 1907, depois da aprovação da Lei Adolfo Gordo que previa expulsar todo e qualquer imigrante estrangeiro que aderisse às greves. Aos estrangeiros é atribuída grande responsabilidade pelo surgimento de uma reação contra a representação patronal. Na realidade, eles compunham junto com os trabalhadores brasileiros um novo momento na história do país.

A implementação da Federação em Pernambuco foi importante porque serviu para unificar várias categorias que juntas não teriam força para formar um sindicato. Um outro ponto é ter conseguido alcançar algumas cidades importantes do interior. José Elias, operário pernambucano radicado no Rio de Janeiro, futuro integrante do PCB, foi um dos indicados, em 1913, pelo Congresso Operário, para reorganizar a situação das associações, transformando-as em sindicatos quando possível e credibilizando-as junto ao operariado. Isso porque, em alguns casos, as associações desenvolviam com o governo uma relação de perigosa aproximação.

⁷⁴ Francisco, José. O surgimento do Partido Comunista em Pernambuco e as lutas da classe operária. In *Memória e História*, vol 2. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1982, p.18. Artigo extraído do suplemento especial, organizado em virtude do 40º aniversário do Partido Comunista do Brasil, do periódico comunista *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 22-29 de março de 1962, p.4.

José Elias chegou em Pernambuco no dia 01/06/1914 e se reuniu com muitos representantes da classe operária, incluindo, pedreiros, marinheiros, remadores, padeiros, bem como, discursou em alguns comícios organizados no Jaboatão e em Recife.⁷⁵ Para fundar a Federação contou com o apoio dos estivadores, tecelões, padeiros, culinários carregadores e do sindicato de ofícios vários. O sindicato de ofícios vários reunia proletariados de diversas atividades que se constituíam sindicato específico depois que completassem o número de pelo menos 25 aderentes para cada ramo. Esta federação vai se transformar em objeto de discussão e polarização política mais a frente ao se contrapor ao Centro Operário, que comumente seguia as orientações do governo.

No mesmo ano, diversas organizações operárias foram em busca de seus direitos, destaca-se a greve dos condutores de veículos de tração animal e dos padeiros. Os grevistas procuraram se concentrar na rua Lomas Valentinas, onde estava situada a federação. Sabendo a movimentação, a polícia do então general e governador Dantas Barreto, dissolveu a concentração depois de entrar em confronto físico com os grevistas.⁷⁶ Posteriormente, a polícia entrou nos sindicatos, destruindo boa parte de seus arquivos e prendendo líderes, diretores. É importante ressaltar este ponto, pois Dantas Barreto é visto como governador que contrapôs a violência ao operariado que havia sofrido bastante no governo anterior de Manoel Borba. Para combater as pretensões sociais mais básicas não importa qual seja o governo, a repressão exposta ou escondida é o mais forte caminho.

No interregno do 1914 a situação vinha se complicando, principalmente pelos efeitos da deflagração da primeira guerra mundial sobre a economia brasileira. Os operários participaram ativamente da oposição a guerra, posição adotada pela COB, e levada a frente através de passeatas e encontros de discussão. O primeiro ponto era relacionado a posição de manter-se contrário a guerra imperialista, que para eles nada acrescentaria, muito contrário. E, também, encontrar soluções para o desemprego e contingenciamento que aquele tempo impunha.

Nesse contexto, houve uma abrupta subida de preços dos gêneros mais básicos, com destaque para a farinha que chegou a ser majorada em 200%.⁷⁷ Os

⁷⁵ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Aspectos do movimento operário em Pernambuco: 1914-1920. In Memória e História, vol 2. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1982, p.24.

⁷⁶ Francisco, José. Op cit, p.18.

⁷⁷ Rezende, Antônio Paulo de Moraes. Op cit, p.24.

empregados passaram a ser punidos com mais frequência por qualquer erro que pudesse lhes tirar uma parte dos salários, até o ponto mesmo de terem seus parques vencimentos atrasados. Um exemplo foi a fábrica de tecidos paulista que reduziu em 50% o valor de seus salários. Em situações como esta, de crise política e econômica, o encargo sobre o impacto econômico do cenário político cai sempre em cima dos trabalhadores. Os donos dos meios de produção não estarão dispostos a redefinir a equação a ponto de diminuir seus lucros para possibilitar a manutenção dos empregos, dos salários.

As soluções que surgiram por meio daqueles que não tiveram seus vencimentos cortados ou foram demitidos era criar uma caixa de beneficência dos operários desempregados, a iniciativa foi da filha do governador. Paralelamente, as damas da beneficência fundaram a dispensa operária e os estudantes da Faculdade de Direito organizaram comitês de auxílio.⁷⁸

As estratégias eram baseadas na esmola social, não desejavam repensar as condições que permitiam as demissões em massa, fechamento de fábricas e atraso de salários, nem o impacto que essas ações teriam sobre famílias inteiras. Mas, na atitude cristã, baseada na benevolência indistinta de ajudar aqueles que passam por dificuldades. Não conseguiram impedir, por exemplo, que Fábrica da Torre, uma das mais pujantes, ficasse paralisada cerca de dois meses, funcionando, esporadicamente, algumas vezes na semana, e que quando retomassem suas atividades, contasse com apenas 170 operários.⁷⁹

No meio de toda essa crise, os socialistas de Pernambuco, a COP, enviaram mensagem, solicitando que a jurisdição política do estado fosse revista para dar possibilidade à reeleição de Dantas Barreto. O protesto da Federação Operária Pernambucana iniciou um processo de discussões entre a Federação e a COP.

A greve de 1917

A situação que já não era simples adquire contornos mais fortes durante o ano de 1917. O ano de 1917 é emblemático para os trabalhadores, traduzindo anseios de mudanças através de suas greves, passeatas, agora espelhadas no

⁷⁸ Rezende, Antônio Paulo de Moraes. Op cit, p.25

⁷⁹ Rezende, Antônio Paulo de Moraes. Op cit,p.25

exemplo russo. Se antes a retórica social baseada na reação parecia inerte frente à opressão que sofriam, observavam na Revolução Russa um ponto de recomeço para a luta.

Os relatos que chegavam ao Brasil davam conta de uma vitória iminente dos mencheviques. No entanto, Astrojildo Pereira que já militava no movimento anarquista percebia que a imprensa distorcia os fatos, com o objetivo de redimensionar os acontecimentos. O jornal que usara para defender os bolcheviques e a Revolução Russa fora proibido de circular em 1917, mas ele continuou expondo suas posições em artigos enviados aos jornais contrários através do pseudônimo Alex Pavel.⁸⁰

Assim como outros anarquistas brasileiros, Astrojildo Pereira acreditava que a revolução teria como vitória final o anarquismo. Isto era suficiente para que apoiassem os bolcheviques e se sentissem representados por aqueles trabalhadores que estavam lutando para delimitar o espaço social no qual eles produziam. A combinação entre a situação econômica do país diretamente afetado pela primeira guerra mundial e esta perspectiva de revolução justaposta acirrou os ânimos dos trabalhadores que desencadearam greves por todo o país.

A situação começou em meados do 12 de julho, em São Paulo. Aderiram a greve cerca de 20 mil operários, incluindo as fábricas e oficinas da cidade, trabalhadores da companhia de gás, os choffers. A proporção iria aumentando a medida que paralisavam o cotidiano da cidade, suspendendo o tráfego de veículo. Nas casas, faltou pão, carne e o fornecimento de gás foi cortado. Essa não era a primeira grande greve em São Paulo, e, de certa forma, os efeitos da carestia de vida se faziam sentir por toda a população, recaindo de forma mais forte sobre os operários.

Para defender os operários da investida governamental foi formado um Comitê de Defesa Proletária. A tarefa desse comitê era coordenar as propostas dos diversos grupos operários que estavam impedidos de realizar assembleias, encontrando-se em reuniões clandestinas. Nesse sentido, fixaram 11 medidas: 35% de aumento para os salários inferiores a 5.000 e de 25% para os demais, jornada de oito horas de trabalho, com aumento de 50 % de remuneração para hora extra,

⁸⁰ DULLES, John W. F. Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1930); tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 63.

garantia de trabalho permanente, abolição do trabalho noturno para as mulheres e menores de 18 anos, abolição do trabalho nas fábricas para os menores de 14 anos.⁸¹ Para sustentar a posição dos aumentos, o comitê argumentava, inclusive, que economicamente, o aumento dos salários faria bem ao comércio em geral, com a dinamização das atividades econômicas.

Ao proporem todas essas medidas, não esperavam que em todos os pontos fossem atendidos, mas demonstravam, que este era o primeiro grande movimento operário em torno de pautas historicamente negligenciadas. Está não foi a primeira greve da história de São Paulo, porém, adquiriu contornos agudos ao estabelecer caminhos mais complexos em um momento político marcado por tensões de guerra e revoluções sociais.

Como parte desse primeiro momento, por intermédio da negociação de jornalistas com o governo do estado em nome dos operários, a comitê acabou aceitando a proposta de acordo, atendidas as seguintes reivindicações: os operários teriam direito de formar suas associações e ninguém seria dispensado em função da participação na greve, no plano abstrato, se comprometeram com a melhoria das condições morais, materiais e econômicas para o proletariado paulista. Além disso, exigiram a libertação dos presos políticos por motivos relacionados com a greve, além de garantir o controle dos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

O despontar do movimento em São Paulo despertou solidariedades, no Rio de Janeiro, o marceneiro Flávio dos Santos abandonou o trabalho ao saber da inquietação política dos operários paulistas.⁸² No entanto, teve a adesão de apenas 3 companheiros de trabalho, porém, o seu gesto espalhou as considerações a sobre a situação paulista, estendendo as manifestações para cinco outras fábricas do Rio de Janeiro. É importante observar a espontaneidade dessa articulação, ao reconhecerem as reivindicações dos operários paulistas, constataram, a princípio o Flávio dos Santos, mas depois tantos outros, que estavam submetidos a mesma realidade. Em exemplo do Comitê de Defesa Proletária, quem articulou as negociações no Rio de Janeiro foi a Federação Operária. A pauta era bastante similar.

⁸¹ DULLES, John W.F. Op cit, p.54.

⁸²DULLES, John W.F. Op cit, p.56

Cerca de 50 mil operários chegaram a aderir a greve no Rio de Janeiro. Além disso, iam as ruas com o objetivo de conseguir maior adesão para o movimento paredista. A repressão policial era pública, nas ruas mesmo eles desferiam golpes de espada contra aqueles que caminhavam na tentativa de buscar convencer companheiros e opinião pública da importância de aderir a greve. A justificativa de ação policial se dava com base no argumento impedir ameaça aos não grevistas. Uma das táticas mais importantes nesse período inicial de luta dos operários era tentar dividi-los em categorias justapostas. Em síntese, essa premissa nunca seria verdadeira, mesmo que momentaneamente lutassem em campos opostos. Durante todo o processo houve resistência por parte dos marítimos, de modo que, para cada reivindicação geral, havia uma variação de escala, a depender da categoria.

Somente depois de fechada a Federação Operária do Rio de Janeiro, intensificando a pressão sobre os operários, estabeleceu-se um acordo. Conseguiram um aumento de 10 % nos salários, nem operário foi dispensado por tomar parte na greve. Porém, todos os problemas referentes a menores nas fábricas, redução de jornada de trabalho, responsabilidade dos patrões em acidentes ficaram a cargo do congresso, que, conseqüentemente, nada resolveu.⁸³

Também em Porto Alegre formou-se uma frente operária que dispunha de reivindicações mais amplas, como aconteceu no Rio de Janeiro, na esteira do movimento paulistano. A divulgação de informações dentre líderes anarquistas paulistas e porto alegrenses contribuiu para que decidissem por uma greve na cidade. Isso não significa dizer que só tomaram parte nesse processo os militantes anarquistas, outros setores encaminharam suas reivindicações. Houve certa resistência da FORGS⁸⁴ que temia a ineficiência de uma greve naquele momento. Cerca de 500 pessoas aderiram a greve e passaram a encaminhar suas reivindicações através da Liga de Defesa Popular.⁸⁵ As pautas foram apresentadas diretamente as autoridades do município e estado, o que evitou o confronto das forças policiais com os manifestantes, diferentemente do que ocorreu em outros estados.

⁸³ DULLES, John F. W. Op cit. p.59.

⁸⁴ Federação Operária do Rio Grande do Sul

⁸⁵ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936). Rio de Janeiro: Tese de doutorado, 2009, p. 108.

O governo acabou concedendo a fixação dos preços de alguns artigos em mercados e feiras públicas, sobretudo os gêneros de primeira necessidade. Para não entrar em confronto direto com os patrões, o governador aumentou os salários dos operários que estavam a serviço de estado, na tentativa de convencer os setores privados a fazerem o mesmo. A partir dessa atitude o ímpeto grevista se esvaziou.

Para os pernambucanos os efeitos da carestia de gêneros de primeira necessidade, intercalados com um processo internacional complicado, e o deflagrar de movimentos pelo Brasil, também agravou a comunicação na gestão de Manoel Borba.

Muitas fábricas fecharam as portas e demitiram boa parte dos funcionários. Um dos exemplos foi a fábrica de cigarros Caxias e Lafayette que demitiu cerca de 2 mil funcionários⁸⁶ Vale ressaltar, que essa foi uma prática comum dentre os detentores de fábrica e nem sempre significava que a crise econômica os havia atingido de forma inexorável, antes de tudo, era uma forma de pressionar o governo para obter mais benefícios, agravando a situação de miséria de muitos proletários.

O governo, para manter uma imagem de que estava disposto a cooperar, tomou uma série de medidas, desde a fundação do Centro Republicano de Defesa de Pernambuco, com objetivo de atrair intelectuais e supostos representantes da classe operária em Pernambuco, realizando conferências e intermediando conflitos, como também, organizaram uma coluna no jornal *A Ordem*, denominada *A Vida Operária*. Nesta coluna discutiam estratégias que visavam melhorar a qualidade de vida dos operários de forma a estabelecer uma relação de dignidade no trabalho, tudo isto baseado nos princípios do deputado pernambucano Andrade Bezerra, um dos entusiastas da *Rerum Novarum* no estado. Foi fundada, ainda, a liga pernambucana contra o analfabetismo.

Estabeleceu-se uma política oficial de diálogo com o movimento operário, pelo menos com parte dele, o sindicato dos ofícios, a liga dos alfaiates e a COP⁸⁷. Ao mesmo tempo que recebiam os supostos representantes dos operários livremente para estabelecer negociações antes mesmo de iniciados os conflitos, o governo nada fazia para pressionar os comerciantes a venderem suas mercadorias

⁸⁶ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Op cit, p.27.

⁸⁷ Confederação Operária Pernambucana.

por preços razoáveis. Quando o fez, muitos deles escondiam os produtos para depois revendê-los pelos preços que consideravam adequados. Enquanto isso, os operários sentiam as privações.

O governo conseguiu segurar até setembro a eclosão de uma greve em Pernambuco. A princípio, os trabalhadores da Serraria Moderna entraram em greve por uma jornada de trabalho de 8 horas e 50% de aumento dos seus vencimentos.⁸⁸ Depois disto, o sindicato dos ofícios lançou uma lista de reivindicações que incluíam, de forma geral, toda a sociedade, pois além dos pontos que se referiam ao trabalho nas fábricas e aumento de salários, bem como humanização do ambiente e leis mais específicas, pediam também, diminuição dos aluguéis, diminuição dos preços de gêneros alimentícios. As greves que ocorreram em 1917 muitas das vezes contaram com o apoio de toda sociedade, isto porque, os efeitos da recessão econômica se fazia sentir em quase todos os setores laborais. Quando a imprensa não fazia observações a respeito de depredações, normalmente observava-se o apoio popular. Apenas disso, não há registro de participação e pressão conjunta.

Seguindo os operários da Serraria Moderna, os marceneiros incorporaram-se ao movimento. O jornal, *A Ordem*, aquele mesmo que mantinha a coluna sobre vida operária, passou a atacar o movimento, por alegar que o governo estava se esforçando em resolver os impasses apresentados. É a partir disso que começa a repressão policial. Como no Rio de Janeiro, o argumento era que, o governo não poderia permitir que tirasse o direito daquele operário que desejava trabalhar.⁸⁹

Apesar de inaugurar um novo momento para os operários pernambucanos, a greve não se manteve, devido a repressão policial em conjunto com parte da imprensa que consideravam os manifestantes provocadores de desordens públicas. Culminando na acusação de que os operários contribuíam para a crise econômica com a sua paralisação, no que eles respondiam serem os primeiros a sentirem os efeitos da crise. Ficou claro que o operariado pernambucano precisava de uma entidade que verdadeiramente defendesse seus interesses.

⁸⁸ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Op cit, p.28.

⁸⁹ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Op cit. p.31.

A greve de 1919

O refluxo proveniente da repressão as greves de 1917 provocou uma inquietação nos proletários, que continuaram protestando, principalmente por conta das condições materiais básicas que só faziam piorar. No plano concreto, era fundamental reverter rapidamente esse cenário. No plano abstrato, porém, dialogando com a realidade, alguns operários organizaram-se no Rio de Janeiro para criar um Partido Anarquista Comunista. Contaram com o apoio de delegados anarquistas do Distrito Federal (Rio de Janeiro), Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco.⁹⁰ Mais a frente retomaremos este assunto. A questão é que a greve de 1919 reeditou caminhos, um deles, se constituía nesta opção.

Assim como a greve de 1917, em 1919, as agitações tiveram ambiente em muitos estados do Brasil. A situação agravara-se com os efeitos da guerra e com a epidemia de gripe espanhola dentre a população. Para a população que vivia em áreas possivelmente menos saneadas, a probabilidade de infectar-se era muito maior, levando em consideração a existência de bairros operários em situações similares a esta, era a grande a mortalidade nesse meio. Ao mesmo tempo, a articulação dos operários tinha ficado prejudicada depois da greve de 1917, notoriamente, e para além da violência, pela organização do estado em torno de pautas conciliatórias, através da COP e do Centro Republicano de Defesa de Pernambuco. A imprensa também fez o seu papel, contudo, com o passar do tempo, os próprios colonistas passam a cobrar do governo uma posição, isto porque sentiam-se atingidos pela crise no estado.

Para contrapor o avanço das políticas conciliatórias de estado, a Federação Operária Pernambucana redobrou o trabalho de reorganização das associações operárias. Em meados do 1918, chegaram a contar com cerca de 13 sindicatos na capital e 14 sindicatos de ofícios vários no interior.⁹¹ Esse número definitivamente não indicava a existência de um proletariado bastante robusto, no entanto, se comparado ao início da década, quando nem mesmo sindicatos conseguiam formar, já era uma grande avanço. Quando digo isto, não quero dizer que, o sindicato seja

⁹⁰ PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1984, p. 61.

⁹¹ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Op cit, p.35.

em si a forma mais indicada ou que despreze outras formas de organização, e sim, que a definição de uma pauta política, para além dos interesses individuais⁹², era um sinal importante de avanço na luta dos trabalhadores.

O governo Manoel Borba inaugurou uma política de verdadeira perseguição aos operários, tornou-se comum a prisão de líderes operários e a invasão de sindicatos. Para cooptar uma parte dos operários, Borba costumava utilizar o poder da COP, que se apresentava como representante dos interesses do operário. No entanto, uma outra parte do operariado pernambucano não reconhecia legitimidade na COP no sentido de levar a frente suas pautas, reivindicando a intervenção da Federação Operária Pernambucana.

A questão da representatividade não estava resolvida. Os operários da Pernambuco Transways solicitaram a intervenção da federação para levar solicitações a direção da empresa, neste ofício, cobravam: liberdade de associação, aumento de 30% e jornada de trabalho de 8 horas.⁹³ Em uma visível demonstração de desprezo a legitimidade da federação, a direção da empresa se recusou a negociar com eles. Dessa forma, recusando tanto o direito de associação do operário, como também, o direito da Federação de representá-lo nesse processo. Foi a partir daí, que os operários resolveram entrar em greve. Esse foi o estopim de toda uma cadeia de greves conectadas não só com a situação do estado, como também, do Brasil e do mundo.

Apesar de terem conseguido, através da greve, o aumento que pediam e a diminuição da jornada de trabalho, tiveram uma grande surpresa ao longo do caminho. A empresa Pernambuco Transways resolveu demitir todos os empregados eleitos para a diretoria da União Cosmopolita, que era o órgão representativo dos operários deste setor. Esse acontecimento passou como um recado para os trabalhadores. Ao perseguirem seus representantes, mostravam que qualquer atividade política dos operários era digna de retaliação, no que muitos acabaram consentindo para não perderem seus empregos. Isto causou um esvaziamento momentâneo na diretoria, principalmente da União Cosmopolita, uma vez que

⁹² É importante frisar que não falo de formas espontâneas, mas de pontuais necessidades do trabalhador. Por exemplo, um auxílio funeral, ajuda de custo para quem sofreu um acidente e ficou impedido de trabalhar. Todas essas são funções importante, e para o momento histórico que lhe dão sentido, mais ainda. No entanto, reeditar essas necessidades sob o ponto de vista de uma ação coletiva direcionada especificamente para os que as possibilitam é o ponto do argumento.

⁹³ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Op cit, p.36.

ninguém queria se comprometer em tomar a frente de órgãos representativos do operariado para não correr o risco de perder o emprego.

Em meio a tudo isso, existia uma forte resistência a qualquer ideia que pudesse suscitar a noção do comunismo em Pernambuco. Por vezes corriam boatos, como o publicado no Jornal Pequeno, dando conta da realização de um congresso anarco comunista em Pernambuco. A própria Federação de Resistência, que vai ter um papel muito destacado na defesa dos proletários, nega esse acontecimento, reforçando que essas ideias eram muito mais fortes no Sudeste, e que estavam restritas a alguns membros do movimento que tinham acesso ao “elemento cosmopolita do trabalho”⁹⁴

Para os trabalhadores da Transways não era possível aceitar essa imposição, resolveram, então, através da insistência do professor Joaquim Pimenta, procurar o superintendente da empresa, de modo que Pimenta ficaria encarregado de estabelecer a comunicação entre trabalhadores e patrões. Dessa forma, e de maneira talvez não raciocinada, os trabalhadores deram ao professor o lugar de falar que lhes é próprio. E é isso mesmo que a empresa alega. Afirmam não poder recebê-lo como representante dos operários da Transways, uma vez que ele era um elemento estranho ao processo.

A partir disso, implementam uma greve pacífica que vai direcionando gradativamente a diminuição dos bondes nas ruas. Um indicativo importante nessa situação era a solidariedade de parte da população que também vivia uma realidade de privações. Os estudantes da Faculdade de Direito, alunos de Joaquim Pimenta, dentre eles, Cristiano Cordeiro, resolvem promover passeatas e eventos públicos em apoio.

De outro lado, a motivação se dava com o despontar de um sentimento nacional na população, que não aceitava ser lesada em seus serviços por uma empresa estrangeira. Além da pauta operária e do apoio popular em função da carestia, existia uma revolta por conta do mal serviço prestado pela companhia as custas do povo. Sendo assim, tiveram o apoio de cerca de 500 operários que abandonaram o serviço de desembarque das mercadorias, bem como a solidariedade dos chauffers, auxiliares de cafés e hotéis.

A paralisação que começou discreta tomou grandes proporções, atingindo o

⁹⁴ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Op cit, p.37.

cotidiano da população, que, pelos motivos apontados acima apoiou a manifestação. Ocorre que, mesmo assim, o governo procurou fazer uma categorização do movimento, dividindo-os entre os partidários de interesses genuínos e os agitadores profissionais. Nesse ponto, o governo se referia a interferência de Joaquim Pimenta.

“ Isso mostra que nos trabalhadores em greve não falta, felizmente, o bom senso necessário para resistir às injunções, em regras pouco escrupulosas dos agitadores profissionais que procuram lhe explorar a boa fé, como se eles devessem ser destituídos de reflexão e julgamentos próprios...Temos a impressão de que talvez ontem, sem maior prejuízos e incômodos para o público e os grevistas, a situação teria sido resolvida num entendimento razoável entre estes e a Cia., se não fosse a inoportuna interferência de elementos estranhos à questão e aos interesses dela dependentes”⁹⁵

A representatividade do operário só se transformara em preocupação no momento em que beneficiaria os patrões. Ou seja, sem o professor Joaquim Pimenta teriam aceitado o acordo e facilitado uma situação que, para os seus superiores, era de simples resolução. Não se pode negar, contudo, que a problemática do lugar de falar é extremamente importante no despertar de uma consciência política nos trabalhadores. A formação desses requeria a militância prolongada nos sindicatos. Este processo ficava interrompido, não se concluía na formação de novas e verdadeiras lideranças, primeiro porque o proletariado pernambucano não era muito numeroso, se comparado, por exemplo, com São Paulo ou Rio de Janeiro, mas também, e isso era geral no Brasil, por conta da perseguição policial, que, fazendo o uso de sua força social com base no estado, prendia agitadores e desbaratava sindicatos, ironicamente em nome dos interesses da liberdade individual.

A imprensa assumiu uma postura de criticar Joaquim Pimenta como mediador, ao mesmo tempo em que elogiava os industriais pernambucanos por abrirem o diálogo com os trabalhadores. Tudo isto denotava uma clara concepção de que, a greve só existia por complacência dos patrões, uma vez que se dispunham, como se a eles coubesse este direito, em renegociar os aspectos do

⁹⁵ Diário de Pernambuco, julho/1919 in REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Aspectos do movimento operário em Pernambuco: 1914-1920. In Memória e História, vol 2. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1982, p. 39.

contrato de trabalho. Esta maneira de colocar a justa pretensão dos operários era uma forma de legitimar os abusos cometidos pelos detentores do poder econômico, posto que de maneira cínica os confrontavam com o argumento da escolha individual. Se os meios me pertencem, devem aqueles trabalhadores escolherem se para mim trabalham ou não, não trabalhando, automaticamente, abrem mão de sua sobrevivência. Isto não é escolha, é imposição baseada em situações econômicas adversas.

Por outro lado, não se pode negar que Joaquim Pimenta buscava através da luta dos trabalhadores ocupar e brigar por espaços políticos maiores, como intelectual que era, percebeu a necessidade histórica de luta dos operários. Apressou-se, então, por liderar situações como esta, o que acarretou, uma grande discussão sobre legitimidade de fala. O professor de direito buscava aproximar os trabalhadores das massas em função do apelo nacional – popular, inclusive, lembrando a tradição dos pernambucanos em defender o território de invasores. De uma forma inteligente, explorou o caráter nacional, ainda em formação, com grande possibilidade de apoio, uma vez que deslocava o inimigo para fora. São eles que, em sua ganância viriam em busca de dinheiro, explorar nossos trabalhadores e nos oferecerem o pior em serviços. O discurso estava longe de ser novo, e, o reverso dele, causava bastante transtornos ao identificar também no trabalhador estrangeiro os elementos de extorsão econômica, isso porque, era muito comum supor que estavam a roubar o trabalho dos brasileiros. Esta tradição não pode ser generalizada e encontra exceções em elementos que possuíam uma consciência política mais desconstruída de preconceitos.

Em nenhum momento a greve de 1919 pôs em cheque o sistema político. Direccionava-se a conquista de direitos e alívio para a situação de carestia, pensando, evidentemente, de forma reflexiva e prática, o alcance de suas reivindicações dentro dos limites do modelo proposto. Isto não deve ser encarado necessariamente como falta de organização. É preciso reconsiderar o contexto do qual vieram muitos desses trabalhadores, os significados políticos das novas teorias e concretizar as análises, sobretudo, com vistas a compreensão do que poderia ser feito. O primeiro passo, contudo, era começar a identificar nas atitudes abusivas, mesmo que as do cotidiano da fábrica, ou as de caráter macro, a exploração do trabalho.

A reivindicação dos operários foi respondida com desdém pelos diretores. Alegavam que as despesas eram muito maiores que a receita, uma vez que, o Estado, sempre ele, lhes massacrava com altos impostos. Mas que estariam dispostos a aumentar os salários dos operários se esses em conjunto com a opinião pública concordassem com o aumento das passagens. Reiteravam também, o auxílio que a empresa dera aos operários vitimados pela gripe espanhola.⁹⁶ Ou seja, ainda que aumentassem os salários minimamente os operários pagariam pelo aumento, já que, eram os que mais dependiam deste tipo de transporte.

As reações foram imediatas. O movimento recebeu a solidariedade do sindicato dos ofícios vários de Jaboatão, de uma comissão da fábrica de Caxias e Laffayette, operários da fábrica de chapéus enviaram uma quantia para a manutenção dos trabalhadores em greve, e os proprietários do café pátria enviaram uma quantia de 50 kg de café a serem distribuídos, prometendo continuar a distribuição até a greve acabar. Paralelamente, os estudantes de Direito se organizavam para repudiar a forma como Joaquim Pimenta vinha sendo tratado pelos diretores da fábrica, saem em passeatas, debatem com os operários, para que esses fiquem firmes na greve.

A Federação Operária Pernambucana vendo todo esse acontecimento em torno dos operários faz questão de reafirmar as posições que versam sobre a presença de políticos profissionais como líderes dos trabalhadores. No entanto, resolvem ir diretamente ao governador levar o programa de 28 pontos que tinham estabelecido. Desta reunião saem com um acordo que davam conta dos seguintes pontos:

“I – Fica desde já proibida a construção de bondes no sistema atualmente em serviço, o que tem sido um perigo para as vidas dos condutores expostos à morte ou defeitos físicos que impossibilitam o trabalho. II – Os novos bondes serão construídos de modo que a cobrança possa ser feita, pelo centro dos carros, como se usar em toda parte do mundo.

As bases do acordo foram as seguintes:

I – Motorneiro e condutores, desde a entrada até 6 meses, 500 réis por hora; II – De 6 meses a um ano 550 réis; III – Os que tiveram atualmente de 1 ano a 2 anos, na Cia, 600 réis; IV – Os que tiverem mais de 2 anos, 650 réis; V – Nenhum trabalhador será obrigado a mais de 10 horas de serviço; VI – No aprendizado, motorneiro e condutores terão 200 réis por hora; VII – Aos operários que ganham 1\$000 a 2 mil réis (20 %), 2 mil a 4\$000 (15%), de 4\$000 a 6 mil (10%) e de 6\$000 a 10\$000 (15%).”⁹⁷

⁹⁶ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Op cit, p.42.

⁹⁷ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Op cit, 45.

Esse acordo foi festejado pelos trabalhadores, saíram em passeata pelas ruas da cidade, diversas vezes cantando a Internacional. Era a primeira grande vitória depois de 1917, quando não tinham conseguido alcançar os objetivos, além de terem sido muito reprimidos. Ocorre que, uma parte dos operários ficou insatisfeita com o acordo e a própria empresa, como era de se esperar, passou a descumprir partes do que havia sido acertado. Alguns desses passam a ser elementos de perturbação dentro do ambiente de trabalho, o que serviu de pretexto para a companhia demiti-los, quando não, foram presos por atos de depredação.

Uma nova comissão de operário resolve enviar novamente um memorial ao superintendente da Transways, nele solicitava que fossem cumpridos os termos de acordo de aumento salarial e exigia a readmissão dos grevistas. Essa situação tendia a ser complicar, na medida em que, os trabalhadores tinham acabado de sair de uma luta desgastante, e logo em seguida ao momento de euforia, tiveram que lidar com retrocessos vários. No entanto, desta vez, a polícia indiciou os empregados da empresa como autores de depredações, panfletários de movimentos anarquistas, e que, conseqüentemente, eram simpatizantes de ideias e planos terroristas contra a população. Dessa forma, chegou ao fim a greve de 1919.

É importante ressaltar, a Federação Operária teve um papel fundamental na articulação dos trabalhadores e na coordenação geral das greves, fazendo com que esse tenha sido um movimento de orientação predominantemente anarcossindicalista, com pequena e discreta participação da COP, a mesma que tinha sido criada pelo governo para promover uma política de paz e concórdia, negando, veemente a luta de classes. Esses grupos eram irreconciliáveis, pois suas propostas representavam interesses diferenciados na condução das melhorias sociais. Enquanto os primeiros se dedicavam a medidas que pudessem, pelo menos, serem incorporadas no dia a dia social, outra parte, se dedicava ao exercício caritativo de dar o quanto sobrasse. Em um plano mais amplo ambos representavam os limites de um poder político constituído acima da representação popular.

Outro aspecto fundamental é a participação de setores ligados a pequena burguesia na articulação desta greve, como é o caso do professor Joaquim Pimenta e de seus alunos da faculdade de Direito. Esses, encaminhavam, mesmo que

lentamente, outros rumos de luta dos trabalhadores. Contudo, ao afirmar isto, é necessário que fique bastante claro que a predominância política ainda era da Federação Operária Pernambucana, de vertente anarcossindicalista. No entanto, o desenrolar desta greve, provocou certo incômodo numa parcela dos operários que viveram o tumulto de rapidamente ganharem direitos e os perderem. É importante frisar, esta era a sensação deles, mas como vimos, os seus patrões não cumpriram com a palavra.

Por fim, deve-se lembrar de que o avanço das lutas sociais não está ligado apenas com o aumento dos salários, esse é um medidor de tensões sociais importante, uma vez que quantifica materialmente o acesso a determinados padrões de sobrevivência e comportamento, porém, também fundamental é a noção da exploração do trabalho. A luta histórica é fazer com que os operários identifiquem as figuras que representam de fato esta exploração e nas as transmita para elementos, mecanismos, de controle disciplinar dentro das fábricas. Neste sentido, concretizar a compreensão de que existe um sistema econômico e político e que em nome dele, pessoas economicamente privilegiadas podem vir a explorar, prender, matar, aqueles a quem primeiro destituíram.

O Partido Anarquista Comunista

O Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, não foi a primeira tentativa de formar um partido operário no Brasil. Durante o século XIX, muitos intelectuais tentaram formar um partido para representar os operários, sem por isso dar-lhes direito de voz. Reconheciam a temática como fundamental no cenário do trabalho, mas acreditavam que os operários não tinham, eles mesmos, a instrução necessária para a política.

Já em 1871, na época da comuna de Paris, ouviu-se falar de Marx. Em Recife, o jornal republicano *O seis de março* transcreveu comentários de jornalistas da Espanha sobre a Internacional e o alcance das doutrinas de Marx. Nesse sentido, é provável que Tobias Barreto tenha tido contado com as ideias marxianas através deste jornal.⁹⁸ No entanto, a ideia de criação de um partido operário no Brasil só é

⁹⁸ KONDER, Leandro. A derrota da dialética: A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 1930. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 98.

sentida em conjunto com o eco da Segunda Internacional. Em 1890, o tenente José Augusto Vinhaes, que estava a frente de um grupo de trabalhadores da estrada de ferro Centro do Brasil, resolveu fazer essa proposição, no que fracassou. Houve também tentativas no Ceará, com Aderson Ferraz no comando de dentistas, alfaiates, mecânicos, pedreiros, sapateiros.⁹⁹

Essas tentativas além de não terem conseguido grandes resultados para o estudo teórico e prático das questões do trabalho, revela uma preocupação nova neste ambiente político do XIX. Isso acompanhou, também, as decisões sobre o regime de trabalho e a inserção de trabalhadores estrangeiros no Brasil. Quisessem ou não, teriam que dar maior atenção à temática e exercitar as propostas políticas de forma que incluíssem o proletariado. Vale ressaltar, a preocupação dos senhores do império, ou posteriormente da nova república, não era genuína. Entendiam a necessidade política da representação, afinal, o que fariam com todos estes trabalhadores livres?

No entanto, nenhum desses partidos logrou êxito na representação dos operários. Em contrapartida, congressos operários aumentavam ao longo do XX. Na virada do século, foi fundado em São Paulo o jornal anarquista *Avanti*, com o mesmo nome do Partido Socialista Italiano. As ideias que antes eram debatidas em jornais burgueses, agora tinham o próprio espaço na imprensa operária, nesse momento, de caráter predominantemente anarquista. Os imigrantes tiveram parte importante na divulgação das lutas na Europa, mas também na análise da realidade brasileira. Em 1904, chegou ao Brasil o professor italiano Antônio Picarollo, responsável pela fundação do Centro Socialista Italiano.¹⁰⁰ Apesar de fazer uma análise da realidade no Brasil suas posições ficam longe de um processo revolucionário imediato para o país, não chega a falar em etapismo, contudo, acredita que as melhores soluções teriam um caráter reformista, na esteira do que vinha acontecendo na Europa.

O que se destaca em suas constatações diz respeito a vocação agrária no Brasil e a recente polarização da economia nos eixos do Sudeste, em especial, São Paulo e Rio de Janeiro. A ideia de formação de um proletariado nacional, uma vez que estavam agora a iniciar o processo de construção de uma identidade seja de trabalho, seja de nação. Aqui fazemos a ressalva do internacionalismo próprio da

⁹⁹ Ibidem, p. 109.

¹⁰⁰ KONDER, Leandro. Op cit, p.113.

teoria marxiana. Era uma tarefa muito complexa lidar com as novas problemáticas do país, uma nova realidade de regime de trabalho que não mudou em nada a vida desses, e um novo sentimento nacional que era propagado a todo tempo pelo Estado. Seja para que a elite mesma fundasse uma teoria de conciliação de classes a partir desse sentimento de união, seja para que, a partir dessa sensação pudessem dividir os operários. Afinal, incutir neles essa ideia era colocá-los contra os trabalhadores que vinham de fora, no sentido de que poderiam estar roubando seus empregos ou mesmo de que eram inferiores a eles.

Mesmo assim, fora possível que os operários de fora e os operários daqui, evidente que com algumas exceções, se unissem em torno dos anarquistas. O contato com os imigrantes facilitou a apreensão por parte dos brasileiros de certas táticas de luta e de um contato cada vez mais próximo com a literatura de teor anarquista.

“De Portugal, vinham exemplares de A conquista do pão, de Kropotkin, de Os crimes de Deus, de Sebatião Faure, de A igreja e o proletariado, de Heliodoro Salgado, de A Anarquia, de Malatesta. Da Itália, vinham Ai Giovani, de Kropotkin, e Fra Contadini, de Malatesta. Da Espanha, Dios y el Estado, de Bakunin. Da França, Anarchie, de A. Girard, e Amon frère paysan, de Elisée Réclus.”¹⁰¹

Além de uma imprensa anarquista muito atuante, tinha também essa quantidade diversa de livros, pelo menos quanto aos autores, chegando no Brasil. O exercício da leitura era fundamental, quando não atingia diretamente ao operário que poderia não compreender ou não conseguir ler estas obras, passava sob o crivo de uma intelectualidade anarquista que deveria, por assim dizer, traduzi-los para os militantes.

Como vimos, a Revolução Russa foi capaz de empolgar movimentos revolucionários ao redor do mundo e teve impacto significativo sobre os brasileiros, que, devido a sua tradição anarquista e vendo na Revolução o triunfo de suas premissas, fundaram, em 1919, o Partido Comunista Anarquista. A sede do partido deveria ser o Rio de Janeiro, surgindo posteriormente uma célula do mesmo em São Paulo. Foi realizada conferência reunindo os grupos espalhados pelo Brasil nos dias 21, 22 e 23 de junho. Compareceram a este evento 22 delegados, sendo 5

¹⁰¹ KONDER, Leandro. Op cit, 132.

estrangeiros e 17 brasileiros, distribuídos por representantes dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo.¹⁰²

Na realidade, este partido não pode ser compreendido como um partido político no sentido tradicional do termo. Redigiram um programa com o nome “Princípios e fins do comunismo”, onde se solidarizavam com o proletariado do mundo inteiro, reafirmavam a luta contra o capitalismo e o Estado, poderiam ingressar no partido todos os homens e mulheres residente no Brasil que estivessem de acordo com o programa e meios de ação. Era como se o ingresso no partido valesse como um compromisso social em apoiar essas causas, não necessariamente estabelecendo células de trabalho, que em 1922 serão divididas, dentre os assuntos diversos.

Edgard Leuenroth, um dos fundadores define o partido desta forma:

“O PCB não tinha nenhuma finalidade política, apesar de sua denominação de partido que caracteriza as organizações políticas em atividade eleitoral. Sendo uma organização de momento, sem o enquadramento disciplinar do bolchevismo e sem a finalidade de ser a expressão orgânica do anarquismo no Brasil, foi cessando sua finalidade a medida que iam desaparecendo as motivações que lhe haviam dado origem.”¹⁰³

Essa passagem deixa claro que de fato os anarquistas do Brasil acreditavam ser a Revolução Russa a vitória do anarquismo, ao mesmo tempo, já observam certas distorções do bolchevismo.¹⁰⁴ Isso enfraquece também a ideia de fracasso do Partido Comunista Anarquista, o partido não fracassou, primeiramente porque o seu objetivo era alcançar as dimensões destas pautas de fora, era como um apoio a todo o processo que em acreditavam ser o anarquismo vitorioso, sem por isso assumirem o papel de guia dos operários, nem mesmo tinham a pretensão de falar em nome de todos os anarquistas.

Logo depois da fundação do partido, Leuenroth escreveu “O que é marxismo ou bolchevismo”, trazia no subtítulo a expressão “programa comunista”. Neste livro ele indicava o que os anarquistas entendiam por comunismo. Dizia:

¹⁰²PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). São Paulo: Editora Alfa Ômega, p.61.

¹⁰³ MONIZ, Bandeira. O ano vermelho. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro. Ed Civilização, 1967, p.157.

¹⁰⁴ Vamos observar melhor essa questão no terceiro capítulo.

“Nós, comunistas libertários, não concebemos o comunismo, senão como forma social tendente a aumentar o bem estar e a liberdade individual; e, por isso, somos inimigos irreconciliáveis do coletivismo ou do socialismo do Estado, que, tendendo a destruição de privilégios capitalistas, criam inevitavelmente os privilégios burocráticos”¹⁰⁵

É importante frisar que Leuenroth situa o movimento longe do socialismo de Estado e critica os vícios que advém da implementação desses privilégios. Para garantir o apoio à revolução, ou mesmo como uma forma de distorção do poder, esses cargos especializados continuam existindo e são direcionados excessivamente para uma burocratização revolucionária. Sob esse ponto de vista, os anarco comunistas de 1919, não ficariam do lado dos comunistas de 1922. Ou os comunista de 1922 não ficariam ao lado dos anarco comunistas de 1919? Não podemos esquecer que boa parte da militância do partido comunista do Brasil, em 1922, vinha desta escola e afirmava ou reafirmava este mesmo discurso anteriormente.

O objetivo do Partido de 1919 seria organizar-se a partir do povo, é por isto que o primeiro princípio é que a *administração geral da República Comunista será confiada ao Conselho Geral dos Comissários do povo, constituído pelos representantes de todos os comissários regionais*¹⁰⁶. Nesse sentido, resguarda uma semelhança clara com os soviets. Destaca-se, então, que o conselho geral dos comissários do povo seria até maior que o próprio partido, ao qual Leuenroth não dá tanta importância. Esta é um dos principais pontos de divergências entre anarquistas e comunistas no Brasil.

O partido, como entendido em 1922, é colocado como um guia de proposições e encaminhamentos dos comunistas no Brasil, o que não era o caso do Partido Comunista Anarquista, que buscava mais um meio de reunião, sem a pretensão de ser o propositor definitivo do anarquismo no país. Pode-se dizer também, que não fosse o exemplo russo, talvez eles nem tivessem chegado a constituir partido. O peso da Revolução Russa nesse processo é muito grande, inclusive para os posteriores encaminhamentos, rachas e discussões.

Um aspecto importante é que ficavam o entendimento das questões por base na unanimidade, sendo assim:

¹⁰⁵ MONIZ, Bandeira. Idem, p.170.

¹⁰⁶ ELIEZER, Pacheco. Op cit, p.64.

“O entendimento coletivo entre os núcleos, de uma determinada região do país, ou de todo país, far-se-á por meio de conferências de delegados diretos dos núcleos que possam comparecer. E cada núcleo do partido enviará a essas conferências os delegados que entender, sendo que as deliberações das conferências tornar-se-ão por acordo unânime”¹⁰⁷

Da mesma forma, repudiavam o apoio político a qualquer candidato pelo sistema burguês de representação. Nesse mesmo ano, recusam dar apoio ao candidato a presidência da república a Lauro Muller. Os motivos de Lauro Muller eram os mesmos dos primeiros socialistas que visavam organizar partido operários, controlar uma parte importante da sociedade brasileira sob o pretexto de atender muito remotamente, quando atendia, as suas reivindicações. Aqui em Pernambuco, aconteceu situação semelhante com Dantas Barreto que ao pedir o apoio do proletariado recebeu uma recusa como resposta da Federação Operária de Pernambuco.

Com toda dificuldade de manifestação, os anarco comunistas conseguem promover eventos e manifestações marcantes. Em maio de 1920, em São Paulo, numa grande manifestação operária que contou com cerca de 100.000 pessoas. No mesmo ano, no Rio de Janeiro, onde José Elias discursa para grande multidão de operários.¹⁰⁸ Além disso, vale salientar as grandes greves de 1919, do qual os anarquistas foram grandes protagonistas. É inegável a organização e alcance do exemplo que eles passavam, nas lutas sindicais, de rua ou por meio da grande imprensa anarquista.

No entanto, a situação política da Rússia encaminha uma série de novos problemas revolucionários.¹⁰⁹ O soviets vinha sendo gradativamente substituído pela força do partido e com a derrubada de Makhno, na Ucrânia, aos poucos as resistências a esse novo modelo vinha sendo silenciadas. Assim como chegaram aqui as primeiras manifestações a respeito da Revolução Russa e da vitória do proletariado, também chegaram às primeiras notícias do entreveio político que estava causando.

A repercussão dessa discussão no Brasil se dá através dos jornais da imprensa operária e burguesa, a partir disso, conclusões sobre o destino do

¹⁰⁷ ELIEZER, Pacheco. Op cit, p.66

¹⁰⁸ ELIEZER, PACHECO. Op cit, p.68.

¹⁰⁹ Vamos ver mais detalhadamente no terceiro capítulo.

operariado mundial vão sendo tomadas. Aqui no Brasil, esta situação provoca um racha dentre os anarco comunistas, uns defendem a manutenção das lutas como sempre foram, outros que no caso se denominaram comunistas, fruto do pensamento marxista leninista, irão defender a postura do partido bolchevique como necessária para a manutenção da revolução. O cenário que se sucede na Rússia é de prisões, mortes e silenciamentos políticos.

A Batalha nos jornais

A princípio, chegaram no Brasil, informações provenientes de jornais burgueses dando conta do choque entre anarquistas e comunistas, no que os intelectuais e operários não levaram em consideração por conta da longa tradição destes jornais de manipular editoriais para dividir os operários. No entanto, com o passar do tempo, chegavam ao Brasil às publicações dos jornais proletários, dando conta dos conflitos na Rússia.

Algumas lideranças históricas do anarquismo passaram a criticar duramente os bolcheviques, dentre eles, Fábio Luz, José Oiticica, Edgard Leuenroth, Neno Vasco. No entanto, apareciam agora aqueles que, primeiramente, se colocavam nem do lado de lá, nem do lado de cá, no que se destacam Astrojildo Pereira, Otávio Brandão e Everardo Dias. Vale ressaltar que tudo isso só servira para agravar uma confusão teórica que ainda existia entre alguns deles. Isto não quer dizer, como equivocadamente se tenta afirmar, que eles não tivessem acesso a informação, mas essa exigia um tempo de reflexão política e social.

Não era um movimento fácil, agora que estavam começando a se habituar e ter sucesso com as táticas anarquistas, se transformarem em comunistas, começar toda uma luta do início, contando com uma repressão cada vez maior ao proletariado que dividido ficaria mais vulnerável. Everardo Dias, que vem a ser o futuro representante das células sindicais do PCB, justamente por sua influência e militância nesse meio, demonstrava uma grande preocupação com o impacto que essas divergências poderiam causar ao movimento:

“Os sindicatos existentes, débeis células das potentes organizações, visando atrair novamente para as sedes os trabalhadores, voltando a despertar neles esse espírito de luta tão vivo e latente outrora

transformaram-se em cátedra apaixonada de debates sobre se devia ou não apoiar o bolchevismo, alegando que este não constituía propriamente a Revolução Russa, sendo uma simples fase dela, visto como noutras partes do território em que se havia desmembrado o império czarista, predominavam outros regimes sociais, citando a Ucrânia, a Geórgia, a Armênia onde a organização ideológica era anarquista ou menchevique”¹¹⁰

Em 1920, foram surgindo vários rumores que esses dissidentes queriam fundar um novo partido, de inspiração marxista leninista. A ideia do partido foi naturalmente amadurecendo à medida que os conflitos na Rússia eram trazidos a tona.

“ Tão continuados malogros e desgastes de elementos de notório valor ocasionaram uma crise de proporções profundas entre dirigentes do movimento operário e demais intelectuais que se identificavam com a organização emancipadora do proletariado, como classe. Era perceptível que os processos de luta até ali empregados não estavam dando resultados esperados, porque as condições com que se deparavam e subestimavam eram outras, muito diversas e potentes e portanto era preciso mudar de tática, pelo menos naquele período de reação e brutalidade inauditas. Era indispensável uma revisão completa de nossos métodos de luta e de maneira de agir para poder enfrentar com êxito os dois poderes para exercer a violência: o Estado e o capitalismo.”¹¹¹

Dentre os intelectuais que continuavam se manifestando a favor surge um sentido de que aquilo era necessário à manutenção da revolução, os anarquistas não viam sentido numa revolução onde a característica e postura revolucionária eram esvaziadas. Contribuiu igualmente para este entendimento a repressão que os trabalhadores estavam sofrendo aqui no Brasil, isto porque alguns intelectuais, como por exemplo, o próprio Everardo Dias, passam a acreditar que, de repente, uma mudança de tática poderia ser adequada para enfrentar o Estado.

Essa tese vem na esteira de análises posteriores que reforçam a ideia de que existem tipos adequados de luta para cada estágio, ou seja, um verdadeiro evolucionismo aplicado ao movimento operário. O fato é que, ao longo dos primeiros anos de organização, predominantemente anarquista, e com toda a repressão, muitas vezes já citada, eles conseguiram organizar greves de grande proporção, pressionar o poder público e fazer com que os proprietários se preocupassem em

¹¹⁰ DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Edaglit, São Paulo, 1962, p. 103.

¹¹¹ DIAS, Everardo. Op cit, 102.

criar partidos para manipular toda esta agitação. Não restando dúvida de que incomodaram bastante. Se poderiam melhorar em um ou outro ponto, seria algo que historicamente poderia ter sido aplicado. Surgiram inúmeros grupos para estudar o marxismo leninismo e avaliar a sua prática. Em Santos, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, tudo concorria para que esta discussão levasse a fundação de um partido político nos moldes do russo, rejeitando tanto os anarquistas, quanto os partidos socialistas reformistas.

O professor da faculdade de Direito do Recife passou a ser um dos principais entusiastas da formação de um partido operário, no entanto, o viés socialista reformista que ele propunha foi rechaçado por parte dos intelectuais pernambucanos, inclusive o seu ex aluno, e um dos fundadores do centro de estudo marxista, Cristiano Cordeiro. Cordeiro passara a identificar em Joaquim Pimenta tudo aquilo que rechaçava nos que ele elencava como manipuladores dos operários. Principalmente após a greve de 1919, e com os seus resultados, os incipientes comunistas de Pernambuco, atribuíam a Pimenta o resultado atrapalhado da greve. Ele, interferira, de forma sistemática para diminuir o poder da Federação Operária, e posteriormente, para conquistar o apoio dos operários para a eleição.

O ataque dos grupos comunistas começou a dirigir-se aos socialistas reformistas, representados pelo Grupo Brasileiro Clarté, fundado por Nicanor Nascimento, um dos integrantes, Maurício de Lacerda, ao longo do tempo, irá se aproximando do Partido Comunista do Brasil, não se pode afirmar ao certo por convicção ou por encontrar naquele terreno um ambiente propício para a cooptação dos operários. A crítica de Astrojildo Pereira aos socialistas reformistas dizia respeito a este ponto, uma vez que, considerava o grupo representante direto da política burguesa.

“Astrojildo explicara que recusara o convite de Luís Palmeira para participar das atividades de fundação do grupo Clarté, não porque fosse contrário a uma “seção” brasileira, mas por duvidar da idoneidade moral e política de Nicanor do Nascimento e de vários outros associados. Astrojildo considerava Nicanor um político burguês, que apoiara a administração de Hermes da Fonseca e a candidatura de Epitácio Pessoa, só rompendo mais tarde com este último por “motivos de ordem puramente político burguesa”¹¹²

¹¹² DULLES, John W.F. Op cit, p. 141.

A princípio, fica a impressão que Astrojildo não era frontalmente contra a formação de um partido socialista, no estilo do grupo Clarté brasileiro, mas que desconfiava da posição de alguns integrantes, os quais ele identificava, estariam fazendo parte do jogo político burguês, e inteiramente integrados nos governos que até então estavam reprimindo as manifestações operárias. Mas a situação só ficaria mesmo seria quando os grupos que estavam aqui em transição do anarquismo para o comunismo, ou melhor, que estava a mudar suas posições políticas, passaram a condenar ou desmentir declarações dos anarquistas russos.

Já no período pós fundação do PCB, mas ainda em torno dessas discussões, Canellas desmentira para os brasileiros declarações de Emma Goldman. Ele publicara dois artigos na revista Movimento Comunista, em junho e julho de 1922, alertando para os textos da anarquista norte-americana Emma Goldman. Ele defendia que tanto Alexander Berkman, quanto Emma Goldman, tinham sido acolhidos na Rússia, no entanto, eles exigiam posições privilegiadas, que ao não serem atendidas pelo estado russo, provocaram ações de má fé e esnobismo por parte desses.¹¹³

Astrojildo Pereira completava o raciocínio de Canellas ao descrever os anarquistas opositores como ignorantes da língua russa e justificando que por isso não poderiam ocupar cargos no Estado. Resumiam todas as críticas ao despeito e má fé dos mesmos, e, os acusavam de estarem participando ativamente do processo contra revolucionário. Conclamava a necessidade de juntarem forças para combater o inimigo comum, quando, na realidade, já tinha decidido por um governo bolchevique, onde as críticas não seriam aceitas.

Já o jornal *A plebe* representante histórico das ideias anarquistas, procurava esclarecer que Emma Goldman e Alexander Berkman não estavam trabalhando a serviço da burguesia, mas que buscavam dar a Rússia uma nova revolução, posto que, este novo governo estava se afastando da liberdade e deixando de basear-se na iniciativa das massas, única modelo de governo que consideravam legítimos.

Passou a ser muito frequente, os artigos da revista movimento comunista sustentarem que os presos da Rússia haviam sido detidos por crimes comuns, e não por conta de suas posições políticas contrárias ao governo.¹¹⁴ José Oiticica criticara

¹¹³ DULLES, John W.F. Op cit, p.161.

¹¹⁴ DULLES, John W.F. Op cit, p.162.

a mudança de postura dos russos que passaram a se reunir também com países burgueses na Conferência de Gênova, e, reconhecido dívidas anteriores feitas pelos czares. Ele sustentava que Lênin introduzira um elemento burguês na nova política econômica, já Canellas, insinuava que este assunto não era da alçada dos brasileiros, que não deveriam se preocupar com sinais insignificantes e necessários que o governo russo tinha feito em troca do desenvolvimento do país.

A plebe justificava o seu combate ao bolchevismo utilizando a tradução de um discurso de Fedor Machanowskii.

“Nesse pronunciamento, feito diante do tribunal revolucionário de Petrogrado a 13 de dezembro de 1922, Machanowskii dissera que a maior parte dos anarquistas russos deram suas vidas pela defesa da revolução russa e contra o assalto dos contra revolucionários das guardas brancas, para que aqueles que regressassem ao país encontrassem suas organizações destruídas e sua imprensa confiscada pelos bolchevistas”¹¹⁵

Nessa troca de acusações, os antigos anarco comunistas no Brasil se refugiaram em posições díspares e irreconciliáveis. Os anarquistas tratavam da traição, sentiam-se abandonados na luta que todos ajudaram a construir, já os comunistas acreditavam que aquele era o caminho certo para fazer o movimento operário crescer e alcançar outras posições. Acima de tudo, viram o Brasil com os olhos dos russos, seja para ser a favor ou contra, a partir deste momento, abandonaram um projeto de Brasil para contrapor ou aceitar posições russas, pois esta era a referência de êxito que eles escolheram debater, não era necessariamente o único caminho.

Por dentro dos sindicatos

Os anarquistas foram sem dúvida a primeira grande influência teórica no movimento operário. Por conta disso, tiveram grande penetração dentro dos sindicatos. No entanto, o termo anarquista compreende uma variedade muito ampla de tendências políticas, compreender essas variações é fundamental para identificar as suas estratégias de luta. Normalmente, essas correntes são divididas em anarco-

¹¹⁵ DULLES, John W. F. Op cit, p.162.

individualismo, comunismo libertário ou anarco comunismo e o anarcossindicalismo. Deve-se ressaltar que a própria ideia de restringir, para estudo, essas correntes, é ir de encontro ao anarquismo, mas não fosse isso, ficaríamos com uma gama muito extensa de concepções, da qual só um trabalho específico talvez desse conta. No Brasil, tiveram destaque os anarcossindicalistas e anarco comunistas.

Os imigrantes anarquistas trouxeram as ideias para o Brasil em meados do século XIX, junto com eles, a experiência de uma vida inteira e parte da literatura anarquista, preservada em sua diversidade. Muitos desses vinham fugidos da perseguição política em seus países de origem e buscavam no Brasil um recomeço. Desde que chegaram, eram vistos pelo poder público como perigosos. O Estado tratava de alimentar as divergências entre eles e os trabalhadores brasileiros, e em muitos estados, sucederam-se a formação de departamentos específicos para tratar da situação do operário imigrante.

Mesmo diante da ofensiva jurídica, conseguiram articular-se no meio urbano brasileiro, marcado por uma incipiente e ainda por desenvolvida indústria. As críticas se voltavam a qualquer autoridade constituída, especialmente, aquela que por seus meios representasse o Estado. O Estado era visto como uma esfera limitadora da liberdade individual e repressora da coletividade. Neste sentido, buscavam uma nova sociedade, na qual se organizariam, produtivamente e socialmente, sem a necessidade da presença marcante do Estado.

Vale lembrar, que o anarquismo não está só relacionado a inexistência de um Estado, mas que, na essência, revela uma capacidade de ajustar os anseios coletivos e individuais, sem o aparato jurídico, sem formas de controle pré estabelecidas. Isto é importante que seja bastante frisado, pois, circulam aproximações pouco honestas do anarquismo com o liberalismo. No campo das divergências, a distinção entre anarquistas e comunistas baseava-se no entendimento do papel do sindicato e no contexto da estratégia da ação direta. A ação de direta é outro termo que acaba tendo seu significado um pouco prejudicado, quase que descaracterizado da função de método de luta. Num sentido mais amplo caracterizava a recusa de qualquer representação política, dessa forma, seriam contrários tanto as ações socialistas reformistas, quanto ao comunismo. Isso porque o Komintern liberou os partidos comunistas para concorrerem às eleições, baseado

justamente teoria do etapismo.¹¹⁶ Resumindo, os anarquistas eram contra a visão de que a ação parlamentar ou eleitoral pudesse ser responsável por melhorias nas condições de vida do trabalhador. Entendendo a ação política como baseada na autonomia, livre iniciativa e solidariedade concretizando ações de greve ou sabotagem.

Para esclarecer os motivos pelos quais os anarquistas não aceitavam a estrutura partidária posta, é preciso entender que ela correspondia a uma construção do próprio sistema político burguês, sendo praticamente impossível deslegitimarem um sistema do qual participariam. Da mesma forma, entendiam que a representação que os colocaria no parlamento não se destituiria, uma vez que os parlamentares burgueses não iriam se desfazer da instituição que lhes deu origem.

Uma outra crítica se referia ao efeito distorcido de representação que o parlamento produzia. Normalmente, a proporção de eleitos estava conectada ao poder financeiro. Dessa forma, quanto mais dinheiro tivesse, maior a possibilidade de ser eleito. Naturalmente, ao chegar no poder, iriam ser responsáveis por proteger a parcela de eleitores que lá os colocou. Existe um outro lado, poderia ocorrer, e assim aconteceu, de alguns candidatos utilizarem os trabalhadores como um trampolim para o parlamento, sem por isso reportarem no futuro as promessas que foram feitas. Sendo assim, os cidadãos acabavam elegendo o político profissional, o *homem que faz da política uma indústria e que a pratica segundo os procedimentos da grande indústria – propaganda, escândalos, corrupção, como dizia Kropotkin.*¹¹⁷

Os anarco comunistas eram a favor da luta no meio sindical, contudo, acreditavam que o sindicato ainda era uma estrutura limitante, de natureza mais reformista, no sentido de formar operários para a luta e reivindicar alguns pontos essenciais de conflito, mas que não teriam força necessária para barrar o avanço do Estado. Um dos principais nomes desta corrente, o seu fundador, é Peter Kropotkin. Em um regime do tipo anarco comunista, a propriedade privada e o Estado desapareciam progressivamente, dando espaço para a organização da sociedade em federações de trabalhadores que gerenciariam a produção e a circulação de produtos.

¹¹⁶ Isso vai ser visto com mais detalhes no 3º capítulo.

¹¹⁷ KAREPOVS, Dainis. A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930). São Paulo: Alameda, 2009, p. 26.

As decisões sobre a produção e circulação de produtos, bem como, outros aspectos da sociedade seriam legitimados por meio de uma democracia direta, ou seja, pelo voto direto dos representantes, como nos soviets. Um grande exemplo dessa situação ocorreu na Ucrânia, durante a Revolução Russa, sob o comando de Nestor Makhno, também segue a mesma linha os territórios civis ocupados durante a Revolução Espanhola. É importante frisar para mostrar que existiam modelos que foram adotados posteriormente a morte de Kropotkin.

Uma imagem simbólica deste processo é o funeral de Kropotkin na Rússia, em 1921. Costuma-se ressaltar como o último grande encontro dos anarquistas na Rússia. Nesse estágio, as perseguições, prisões, julgamentos já tinham ganhado força de lei, com os anarquistas excluídos da revolução que ajudaram a fazer. No entanto, como já foi dito, isto não era o fim do anarco comunismo. No Brasil, entretanto, fora interpretado por uma corrente do operariado como sinônimo de fraqueza e fim de linha. Na realidade, faz parte do jogo teórico do que preferiam acreditar, como já vimos, as informações poderiam ser bastante amplas e distorcidas, porém, as poucos, era possível organizá-la. Tanto é que vão existir intelectuais anarquistas que resistirão a esta imagem de que o anarquismo não se adequaria ao momento histórico brasileiro.

Já os anarcossindicalista, viam nos sindicatos o melhor mecanismo de debater e propagar a luta de classe, uma vez que as contradições se expressariam ali como em nenhum um outro lugar. Dessa forma, seria o local ideal não só para a luta de classe, como a também para a revolução proletária. Isso não quer dizer que os anarco comunistas rejeitassem definitivamente os sindicatos ou que os anarco comunistas rejeitassem em si o anarcossindicalismo. Eram apenas formas diferentes de se chegar ao mesmo lugar.

Na esteira da amplitude do anarquismo não devemos considerá-lo apenas do ponto de vista de método, que é basicamente o que fiz aqui, por uma questão de tempo. A bem da verdade, existe a própria negação a participação a partir de qualquer entidade de massa que seja, não que tenha chegado a ser maioria no Brasil, mas é importante que fique claro, a ideologia preserva espaço também para essa questão. Embora não tenha falado neste tópico, falei acima da decisão temporária dos anarco comunistas em se organizarem em partido político, em específico o Anarco Comunista, por estarem vislumbrando o modelo russo de

sucesso. De forma que, uma parte desses permaneceu anarquista, outra parte, fundaria o Partido Comunista do Brasil, em 1922.

A questão de como enxergavam o tempo de maturação revolucionária também parece ser algo mais ou menos definido, pelo menos no Brasil. Não era muito comum falarem sobre uma revolução que fosse feita imediatamente, embora não se adequassem ao etapismo dos comunistas. Era algo que precisava ser trabalhado de acordo com as respectivas recepções e num modelo federativo de organização.

Nettlau¹¹⁸ acredita que existem diferentes correntes de anarquismo, com características baseadas no coletivismo, comunismo e individualismo sempre dialogando a questão da destruição da produção. O coletivismo de acordo com o trabalho realizado, o comunismo, de acordo com as necessidades, e o individualismo através de um isolamento relativo e de trocas equivalentes. De uma forma mais ampla, as principais divergências se dão entre as correntes do anarquismo individualista e do anarquismo social.

Os primeiros acreditam ser um perigo a cooperação obrigatória e preocupam-se que uma sociedade coletivista, ao longo do tempo, possa favorecer a tirania de um grupo sobre outro. Os segundos preocupam-se que uma sociedade repleta de anarquistas individualistas possa tornar-se muito pulverizada, facilitando a emergência de um espírito de competição.

Um elemento comum as duas correntes é o investimento em educação, buscavam empoderar de forma crítica os operários, para que aceitassem um ou outro caminho. Tal preocupação também manifestaram os comunistas, que acreditavam na gradual emancipação dos trabalhadores. Os sindicatos como escola, seja de aperfeiçoamento prático da atividade, seja como meio de reflexão e conhecimento da literatura anarquista e/ou comunista.

No entanto, em um ponto os anarquistas individualistas e coletivistas se afastavam, nas concepções econômicas. Os coletivistas defendiam um socialismo sem mercado e os individualistas um mercado anticapitalista. O socialismo sem mercado pressupunha uma intervenção nas ações políticas e econômicas para um direcionamento futuro a revolução. Além dessas correntes clássicas, é possível

¹¹⁸ NETTLAU, Max. História da anarquia. São Paulo: Hedra, 2008.

encontrar, hoje, uma série de novas correntes, o anarquismo verde, o anarquismo cultural, para isso, tomam base em questões atuais.

A década de 1920 em Pernambuco

Aspectos políticos

O falecimento de José Rufino Bezerra Cavalcanti¹¹⁹ em 27 de março de 1922 acirrou um cenário de lutas operárias. O cargo de governador do estado de Pernambuco ficou vago durante algum tempo, propiciando conchavos políticos em torno da questão. Afinal, o falecido governador mantinha uma política de “conciliação” em um momento que a luta política se estava exaltada em todo país. Fervilhavam ideias novas, costumes eram desfeitos e projeções de desenvolvimento eram citadas. O Brasil da década de 1920 precisava se equiparar as nações desenvolvidas e esse padrão era imposto a todas regiões, a custo da exploração de tantos trabalhadores quantos fossem necessários.

Pernambuco continuou investindo em atividades ligadas à indústria açucareira, algodoeira, e, conquistado o espaço urbano, desenvolveu-se nesse ambiente as fábricas. Houve também grande demanda em torno de serviço de infraestrutura, ligados ao escoamento e direcionamento de produção. Nesse momento, o trânsito de pessoas do campo para a cidade já (r)estabelecia antigos e novos laços. É bem verdade que o cenário mudou, no entanto, não se pode dizer que o poder político passou para outras mãos, e nem que, as oportunidades do empreendimento civilizatório eram para todos. Loreto retratava assim o governo que acabara de assumir:

“Os chefes que se empenharam pela minha eleição me falaram em nome de uma política impessoal e superior, sem ódios e sem paixões mesquinhas, acima das pequeninhas intrigas de campanário, visando em

¹¹⁹ José Rufino Bezerra Cavalcanti nasceu em Vitória do Santo Antão, 1865. Tinha sua história ligada à indústria açucareira por ser filho de usineiros. Foi aluno da Faculdade de Direito do Recife onde concluiu sua formação. Sua trajetória coincide com a de tantos outros homens do poder, que vieram do interior e prosseguiram com carreiras políticas na capital, totalmente ligadas aos interesses de sua atividade primeira. Diferenciando-se da trajetória daqueles de famílias pobres que migravam para a cidade na esperança de um recomeço.

tudo e sobretudo os altos interesses da comunhão social. Venho fazendo e continuarei a fazer essa política, muito convencido de que, só assim, poderei velar devidamente pela tranquilidade e pelo bem estar dos meus concidadãos. Bem sei que essa conduta não vem conquistando os aplausos e louvores fermentados dos costumes inimigos da ordem jurídica, social e política. Continuarei, entretanto, a cumprir serenamente o meu dever de não transigir nem condescender com os que atentam contra a liberdade, a honra, a vida e a propriedade pública e privada. (ALEPE, 6 de março de 1923)”

Já explicado o contexto do surgimento do Partido Comunista durante este capítulo, é importante frisar os primeiros meandros e discussões. Em meio a crise política de transição para o governo recém eleito de Sérgio Loreto surge a problemática das eleições. Devem os operários prosseguir a luta em torno da conquista de espaço político na sociedade burguesa ou convém afastar-se do submundo da política?

“Temos a respeito do problema governamental e das demais questões de ordem política e social orientação definida. Os nossos sindicatos e o Partido Comunista Brasileiro são os únicos elementos que guiam, presentemente, o proletariado nacional. O dr. Pimenta, de quem somos amigos pessoais e a quem estimamos pela camaradagem que mantém conosco, conhece os nossos princípios, aos quais não pretendemos renunciar. Os proletários pernambucanos conhecem demais o Sr. Manoel Borba para fazer cauda à sua política e muito menos para sacrificar a sua vida e a sorte e o futuro das esposas e filhos aos azares de uma sangrenta luta política partidária que visa galvanizar o prestígio do Sr. Borba na pessoa do Sr. José Henrique. A notícia que o “Jornal do Recife” publicou, há poucos dias, de que o socialismo pernambucano se faria representar na convenção que vai adotar a candidatura do José Henrique, é inteiramente destituída de fundamento. Nada temos com as competições políticas do momento. Nós só agimos para nós e não para os outros.” (A província. 24.08.1922)

Muito além do que resquícios de militância anarquista, o isolamento se relacionava com o entendimento do proletariado de que não existia representante coesionado de fato com a sua causa. Por mais que elogiassem Pimenta, identificavam que as decisões do Partido deveriam sobrepor a “simpatia pessoal”. Ainda que seja também um sintoma da ausência de poder de massa, é uma maneira de ao definir posições dentro do debate político, mesmo sendo ela diferente da escolha obrigatória ofertada pelo sistema democrático, solidificar seus projetos. Ao dizer que é contra as possibilidades em jogo, revela a intenção de participar de forma diferenciada do confronto político.

Quando se deram conta do transtorno que a falta de apoio do proletariado trazia no processo eleitoral, passaram a entender que, de alguma forma, poderiam influir nessa questão. No entanto, pelo menos até a segunda metade de década de 20, procuraram se manter longe do pleito político, restringido a ação as passeatas, greves. Isso porque a situação do Partido Comunista era muito difícil. Durante muito tempo atuou na ilegalidade, por trás de entidades sindicais, intelectuais e pequeno burguesas. Quanto aos intelectuais, pode-se afirmar que tinham uma ação mais deliberada. Aos trabalhadores, que estavam envolvidos essencialmente na atividade prática contra o sistema, mesmo que nesse momento estivessem representados pelo patrão, ou camuflados pela conquista de algum outro direito, sobrava sempre à ilegalidade.

Metodologicamente essa divisão entre os que estavam mais suscetíveis a ilegalidade e os que permaneciam, de certa forma, a margem da ação, porém, formulando sobre ela, pode apontar para estratificações da luta. Mas o fato é que, no plano legal, fazia muita diferença a estratégia e a qual grupo pertencia o reclamante. Se observavam que, poderiam conviver com determinados tipos de discursos e outros não, é porque, de alguma maneira, o discurso produzido primeiramente não causava o efeito esperado. É evidente que em um momento de ajustes dentro do partido, muitas arestas estavam por aparar. O próprio sentido prático do partido precisava ser lembrado a cada dia, a cada luta. Pequenas conquistas precisavam ser comemoradas.

Ao mesmo tempo, uma parcela de trabalhadores parecia estar aprofundando a sensibilidade, pelo menos ao perceber que de fato são explorados e identificar na pessoa do patrão ou de pretensiosos simpatizantes de sua causa um motivo para repensar. O fragmento de posicionamentos torna a situação cada vez mais difícil para aquele que não tem o poder político, pois, é comum que o poder ofertado seja equivalente a adesão. É mais complicado ainda se esse pensarmos em um partido operário, mesmo que nele, existam também membros da pequena burguesia. A medida em que o discurso de direitos cresce, o Estado mostra uma outra face. Sob diversos ângulos, é possível analisar que a pressão aumenta, os movimentos se expandem, a princípio de maneira tímida, atingindo lugares que não tinham sido pensados anteriormente.

Em um país onde as concepções públicas de administração alcançam amplos espaços quanto mais atreladas ao passo das grandes famílias forem, maior é o abismo entre a política e o trabalhador. Já que os interesses reais do “bom político” revelam diretamente os anseios de crescimento do patrimônio pessoal. E o que é público, passa a revelar-se também de pouco acesso. Nesse sentido, não podemos afirmar que existia grande abertura política para discursos favoráveis aos trabalhadores, nem que fossem tão comuns, tão frequentes, e muito menos destituídos de interesses pessoais.

O Partido Comunista não era um partido de massas, aliás, fica complicado apontar um que o fosse na década de 1920, no Brasil. De certa forma, o partido comunista era o que mais se assemelhava a uma ideia de “massa” naquele momento. Não pelo número de adesões, nem pelo sucesso de suas posições, mas porque ampliava a noção de partidos regionais e expressava concepções teóricas internacionalistas. Não foi por nada que ao longo dos anos desenvolveu-se e, algumas décadas depois, foi considerado como tal.

A luta dos trabalhadores nos jornais e nas ruas

Seja na manchete dos jornais ou nas ruas, os trabalhadores estamparam a marca do governo Sérgio Loreto, expressando insatisfação com o governo estadual e federal. Na compainha de líderes reconhecidos, intelectuais ou mesmo nos relatos de anônimos, é possível identificar o clima de tensão entre operários, patrões e os gestores do estado. A eleição de Arthur Bernardes (1922-1926) para presidente da república, no ano de 1922, intensificou a reação de setores mais progressistas. Nesse mesmo momento, Joaquim Pimenta em parceria com Manoel Borba, que assim como ele defendia a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da república, tentaram organizar os trabalhadores para uma greve geral. Em telegrama para o então presidente eleito, Arthur Bernardes, o governador de Alagoas expõe a intenção:

“Macéio, 12. Para que possa bem informar vossa exc. Tenho comunicado detalhadamente a representação do Estado as últimas ocorrências aqui verificadas, as quais não alteram a vida da cidade que está em completa calma. A policia pensa que essas ocorrências se filiam ao plano de subverter a ordem do Estado em caráter de greve geral dos operários para

o que consta a vinda de comissões do Recife, orientadas pelo Dr. Pimenta para movimentar os operários daqui em nome da defesa dos brios de Pernambuco. O governo está vigilante. Fique tranquilo o eminente amigo que agirei como sempre com a maior serenidade, previdência e tolerância garantindo todos os direitos com energia precisa em defesa do princípio da autoridade e ordem civil” (A província, 1922)”¹²⁰

Antes de representar uma preocupação com o operariado, essa situação demonstrava a utilização política de sua nascente força para desestabilizar o novo governante. Se Joaquim Pimenta percebia potencialidade nas manifestações operárias, por que não usá-las a favor dos próprios? Foi por esse motivo que o operariado pernambucano passou a identifica-lo como traidor. Suas intenções eram escamoteadas em função de uma instável preocupação com os trabalhadores. Essa característica não é só de Joaquim Pimenta, muitos se aproveitaram do fervor político das manifestações para agregar valor ao seu cabedal político.

A expressão da indiferença estava diretamente ligava ao valor das vidas desses cidadãos. A violência se dava em todos os âmbitos e sob diversas formas. No interior do estado, são muitos os relatos de trabalhadores que ao pararem por alguns minutos de exercerem a atividade extenuante a qual eram designados eram espancados covardemente. Em um exemplo, carta recebida pelo jornal A província:

“Recife, 22 de junho de 1923. Dr Pedro Diniz Perylo. Venho narrar um fato, visto por mim e por quantos, hoje às 08:00 horas se achavam no café continental. Servia me eu com outros amigos de café, quando surgiu um pobre homem de ventre bastante inchado a esmolar a caridade pública. Interrogado por um dos amigos sob qual o incomodo e, ato contínuo, o infeliz tirando o esfarrado paletó, deixou ver nas costas, inúmeras cicatrizes de feridas que foram abertas por 4 possantes braços do vigias de uma das usinas do sul do estado. O infeliz nos disse que o seu grande crime havia sido o de ter chupado um pedaço de cana, por ter fome!!! Vindo para esta cidade queixou-se o infeliz ao doutor chefe de polícia que nenhuma providência tomou. A vítima das iras do tais vigiais chama se Pedro Pereira, tem como disse o ventre bastante inchado, de uma palidez cadavérica, mal podendo articular as palavras.” (A província; 23/06/1923)”

Essa carta foi enviada de forma anônima por um “leitor assíduo” do jornal. Ao publicá-la o editorial esclareceu que não citou o nome da usina devido ao anonimato do leitor e porque o fato já havia sido direcionado para o chefe de polícia, dessa forma, caberia a ele executar a punição que considerasse adequada. Excetuando o fato de que já é uma oportunidade publicar esta carta, o jornal se desvencilha da

¹²⁰ “Joaquim Pimenta e Manoel Borba preparam a revolução”. A província; 17/06/1922.

autoridade jornalística, muito provavelmente por motivos de precaução e da necessidade de estabelecer uma boa relação com esses senhores que direta ou indiretamente estavam no poder.

Como já foi dito, esse não foi o único relato, muitos outros sucederam, em diversas usinas, inclusive, fora desse momento histórico. A violência como forma de negociação ou simplesmente imposição de poder sempre foi uma realidade concreta no campo e na cidade. A exceção da lei era regra quando tratava de garantir o privilégio de alguns. É por isso que a reflexão do primeiro capítulo, sobre a criação do Estado e suas jurisdições, deixa claras as tensões envolvidas.

Esses vigias atuavam em função de ordens que recebiam, mas a falta de contato direto com o trabalhador, ressalta a impressão de que, na realidade, os vigiais é que são os verdadeiros inimigos. No entanto, algumas situações nos mostram a praticidade recorrente do uso da violência simplesmente como forma de “ensinar uma lição”:

“O senhor José Nunes da Cunha, chefe política de Muribeca, do município de Jaboaão, esteve, ontem, nesta redação, narrando-nos, como ocorreu o assassinato do trabalhador José Fernandes, no último domingo, ali. Disse-nos o senhor José Nunes que no domingo, a noite, o trabalhador José Fernandes, procurou-o em sua casa no engenho “Meigahype”, depois do pagamento e pediu-lhe para dar uma palavra em particular. Mandou então o trabalhador entrar para a sala de visitas, tendo nessa ocasião o mesmo lhe pedido 15 \$ 000. Estando esse trabalhador adiantado em 150 \$ 000 e somente ter a receber a importância correspondente a dois pães e meio açúcar, que produzira no correr da semana, acrescentou-nos o senhor José Nunes não o ter atendido, o que foi bastante para o referido trabalhador tentar agredi-lo, não levando a efeito o seu intento, por terem aparecido no momento outros companheiros de José Fernandes. Em seguida adiantou-nos ainda o senhor José Nunes, o citado trabalhador abandonou a casa e saiu correndo, tendo antes jurado matá-lo. Diante disso, mandou um policial prendê-lo e como acontecesse dele resistir a prisão, foi morto. E concluiu não ser solidário com o crime” (A província; 19.08.1923)”

No texto acima, notamos a familiaridade do senhor José Nunes com o policial. É notória a intrusão desse senhor nos negócios da justiça. Quando o próprio afirma que “mandou o policial prendê-lo”. Seria esse cidadão por acaso detentor de algum dispositivo legal de autoridade para julgar quem deve ou não ser preso? Por que quando das ameaças de senhores, vigias e capatazes, para não falar dos espancamentos e mortes, como nesse caso, a justiça não delibera em favor de

quem realmente está sendo lesado? Se não houve espancamento, por qual motivo seria indicada a prisão do seu José Fernandes? De que resistência à prisão estamos falando? Significa que um trabalhador, desarmado, seria fonte tão forte de ameaça a ponto de existir a necessidade de dar por encerrada a sua vida? Isso para não dizer, assassiná-lo covardemente, como o jornal em seguida aponta, mediante as observações de quem foi testemunha do crime.

A carestia de vida

A carestia de vida embora seja um contexto amplo, engloba fatores tais como: moradia, desvalorização profissional, precária assistência sanitária, tudo isso contribuindo para diminuir a qualidade do cotidiano de quem está marginalizado deste suporte. Mais ainda, constituía a violação de um dos direitos mais básicos do ser humano, o de ter acesso à alimentação.

Podemos interpretar a carestia de vida sob diversos ângulos, de todos eles a necessidade primeira da alimentação salta aos olhos como pré-requisito para a boa saúde, e em casos extremos, para a manutenção da vida. Não podemos considerar que o acesso do operário a alimentação não seria o mesmo de um proprietário, visto que as condições econômicas impostas impedem o operário de desprender-se de uma parte significativa do salário para custear uma feira mais robusta. Em períodos de crise econômica essa dificuldade se revela ainda mais presente e a qualidade dos alimentos vendidos se deteriora. Isso porque, esse mesmo passa a procurar em locais que vendam cada vez mais baratos, a carne, o pão que fortalecerão o físico para aguentar as longas e pesadas jornadas de trabalho.

Na década de 20, uma crise abalou o Brasil e especialmente o Nordeste que foi tendo seu local produtivo redefinido pela polarização econômica cada vez mais forte no Sudeste. Ao mesmo tempo, foi necessário introduzir no estado os aparatos das cidades civilizadas, várias obras de cunho produtivo, que direta ou indiretamente auxiliavam na produção foram realizadas. Essas obras nem sempre produziram um momento superavitário, pelo contrário, ajudaram a aprofundar o fosso entre proprietários e não proprietários e ocasionaram uma piora no quadro inflacionário do estado. Sobre as obras do porto, uma das mais polêmicas da gestão Sérgio Loreto,

publicou-se no Rio Jornal em 3 de abril de 1923¹²¹, artigo criticando a escolha da empresa contratada para tocar a frente as obras, segundo o jornal “as ruidosas gordas maquinas” dadas ao “feliz contratante”, constituía outra escandalosa negociata “arranjo para os amigos, parentes e compadres do Sr. Sérgio Loreto, que já sentem a boca tão doce”.

Separada desse grupo, estão às obras contemplativas, espaços sociais, como as praças, por exemplo, que fizeram parte desse movimento modernizador, sem contudo, estabelecerem lucro direto com a sua construção. Vale ressaltar, embora já tenha sido citado acima, que em nenhuma hipótese esses espaços compuseram uma opção de lazer para os menos abastados. Como já foi dito, todos esses esforços resultaram numa crise que potencializada nos mais diversos níveis, inclusive social e cultural, também tiveram seus efeitos imediatos nos custos de vida, especialmente para os mais pobres.

Publicou o jornal “*A província*” a respeito da crise dos gêneros de primeira necessidade:

“Anda a população de Pernambuco sobressaltada com os preços dos gêneros de primeira necessidade, à vista do atual orçamento que é ainda mais pesado que o extinto agora a 30 de junho. Nenhuma medida, a não ser a muito restrita das feiras livres por parte da municipalidade, nenhuma foi posta em prática pelo governo, para resolver, ao menos em parte, esse fenômeno econômico, que tem sido objeto de acuradas cogitações dos poderes públicos em todos os estados onde se tem manifestado. Anda a população mais sobressaltada agora. E com razão. Porque acima do inqualificável orçamento está a exploração dos gananciosos, desalmados cidadãos, que não vacilam em tripudiar sobre as necessidades do consumidor. A questão é de pretexto. É as cheias, que devastaram as lavouras, a majoração assombrosa do orçamento, de ano para ano, e quejandos arrochos e cataclismas que surgem uns sobre os outros nesses últimos tempos na vida de Pernambuco, servem-lhes bem de motivo...” (A PROVÍNCIA; 04.07.1924).

É preciso esclarecer que essa medida das feiras livres consistia em permitir que estejam de impostos os produtos que nesses ambientes eram comercializados. Segundo os jornais, a princípio essa atitude teve algum alcance, os preços dos produtos foram reduzidos. No entanto, pouco tempo depois estavam tão ou mais caros dos que os preços anteriores. Pelo trecho assim, podemos observar que por mais que pontuassem a crise econômica, vinda de vários fatores, dentre eles os

¹²¹ Artigo publicado no Rio Jornal e reproduzido em “*A província*”. “Porto do Recife: Detalhes do Escandaloso contrato”; 18.04.1923.

naturais e os gastos exorbitantes do governo, também frisavam muito a vontade pessoal do comerciante que “tripudia sobre a necessidade do consumidor”.

Mais uma vez não a preocupação não é reavaliar o sistema com vistas a produzir possibilidades pelo menos de reformá-lo. A preocupação é totalmente manter o padrão aristocrático de governo, sem por conta disso ser responsabilizado pela falta de gêneros básicos acessíveis ao bolso dos mais pobres. Numa intenção bastante clara, pessoalizavam e vilanizavam os comerciantes, como se o seu desejo por lucro não fosse parte de toda uma estrutura gerada para a exploração daqueles que não possuem meios de produzir, criando hierarquias, onde certamente o comerciante não está no topo, porém, fornece pressão suficiente sobre os de baixo e ao mesmo tempo é pressionado pelos de cima.

O caráter de necessidade imediato desses produtos motivou o governo federal a tomar medidas de reajuste das taxas alfandegárias:

“Afim de tratar da carestia dos gêneros de primeira necessidade, o presidente da república reuniu ontem no Catete o ministério, tendo sido assinado o seguinte decreto, que tem o número 11.521 concedendo pelo prazo de 60 dias a isenção de direitos e taxas no expedientes de todas as alfândegas do país para os gêneros de primeira necessidade: O presidente da república dos Estados Unidos do Brasil considerando que é manifesta a crise de subsistência a ponto de tornar a vida insuportável entre as classes menos favorecidas que constituem a maioria da população; considerando que os gêneros alimentícios continuam sendo vendidos em todo país por preços excessivamente elevados e que isso se tem acentuado a despeito das providências constantes do decreto 11.419 de 19 de março de 1924, considerando que vários órgãos representativos do comércio tem nesse sentido apelado para o governo federal reclamando a sua imediata interferência no caso. Considerando que de diferentes estados e municipalidades tem o governo recebido constantes apelos, no intuito de minorar a carestia da vida. Considerando ainda que ao lado de medidas de caráter permanente tem que o governo o dever de tomar providências que, sem ferir a lealdade do comércio e interesses legítimos da produção, contribuam para melhorar as condições de vida da população resolve que: Art 1 Fica concedida a partir dessa data e pelo prazo de 60 dias a isenção em todas as alfândegas do país de direitos e taxas de expediente para os seguintes gêneros: arroz, açúcar, batatas, carne seca, ou charque, feijão e milho, devendo os interessados para a obtenção desse favor apresentar os competentes pedidos de licença no Ministério da Fazenda; Art 2 O ministério da Agricultura adquirirá no exterior desde já 100.000 sacos de arroz, 200.000 de açúcar, 27.000 caixas de banha, 200.000 sacos de milho, 40.000 sacos de carne seca, 40.000 sacos de feijão em igualdade de condições e preços; Art 3 De acordo com a autorização contida no Art 2 da letra M do decreto n. 4.034 de 12 de janeiro de 1920 serão abertos os créditos que se tornarem necessários para a execução do presente decreto; Art 4 Revogam-se as disposições em contrário.” (A PROVÍNCIA; 04.07.1924).”

Mesmo com toda a iniciativa de reverter à situação extrema de crise, em nenhum momento, o governo cogita voltar-se contra os “interesses legítimos dos produtores”, nem ferir a “lealdade” com o comércio. Fazem isso admitindo que a maioria da população é quem sofre com os desmandos. E certamente porque temem gerar uma revolta, seguida de manifestações de repúdio e paralisações. É o que eles chamam de desordem pública. Isso não significa dizer que em outros momentos o cenário é pacífico, muito menos que esses alimentos tão requisitados chegam à mesa do trabalhador numa combinação de perfeita nutrição. Como não podem escolher suas refeições de modo a potencializar os bons efeitos para a saúde, o típico um pouco de cada, eles revertem o pensamento com grande quantidade de alimentos que deem energia e tenham seus preços mais acessíveis. Muitas vezes surgiam tentativas de ludibriar o consumidor, seja diminuindo o tamanho do pão, seja misturando a matéria prima com outro alimento para diminuir os custos e aumentar o lucro. Em desabafo escrito e assinado por “Um operário” no jornal “*A província*”, tem-se amostra do que acontecia:

“Caindo-me sob as vistas o vosso artigo de ontem sob a epígrafe “Vida cara”, no qual fazeis judiciosas considerações sobre a situação asfíxiante das classes desfavorecidas da fortuna, que representam a maioria da população, artigo esse que constitui mais um pedido de socorro em prol dos que sofrem tão angustiada situação, grandemente agravada pela fúria dos especuladores, viemos solicitar-vos a fineza de pelo vosso simpatizado jornal, lembrardes ao exm. Sr. Dr. Prefeito a necessidade de ser rigorosamente fiscalizada a banha da terra, a exemplo do que se faz com o leite e outros gêneros e que é vendida com água, havendo mercadores desse gênero de primeira necessidade, que conseguem bater 15 quilos do mesmo com 20 de água!! Parece incrível, mas é uma verdade que pode ser constatada, por quem queira dar-se ao trabalho de conhecê-la. E os retalhadores vendem um gênero assim falsificado pelo preço do gênero puro. Certos de que essas linhas terão agasalho nas colunas do vosso valoroso jornal. - Um operário” (A PROVÍNCIA; 10.05.1925).

As condições de higiene das feiras livres não eram das melhores e muitas vezes os produtos eram vendidos contaminados, dando início a uma série de problemas de saúde. A água que era usada para purificá-los não servia para a tarefa. No artigo “Operária, popular e...”¹²² água oferecida nas casas populares é classificada como “ainda não bem limpa” e “responsável por uma grande maioria dos óbitos cotidianos pelas afecções intestinais”. Até pelo menos 1926 são registrados

¹²² Jornal do Recife; 12.01.1922.

em artigos dos mais diferentes jornais do Recife problemas com a água, principalmente no âmbito das vilas operárias. Assim como a alimentação, a água está presente em diversos momentos do cotidiano, sendo seu consumo e utilização saudável fundamental para a manutenção da vida.

Os acidentes de trabalho

O Brasil viveu uma época de transição política, social e econômica. A reestruturação do sistema de trabalho trouxe novas demandas e consequências. A emergência de um proletariado urbano, mais atuante e envolvido em movimentos sociais resignificou as lutas no âmbito do trabalho. No entanto, devido ao período de consolidação de classe e a experiência insuficiente dos trabalhadores, existiu uma preocupação em focar primeiramente em aspectos mais imediatos do sistema.

Nesse sentido, lutas em favor de uma menor jornada de trabalho, por um patronato mais responsável com as regras de proteção do operário ao manusear a máquina, pela erradicação dos menores nas fábricas, foram pautas da ordem do dia. Todo esse universo constituiu temas centrais dos primeiros congressos operários, bem como, fazia parte da discussão diárias nos jornais.

É possível notar que, no tocante aos acidentes de trabalho, os jornais, durante os primeiros anos da década de 20, mais ou menos até 1923, noticiam com naturalidade grande volume de acidentes, geralmente causados por falta de proteção ou “imprudência técnica”. São encontrados também casos de violência entre hierarquias diversas na fábrica e no interior de estado diretamente do senhor para o empregado.

A respeito da falada “imprudência técnica” deve ser colocado que esses operários tinham pouquíssima instrução de como proceder com as máquinas, quer dizer, faltava um treinamento prévio, a questão toda era muito mais intuitiva, do “aprender fazendo” do que uma orientação de técnicas e procedimentos. Quando havia eram destinadas ao aumento da lucratividade e por suposto não se detinham aos aspectos de segurança no trabalho. A lei sobre acidentes de trabalho ressaltava:

“O congresso nacional decreta: Art 1 Para os fins da presente lei considera-se acidente no trabalho a morte, moléstia profissional e qualquer lesão

corporal ou perturbação funcional, ocorridos em consequência do trabalho, ou durante o mesmo, desde que a moléstia ou perturbação limite ou suspenda a capacidade da vítima, quer temporária, quer permanentemente. Art 2 O acidente no trabalho obriga o patrão ao pagamento de uma indenização ao operário, ou a sua família, com exceção dos casos de força maior ou dolo da própria vítima. Art 3 Para efeitos dessa lei considera-se operário o indivíduo, sem distinção de sexo ou idade, que exercitar sua atividade por conta de outrem, “ a título oneroso, gratuito ou de aprendizagem, permanente ou provisório, fora de sua habitação, em qualquer exploração a) industrial; b) comercial; c) agrícola, desde que empregue motores inanimados, qualquer que seja o número de trabalhadores, ou que, não empregando tais motores, ocupe, todavia, mais de 10 trabalhadores. Art 4 A indenização regulada por esta lei exonera o patrão da obrigação de pagar ao operário, pelo mesmo fato, qualquer outra indenização de direito comum. Art 5 A indenização devida pelo patrão na forma desta lei não exclui o direito à vítima ou seus representantes de promover, segundo o direito comum, ação contra terceiros civilmente responsáveis pelo acidente do trabalho.” (A PROVÍNCIA; 18.07.1924).”

Durante a década de 20, embora existissem tentativas importantes de regularizar alguns dos aspectos mais problemáticos do trabalho, inclusive com algumas conquistas na forma da lei, de maneira geral, temos resistência de sua aplicação ou deturpação de seu sentido por parte do patronato. É bem verdade que ela própria não fornecia a definição necessária e esclarecimento de pontos mais amplos, isso tudo fazia parte de uma estratégia de indefinição quanto aos parâmetros a serem atendidos pelo patrão e quais suas responsabilidades nos recorrentes casos de acidente, trabalho de menores, jornadas de trabalho, atraso de pagamentos. Podemos observar que uma das estratégias era “terceira a culpa” pelo acidente, lançando suspeitas não só sobre a responsabilidade de terceiros, mas também sobre a culpa (dolo) da própria vítima.

É importante observar também que esse é começo de uma legislação mais voltada para a regulamentação do trabalho no Brasil, e que, muitas das demandas discutidas vem dos próprios movimentos sociais, partidos políticos e centros operários ligados a essa causa em comum. Ressalta-se também a dificuldade de garantir o retorno dos operários lesados a suas atividades, muitas vezes por conta da gravidade de seus traumas, outras vezes em função de uma ideia de supervalorização da saúde do empregado, “quanto mais saudável”, no sentido de preservação de funções motoras e agilidades, mais lucrativos serão para o estabelecimento. Isso quer dizer que existia preocupação extensiva o estado de saúde deles? Não, isso significava dizer que embora não contribuíssem em nada para mantê-los saudáveis, incluindo funções motoras, capacidade psíquica,

alimentação, moradia; os patrões se sentiam no direito de descartá-los quando apresentassem o primeiro problema.

Não bastassem as longas jornadas de trabalho a que eram submetidos indiscriminadamente qualquer ser humano que pudesse ser explorado, não importando sexo ou idade, eles também sofriam com os constantes atrasos de pagamento do salário. Sobre isso:

“Não é a primeira vez que os operários do Porto, que trabalham no Pina, vem a nossa redação fazer reclamações. Ainda ontem, veio aqui uma comissão que nos disse estarem todos prejudicados no pagamento de seus salários, pois sendo já 21 do mês não tinham recebido a quinzena de junho. Esse retardamento força-os a comprar num barracão ali situado, onde os preços são exorbitantes e os gêneros os piores que se pode conceber. E sobretudo, o dono e os empregados desse barracão os tratam miseravelmente, insultando-os e ameaçando-os com o facão. Dizem que o senhor Viana, administrador do serviço no Pina não é mau com eles, que estão certos de que o mau provém da falta de conhecimento que dos mesmos abusos tem o engenheiro, Dr Castillos. E nos mostraram os reclamantes uma farinha horrível e um charque ordinários, amostras dos gêneros que o referido barracão lhes vende, pedindo-nos insistentemente levarmos esses abusos ao conhecimento do Sr. Dr Castillos, o que fazemos com essas linhas.” (A PROVÍNCIA; 23.06.1923)

A violência, portanto, não era apenas física, tudo concorria para que os trabalhadores ficassem cada vez mais dependentes do patrão. Se não recebiam salário, podiam consumir apenas nos barracões que lhes tirava muito mais do que o dobro do valor do produto. Em muitos momentos, aliás, em todos eles, trabalhavam para poder comer. Era esse o resultado de horas de esforço físico: humilhação e recrudescimento dos laços de subordinação através de práticas como a citada acima.

Outros fatores preocupavam, como o trabalho das mulheres e menores nas fábricas. Essas possuíam “jornada eterna”, trabalhavam nas fábricas e por ocasião de uma disposição do sistema cristalizado sob o ponto de vista do machismo. A mulher tinha que ao chegar em casa cuidar dos afazeres domésticos e orientar o crescimento das crianças que muitas vezes as acompanhavam nas atividades das fábricas. Sofriam também violência sexual e dentro dos próprios movimentos, partidos políticos eram desacreditadas da atividade política, da negociação e liderança em determinados momentos. Era comum precisarem organizassem de forma independente.

Por enquanto é fundamental percebemos a especificidade da problemática das mulheres e menores nas fábricas, para isso vamos usar o relatório da comissão de legislação social da Câmara publicado em A província:

“A comissão de legislação social da Câmara, prosseguindo nos seus trabalhos relativos ao problema social, cuja magnitude seria supérfluo acentuarmos, acaba de tomar uma iniciativa que se deve concretizar em fato pelo voto aprovatório do Congresso Nacional. Referimo-nos ao projeto de n. 265, do qual uma das medidas é a que proíbe o trabalho de menores, bem como o trabalho noturno das mulheres. Noticiando como foi recebido o mencionado projeto, “Rio Jornal”, número desse mês, escreve, ilustrando a notícia com um instantâneo de uma fábrica de vidro em que foram apanhados vários menores em labores. Dizem: Com essas medidas já se pronunciarem os industriais por intermédio do Centro Industrial em longa exposição, abundantes argumentos, que não faltam nunca nesses casos. Em oposição as ideias contidas no memorial daquela agremiação, as classes operárias também já definiram sua atitude em reuniões realizadas ultimamente na sede da União dos empregados do Comércio. Ao que parece, porém, a Câmara deve estar impressionada com os argumentos dos industriais, pois a tanto importa o adiamento da votação definitiva do projeto que consubstancia as mais rudimentares necessidades sociais, sobretudo entre nós, onde as crianças e mulheres, criminosamente explorados no seu trabalho, devem merecer especiais cuidados por parte do Estado. A exploração de mão de obra infantil tem sido, durante todos os tempos, o grande recurso de que se valem as empresas capitalísticas, sobretudo porque os menores são pouco exigentes, contentando-se com os miseráveis salários que lhes são pagos. Também em relação ao trabalho das mulheres observa-se a mesma coisa, sendo facilmente perceptível nas fábricas de tecidos, onde além desse regime de clamorosa exploração, vigora o de muitas, que coram a extorsão. Prosseguindo no nosso inquérito acerca do trabalho de menores, afim de provar que a proibição do projeto 265 é uma necessidade de ordem nacional estivemos em uma fábrica de vidros na vizinha cidade. Com a alta temperatura reinante nos últimos dias, o ambiente da oficina era escaldante. Observamos ali que o grande número de operários era composto de menores. Não sem muito esforço conseguimos bater uma chapa dentro daquele forno, precisamente no instante em que o trabalho era mais intenso. O cliché que ilustra essa reportagem é expressivo, diz tudo na sua eloquência, fazendo ressaltar ainda mais a necessidade de retirar os organismos débeis das crianças brasileiras ao ambiente dessas oficinas, onde elas se esgotam em detrimento da nacionalidade abrindo-se lhe as portas das escolas profissionais e das escolas primárias na obra política de plasmar-se a nossa grandeza futura. Que dirão a isso os industriais?” (A PROVÍNCIA; 18.12.1923)

O Estado antes de funcionar como garantia da aplicação das leis e cerceamento das injustiças, permite que determinados grupos políticos com poderes econômicos ditem as regras da política pública com relação ao trabalho. Isso ficou bem explicado ainda no primeiro capítulo, ali observamos a constante seletividade da lei, manobrada por aqueles que detém grande poder econômico e influência

política. Esse é um exemplo que demonstra tudo aquilo que dissemos. Mesmo em situações extremas, por exemplo, essa de crianças trabalhando em ambientes naturalmente impróprios, o retorno da justiça é mínimo, levado sempre aos últimos prazos. Podemos pensar “é a década de 1920”, nos anos subsequentes quando a legislação regulatória se estreitou em deveres e direitos mais rígidos, o cenário melhorou.

É bem verdade que as lutas da década de 1920 deixaram um legado de temáticas e preocupações a serem sanados. Sabemos também que a nova legislação do trabalho, na década de 30, longe de ser a solução de antigas questões sociais, foi uma estratégia de cooptação e antecipação ao acirramento de lutas fundamentais para a rediscussão do projeto social de Brasil.

Greve na fábrica de Caxias e Laffayette

Se a revolução russa influenciou bastante o modo de pensar dos comunistas brasileiros, não se pode dizer o mesmo quando o ponto de partida é o direito das mulheres. Durante todo o trabalho abordam-se os tipos de opressões gerados pelo sistema, eis então, uma das mais fortes: a patriarcal. Vivemos em uma sociedade patriarcal, mas nem sempre foi assim. O patriarcalismo é marca desse sistema. E disso os russos sabiam.

Wendy Goldman em *Mulher, Estado e Revolução (1917-1926)* identifica como essa questão foi tratada com seriedade nos primeiros momentos da revolução russa. De fato, é fundamental tratar desse tema, no entanto, sem perder a noção do inimigo comum. Goldman afirma que embora a legislação tenha avançado no sentido de permitir o divórcio, por exemplo, as mulheres continuavam a dependerem dos seus maridos para sustentarem seus filhos.

“As mulheres tinham poucas oportunidades nessas famílias patriarcais, mas, ao mesmo não poderiam viver independentemente da família nem cuidar da terra sozinhas. No campo, as mulheres dependiam, em geral, da família patriarcal para sobreviverem. As mulheres da classe trabalhadora também dependiam da família e do salário do marido. Sem terem acesso a um salário decente e independente, não conseguiam sustentar suas crianças ou pais idosos. Apesar de a primeira constituição soviética ter facilitado o divórcio, camponesas e mulheres trabalhadoras não poderiam sustentar suas famílias nem a si próprias sem terra e salários independentes.”¹²³

A liberdade proporcionada pela lei não surtiu efeito na estrutura familiar russa, isso porque as mulheres continuaram a depender de seus maridos para sustento da família. Para além das questões legais, se fazia necessária uma mudança educacional, não só para valorizar a atividade dessas mulheres, como para definir junto com elas a jornada doméstica. Goldman investigou parte das atas de reuniões bolcheviques e identificou a presença desse assunto nas pautas. Enquanto a mulher não se libertasse das tarefas domésticas, não poderiam, por exemplo, se dedicar tanto quanto seus maridos a discussão política.

Esse deveria ser o ponto de partida, desobrigar as mulheres da responsabilidade total e irrestrita com os afazeres da casa, da criação dos filhos e, pasmem, dos maridos. É por isso que, tanto na Rússia, como no Brasil, as mudanças comportamentais não atingiram efeitos esperados, na medida que, para ser legitimada pela sociedade a mulher precisaria ter marido, filhos, e quando os tivesse, deveria se abster de discussões políticas.

De qualquer forma, não podemos dizer que os dois países tinham políticas iguais para a questão de gênero. A prova disso são os esforços que os russos fizeram para discutir o assunto, tentando adaptar a legislação, se não deu totalmente certo, abriram espaço para novos entendimentos nos movimentos de esquerda. O Brasil, por sua vez, foi local de mudanças comportamentais principalmente ligadas ao movimento feminista burguês, dentro do movimento comunista, uma das bandeiras mais fortes estava ligada ao emparelhamento dos salários e de jornadas menos extensas (no caso das jornadas de trabalho, a preocupação era comum aos dois gêneros).

Por todo esse ambiente simbólico que envolve as lutas de classe e as

¹²³ GOLDMAN, Wendy. Mulher, estado e revolução (1917-1936). São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014, p.11.

preocupações de gênero, escolhemos o caso das operárias da fábrica de Caxias e Lafayette para ilustrar as dificuldades encontradas no mundo do trabalho. No ano de 1925, as operárias das fábricas de cigarro entraram em greve, reivindicando melhores condições de trabalho e um salário digno de seu trabalho. Assim definem sua batalha diária:

“Srs. Redatores. Pedimos encarecidamente guarida no vosso jornal para as linhas que seguem, pelo que ficaremos gratíssimos. Ao povo pernambucano, que nos vem animando com a sua simpatia e até nos olhando com merecida piedade, nesses dias aflitos de greve, nós, as famílias operárias da fábrica de Caxias e Lafayette, vimos dirigir esse apelo, invocando a sua solidariedade material e moral em prol de nossa causa. Para que as pessoas de boa vontade façam uma pálida ideia do modo por que se arrasta a vida de uma cigareira aqui em Recife, damos, em poucos traços, o quadro lúgubre de nossa vida de trabalho não pago, pessimamente recompensado, insuficiente para atender as necessidades mais elementares da vida de uma pobre pessoa. As nossas companheiras que trabalham no “picado”, por exemplo, precisam trabalhar 8 horas a fio, não largando nem ao menos para uma ligeira refeição, que é feita juntamente com o trabalho. Conseguem fazer, geralmente, 50 maços por dia. Preço do maço: 32 réis. Salário do dia 1\$600. Deduzidos 600 réis da passagem, visto como quase todas moram em mucambos, nos arrabaldes, restam apenas 1\$000 de salário real!? No serviço de emaçamento é a mesma coisa é a mesma coisa: é necessário fazer 8 mil maços para conseguir 1\$600. Considere agora o público a exploração de que somos vítimas: o maço de cigarros nos é pago 32 réis. Cada operária faz, na media, 50 maços. O maço contém 20 cigarros. Um cigarro custa 40 réis. Conclusão: em 20 cigarros ganhamos menos do preço de um cigarro de 8 réis, o que vale dizer uma ponta de cigarro. Junte se esse quadro a moldura respectiva: suspensões, multas, perseguições de toda sorte. Apelamos para o povo em geral, para as famílias, para a mocidade das escolas. Pedimos socorro. Precisamos do apoio moral e material de todos os homens de boa vontade. Solicitamos um obulo para sustentar a campanha contra o salário da fome, contra a exploração desumana de que somos vítimas. Viva a greve! – As operárias em greve” (A província; 03/06/1925)

Nesse trecho, podemos perceber que além de ter a exata noção das péssimas condições de trabalho, elas também contestavam os valores de seu salário, visto que trabalhavam horas a fio para a cada 20 cigarros produzidos conseguir para si o equivalente ao valor da “ponta do cigarro”. Nessa data, já havia transcorrido uma semana inteira de greve e os patrões continuavam a alegar que não podiam atender ao pedido das operárias em greve. As grevistas “em torno de 700 estão dispostas a não voltar ao trabalho enquanto não forem atendidas em sua justa pretensão”¹²⁴

¹²⁴ A província; 04.06.1925.

A situação continuou sem solução, ficando as trabalhadoras impedidas de fazerem passeata nas ruas, como forma de conseguir o “auxílio material e moral” para a greve:

“Sabendo a polícia que as operárias em greve iam realizar uma passeata, percorrendo as principais ruas da cidade, afim de adquirirem um auxílio do comércio para a sua manutenção, enquanto estivessem em greve, o tenente Lyra Guedes, cumprindo ordens, fez ir à sua presença uma comissão das referidas operárias proibindo a realização da passeata e intimando-as a voltar ao trabalho.” (A província; 05.06.1925).”

Proibida a passeata, o mesmo tenente foi na sede da “União dos padeiros”, onde se reúnem as operárias, prendendo a alguns associados “mais exaltados” que se achavam presentes e a seguir fez o mesmo na “União Geral dos trabalhadores”, na rua Rangel, procedendo da mesma forma.

“Estranhamente estão presos os seguintes operários: Joaquim Francisco, secretário da “União Geral dos Trabalhadores”, no quartel de Santo Antônio, e Pedro Lima, secretário da “União dos Panificadores”, num quartel qualquer, além de outros, que estão no quartel de Pombal. Antes de ontem, às 24 horas, passaram pela avenida Marquês de Olinda, três operários, naturalmente destinados ao quartel do bairro do Recife.” (A província; 06.06.1925).”

Ao longo de mais uma semana foram efetuadas prisões de operários e operárias envolvidos na questão das greves das cigarreiras. Infelizmente o movimento não logrou êxito, porém foi uma das greves mais longas desse período, o que simboliza a força dessas mulheres que aprenderam bastante sobre o significado dessa exploração ao longo do processo. No Recife da década de 1920, os costumes podem até ter contribuído para um ideal de “nova mulher”, mais independente, que tem seus hábitos próprios, seus comportamentos. Mas a realidade dessas operárias era estranhamente decisiva em favor de sua própria sobrevivência. E esse abismo entre as mulheres ricas e as mulheres pobres vem comprovar que essa luta é sim de classe.¹²⁵

¹²⁵ Essa greve foi bastante retratada também no período *A classe operária*. <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=086569>>. Acesso em 21/05/2016, às 15:48.

III. Construindo novas frentes de luta: O Partido Comunista do Brasil

Memórias de revolucionários: Os impasses de anarquistas e comunistas

O advento da Revolução Russa trouxe muita esperança para os proletários do mundo inteiro, pela primeira vez na História, e por um longo período de tempo, puderam colocar em prática uma teoria política destinada a conquista do poder pelos trabalhadores. Estes, então, puderam reorganizar a produção de forma a estabelecer novas diretrizes de distribuição e capacidade produtiva, tendo em perspectiva essencialmente o bem estar coletivo.

Para além da questão econômica e política, situações como essa geram exemplos marcantes, naturalmente, extrapolando os limites de seu território. É o caso da Revolução Alemã (1918), Revolução Húngara (1919) e multiplicações de conselhos operários em vários países, especialmente na Itália. Os conselhos operários são formas de autogoverno que servem para encurtar a distância entre o Estado e seus cidadãos. Em contraposição ao parlamento que é um órgão político, porém, não necessariamente coletivo, pois aqueles que lá estão podem representar interesses privados.

“ Totalmente diferente é a produção social pelos conselhos operários. A produção social não é aqui dividida entre uma multiplicidade de empresas particulares, das quais cada uma é a tarefa limitada da vida de uma pessoa ou de um grupo de pessoas; ela forma agora um todo articulado, do qual se ocupa a totalidade de trabalhadores e, enquanto tarefa comum, ele ocupa todo o seu pensamento.”¹²⁶

Estes conselhos existiam independentemente do sistema de governo. Dentro deles, os pensamentos se cruzam prosperando a vontade dos trabalhadores. Estes informam, debatem, discutem, bem como, votam, as pautas mais significativas as suas necessidades. O que parece uma realidade bastante prospera não se desenvolve em perfeita harmonia. Em princípio, e também como forma de garantir o processo revolucionário, as diversas correntes políticas se comunicavam por meio da base social comum que os soviets ofereceram.

¹²⁶ PANNEKOEK, Anton. A organização dos conselhos. In PINHEIRO, Milton. MARTORANO, Luciano C. Teoria e prática dos conselhos operários. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013, p.173.

No entanto, com o passar do tempo, grupos de contestação passaram a se posicionar dentro do contexto político formado. Aqueles que contestavam, não negavam o significado apurado de terem colocado fim a supremacia burguesa na Rússia, iam além, não obstante, clamavam por um fim das relações de produção autoritárias. A recente perspectiva de uma gestão operária não deveria ligar-se apenas aos aspectos mais formais da revolução, como a nacionalização das terras e o fim da propriedade privada, sobretudo, deveria refletir uma nova ideologia, distante do autoritarismo burguês.

“ Isso explica por que setores da burguesia suspiraram aliviados quando verificaram que o governo soviético pretendia nacionalizar (estatizar) os meios de produção, deixando intacta a hierarquia dentro da fábrica, a separação entre dirigentes e dirigidos. Milhares de indivíduos ligados a classe expropriada voltaram a desempenhar papel de mando como diretores de fábrica do ‘Estado operário’. Incorporaram-se ao partido para legitimar sua volta a posições dominantes na relação de produção”¹²⁷

Outro viés que se destacava e alcançava maior proporção era o que Trostky denominou “militarização do trabalho”. Seria de consenso que o Estado Operário poderia enviar o trabalhador para onde fosse necessário e prendê-lo caso houvesse recusa em cumprir a tarefa que lhe foi delegada. A aplicação da obrigatoriedade, em conjunto com as medidas de militarização, estavam vinculadas a lógica de um plano econômico único.

É importante observar que a despeito de todo o processo revolucionário, os trabalhadores vinham sendo cada vez mais escanteados das decisões sobre os seus próprios destinos e isto não vai agradar aos setores que vem propondo mudanças mais profundas no sistema burocrático do Estado. A Oposição Operária condena a centralidade na figura do “especialista”, pois essa motivação escancara o espírito de subordinação, hierarquia e obediência passiva. Acreditavam que, ao procurarem nos “especialistas” do antigo regime uma solução para a criação de um regime autenticamente novo, reestabeleciam preceitos distorcidos da mesma.

Ao priorizarem os técnicos em detrimento dos trabalhadores urbanos e rurais, os bolcheviques criaram uma brecha entre bolchevismo e proletariado. No VIII

¹²⁷ TRAGTENBERG, Maurício. A Revolução Russa. São Paulo: Editora da UNESP, 2007, 2ª edição, p.95.

congresso dos soviets¹²⁸ esse tema volta a ser discutido, nesse exato momento o próprio soviet já vem perdendo força para o partido. A Oposição Operária entende que a burocracia é inversamente oposta a iniciativa das massas, isto reflete um empobrecimento da ideologia do Estado. Porquanto, qualquer iniciativa que se diferencie do que está estipulado pela burocracia do partido será veementemente descartada, constituindo uma violação a disciplina.

Rosa Luxemburgo¹²⁹, ao criticar os bolcheviques, argumentava que pretendiam implantar o socialismo por decreto. Acreditava que a dominação do capitalismo se funda na ignorância das massas, mas a construção do socialismo pressupõe uma iniciativa mais livre, no âmbito do pensamento e da ação, pois esse é o caminho para a elevação da consciência política.

“ A essência da sociedade socialista consiste no seguinte: a grande massa trabalhadora deixa de ser uma massa governada, para viver ela mesma a vida política e econômica na sua totalidade, e para orientá-la para uma autodeterminação consciente e livre.”¹³⁰

Enquanto essas discussões se davam no interior do partido russo, tendo extensão para outras localidades revolucionárias, os marinheiros da base naval de Kronstadt, incluindo os do encouraçado Potemkin, iniciaram uma revolta contra o governo central de Moscou. A deflagração da revolta está vinculada a situação do proletariado de Petrogrado. O inverno havia sido particularmente severo e o abastecimento da cidade não estava se dando de forma regular. Isto era devido tanto a falta dos produtos, quanto ao mal funcionamento dos meios de transporte.

Segundo Tragtenberg¹³¹, a crise também está ligada à degenerescência da burocracia e a corrupção dos órgãos estatais da área. A Rússia praticava a troca de produtos industriais, produzidos na cidade, com os produtos agrícolas. De forma oficial, os mercados não podiam existir, mas acabavam sendo tolerados.

Iniciou-se um ciclo de greves. Os primeiros a entrarem foram os trabalhadores da Usina Troubotchni, logo em seguida, a greve se estende a usina Laferme, a

¹²⁸ TRAGTENBERG, Maurício. Op cit, p.98.

¹²⁹ Rosa Luxemburgo é polonesa, destacou-se pela militância revolucionária ligada à Social Democracia da Polônia (SDKP) e ao Partido Social Democrata da Alemanha (SPD)

¹³⁰ LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa. Petrópolis: Editora Vozes, 1991, p.102.

¹³¹ TRAGTENBERG, Maurício. Op. cit ,p.99.

fábrica de sapatos Skorokhod, às usinas Ademiralteiski, atingindo no dia 28, a usina Putilov, que era a maior do país. Ao passo que algumas usinas levantaram reivindicações já conhecidas como a normalização do abastecimento, restabelecimento do mercado, supressão da fiscalização da milícia que se apropria de quilos de batata que os trabalhadores conseguem na troca de manufaturados; outras formularam reivindicações mais amplas, liberdade de palavra, liberdade de imprensa e liberação dos prisioneiros políticos.

Os marinheiros de Kronstadt criticavam a burocratização da sociedade russa e também a estatização dos sindicatos. Muitos dos membros do Partido Bolchevique que residiam em Kronstadt pediram desligamento público do partido. Anarquistas como Emma Goldman e Alexandre Berkman se propuseram a serem os mediadores entre os marinheiros e os bolcheviques. As autoridades, no entanto, adotaram uma postura intransigente, reprimindo fortemente a revolta.

Simultaneamente, a Ucrânia de Makhnó resiste às investidas bolcheviques, até chegar o momento em que é massacrada pelas forças governamentais. Nestor Makhnó¹³² tinha opiniões divergentes a respeito do “Estado Operário” implementado pelos bolcheviques. Diz ele:

“O fato de que o Estado moderno tenha a forma de organização de uma autoridade fundada sobre a arbitrariedade e a violência na vida social dos explorados, é independente de que este seja "burguês" ou "proletário". O Estado descansa sobre o centralismo opressivo, que emana diretamente da violência que uma minoria exerce contra a maioria. A fim de reforçar e impor a legalidade de seu sistema, o Estado não recorre só as suas armas e a seu dinheiro, mas também a potente armas de pressão psicológicas. Com a ajuda de tais armas, um pequeno grupo de políticos reforça a repressão psicológica na sociedade inteira e, particularmente, nas massas trabalhadoras, condicionando-as de tal maneira, com objetivo de desviar suas atenções da escravidão institucionalizadas pelo Estado.”¹³³

Desde a morte de Kropotkin (1921), os anarquistas da Rússia acabaram se dispersando em função da perseguição estatal. A Ucrânia de Makhnó seria uma das últimas batalhas na qual os anarquistas ucranianos resistiriam a investida do Estado Operário Russo. Paralelamente, a estrutura dos sindicatos, do partido e o comunismo oficial estavam instaurados. E os soviets estavam cada mais longe

¹³² Revolucionário anarquista ucraniano que resistiu, juntamente com seu exército, a dominação bolchevique.

¹³³ MAKHNÓ, Nestor. A luta contra o Estado (outubro de 1925). <http://www.nestormakhno.info/portuguese/luta_estado.htm> Acesso em: 21/03/2016; 23:03h

daquela primeira proposta de organização do operariado, o poder sobre os soviets passou firmemente para as mãos do partido.

Os primeiros núcleos

Como vimos no II capítulo, a década de 1910 representou um momento de grandes lutas no Brasil. A Revolução Russa inspirou trabalhadores a questionarem modelos prontos de sociedade e buscarem outros mais justos. Em 1919, chegou a ser fundado no Brasil um partido de inspiração anarco-comunista, era o Partido Anarquista Comunista do Brasil. Esse pensamento estava baseado no exemplo de Peter Kropotkin, um dos grandes sistematizadores do anarco-comunismo no mundo. Sua morte foi um marco tanto para os anarquistas russos, quanto para os brasileiros que, em primeiro momento, acreditaram ser a Revolução Russa a vitória do anarquismo.

Deve-se ressaltar que, a morte de Kropotkin não significou o desaparecimento dessa corrente, é o caso da luta de Makhnó que foi citada acima, mas também de uma grande parte dos espanhóis, por ocasião da guerra civil espanhola em 1936. Fica claro, portanto, que foi escolha deliberada dos brasileiros seguirem um processo de fundação do partido comunista nas diretrizes bolcheviques a partir de 1922. É bem verdade que esta possibilidade já vinha sendo discutida dentro do movimento operário¹³⁴, em contrapartida, o racha realmente ocorre quando da morte de Kropotkin em 1921 e o fuzilamento de anarquistas na Rússia.

“Em outubro de 1921, deu-se a ruptura definitiva entre aqueles que continuavam fiéis ao anarquismo e os que passaram a defender a nova doutrina bolchevista. Deu-se o choque por causa do fuzilamento, na Rússia, de vários anarquistas. Os meios revolucionários se agitaram no Rio, ficando a minoria anarquista contra o governo soviético, enquanto uma maioria, então se revelou bolchevista, e permaneceria solidária com ele.”¹³⁵

O auge da luta operária sob a influência do anarquismo se deu entre os anos de 1917 e 1920, quando das grandes greves de 1917 e 1919. Isso não quer dizer

¹³⁴ Ver posição de Joaquim Pimenta no segundo capítulo.

¹³⁵ SOUZA BARROS, Manoel. A década de 20 em Pernambuco. Rio de Janeiro: 1972, p.87.

que, os anarquistas tenham desaparecido do cenário político depois da fundação do PCB. Na realidade, a própria liberdade de ação tanto de anarquistas, quanto de comunistas, ficou muito mais limitada com a lei de repressão e controle da imprensa, promulgada em 1921.¹³⁶ A censura e a repressão representaram um dos principais entraves ao florescimento do movimento operário, seja de qual matriz queiramos falar.

Em 1921, os operários e intelectuais buscavam na Coligação Social outras tentativas de organizar politicamente um grupo de operários e intelectuais que pudessem unificar os núcleos marxistas existentes e estabelecer os fundamentos para sua ação, princípios e um programa definitivo. Esse grupo desapareceu brevemente em função do estado de sítio.

As motivações para a fundação de um Partido Comunista no Brasil ainda são muito discutidas. Este debate deve mesmo permanecer em aberto, de certo, cada qual tem um pouco de verdade em seus argumentos. O primeiro ponto de vista, que já foi aqui colocado, é a crescente repressão a grupos anarquistas na Rússia. Se acompanharmos todo o processo de fundação do Partido Anarquista do Brasil¹³⁷, em 1919, fica claro que, de fato, acreditavam ser aquela, a vitória do anarquismo.

Um segundo ponto colocado por Marco Del Roio¹³⁸ é: por mais que o marxismo brasileiro tenha vindo da cisão de uma liderança anarcossindicalista, ele não deixa de ser produto da interação de três faces, unificadas em um mesmo conjunto de crise da dominação oligárquica. Se pegarmos o Rio Grande do Sul, por exemplo, temos um movimento anarcossindicalista muito forte, alguma influência do socialismo reformista do Uruguai e Argentina, devido à proximidade geográfica e a facilidade de acesso às leituras, e também influência de setores médios agrários e oligárquicos gaúchos. Já em Pernambuco, tinha-se uma incipiente e pouco diferenciada classe operária que esteve envolvida na luta contra a dominação oligárquica, embalada por lideranças, a princípio, alinhadas como o socialismo

¹³⁶ A lei Adolfo Gordo (1921) regularizava a expulsão de estrangeiros de parte ou de todo o território nacional. Em 1923, um decreto conhecido como “Lei da imprensa” cerceou ainda mais o pensamento, a palavra e ação dos grupos políticos, dentre os quais, os anarquistas e comunistas. Um ano depois, foi criado o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deopes) em São Paulo, órgão repressor destinado a vigiar os suspeitos e punir os criminosos políticos.

¹³⁷ Ver o tópico sobre a criação do Partido Anarquista do Brasil no segundo capítulo.

¹³⁸ DEL ROIO, Marco. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940) in RIDENTI, Marcelo. REIS, Daniel Aarão (org). História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960, vol 5.. São Paulo: Editora Unicamp, 2007, 2ª edição, p. 21.

reformista, como é o caso de Joaquim Pimenta. Vale ressaltar que, o anarquismo também teve bastante peso na sociedade pernambucana com Canellas e outros que posteriormente serão responsáveis por fundar o Partido Comunista de Pernambuco, como Cristiano Cordeiro.

“Era, como ainda o sou hoje, filosoficamente um anarquista. Mas não dogmático. Nunca seria dogmático em questão alguma. Anarquismo, socialismo e comunismo não se constituiriam para mim em matérias de fé, mas sim em contribuições do espírito humano.”¹³⁹

É evidente que nem todos pensavam como ele dentro do partido, muito menos podemos ter dimensão do real significado de sua militância muitos anos depois, já que a entrevista é de 1979. Contudo, é expressivo que no final das contas, já no fim de sua vida, tenha tido a percepção reformulada do que significou aquele momento para o movimento operário. Ele expõe a partir de uma colocação pessoal, tudo aquilo que estava envolvido nos debates daquela época.

Do mesmo modo que no Rio Grande do Sul e Pernambuco, o Sudeste, capitaneado por São Paulo e Rio de Janeiro, tinha um movimento operário bastante combativo e forte, e também, mais numeroso que os outros¹⁴⁰. Assim como nos outros estados, cada qual com seu grupo de apoio e estudos, o Rio de Janeiro e São Paulo também tinham forte influência anarcossindicalista. No entanto, desde 1921, Astrojildo Pereira definiu-se pelo marxismo de viés leninista.

Antecederam o partido em estudos marxistas, a liga maximalista do Rio Grande de Porto Alegre (1918), o Centro de Estudos Sociais em Pernambuco (1919) e os grupos comunistas Zumbi no Rio de Janeiro e São Paulo (1919), mas também replicados em outros estados.

Dentre os fundadores do partido, poucos eram o que haviam tido contato com o arcabouço teórico marxista e muitos ainda faziam confusão de anarquismo e

¹³⁹ Entrevista concedida originalmente por Cristiano Cordeiro ao jornalista Ricardo Noblat. Publicada originalmente no Jornal do Comércio, Recife- PE, pp.16-17, 12/08/1979 in Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982, p.83.

¹⁴⁰ Segundo Astrojildo, ainda em 1920, seria possível calcular cerca de 300 a 320 000 operários industriais. Concentrados, principalmente, no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul. A área de atuação era predominante nos transportes terrestres e marítimos, bem como, nos serviços portuários e de comércio. Formação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) 1922/1928. Lisboa: Prelo, 1976, p.55-56.

comunismo.¹⁴¹ Segundo Vinhas¹⁴² dos nove intelectuais que se apresentaram nos dias 25, 26 e 27 de março nas cidades de Rio de Janeiro e Niterói, representando 73 comunistas reunidos em grupos em São Paulo, Recife, Porto Alegre, Niterói, Rio de Janeiro e Cruzeiro, além de, Santos e Juiz de Fora, que não puderam mandar delegados, apenas o alfaiate Manuel Cedón era egresso de fileiras socialistas, onde aprendera rudimentos da teoria marxiana. Os demais provinham de militância anarcossindicalista: o barbeiro Abílio Nequete, o jornalista Astrojildo Pereira, o funcionário público Cristiano Cordeiro, o eletricitista Hermogêneo Silva, o gráfico João da Costa Pimenta, o alfaiate Joaquim Barboza, o funcionário público José Elias da Silva e o vassoureiro Luís Peres.

Segundo Del Roio¹⁴³, o maior dos grupos fundadores era de Pernambuco, a reunião foi no dia 1 de janeiro de 1922, e contou com cerca de 30 participantes que, concordaram com as 21 condições do Komintern (III internacional). Ele observa, no entanto, que “*nem todos se tornaram militantes do partido que estava para ser fundado*”. Segundo Cordeiro¹⁴⁴, essa reunião teve lugar na Rua da Concórdia, 914. Ele afirma que em Pernambuco só foi necessária uma reunião para estabelecer a fundação e faz uma comparação com o Rio de Janeiro, onde tiveram três reuniões: Uma na casa de uma tia de Astrojildo, e as outras duas, respectivamente, nos sindicatos dos alfaiates e metalúrgicos.

Podemos inferir que, por Pernambuco ter além de uma vertente anarcossindicalista expressiva, uma vertente reformista bastante forte, foi mais plausível decidir pela instauração de um partido, do que nos estados onde o anarcossindicalismo não precisou dividir o seu peso com outras correntes. A influência do pimentismo na situação política pernambucana não pode ser negada, ele arrastou trabalhadores em causas que muitas vezes sequer lhes eram favoráveis, para garantir um cabedal político que lhe conferisse prestígio. Embora Pimenta¹⁴⁵ não tenha chegado a fazer parte do partido comunista, sua pressão pela

¹⁴¹ Essa confusão vai ser amenizada ao longo do tempo pois vão ser aprofundadas as divergências crescentes entre anarquistas e comunistas. Em 1928, o partido expulsa o que considera 18 ex-anarquistas que não conseguiram digerir o comunismo.

¹⁴² VINHAS, Moises. O Partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p.6.

¹⁴³ DEL ROIO, Marco. Op cit, p. 23.

¹⁴⁴ Notas e referências in SOUZA BARROS, Manoel. A década de 20 em Pernambuco. Rio de Janeiro: 1972, p.289

¹⁴⁵ Ver no segundo capítulo a influência de Pimenta na política pernambucana.

fundação de um partido socialista reformista influenciou inicialmente aqueles que de fato estavam entre o anarquismo e o comunismo. Isso atingiu não só Cristiano Cordeiro que a princípio lhe nutria admiração de antigo aluno, como também Antônio Bernardo Canellas¹⁴⁶ que não se adaptou a ideia do partido, na forma como era posta.

O grande desafio do PCB, fosse em Pernambuco, ou qualquer outro estado, era manter a coesão doutrinária, estabelecer princípios e diretrizes que não só servissem aos próprios adeptos, como também, propagandeasse o comunismo no país.

Da Política

A III Internacional no Brasil

Já vimos que o PCB foi o resultado de agrupamentos comunistas em alguns núcleos: São Paulo, Recife, Porto Alegre, Niterói, Rio de Janeiro e Cruzeiro, além de, Santos e Juiz de Fora. Tendo alguma centralidade o Rio de Janeiro, onde aconteceram os primeiros congressos. Ao participarem isoladamente (em seus próprios estados) ou centralizando a fundação no Rio de Janeiro, os integrantes tiveram como rito o aceite as 21 teses do Komintern (III internacional comunista). Isso significa que, primeiro aceitaram as condições para depois enviar Antônio Bernardo Canellas à Rússia, em função da aprovação do partido no seio daquele organismo internacional, história da qual vamos falar mais a frente.

As 21 condições aprovadas no II congresso da IC, em 1920, eram o produto de uma orientação internacional do movimento comunista para provocar cisões nas fileiras dos movimentos operários nacionais para a formação de partidos comunistas. Tal orientação tinha como pressuposto de que o desencadeamento da revolução socialista, particularmente na Europa, era questão de meses, daí a necessidade de formar partidos com lideranças ideológicas firmes naquele momento.

¹⁴⁶ Mais a frente vamos observar o episódio de expulsão de Canellas do Partido Comunista do Brasil.

O processo de divisão do operariado¹⁴⁷ insere novos e diferentes temas a serem discutidos dentro do Komintern. Particularmente, para os países ditos semi coloniais ou coloniais, traça uma estratégia de ação embasada em uma argumentação que divide a revolução em etapas. Aos comunistas do Brasil, cabia primeiro desenvolver as forças industriais, do campo, e fortalecer os sindicatos, dentro de um processo de revolução democrática burguesa, para posteriormente, amadurecidas as contradições intrínsecas do capitalismo, fazer a revolução.

Dentre os pontos expostos pelo Komintern, alguns eram particularmente incompatíveis com a realidade brasileira. A exemplo de “*todo partido desejoso de pertencer à IC deve realizar uma propaganda perseverante e sistemática nos sindicatos, cooperativas e outras organizações das massas operárias*”¹⁴⁸. De certo, houve esforço do PCB em se aproximar das diversas organizações operárias. No entanto, é preciso analisar alguns fatores. O primeiro e mais perceptível são as dificuldades impostas pela ilegalidade. As leis que a princípio atingiam aos anarquistas, voltaram-se também contra eles.

Um segundo ponto é a predominância anarquista no seio dos sindicatos. Nesses primeiros anos de fundação, o PCB teve dificuldade de ampliar sua influência dentro dos sindicatos¹⁴⁹, o meio ainda era muito favorável aos anarquistas, devido, tanto a sua forte influência anterior, mas também, as condições impostas por ocasião da ilegalidade que dificultaram a difusão da mensagem. Observa-se, ainda, forte apelo ao viés marxista leninista, entendendo o partido como centro do debate político e funcional. Deste modo, compreendiam a importância do sindicato, porém, em estreita relação com as diretrizes do partido.

Uma das orientações do Komintern era a de retomar uma antiga tradição, utilizar os parlamentos burgueses com fins agitativos. Formulados na perspectiva de imediata tomada do poder, as orientações davam conta da utilização de instituições governamentais para fins de agitação.

¹⁴⁷ Observa-se no primeiro capítulo quando explicita-se as divergências que levaram a III internacional.

¹⁴⁸ CARONE, Edgard. A internacional comunista e as 21 condições <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=195:a-internacional-comunista-e-as-21-condicoes-por-edgard-carone&catid=2:artigos> Acesso em: 23/03/2016, às 14:23h

¹⁴⁹ Ver no segundo capítulo o tópico sobre os sindicatos.

“Os partidos desejosos de pertencer à Internacional Comunista tem por dever proceder a uma revisão na composição de suas facções parlamentares, afastando os elementos duvidosos, submetê-los, não por palavras, mas de fato, ao Comitê Central do partido, exigindo de todo de deputado comunista a subordinação de toda sua atividade aos interesses verdadeiros da propaganda revolucionária e da agitação.”¹⁵⁰

Deveriam se orientar na escolha entre os operários e o nome do escolhido teria que ser avalizado pelo partido. No Brasil, essa situação só vai se popularizar quando da formação do Bloco Operário Camponês¹⁵¹, em 1927. Os comunistas utilizaram essa estratégia para conseguiram alçar posições dentro do parlamento e rediscutirem as estratégias a partir dele. Essa iniciativa se deu tardiamente, principalmente por conta da resistência que os ex militantes anarquistas tiveram em aceitar as vias eleitorais como parte da orientação política¹⁵².

Karepovs¹⁵³ remete a descrição de um jornal regional de Santos, Vida Nova (lançado em 1 de maio de 1922), sobre a possibilidade de parlamentares virem a ser eleitos para representar o partido. Nele as eleições eram consideradas “um arremedo de consulta à vontade da maioria”, e o seu desenrolar era de “um cinismo revoltante”. Mesmo cientes da posição internacional sobre o assuntos, os recém integrantes do partido impunham resistência a atuar nesse campo. Em Recife, esse ponto teve uma discussão menos enérgica, visto que muitos dos que fundaram o partido, tinham formação bacharelesca, onde sobrava campo para atuação de líderes políticos. Esta poderia ter sido uma grande discussão no cerne da fundação do Partido Comunista do Brasil, no entanto, não foi desenvolvida em função da eclosão da revolta do 5 de julho de 1922. O governo de Arthur Bernardes decretou estado de sítio e o PCB teve sua sede invadida, prisão de militantes e documentação.

¹⁵⁰ < http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=195:a-internacional-comunista-e-as-21-condicoes-por-edgard-carone&catid=2:artigos> Acesso em 23/03/2016, às 15:02h.

¹⁵¹ Também chamado de o Kuomintang brasileiro em alusão direta aos desenlaces da Revolução Chinesa.

¹⁵² Não é à toa que em 1928 existirá no partido uma cisão, dentre as baixas, passaram a conta 46 membros a menos do partido, desses, 18 eram ex anarquistas. Dentre os documentos de Astrojildo: “O que a ex oposição queria: desertar. Comunicado da CCE do PCB. Memória e História: vol 1. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982, p.122.

¹⁵³KAREPOVS, Dainis. A classe operária vai ao parlamento. O Bloco Operário e Camponês no Brasil (1924-1930). São Paulo: Alameda, 2006, p.32.

Teses acerca do movimento revolucionário nos países coloniais e semi coloniais

Embora as teses a respeito dos países coloniais e semi coloniais tenham sido desenvolvidas anteriormente por Lênin, elas foram sistematizadas, em 1928, no sexto congresso do Komintern. Segundo o próprio documento:

“As teses acerca da questão nacional e colonial concebidas por Lenine ainda são totalmente válidas e devem seguir de guia para o trabalho dos partidos comunistas. Desde o segundo congresso que o significado das colônias enquanto fatores de crise no contexto do sistema imperialista mundial tem se intensificado”¹⁵⁴

O congresso fez um balanço das estratégias adotadas até então nesses países, o Brasil não é citado diretamente, o protagonismo se encontra nos exemplos da China, Índia, revoltas das tribos Kabyle contra o estado Francês e Espanhol. Registra-se, também, um crescimento do proletariado urbano na Palestina, Síria, Tunísia e Argélia. A América Latina aparece como um bloco só, onde o imperialismo norte americano e britânico vieram ao longo dos anos se aprofundando. Sobre as formas específicas de exploração colonial:

“A exploração capitalista em cada nação capitalista desenvolveu forças produtivas. As formas coloniais específicas de exploração capitalista impedem sempre o desenvolvimento das forças produtivas das colônias, quer elas sejam manobradas pela burguesia Britânica, Francesa ou por qualquer outra. As únicas construções feitas (caminhos de ferro, portos, etc. ...) são aquelas indispensáveis para o controlo militar do país, para garantir o funcionamento da máquina fiscal e para as necessidades comerciais do país imperialistas...”¹⁵⁵

É o caso do que aconteceu com o processo de modernização do Brasil, dividindo-se entre o capital de origem norte americana e britânica. O fato é que diferentemente dos outros países, o Brasil não conseguiu grande número de

¹⁵⁴ Sexto Congresso da Internacional Comunista
<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses_comintern.htm> Acesso em 23/03/2016, às 22:51h.

¹⁵⁵ Op cit. Sexto Congresso da Internacional Comunista.

adesões ao partido logo de início. Isto deve-se, sobretudo, a marca de pensamento autoritário seguinte a proclamação da república. Fatores relacionados à extensão do país, diferenças econômicas entre as regiões, tipos de atividades associadas, e mesmo um certo esvaziamento da presença no movimento sindical, contribuiu para que o partido recém criado focasse mais na reflexão teórica ao buscar a compreensão do seu verdadeiro lugar na interpretação da modernidade no Brasil.

A marca da urbanização no Brasil fez com que o partido tenha voltado sua militância essencialmente para os meios urbanos. Ou seja, nem tinham grande penetração nos sindicatos e nem estabeleceram uma política para o campo, embora, desde 1925, começassem a pensar em mobilizar e conscientizar os trabalhadores do campo. A dificuldade na ação, bem como, a mecanização da teoria, ocorreu no Brasil, a despeito de outras formulações na América Latina, é o caso de Mariategui, de quem já falamos no primeiro capítulo.

É notável que, a falta de originalidade nas proposições do PCB, sejam reflexo da absorção quase que imediata as teses coloniais, dificultando a criação de um campo de discussões reais, que atingissem os principais problemas do país.

Caio Prado: uma nova interpretação da Revolução Brasileira

No Brasil, Caio Prado Junior¹⁵⁶ em *A Revolução Brasileira* (1966) levanta uma série de críticas contra a tese do feudalismo no Brasil e as consequentes orientações do Partido Comunista, alegando que a causa do subdesenvolvimento, da desigualdade regional e da miséria do campesinato não é o feudalismo brasileiro, mas o caráter particular que o capitalismo assumiu na América Latina, através de relações coloniais, semicoloniais ou dependentes com o endosso da elite daqueles países.

¹⁵⁶ Caio Prado Junior (1907-1990) historiador, geógrafo, pesquisador brasileiro dos mais destacados, é autor de sólidos e extensos trabalhos sobre a compreensão dos processos históricos brasileiros. Para ele, a interpretação da história brasileira é que dará sentido a sua continuidade. Comunista, rejeita a teoria do etapismo, dentro disso, as ideias que identificam um Brasil feudal a ser superado. Prado entendia que o Brasil estava se relacionando constantemente com o sistema de produção capitalista, na dinâmica assumida da relação social com os países, por assim dizer, mais desenvolvidos.

Para ele, o processo de colonização brasileiro foi desde sua origem um empreendimento mercantil e que as relações próprias de produção de mercadorias eram secularmente dominantes no país. Como intelectual marxista, a luta política não o cegou e nem impediu seu esforço de análise. Sua produção teórica é mais marxiana do marxista leninista. No PCB sempre foi heterodoxo. Seu pensamento continuou dialético: ele lida com fatos em termos de relações, processos, e estrutura.

No entanto, o PCB através de teóricos como Astrojildo Pereira, Otávio Brandão, Leôncio Basbaum, dentre outros, defendiam a necessidade de uma revolução democrático burguesa no país, já que para eles, o processo de declínio do feudalismo brasileiro, representado pelo localismo político, dificultava a construção do estado nacional, nos levava a uma condição de atraso econômico que só seria superado através da uma revolução com etapas bem precisas.

A obra de Caio Prado Junior serve como um divisor na reinterpretação do papel brasileiro na Revolução Comunista, uma vez que, parte da premissa de concepções históricas equivocadas que foram apreciadas pelo partido durante um longo período de tempo.

O Congresso de 1922

Assim que o Partido Comunista do Brasil foi fundado, Abílio Nequete¹⁵⁷ foi escolhido como primeiro secretário geral do partido. Ao tomar para si a função, passou a pressionar os outros membros para a realização de um congresso nacional, sediado no Rio de Janeiro e Niterói. O congresso realizou as duas primeiras reuniões no Rio de Janeiro, em 25 e 26 de março, e as duas últimas, no dia 27 em Niterói.

“A primeira comissão central executiva (CCE), eleita em 1922, era constituída de 5 titulares e 5 suplentes. Abílio Nequete, secretário geral; Astrojildo Pereira, responsável pela imprensa e propaganda; Antonio Canellas, secretário internacional; Luiz Peres, frações sindicais; Cruz Junior,

¹⁵⁷ Abílio Nequete foi um importante militante do meio operário brasileiro. Esteve envolvido nas mobilizações de 1917, em Porto Alegre, e, aderiu a Revolução Russa ao fundar a União Maximalista (1918). Vale ressaltar que, a posição geográfica do Rio Grande do Sul permitia a ele um fluxo de leituras e experiências muito amplo.

tesoureiro. Como suplentes Cristiano Cordeiro, Rodolfo Coutinho, Joaquim Barbosa, Manuel Cedon e Antonio de Carvalho.”¹⁵⁸

Sobre estes, tirando os mais reconhecidos, como líderes do partido nos seus próprios estados, pouco foi preservado sobre suas biografias. Segundo Konder, isto não se deveu somente a destruição dos documentos do partido, em 1923¹⁵⁹. Mas também se relaciona com a própria falta de compreensão da relevância com o que estavam fazendo. O alcance e a dimensão de que estavam sendo protagonistas de um processo histórico duradouro, marcado por longos períodos de ilegalidade.

As atividades preparatórias não se limitaram a encaminhamentos burocráticos, mas, possibilitaram uma diretriz de maior participação no seio dos sindicatos e lutas de massa. As presenças no meio sindical se faziam importantes pela predominância dos amarelos e anarquistas neste meio. A pauta girou em torno das teses de aceite, dos estatutos do partido comunista de ação pró flagelados de Volga.¹⁶⁰ Os estatutos do partido foram inspirados nos do Partido Comunista da Argentina.

Essa aproximação com a Argentina se deu, em primeiro lugar, por nesta localidade ter sido fundado o primeiro partido comunista da América Latina, chamado anteriormente de Partido Socialista da Argentina. Uma das divisões mais importante do socialismo, porque dará origem a outra matriz, é a que começa a gerar-se, em 1912, a partir do Centro de Estudos Carlos Marx (CECM) e que dará origem, em 1917, ao Partido Socialista Internacional (PSI), o qual, em 1918, se transformará em Partido Comunista da Argentina (PCA), seção Argentina da III Internacional.

A bem da verdade, representou nos primeiros momentos vertentes reformistas do socialismo, no entanto, como orientação do Komitern, em 1922, já se encontrava ciente da definição necessária sobre as práticas políticas, encaminhando sua trajetória dentro da militância comunista.

¹⁵⁸ BRANDAO, Octavio. Combates e batalhas. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1978, 1 vol, p.224-225.

¹⁵⁹ CHILCOTE, Ronald H. Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982, p.63.

¹⁶⁰ Essa ação pró flagelados de Volga já existia desde o ano anterior. Era um Comitê de Socorro que reunia, comunistas, anarquistas e sindicalistas. Os operários eram convidados indistintamente para colaborar, seja qual fosse sua corrente de preferência.

“14) os partidos desejosos de entrar na IC, devem sustentar, sem reservas, todas as repúblicas soviéticas nas suas lutas com a contra-revolução; os partidos que ainda conservam os antigos programas socialdemocratas têm o dever de revê-los e, sem demora, elaborar um novo programa comunista adaptado às condições especiais de seu país e no espírito da IC; 16) todas as decisões do Congresso da IC e de seu Comitê Executivo são obrigatórias para todos os partidos filiados à IC; 17) todos os partidos aderentes à IC devem modificar o nome e se intitular “Partido Comunista”¹⁶¹

Por outro lado, existia aproximação entre um dos líderes do Partido Comunista da Argentina, Rodolfo Ghioldi¹⁶², e parte da militância comunista brasileira, especialmente Abílio Nequete¹⁶³. Vale lembrar que já foi mencionado este fato ao salientar a escolha deste para primeiro secretário geral do PCB. Ghioldi vai ser um dos principais articuladores para a aceitação do Brasil dentro do seio do Komintern, isto porque, o PCB, ao enviar Antonio Bernardo Canellas como representante do partido ao 3º congresso da Internacional, uma série de mal entendidos definem o Brasil como partido simpatizante.

Como ainda não existia uma legislação específica para a formação de partidos políticos no Brasil, o PCB foi registrado como sociedade civil, seus estatutos foram publicados no Diário Oficial da União, em 7 de abril de 1922.¹⁶⁴

Neste ponto, vale ressaltar, este foi um dos primeiros partidos de caráter nacional no Brasil¹⁶⁵. Isso reflete, sobretudo, a falta de vivência política, partidária, não só dos trabalhadores, como das elites. Isto porque, elas se organizavam mesmo em torno

¹⁶¹ Vale ressaltar que, existem inúmeras versões das 21 teses de aceite a III internacional (Komintern) disponíveis online. Não consegui identificar uma que fosse a original. Contudo, os pontos possuem todos os mesmos conteúdos. <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=195:a-internacional-comunista-e-as-21-condicoes-por-edgard-carone&catid=2:artigos > Acesso em 25/032016, às 14:38h.

¹⁶² Foi dirigente do Partido Comunista Argentino e representante do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista (Komintern), que participou junto com [Arthur E. Ewert](#), [Luís Carlos Prestes](#) e Miranda do grupo que em nome do PCB e da [ANL](#), preparou e dirigiu o Levante Comunista no Brasil em 1935.

¹⁶³ Abílio Nequete também era ligado ao PC do Uruguai, tendo participado como representante a União Maximalista de algumas reuniões do escritório de propaganda da internacional comunista para a América do Sul. KONDER, Leandro. Op cit, p. 166.

¹⁶⁴ PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1984, p.88.

¹⁶⁵ É deste mesmo período a fundação do Partido Socialista Baiano (1920), fundado em Salvador, no mês de Agosto. Sua composição possuía mesmo raízes nos meios dos operários. A direção era composta por uma comissão de operários, dentre os quais, o metalúrgico Adriano Marques, o pedreiro Guilherme Néri, o estucador Ângelo Barbosa, o marceneiro José Carneiro dos Santos, o sapateiro Ildelfonso Soares e o entalhador Cassiano José de Araújo. Tinha um caráter regional, porém, suscitava em seus estatutos um rascunho do que seriam propostas abrangentes para a sociedade brasileira. In PACHECO, Eliezer. Op cit, p.80.

das plutocracias e oligarquias estaduais. Esta situação vem a ser timidamente modificada, quando os elementos mais afastados dessa rede, uma classe média discreta, começa a integrar parte do sistema de ensino superior e galgar espaços oficiais de poder.

As exigências impostas para a filiação ao partido estabeleciam poucas regras: ter 18 anos, assinar a ficha de filiação e pertencer ao sindicato da categoria correspondente, quando houvesse. Dito isto, não era obrigatório que cada militante participasse em uma organização do partido.¹⁶⁶ Seria digno de espanto, um partido com pouca adesão inicial, obter crescimento de sua militância sem envolver cada qual numa tarefa profunda de propaganda. Além do mais, não devemos esquecer a unidade recentemente rachada do movimento proletário.

“Continuando a orientação já seguida anteriormente pelos grupos, os comunistas intensificaram sua atuação dentro dos sindicatos operários, através de líderes e ativistas sindicais que haviam aderido ao partido. Em aplicação a linha partidária, os comunistas batiam-se pela unidade sindical, independentemente de diferenças ideológicas e políticas, como condição básica para o êxito das ações de massa. A luta ideológica de crítica à orientação anarquista era sobretudo uma luta contra o sectarismo, fator de divisionismo, isolamento e importância.”¹⁶⁷

Em meio aos debates sobre a fundação do partido comunista no Brasil e suas primeiras rúsgas teóricas, existe dentro da historiografia do partido, que trate direta ou indiretamente deste tema, uma resistência em aceitar a ingerência do Komitern na prática e ação política dos mesmos. Historiadores como Paulo Sérgio Pinheiro¹⁶⁸ e Leandro Konder¹⁶⁹ e o cientista político Michel Zaidan¹⁷⁰ defendem que o PCB conseguiu, sim, nesses primeiros momentos articular questões da política brasileira, sem necessariamente recorrer ou ser vetado pelo Komitern.

Paulo Sérgio Pinheiro vai mais longe ao afirmar que “*apesar da influência da URSS havia durante toda a evolução no movimento comunista no Brasil inúmeros*

¹⁶⁶ PACHECO, Eliezer. Op cit, p.88.

¹⁶⁷ PEREIRA, ASTROJILDO. Formação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) 1922/1928. Lisboa: Prelo, 1976.

¹⁶⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Repressão e insurreição: 1922- 1935 (Comunistas, tenentes e violência do Estado. Universidade de São Paulo (tese). USP, 1987.

¹⁶⁹ KONDER, Leandro. A derrota da dialética: A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 1930. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

¹⁷⁰ ZAIDAN FILHO, Michel. O PCB e a internacional comunista (1922-1929). São Paulo: Vértice, 1988.

sinais da tentativa de levar em conta à realidade nacional". De certo, nada é tão definitivo quanto parece. Algumas questões, no entanto, merecem ser vistas sob outro ângulo. É evidente que, não obstante o esquecimento da América Latina dentro do Komitern, não iriam por livre e espontânea vontade exercer ingerência sobre qualquer país latino. Poderiam, e talvez, acontecesse através das 21 condições, estabelecerem condições de ingresso.

Um outro ponto, recusar o ingresso do Partido Comunista do Brasil, por não obedecer o programa exposto, talvez possa ser considerado uma ingerência. A questão que fica é: Se o partido desenvolve, dentro dos limites da propaganda da URSS, um movimento de ligeira autonomia frente a isto tudo, como pode ceder já no primeiro momento a toda as disposições colocadas de cima?

Para justificar a falta de uma teoria política marxista mais aplicada a realidade nacional, repete-se, com muito afinco, que existia naquele momento uma grande diversidade de teorias políticas sendo expostas no Brasil, e que, por este motivo, os militantes não conseguiam se posicionar claramente dentro do contexto. De fato, algumas notícias demoravam a chegar, ou chegavam parcialmente distorcidas. Porém, se observarmos a concomitância entre os acontecimentos na URSS, a respeito mesmo, das dissensões entre anarquistas e comunistas, é possível supor que não existia assim tanto atraso nas informações que circulavam. A esse respeito, Leandro Konder afirma "*o debate sobre princípios teóricos ia ficando, na realidade, subordinado a controvérsia gerada pela Revolução Russa e pelo leninismo*"¹⁷¹.

Por fim, não podemos imaginar que Mariátegui fosse apenas um visionário. Ele, como tantos outros, estiveram envolvidos em um contexto político semelhante (não igual) ao brasileiro. E conseguiram, implementar, algumas categorias de análise importantes a partir do marxismo, sem por isso, ferir aspectos fundamentais de sua vivência sócio-política.

Quanto aos aspectos nacionais na elaboração teórica do partido, é de se reconhecer o esforço por parte de alguns intelectuais, como é o caso, por exemplo, de Octávio Brandão, de aplicar algumas categorias do marxismo para a compreensão da realidade brasileira; por isso, não se pode simplesmente reduzir a relação entre o PCB e a III Internacional Comunistas à imposição de suas determinações. Mas é inegável que essas relações existiam.

¹⁷¹ KONDER, Leandro. Op cit, p. 170.

A expulsão de Canellas

Antônio Bernardo Canellas nasceu possivelmente em Niterói, no entanto, sua militância voltou-se muito para os estados do Nordeste, em especial, Pernambuco. Dirigiu os semanários *Tribuna do Povo* (1916), em Viçoca de Alagoas, *A semana social* (1917), em Alagoas, e por fim, *A tribuna do Povo* (1919), em Pernambuco. Este último influenciou de forma bastante ampla os militantes anarquistas de Pernambuco, inclusive Cristiano Cordeiro.¹⁷²

Em 1919, é indicado pela Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco para fazer uma viagem à Europa, devendo verificar quais os principais problemas de ação e de que maneira o movimento operário se porta frente a eles. Como a Federação passara por um momento financeiro difícil, ao sustentar muitas das greves da década de 1910, Canellas pediu ajuda para o governo de Pernambuco. Isto mesmo. Dizia ele “ *Para o governo de Pernambuco, eu era um indesejável, cuja saída para fora do estado era preciso promover por todos os meios a bem da segurança das instituições.*”¹⁷³ Sua artimanha deu certo, e ao menor desejo exposto, teve condições de embarcar diretamente para a Europa às custas do governo, “ (...) *olhemos os fins a que esses meios serviram. Demais, é tão bonito por a alta influência governamental inconscientemente a serviço do nossa causa*”¹⁷⁴

Em seu relatório, faz considerações sobre o movimento operário na Espanha, Portugal e Bélgica, até o momento em que chegou a França, onde permaneceu por mais tempo. Este é um dos motivos pelo qual, ao ser indicado pelo já formado Partido Comunista do Brasil, em viagem para participar do 5º congresso da III terceira internacional, acaba tomado de simpatia pela questão francesa. De qualquer forma, ainda na viagem de 1919, percebe a falta de conhecimento sobre a realidade brasileira:

¹⁷² Memória e História: vol 1. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982. CARONE, Edgard. Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas (1923), p. 15-36.

¹⁷³ Relatório da viagem de Antônio Bernardo Canellas à Europa, p.4. < <https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/20819/txu-oclc-45870016.pdf?sequence=2&isAllowed=y> > Acesso em 26/03/2016, às 13:39h.

¹⁷⁴ Ibidem.

“Os nossos camaradas da Europa vivem uma ignorância quase absoluta das nossas coisas. Paris é a França, o Ocidente, a terra (...). Todo bom francês está convencido dessa afirmação positivista e por isso pouco lhe importa o que sucede-lhe, nesses longínquos países semi selvagens da América. Na França, ignora-se a nossa língua, a nossa extensão territorial e a riqueza de nossa terra, tanto quanto nossa história, os nossos costumes, o nosso desenvolvimento intelectual e a nossa organização sindical.”¹⁷⁵

Esse desconhecimento de nossa realidade atingiu Canellas intimamente. No período em que esteve na França, procurou referenciar o Brasil dentro do movimento operário mundial. Publicou diversos artigos em *Voix du Peuple*, órgão da CGT, dando ideia geral a respeito do operariado no Brasil. Por este motivo, que por iniciativa própria, resolve voltar a França, em 1921.

Voltando ao relatório, em 1919, é neste momento que afloram características de sua interpretação anarquista. Na conclusão do relatório, dispõe de alguns conceitos práticos, como o funcionalismo sindical. Com o crescimento dos sindicatos, pode acontecer que indivíduos ocupem funções exclusivas dentro das associações, em alguns momentos chegando a deturpar o caráter dos verdadeiros órgãos dirigentes, que são as Assembléias, dando início a um processo de burocratização das mesmas. Para Canellas, por um impulso naturalmente humano, aqueles que se encontram com uma partícula do poder, podem querer aumentá-lo cada vez mais. Quando isso acontece, o poder coletivo de nomeações das Assembléias, se transforma em poder diretor.

Continua refletindo, agora, sobre a questão do socialismo parlamentar. Tece muitas críticas a maioria dos países, onde “os parlamentares tem praticado vergonhas inomináveis e absolutamente não tem agido como as circunstâncias exigem”. Para ele, o que de prático tinha sido feito, tem campo de ação majoritariamente fora dos parlamentos. Segue afirmando que o espírito do socialismo não é a política, mas a ação direta. Ressalta uma deturpação do marxismo, onde se tornou fundamental no processo de luta, a participação nos parlamentos burgueses.¹⁷⁶ Com isso, já se pode ter uma ideia vaga dos motivos pelos quais vai existir um choque entre suas posições e a da IC.

¹⁷⁵ Relatório de viagem. Op. Cit, p.20

¹⁷⁶ Evidencia aqui a posição dos partidos suíço e italiano que, segundo ele, tem procurado dar a dimensão exata a interpretação do marxismo.

Aponta como saída para este problema, à inserção do marxismo num verdadeiro terreno econômico, libertando-se da política de colaboração de classe. Léon Jouheaux¹⁷⁷ é citado na medida em que considera “*o longo processo de evolução que, pouco a pouco, penetra este sistema, a ação que solapou este regime e que, no seio dele, constitui regime novo*”¹⁷⁸. Canellas discorda ao afirmar que, “*esse longo processo de evolução é a evolução ela própria e a revolução não é mais nem menos do que o ato catastrófico que determina o desmoronamento moral de um sistema*”, segue “*não podemos confundir essas duas formas de progresso – evolução e revolução pois elas se distinguem bem uma da outra*”

Segundo Carone¹⁷⁹, Canellas expõe nesse momento uma interpretação equivocada, porque, considera que nas sociedades humanas só existe o movimento de evolução de ideias e de sistemas, quando é sabido, que, existe também um movimento contrário de conservação dos sistemas e ideias. A principal ideia contida nas reflexões de Canellas visa combater a chamada colaboração de classes, no que ele entende, ser prejudicial, ao fornecer a burguesia elementos de resistência, quando a paz social não passa de uma falácia. É uma paz armada, onde os operários continuam presos nos limites do sistema, e que, a qualquer momento pode suceder-se em conflitos intermináveis.

Aqui, dois problemas são cruciais: o reconhecimento da necessidade um processo revolucionário autêntico e meios (órgãos revolucionários) que se apresentam para a resolução da questão.¹⁸⁰ É contemporânea a esta viagem, a fundação do Komintern (1919). Canellas acredita, a princípio, que esse organismo se apresenta mais próximo “*do anarquismo do que do socialismo parlamentar*” e que nele só poderão adentrar os partidos que abdicarem de uma prática política parlamentar, o que vem a destoar completamente das 21 condições de aceite no seio da III internacional.

Apesar de ressaltar o cordão sanitário¹⁸¹ na Europa, Carone considera simplistas e generalizantes as concepções de Canellas a respeito da III

¹⁷⁷ Líder sindicalista parisiense. Foi presidente do Comitê Internacional do Conselho Europeu, membro da OIT (Organização Internacional do Trabalho), delegado das Nações Unidas. E prêmio Nobel da Paz, em 1951.

¹⁷⁸ Relatório de Viagem, p.69.

¹⁷⁹ Memória e História: vol 1. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982. CARONE, Edgard. Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas (1923), p. 15-36.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 22.

¹⁸¹ Termo utilizado para designar de maneira geral a censura dos países “democráticos” a Rússia.

internacional, do bolchevismo e do seu significado para o desencadear de uma revolução. Contudo, é importante lembrar que neste momento, Canellas escreve e vive a situação simultaneamente, e de uma forma ou de outra, poderia estar apenas expressando o seu ponto de vista de como deveria se dar o encaminhamento das questões. Assim como, dentro do próprio Komitern vão existir desentendimentos a este respeito. No que tange à ausência de um profundo conhecimento do bolchevismo, não se pode dizer que ele é o único brasileiro que faz eventuais confusões em um ponto ou outro do marxismo ou do marxismo leninismo.

Quando da fundação do PCB (1922), tanto Canellas, quanto Mário Barrel viviam à França, e por isto, foram os primeiros nomes indicados para comparecer ao 4º congresso da IC, realizado em 5 de novembro de 1922¹⁸². Aproveitando a oportunidade, foram designados a levar as notícias do partido recém fundado e conseguir o ingresso no Komitern. No período em que esteve esperando o congresso, Canellas já se envolveu numa serie de desentendimentos com os delegados latino americanos, principalmente, argentinos e uruguaios, a quem acusava de não reconhecer o valor do proletariado do Brasil. Sua animosidade com os delegados argentinos¹⁸³ devem ser explicadas pela proximidade deles com “certos elementos do Rio Grande do Sul”¹⁸⁴.

Em meio aos outros delegados, ficou estabelecido que ao Brasil caberia o direito ao voto deliberativo. No entanto, acostumado com assembleias bem menores, comissões menos complexas do ponto de vista da quantidade de tempo e intervenções que poderiam ser feitas, Canellas decide interagir ao invés de “deliberar”. Na abertura das questões sobre o Partido Francês e a maçonaria resolve

¹⁸² KONDER, Leandro. A derrota da dialética: A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 1930. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 172.

¹⁸³ Quando se refere a certos elementos do Rio Grande do Sul está falando da aproximação de Abílio Nequete e os argentinos. Com a eclosão da Revolta do Forte de Copacabana e a decretação do estado de sítio acabou sendo preso com mais 12 comunistas durante uma reunião do partido. Após sair da prisão, ele pede para ser exonerado do cargo de 1º secretário geral do partido. Leandro Konder cita que essa versão da história foi confirmada por Cristiano Cordeiro e Otávio Brandão, mas que os filhos de Nequete negam que o pai tenha saído do partido por conta disto. Em entrevistas e cartas (entrevista de Edson Curie de Nequete, 25/10/1982 e carta de Lenine Nequete, 10/08/1984) credenciam a saída ao grupo dirigente que o cercara no Rio de Janeiro ainda com tendências muito próximas ao anarquismo. In KONDER, Leandro. A derrota da dialética. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 171-172.

¹⁸⁴ Relatório da Delegacia à Rússia, p.13-14. In Memória e História: vol 1. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982. CARONE, Edgard. Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas (1923), p. 26.

expor sua opinião.¹⁸⁵ Dizer-se ia “ (...) esse caso do Partido Francês foi o mais interessante do Congresso. Porque pela maneira de se resolver ia-se, por assim dizer, firmar jurisprudência sobre os casos de comoções intestinas no partido.” Ao tomar partido e defesa dos franceses nesta questão, estaria também pensando nos seu próprio partido.

“ Alguns havia suscetíveis de tomar a defesa do centro (...). Não quiseram eles, porém, expor-se aos aborrecimentos que tal atitude lhes grangearia. Como a minha situação não depende do beneplácito do Executivo da Internacional, nem o material das funções administrativas do PCB, como, sob esse ponto de vista me encontrava numa privilegiada situação de independência, ousei arrostar com a provável hostilidade dos bem aventurados seguidores do pensamento oficial (...)”¹⁸⁶

Além da sua posição a favor da maçonaria, que pode ser facilmente explicada pela composição do PCB, é interessante notar que, ao contrário do que parece ter acontecido com a sua expulsão, Canellas tinha firme convicção que as posições do PCB manter-se-iam as mesmas, independente da decisão que fosse tomada. Mais intrigante ainda, é perceber que, embora ele tenha sido expulso por conta desse posicionamento, a composição do partido não mudou. Ou seja, muito mais grave do que não seguir as deliberações, era pedir a palavra para discordar.

No documento de resoluções do congresso de 1922, ficava estabelecida a incompatibilidade da franco-maçonaria e do socialismo. Ao defender a maçonaria, Canellas comete alguns equívocos ao entender que o materialismo dialético não defende uma posição moral, ficando restrito apenas ao campo político e econômico. Na realidade, pode não defender uma posição específica, mas tem uma posição crítica diante dela. A questão moral não está ligada ao foro íntimo apenas, repercute e modifica os elementos da super estrutura.

A resolução do congresso dá conta de que:

¹⁸⁵ A questão da maçonaria é muito cara ao Partido Comunista do Brasil posto que muitos dos seus integrantes, principalmente os de Pernambuco, eram integrantes dela.

¹⁸⁶ Relatório da Delegacia à Rússia, p.3-35. In Memória e História: vol 1. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982. CARONE, Edgard. Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas (1923), p.28

“O Comitê Executivo da Internacional Comunista, depois de ter discutido o relatório do representante do Partido Comunista do Brasil, estabelece que este partido não é ainda um verdadeiro Partido Comunista. Ele conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença de elementos da maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas, o que explica a estrutura descentralizada do partido e a confusão reinante sobre teoria e prática”¹⁸⁷

Ao regressar ao Brasil, em 1923, Canellas deve prestar contas através de um relatório de tudo o que ocorreu no 5º congresso da III internacional. Tentou justificativas que não foram aceitas pela CCE, sendo convidado a retirar-se da reunião. O ato de Canellas é qualificado como uma verdadeira afronta à constituição do partido. O relatório que vinha desenvolvendo para “prestar contas” ao partido é apreendido na ocasião de sua prisão, em 1923. A partir daí, ele entende que, se o inimigo de classe já conhecia o conteúdo do relatório, ele poderia ser divulgado livremente. Este é o motivo oficial de sua expulsão, mas está longe de ser a motivação.

O Partido Comunista do Brasil e a CSCB

Por um curto período de tempo, o PCB estabeleceu uma política de frente única com a CSCB (Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira). Em um primeiro momento, o convite se deu sobre a forma de participação na coluna “No meio operário”, mantida pelo jornal oficioso do governo, O Paiz. Karepovs¹⁸⁸ argumenta que não existem explicações sobre os reais motivos que levaram a CSCB a fazer essa proposta, no entanto, parece ser bastante claro, por ocasião do estado de sítio no país, que essa movimentação tenha sido feita com a anuência do governo.

Os comunistas, estabelecendo uma das políticas das 21 teses, procuraram aceitar as demandas daquele órgão. Primeiramente porque seria uma forma de divulgação de suas ideias, de disputar com o anarquismo dentro do movimento

¹⁸⁷ Memória e História: vol 1. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982. CARONE, Edgard. Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas (1923), p. 31-32.

¹⁸⁸ KAREPOVS, Dainis A classe operária vai ao parlamento. O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930). São Paulo: Alameda, 2006, p.33.

sindical, e também porque, lhes possibilitou uma aliança em torno de uma ação “político parlamentar”. Essa política de frente única proletária e cooperativismo “gerou muita resistência entre os principais partidos comunistas, pois muitos de seus dirigentes avaliavam que a tática tendia a apagar as diferenças entre os socialistas e comunistas”.¹⁸⁹

As lutas deveriam se organizar em torno de ações práticas por reivindicações que, digamos assim, pudessem ser requeridas por meio de um ativismo reformista, jornada de 8 horas, aumento de salários, condições mais seguras de trabalho. Para Karepovs¹⁹⁰, o maior erro foi supor que no Brasil existira uma social democracia tal qual nos países europeus, aqui o seu peso não tinha um significado ideológico importante no meio sindical. Mesmo assim, em 1923, com a suspensão temporária do estado de sítio, os comunistas brasileiros decidem participar das eleições de 1924. Essa participação ficaria restrita ao Rio de Janeiro, pois avaliavam que somente ali seria possível obter algum resultado significativo. O candidato seria apresentado através de um bloco operário, o escolhido foi o gráfico João Jorge da Costa Pimenta¹⁹¹, que havia sido um dos fundadores do PCB.

O PCB definiu as diretrizes de campanha, bem como as atividades, marcadas para ganharem forma no II congresso do PCB previsto para 1924, no entanto, o estado de sítio volta a restabelecer um processo de vigilância. O congresso marcado para 1924, foi delegado para o 1925, e desmanchada a ideia da candidatura de deputado federal. O PCB alegou a demora em entregar o título de eleitor ao candidato e também à falta de apoio do CSCB.

A bem da verdade, já existiam algumas questões de tensão permeando a relação deles, pois os comunistas observaram que a composição de trabalhadores da CSCB era “muito atrasada, sem nenhuma experiência política revolucionária, manobrados em tempos de eleição pelos políticos burgueses”¹⁹², um outro ponto, era o fato de que os contatos sempre se faziam diretamente ao presidente da entidade, Sarandy Raposo, quem eles consideravam um “reformista maquiavélico” extremamente ligado ao presidente Arthur Bernardes.

¹⁸⁹ KAREPOVS, Dainis. Op. cit, p.34.

¹⁹⁰ KAREPOVS, Dainis. Op cit, p.35.

¹⁹¹ Nascido no Rio de Janeiro, possivelmente em Campos do Goytacazes. Desde 1919, já atuava no meio sindical, em conjunto com Edgard Leuenroth, Astrojildo Pereira fundou o jornal A vanguarda. Passou do anarquismo, para o marxismo leninismo, e posteriormente, para o trotskismo.

¹⁹² KAREPOVS, Dainis. Op cit, p.38.

Ainda assim, vale ressaltar que, foi muito importante para o PCB a divulgação de suas ideias nas páginas de *O Paiz*, fossem fruto de manipulação ou não, conseguiram penetrar junto a outras entidades sindicais, em um momento onde realmente precisavam de espaço neste setor. Este é um dos raros momentos políticos de abertura neste período, e, como já foi dito, onde se concentravam esforços e empenho em torno de um candidato operário.

O Bureau Latino Americano

Embora a primeira reunião do Bureau Latino Americano só ocorra em 1929, desde sua adesão a Internacional, a Argentina, transita livremente como representante dos interesses latino americanos na IC. Durante toda a década de 1920, o papel do Bureau é quase nulo, ficando restrito a algumas resoluções burocráticas. As reuniões, caso houvessem sido realizadas anteriormente, poderiam dar um caráter mais unificado para a luta em toda a América Latina. Entretanto, não é o que ocorre. Os partidos, em sua maioria, ilegais, lutam, principalmente, a favor de sua própria sobrevivência.

Mesmo com todo protagonismo dentro do Komintern, não são os argentinos que propõem a fundação de um organismo próprio na América Latina. A ideia partiu de Rodolfo Coutinho. Descreve em carta à Astrojildo Pereira que na sessão plenária a respeito da formação de comissões para as questões colonial e nacional, ele propõe a formação de uma sub-comissão pan americana, proposição esta que foi apoiada por todos os delegados americanos. Segundo ele, esta comissão serviu também *“para interessar mais concretamente a opinião de vários camaradas que conheciam as coisas da América muitíssimo por alto”*¹⁹³.

Essas sugestões já haviam sido discutidas dois dias antes da abertura do 5º congresso da IC. Reuniram-se no gabinete de Stiner para definir quais as reivindicações que formulariam para a IC, delegados da Argentina, Brasil e México, além da assistência de delegados espanhóis. Um outro consenso, foi a necessidade de uma literatura sobre o movimento internacional em língua espanhola.

¹⁹³ Memória e História: vol 1. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982. Documento: Correspondências, 05/07/1924, p. 135. Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano.

Esse é um dos problemas que dificultam a absorção teórica do movimento no Brasil. Uma das principais obras de Marx, o Manifesto Comunista, só foi traduzida aqui, em 1924, por Otávio Brandão. Somado a isso, era tão importante quanto, que os movimentos mantivessem mesmo que clandestinamente grupos de discussão. O nível de escolarização do proletariado passa a ser uma meta fundamental do movimento, como vamos ver mais a frente.

Após outra reunião, no mesmo congresso, agora com a participação do delegado do Peru:

“Ficou resolvida a criação de um bureau sul americano, com sede em Buenos Aires. Da minha parte, disse que a tarefa do bureau era sobretudo, ao mesmo tempo que uma tarefa de propaganda, a coordenação da atividade de nossos partidos na resolução de seus problemas comuns e a determinação da linha de conduta das suas campanhas internacionais (luta contra o armamentismo, o imperialismo yankee, etc). A IC deveria centralizar com toda atenção a atividade dos nossos partidos.”¹⁹⁴

Nem a IC, nem o bureau conseguiram unificar a América Latina em torno de uma estratégia conjunta de revolução ou de desenvolvimento de uma política de frente única. Talvez, muito mais importante do que desenvolvê-la dentro dos próprios países, ao juntar-se aos setores pequenos burgueses, no caso do Brasil, neste primeiro momento, especialmente com os tenentes, seria ter montado uma estratégia conjunta de propaganda e agitação. Como vimos, os países latino americanos não são iguais, mas possuem uma realidade bastante parecida, principalmente, se levarmos em consideração essas campanhas internacionais contra o imperialismo.

O II congresso do PCB

O PCB foi aceito como membro da III internacional, em 1924. A partir disto, procurou seguir algumas orientações que foram repassadas, no sentido de ampliar a atividade sindical, sistematizar a propaganda através de um jornal, bem como, formar dentro de suas bases uma juventude comunista. Marcado para 1924, o

¹⁹⁴ Memória e História: vol 1. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982. Documento: Correspondências, 05/07/1924, p. 137. Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano.

segundo congresso do PCB só vem a ocorrer, em 1925, devido ao afrouxamento do estado de sítio.

O congresso ocorreu no Rio de Janeiro, nos dias 16, 17 e 18 de março de 1925, contando com 6 membros da antiga CCE, e 5 delegados do Rio de Janeiro, 2 de Pernambuco, 1 de São Paulo, 2 de Santos, 1 de Cubatão. Não compareceram representantes do Rio Grande do Sul por questões de cunho pessoal¹⁹⁵. Pela disposição numérica de delegados, podemos afirmar que, tirando o Rio de Janeiro que era a época a capital do país, Pernambuco e Santos se favoreceram bastante da anterior militância anarquista. Principalmente no caso de Pernambuco, a regionalização da economia era um fator que deveria trazer militâncias mais complexas, a julgar pela pulverização da pequena e média burguesia, não esquecer das oligarquias, do tenentismo e do cangaço, que permeavam as questões da região nordeste.

Ao todo, nove pontos foram discutidos: 1) Relatórios; 2) A situação política nacional; 3) A situação política internacional; 4) A organização. Reformas dos estatutos do PCB; 5) Agitação e propaganda; 6) Sindicatos e cooperativas, 7) A organização da Juventude Comunista; 8) Eleição da C.C.E; 9) Diversos. Enquanto no I congresso (1922), as resoluções giraram em torno das discussões sobre as 21 teses, no 2º congresso, a despeito de terem passado a maior parte do tempo na ilegalidade, os comunistas pretendem sistematizar agora um plano de ação.

É importante que fique claro, o Partido Comunista do Brasil foi o centro de toda a discussão, no entanto, suas resoluções dão margem a diferentes tipos de táticas nas seções que a ele são ligadas, de acordo com o programa proposto. Enquanto no Rio de Janeiro, São Paulo, se preocuparão mais com os aspectos de sindicalização, a partir da criação de uma base sindical cada vez mais numérica. Em Pernambuco, deve ser sublinhado os aspectos da aliança deste movimento com as movimentações pequeno burguesas, como é o caso do tenentismo. Isto deve ser explicado, também, pela própria dimensão do proletariado em cada local.

Segundo Astrojildo Pereira:

¹⁹⁵ Resoluções do II congresso do PCB (1925). <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=119:resolucoes-do-2o-congresso-do-pcb-realizado-em-1925&catid=1:historia-do-pcb> Acesso em: 28/03/2016, às 20:35h

“É o Rio o centro industrial mais denso do país, onde se acha concentrada uma já volumosa massa obreira. As estatísticas indicam para a população laboriosa do Distrito Federal um número superior a 300 000 pessoas. Só a industrial fabril conta, aqui, mais de 1.500 estabelecimentos com cerca de 60 000 mil operários. Os transportes de toda natureza empregam mais ou menos 45 000 pessoas. A indústria têxtil, a mais importante conta ao todo mais de 70 estabelecimentos com um total de cerca de 20 000 mil operários. Destes, mais de 15 000, isto é, mais de 75% trabalham em apenas 10 grandes fábricas de tecido de algodão. Segundo o censo de 1920, o número global de estabelecimentos fabris contando cada um mais de cem operários, é de 99, com um total de 35 842 operários. Digamos 100 estabelecimentos e 35 mil operários. Ora, nós precisamos para começar organizar uma célula em cada um desses estabelecimentos, o que já nos trata de pronto 400 novos aderentes. Juntemos a esses 400 da grande indústria, os 150 membros que já possuímos e mais outros 50 dos transportes, etc, aí temos 600 membros. Quantidade ainda insignificante: 2 por mil ou 0,2% sobre o total das massas laboriosas do Distrito Federal.”¹⁹⁶

Segundo consta no relatório de resoluções do II congresso, dos relatórios das seções estaduais, “apenas o relatório de Pernambuco dá uma ideia de atividade constante e profícua”, enquanto as organizações de Santos, Cubatão e São Paulo aparecem com muita deficiência em sua atividade prática, especialmente São Paulo.¹⁹⁷ Aqui, vale salientar, que tanto São Paulo, quanto Santos foram centros muito importantes de militância anarquista e ainda poderiam sê-lo.

Uma outra questão, é que a proximidade de São Paulo, e Santos, do Distrito Federal, poderiam levar a uma concentração do movimento no Rio de Janeiro. Se as ações já são reconhecidamente insuficientes no que diz respeito à quantidade de militantes, não seria absurdo supor que, existisse, não por parte dos operários em si, mas dos próprios intelectuais, funcionários públicos, essa centralização política. Além do que, com todo o poderio que São Paulo deverás representasse, movimentações na capital do país provavelmente trariam maior impacto.

Quanto ao número de militantes no Partido Comunista do Brasil, embora não dessem a dimensão de um grande partido, as adesões tiveram época em um período de bastante perseguição, e também, estigma sobre seus participantes. É importante lembrar que, esse estigma não se limita as questões nacionais. Cada vez mais, a revolução russa ganha destaque na mídia internacional e faz sombra sobre aqueles países onde existe um partido comunista. Isto porque, um dos principais

¹⁹⁶ As teses do CCE sobre a política de organização a ser seguida in O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1984, p.97.

¹⁹⁷ < http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=119:resolucoes-do-2o-congresso-do-pcb-realizado-em-1925&catid=1:historia-do-pcb> Acesso em 28/03/2016, às 21:03h

temores mundiais, será a reedição de uma “nova Rússia”. Não à toa, o avançar ligeiro dos fascismos ancorados neste mesmo argumento.

As teses apresentadas no congresso referiam as bases para a tentativa de Otávio Brandão de sistematizar uma interpretação específica do comunismo para a realidade brasileira. Em *Agrarismo e industrialismo*, Brandão refere-se a dicotomia entre campo x cidade no Brasil. Segundo Astrojildo:

“As teses sobre a situação política nacional baseavam-se na concepção dualista ‘agrarismo – industrialismo’, dominante na direção do partido. Fala-se aí em luta entre o capitalismo operário semifeudal e capitalismo industrial moderno, como sendo a contradição fundamental da sociedade brasileira após a República.”¹⁹⁸

Ou seja, aquela mesma ideia de um Brasil feudal, só que agora refundada com ares de teoria. Possui também a vantagem de olhar mais de perto o ciclo regional do Brasil, não o entendendo como um bloco monolítico ao qual qualquer fórmula procede. Devendo o PCB “ *em meio as lutas políticas, civil e militares, entre o capitalismo industrial e agrário, manobrar as forças independentes visando seu interesse de classe*”¹⁹⁹. Não vamos outra vez entrar na discussão de classe, da qual já demos conta no segundo capítulo, mas, merece atenção especial a questão dos interesses, que, guia os trabalhadores neste momento. Neste sentido, devem participar da luta, tomando cuidado para não se contaminarem com falsos objetivos. Para isto, a CCE orienta que devam combater energeticamente as ilusões, desde “a extrema esquerda anarquista”, quanto da “direita socialista reformista”.

Em outras palavras, acreditam que o PCB deveria comandar a pequena burguesia a reboque das pretensões mais urgentes, ao passo que jamais deveria ser comandado por ela. Esta situação, embora constando dentro da lógica da frente única, sugerida mesmo pela IC, se tornará alvo de bastante polémica, especialmente no final da década de 1920. A adesão dos comunistas a causa tenentistas, e vice versa, é algo que precisaria ser melhor averiguado. Não podemos nos esquecer que, é do tenentismo, que surge um dos grandes quadros do PCB pós 1930: Luiz Carlos Prestes.

¹⁹⁸ As teses do CCE sobre a política de organização a ser seguida in O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). São Paulo: Editora Alfa Ômega, p.98.

¹⁹⁹ < http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=119:resolucoes-do-2o-congresso-do-pcb-realizado-em-1925&catid=1:historia-do-pcb> Acesso em 28/03/2016, às 22 h.

Astrojildo observa três tendências dentro do sindicalismo brasileiro neste momento, sendo o reformismo, responsável pela maior parte de adesões:

“Três são as tendências dos nossos sindicatos: anarquista, comunista, amarela ou reformista. Fruto do artesanato e da pequena indústria, o anarquismo (por consequência os artesãos e parte dos operários de pequena indústria) como expressão ideológica pequeno burguesa, vive afastado do convívio das grandes massas, e sem o menor contato com a média e grande indústria. Os comunistas provaram sua firmeza de orientação e ação. Assim é que, a despeito do fechamento de suas sedes e prisões de militantes, os sindicatos onde nossos núcleos atuam mantiveram seus efetivos intactos uns e mesmo aumentados, outros. Todavia, do ponto de vista numérico e social, os sindicatos da terceira tendência são os mais importantes”²⁰⁰

Novamente essa concepção do tamanho das correntes pelo que de fato pode ser mostrado, parece ser bem prejudicial aos anarquistas e comunistas. E evidentemente, conseguir articular um movimento na ilegalidade, correndo o risco de ser preso, espancado, não é exatamente a mesma coisa que receber concessões do governo em diferentes campos. Saber lidar com as limitações impostas pela ilegalidade e pela suspeição da lei é um ponto.

Uma outra questão é perceber o argumento de Astrojildo carregado de significados sobre os limites de uma militância anarquista “frutos do pequeno artesanato e da pequena indústria”. Astrojildo dá início, com esse texto, a uma série de argumentos utilizados até hoje, mesmo por historiadores, para reforçar a ideia de que só seria possível um movimento organizado a partir da fundação de um partido político que, aí sim, teria condições efetivas de contrapor as contradições cada vez mais profundas do capital x trabalho.

Sendo verdadeira ou não, do ponto de vista numérico, esta análise revela uma dificuldade de organicizar a ligação das massas com os intelectuais. Além do mais, para nós, fica a dificuldade de mensurar até onde as greves, paralisações deste período tiveram influência direta do PCB, no quesito organização-ação. Fica claro, que estes primeiros anos do partido, refletem a preocupação em traduzir, através de um estudo da realidade brasileira, fosse ele profundo ou não, as bases sociais que dariam apoio a um futuro processo revolucionário. Para este processo, é

²⁰⁰ Teses políticas, II congresso do PCB. PEREIRA, ASTROJILDO. Formação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) 1922/1928. Lisboa: Prelo, 1976

imprescindível que aqueles os quais se debruçaram sobre a construção da teoria, pudessem dimensionar, ainda, outros aspectos da formação e história brasileira. E que os canais se ampliassem, por meio de investimento em educação, como foi o caso da ideia de estabelecer uma Juventude Comunista, de observar as questões de gênero, ou mesmo, o que poderia ter sido, de investigar o viés de raça na composição do proletariado. As principais ideias, ficariam expostas, a partir deste congresso, no semanário *A Classe Operária*, que, como era esperado, não esteve em circulação ininterruptamente.

Indicações biográficas

Através do estudo biográfico, pretende-se criar um ciclo de informações que nos forneça determinados padrões de análise, lembrando que, as contradições também apontam para elementos importantes dentro deste tipo de estudo. Com relação aos primeiros integrantes do PCB, muito pouco foi preservado, não só por falta de interesse em descrever aquela situação, com nomes e estatísticas de trabalhadores, quais setores militavam ou tinham maior influência, mas também, uma boa parte daquilo que havia sido organizado pelos dirigentes do partido acabou sendo alvo da polícia política de Arthur Bernardes, em 1923²⁰¹. O mesmo aconteceu com parte do arquivo de Astrojildo Pereira, por ocasião do golpe militar, quando se dispôs, inocente e voluntariamente, a prestar depoimento sobre os anos de fundação do PCB, foi preso, e parte de seu arquivo apreendido. Segundo ele “ São pesquisadores de um novo tipo; colocam no xadrez as fontes de informação historiográfica.”²⁰²

Muito do que foi preservado diz respeito tão somente aos intelectuais do partido, aqueles que leram, escreveram, e, de certa forma, planejaram as ações. Pois bem, planejaram no sentido mais abstrato possível, o dia a dia da luta, era inteligível, principalmente, para aqueles que dependiam do sucesso da greve para obter uma folga a mais no salário, conquistar uma educação mais ampla, melhores condições, no que diz respeito a salubridade do ambiente, a qualidade das comidas e os preços, ao saneamento das vilas operárias, enfim, todo um conjunto de coisas que implicavam em maior qualidade de vida. Ao passo que, grande parte dos

²⁰¹ KONDER, Leandro. Op cit, 167.

²⁰² Memória e História: vol 1. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982, p.71.

intelectuais e dirigentes do partido pertenciam as classes médias e alta. Notadamente, o que mais foi preservado se relaciona a produção intelectual destes, no que tange, a um acervo de texto de jornal, revista, levantamentos e correspondências. Nesse período ainda de forma mais discreta, por conta do estado de sítio e da lei da imprensa, do quais já falamos aqui. De maneira que, são poucos os operários que ganham destaque, dentro deste universo de produção escrita ou registrada de alguma forma na década de 1920.

Alguns deles, no entanto, conseguem ter certa visibilidade quando o assunto era liderança sindical. É o caso de Luis Peres, João da Costa Pimenta, Manuel Cedón, José Elias. Luis Peres foi o responsável pela primeira célula sindical do PCB, por ocasião da fundação, ficou responsável em cuidar das frações sindicais, ele era artesão/vassoureiro, filho de um vassoureiro anarquista espanhol, e militou somente nos dois primeiros anos, tendo se mudado para Taubaté, onde melhorou de condições e desapareceu deste meio. Manuel Cédon era espanhol e artesão, foi bastante influenciado pelos socialistas da Argentina²⁰³, onde viveu durante um tempo, não provinha de militância anarquista. Sobre eles, pouca coisa foi divulgada no sentido da ação. Em contraposição, João da Costa Pimenta e José Elias da Silva são recorrentemente citados.

José Elias da Silva, sapateiro, nascido no Rio de Janeiro, veio a Recife em 1914, para repassar as diretrizes do 2º congresso operário, que havia sido realizado no ano anterior, na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo era fundar no estado de Pernambuco, uma federação de trabalhadores, pois até aquele presente momento, existiam em sua maioria, sociedades beneficentes de apoio mútuo. Essa federação veio a ter papel muito importante nas deflagrações das greves de 1917 e 1919. Nesta mesma época, esteve com Cristiano Cordeiro, que narra o encontro: *“nas várias reuniões nos sindicatos dos estivadores, dos empregados da construção civil e do cais do porto – os mais fortes e ativos naquela época (...) junto com outros*

²⁰³ Como já foi dito, a Argentina pertencia às fileiras socialistas desde a segunda internacional, o partido foi remodelado a partir da III internacional (Komintern) para se ajustar as 21 teses, mas já tinham uma movimentação bastante intensa com os organismos internacionais, no entanto, não se tem confirmação se Manuel Cédon teria sido só influenciado pelas ideias de Juan B. Justo, ou se, teria chegado a participar de alguma atividade em conexão com os argentinos. Sobre Juan B. Justo e a questão argentina ver Osvaldo Coggiola. Juan B Justo y la cuestión nacional; Em defensa do marxismo, nº12, Buenos Aires, maio 1996.

*companheiros, e me encaminhava, ainda sem o saber, para me tornar um comunista*²⁰⁴

Já João da Costa Pimenta, era gráfico, possivelmente nascido em Campo dos Goytacazes. José Elias da Silva e João Pimenta da Costa participaram juntos do Congresso da Paz (1915)²⁰⁵, esse evento foi sucedido pelo Congresso Anarquista Sul Americano²⁰⁶, posteriormente chamado de Congresso Anarquista Nacional do Rio de Janeiro, na ocasião discutiram o desenvolvimento da imprensa anarquista, já que não havia um periódico que fosse exclusivamente dedicado ao anarquismo. Deste modo, o periódico *Na Barricada*, foi cedido por Orlando Correia Lopes e João Goncalves da Silva para um grupo de redatores, os quais estavam envolvidos, pelo menos três futuros fundadores do partido comunista: José Elias, Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta.²⁰⁷ Em 1918, João da Costa Pimenta esteve envolvido na greve da Cantareira (Agosto de 1918)²⁰⁸, nesta mesma greve foram presos ele e Astrojildo Pereira, as pessoas que foram presas eram “suspeitas de anarquismo”. Na prisão, Pimenta recusou-se a se alimentar, negando as comidas enviadas, era uma tática para pressionar ainda mais o governo.²⁰⁹ Com o fim da 1ª guerra mundial, os planos derrubar o governo continuavam e as autoridades brasileiras cada vez mais faziam associações entre os movimentos grevistas e a Revolução Russa, evocando causas.

²⁰⁴ Memória e História, vol 2, São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1982. Depoimento a Ricardo Noblat. Entrevista concedida por Cristiano Cordeiro jornalista Ricardo Noblat. Publicada originalmente no Jornal do Comércio, Recife-PE.

²⁰⁵ Este Congresso da Paz (1915) acontecia num momento onde entidades do mundo todo se posicionavam contra o militarismo e a guerra. Foi realizado na Espanha e contou com a presença de dois delegados de agremiações libertárias da Argentina, além de representantes de cinco estados brasileiros e do Distrito Federal. Nesse mesmo dia, a COB (Confederação Operária Brasileira), de caráter, neste período, totalmente anarquista, lançou manifesto ao proletariado europeu e das Américas, onde defendia que cabia ao proletariado responder a esse cenário com a convocação de “greve geral revolucionária”. DULLES, W.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*; tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p.37.

²⁰⁶ Segundo Dulles, esse congresso realizado no Rio de Janeiro, contou com a presença de somente dois delegados argentinos, o que não foi suficiente para chama-lo de Sul Americano. DULLES, W.F. *Op cit*, p.38

²⁰⁷ Ao todo 24 pessoas subscreveram o jornal, que passou para o grupo, no dia 4 de novembro de 1915. DULLES *Op cit*, p.38.

²⁰⁸ Motivados pela carestia de vida e por uma manobra que resultou num parco aumento de salário, que nem foi cumprido. Fora concedido um aumento aos operários da sessão dos carris de 10 % para solteiros e 15 % para os casados. Os empregados marítimos supuseram que também estavam incluídos nos aumentos e quando não conseguiram o valor, entraram em greve. Também no Rio de Janeiro, ocorreram inúmeras greves de solidariedade ao movimento. DULLES, W.F. *Op cit*, p.64-65.

²⁰⁹ DULLES, W.F. *Op cit*, p.66.

Uma greve de grandes proporções estourou no Rio de Janeiro, logo após o término da 1ª guerra mundial. Os operários tentavam recriar o ambiente de Petrogrado, no ano anterior, foram formados conselhos, nos quais participaram: José Oiticica²¹⁰, Agripino Nazaré, Astrojildo Pereira, e, dentre os líderes dos trabalhadores, se encontravam, novamente, José Elias da Silva e João da Costa Pimenta. A expectativa do conselho insurrecional era a extensão da revolta até São Paulo. O levante contava com o apoio de escalões menores da Forças Armadas, grupos de tecelões, metalúrgicos e trabalhadores da construção civil, dentre outros²¹¹. A polícia foi avisada do levante, e, nas primeiras horas da tarde do dia 18 de novembro, foram presos José Oiticica, Manuel Campus, Ricardo Perpétuo, Astrojildo Pereira, Augusto Leite e Carlos Dias. Os outros foram avisados e conseguiram escapar. José Elias e João da Costa Pimenta ainda participaram juntos do 3º congresso da Confederação Operária Brasileira, em 1920.

Do mesmo modo, tiveram trajetórias cruzadas, Antonio Bernardo Canellas e Otávio Brandão²¹². Em 1917, fundaram juntos o semanário anarquista, *A Semana Social*, o jornal apresentava críticas à participação do Brasil na guerra. Antônio Canellas com 18 anos e Otávio Brandão com 21, publicaram o texto “Abaixo a Guerra Imperialista” e logo depois tiveram que fugir para o interior do estado. Canellas resolveu voltar antes do tempo e notou que a redação do jornal havia sido apedrejada, neste momento, veio para o Recife. Apesar de ter uma militância bastante focada na região Nordeste, Antônio Bernardo Canellas é fluminense. Em Pernambuco, chegou a fundar o jornal *A Tribuna do Povo*, em 1919, bastante lido, e discutido pelo grupo de estudos marxistas, fundado por Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho, em 1919. Durante a greve de 1919, foi o único jornal a circular. Cristiano Cordeiro registrava que nas ruas, por ocasião do embarque de Antônio Canellas, em missão para a Federação Operária Pernambucana, “*uma multidão nervosa se*

²¹⁰ José de Oiticica e Agripino Nazaré estão no grupo de grandes articuladores anarquistas do início do século XIX. O primeiro era professor de filosofia, e, o segundo, advogado baiano. Nenhum dos dois prossegue se integra ao partido comunista em 1922.

²¹¹ DULLES, W.F. Op cit, 1977, p. 67.

²¹² Otávio Brandão era farmacêutico, alagoano, diplomado pela Universidade do Recife, responsável pela primeira tentativa de sistematização de um pensamento marxista leninista para o Brasil. Foi um dos pioneiros da defesa do petróleo brasileiro, desde a década de 1910. < https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/otavio_brandao> Acesso em: 02/04/2016, às 15:40h.

*agitava, um único veículo era visto: estava enfeitado com uma pequena bandeira vermelha e transportava a comissão executiva da Federação e seu advogado*²¹³.

Não podemos esquecer dentro dessa análise, alguns fatores importantes, as idades com as quais estiveram nessa série de movimentos. Chicolte afirma que na ocasião de fundação do partido comunista, a idade dos integrantes variava entre 20 e 40 anos.²¹⁴ Nesse sentido, no episódio em que foi expulso do PCB, em 1923, Antonio Canellas tinha apenas 23 anos. E Otávio Brandão escreveu *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio Marxista sobre a Revolta de São Paulo*, com 25 anos, diferença considerável para o outro dirigente do partido, Astrojildo Pereira, que à época da fundação tinha 32 anos. Rodolfo Coutinho era o mais jovem do grupo, com 21 anos.²¹⁵

Abílio Nequete²¹⁶, assim como Manuel de Cedón, eram os únicos estrangeiros citados de forma recorrente na bibliografia, sobre a fundação do partido. É provável que existissem mais. No entanto, a lei Adolfo Gordo foi responsável por expatriar muitos estrangeiros, e aqueles que não foram, deveriam ter motivos para ficarem o mais sigilosos possível. Nequete, barbeiro de origem libanesa, fundou o núcleo maximalista no Rio Grande do Sul, em 1918, é apontado como marxista convicto desde a fundação do partido. Em carta escrita em 1922, Nequete explica a fundação da União Maximalista “ *Uma das principais causas do grupo usar o nome União Maximalista foi a hostilidade que já começavam a desenvolver os anarquistas da União Operária Internacional, a qual pertenciam os três membros fundadores da União Maximalista*”²¹⁷ A argumentação de Nequete não se confirma, posto que as duas associações continuam ter o mesmo peso na articulação de atividades sindicais, e a própria constituição de seu grupo teve influência anarquista. Talvez seja por conta desta carta que muitos o consideram como marxista convicto, mas isto também seria bastante precipitado. O exame das

²¹³ Memória e História, vol 2, São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1982, p.83.

²¹⁴ CHILCOTE, Ronald. Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração 1922-1972. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982, p.57

²¹⁵ CASTRO, Ricardo Figueiredo. Rodolfo Coutinho: o Comunista que falava alemão. Anais do XIV encontro. Rio de Janeiro, Anpuh, 2010. <http://www.academia.edu/827114/Rodolfo_Coutinho_o_comunista_que_falava_alem%C3%A3o_1901-1955_apontamentos_biogr%C3%A1ficos> Acesso em 02/04/2016, às 18:10h.

²¹⁶ Ver BARTZ, Frederico Duarte. Abílio Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. Revista História Social, Unicamp, nº14/15 (2008).

²¹⁷ Ver BARTZ, Frederico Duarte. Abílio Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. Revista História Social, Unicamp, nº14/15 (2008), p.7

trajetórias de cada um desses personagens, tomam uma dimensão muito grande a partir de diversos contextos, internacional, nacional e até mesmo regional. Se tomarmos qualquer um destes contextos isoladamente, a mensagem passada já não é a mesma.

A opção pelo PCB também tomou conta de membros de família já consagradas na política. É o caso de Maurício de Lacerda. Filho de Sebastião de Lacerda, que havia sido do STF, bem como, deputado federal. Maurício de Lacerda²¹⁸, assim como os irmãos, Paulo de Lacerda e Fernando Paiva de Lacerda estiveram envolvidos em atividades ligadas ao proletariado desde muito cedo. Maurício de Lacerda foi co diretor e colaborador do jornal *O Debate* (1917), que fazia um apanhado de tudo que se passava na Rússia, juntamente com figuras como Astrojildo Pereira, Fábio Luz, Agripino Nazaré e Lima Barreto²¹⁹.

No final do seu último mandato, em 1920, colaborou assiduamente com o jornal *A voz do povo*. Acusava em seus textos o governo de expulsar do país “60 estrangeiros” porque tinham ideias avançadas, e de usar as “chibatadas nas prisões” e “espadas nas ruas”. Também usou as páginas do jornal para criticar a companhia Leopoldina Railway.²²⁰

Em Pernambuco, Cristiano e Rodolfo Cordeiro, eram primos, oriundos de família abastada de Nazaré da Mata²²¹, e, se destacaram na divulgação dos centros de estudo com o viés marxista, em 1919. Vale ressaltar que, passaram pelo menos processo de transição que os outros companheiros. Dedicaram sua militância em direções muito opostas. Rodolfo Coutinho viajou para aprofundar seus conhecimentos, principalmente relativos a questão agrária na Rússia, visando aplicar este modelo aqui em Pernambuco. Ele posteriormente vai fazer parte do grupo que racha com o PCB, em 1928, dedicando seus estudos ao trotskismo.

²¹⁸ Trabalhou como oficial do gabinete do presidente Hermes da Fonseca, de 1910-1912. Em 1912 foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, por três mandatos consecutivos. Costumava fazer alianças com sargentos que tivessem a intenção de colocar o fim em oligarquias.

²¹⁹ DULLES, W.F. Op cit, p.63.

²²⁰ DULLES, W.F. Op cit, p.107.

²²¹ CASTRO, Ricardo Figueiredo. Rodolfo Coutinho: o Comunista que falava alemão. Anais do XIV encontro. Rio de Janeiro, Anpuh,2010.<http://www.academia.edu/827114/Rodolfo_Coutinho_o_comunista_que_falava_alem%C3%A3o_1901-1955_apontamentos_biogr%C3%A1ficos>Acesso em 02/04/2016, às 20:15h.

Já Cristiano Cordeiro²²² foi um dos principais articuladores do estado de Pernambuco, chegando a conspirar com tenentes em 1926. Segundo José Elias da Silva, em Pernambuco, não existia o comunismo, e sim, o cristianismo (relativo à Cristiano Cordeiro). Ele tinha formação em Direito, tendo sido aluno de Joaquim Pimenta, um dos grandes articuladores da proposta socialista Clarté, em Pernambuco. No mesmo grupo de Cristiano Cordeiro, está Manoel de Souza Barros, jornalista e comerciante, participou de muitas das agitações do período, sendo, inclusive, preso, em 1925, por um artigo que escreveu em *A Classe Operária*, onde questionava a situação dos trabalhadores pernambucanos. “ *Foi em seu governo (de Estácio Coimbra) que frequentei inúmeras vezes a Casa de Detenção, de uma feita por 40 dias, numa cela de porta batida, ao publicar longo artigo em A Classe Operária do Rio de Janeiro.*”²²³

Por último, Astrojildo Pereira, que era o mais experiente dentre os fundadores e assumiu a tarefa de direção juntamente com Otávio Brandão. Astrojildo era carioca, jornalista, militante e crítico literário. Teve um passado anarquista bastante concreto, assim como a grande maioria dos fundadores, mas se esforçou em deixar de lado este pensamento, causando decepção em antigos companheiros com José Oiticica que se manteve fiel ao anarquismo.

A tentativa destes relatos não foram tentar simplificar ou padronizar os caminhos, mas mostrar, o quão complexo era o mundo de ideias no qual estes sujeitos estavam inseridos, em um processo político ainda mais conturbado, fora e dentro do Brasil. Conhecer alguns pormenores esclarece alguns desafios que estavam postos. O grande peso de um passado anarquista resolvido de forma diferente, em um ou outro momento, a nacionalidade, as idades, os tipos de militância, tudo isto contribuiu para que cada um deles, não obstante o partido, tivessem uma trajetória pessoal bastante específica. Isto, longe de ser apenas um problema, poderia ser encarado também, como uma oportunidade, a partir do momento em que, essas experiências pudessem ser agregadas nos pontos em que o partido se tornasse menos eficiente.

²²² Memória e História, vol 2, São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1982, p.57.

²²³ SOUZA BARROS, Manoel. A década de 1920 em Pernambuco: Uma interpretação. Rio de Janeiro: 1972

Da teoria

Agrarismo e industrialismo

A obra de Otávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo: Ensaio Marxista sobre a Revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil* (1926), foi a primeira a tentar esquematizar uma interpretação marxista leninista para o Brasil²²⁴. Em abril, ainda com a capital da república sob estado de sítio, o livro começara a circular. Trazia como autor Fritz Mayer e constava informação que teria sido editado em Buenos Aires. Os comunistas espalharam que Fritz Mayer era um oficial alemão que havia participado do levante tenentista de São Paulo e fugira para a Argentina. Tudo isto foi feito para despistar a polícia brasileira e parece ter dado resultado.

Um ano antes, em 1925, quando o livro ainda estava no prelo, a polícia de Arthur Bernardes invadiu a tipografia, com a esperança de encontrar o livro quase terminado. Mas não conseguiram achá-lo. Em 1926, uma dezena de exemplares foram levados a Moscou e um deles acabou chegando nas mãos de Luís Carlos Prestes, através de Paulo Lacerda que lhe levou o exemplar na Bolívia²²⁵. Este livro terá grande influência sobre as resoluções do II (1925) e III (1928) congresso do PCB.

Brandão inicia o livro procurando apontar as causas econômicas, políticas e psicológicas da revolta de 1924, nesse sentido, compreendendo algumas forças dentro daquele processo, quais sejam: a pequena burguesia nacional (que representaria o industrialismo, ainda num processo muito vago para se firmar enquanto tal) e os fazendeiros de café (que representariam as forças arcaicas e profundamente arraigadas na economia do país). Vale ressaltar que, esta análise visava compreender os aspectos voltados para São Paulo, nos estados do Nordeste, como Pernambuco, essas contradições se faziam ainda mais presentes, isto porque,

²²⁴ Leandro Konder atenta que cronologicamente existiram trabalhos com este intuito no Brasil, como é o caso, dos escritos do professor Antônio Picarollo. No entanto, tem que ser ressaltar, sobretudo, o momento em que Otávio Brandão escreve. Os escritos do professor Picarollo, embora possam ser originais, pertencem a um momento anterior a fundação do partido, portanto, tem uma influência muito menor. O que vale para nós neste momento é , principalmente, a disputa de forças em formação no Brasil. KONDER, Leandro. Op cit, p. 122-114.

²²⁵ BUONICORE, Augusto C. Agrarismo e industrialismo: o primeiro encontro do marxismo com o Brasil. Revista Espaço Acadêmico – Nº64, setembro/2006. < http://www.espacoacademico.com.br/064/64res_buonicore.htm > Acesso em 29/03/2016, às 13:13h.

a força da elite sucroalcooleira se dava, inclusive, na política, onde os antigos senhores estavam vendo possibilidades de continuarem no comando do estado.

Entre as causas econômicas, Brandão indica o crescente da dívida pública desde o império, agravando a carestia de vida, e, como consequência disto, o processo de proletarização da pequena burguesia. Na medida em que as contradições crescem, e que, os estabelecimentos industriais crescem em tamanho, uma parte da pequena burguesia é empurrada a esta demanda. Essa mesma tendência foi exposta por Marx, em o *Manifesto Comunista*. Embora Brandão não faça a citação diretamente, fica clara a influência sobre a sua proposição.²²⁶

Entre as causas políticas, apresentam-se como decorrente das econômicas, inserindo novamente a dicotomia entre latifúndio e indústria, bem como, o caráter antidemocrático da república velha, a questão do acirramento de classes no plano internacional, o que nos leva ao plano psicológico. O destaque ao plano internacional se dá em função da guerra e do triunfo da Revolução Russa, e no plano das interferências, reflete aqui, no que tange ao liberalismo dos exércitos em oposição ao caráter feudal dos governos

Como estratégia metodológica Brandão utiliza o que chama de “internacionalismo leninista”, oscilando em contraposição a duas táticas mundialmente reconhecidas o fascismo e a democracia.²²⁷ Ele define uma burguesia, segundo suas concepções, em declínio, em contrapartida a crescente proletarização da pequena burguesia. Identifica o Brasil num contexto de disputas entre o imperialismo inglês e americano. Foi precisamente a guerra imperialista que ofereceu a oportunidade dos EUA aparecerem como concorrentes da Inglaterra, incluindo um novo elemento de contradição e de risco de novas guerras na cena internacional.

No seu entendimento, a revolta de São Paulo (os levantes tenentistas de 1922, 1924, e posteriormente, 1926) não é muito mais do que o conflito entre esses dois fatores. De certo, esquece de fazer algumas mediações, no entanto, não é absurdo levar em consideração os constantes acordos feitos pela elite do país com

²²⁶ DEL ROIO, Marco. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940) in RIDENTI, Marcelo. REIS, Daniel Aarão (org). História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960, vol 5.. São Paulo: Editora Unicamp, 2007, 2ª edição, p.30-32.

²²⁷ BRANDÃO, O. Agrarismo e industrialismo: Ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil. São Paulo: A. Garibaldi, 2006, p. 26-36.

os estrangeiros. Este é um problema histórico não só no Brasil, como nos demais países da América Latina.

A crise da economia agrário- “feudal” brasileira estava alicerçada sobretudo nas grandes propriedades rurais:

“ A pequena propriedade rural não alcança sequer a décima parte do território: 9%. Portanto, o agrarismo nacional é o da grande propriedade, do latifúndio. Há um século que se forma lentamente a pequena propriedade. Portanto, a grande propriedade tem raízes profundas na história do Brasil.”²²⁸

Dentro da lógica etapista, o agrarismo brasileiro representava o arcaico, posto que a revolução seria agrária, industrial e, depois, socialista. Dois mundo se chocam “ (...) *o industrialismo despedaçar*á o *feudalismo*. *E o socialismo despedaçar*á o *industrialismo*”²²⁹. Brandão não deixa de anotar a existência de uma relação hierárquica entre os estados da federação brasileira, cujo predomínio cabe a São Paulo, nem de perceber a conexão colonial existente entre a oligarquia agrária e a oligarquia financeira imperialista. Ao agrarismo, assim delineado, se oporia o industrialismo burguês, de modo que o Brasil poderia ser qualificado como sendo semicolonial, feudal, semiburguês industrial. Parece certo que essa confusa caracterização sugere a dificuldade teórica e conceitual na definição da forma social brasileira, particularmente num momento de transição que precede a revolução burguesa, como então avaliavam os comunistas brasileiros e também a Internacional Comunista.

Mesmo conseguindo caracterizar de forma bastante acertada o caráter exportador voltado para o mercado capitalista mundial do latifúndio e o seu entrelaçamento ao sistema financeiro mundial, persiste nas considerações sobre a característica “feudal”:

“Dominado por esse agrarismo econômico, bem centralizado, o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, consequência direta daquele. O agrarismo político é a dominação política do grande proprietário. O grande no Brasil é o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor feudal. O

²²⁸ BRANDÃO, O. *Ibidem*, p.34.

²²⁹ BRANDÃO, O. *Ibidem* p.47.

senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas”.²³⁰

A exceção dessa realidade nacional estaria no estado do Rio Grande do Sul. Ainda que considerado também um estado essencialmente agrário, havia a forte presença da pequena propriedade rural e, portanto, de uma pequena burguesia agrária. O balanço das duas primeiras revoltas do autor parte da debilidade militar da direção das tropas, extremamente vacilante nos ataques e inábil na política. Não conseguiram explorar a rivalidade interimperialista angloamericana, nem conformaram um leque de alianças que tomasse como base a “burguesia comercial e, especialmente industrial, jogando-a contra o fazendeiro do café”²³¹, nem tampouco se dirigiram ao conjunto das massas exploradas e oprimidas do país.

Segundo a análise de Brandão, houve ainda um apoio desordenado do proletariado industrial que, na falta de uma vanguarda efetiva e do erro tático dos jovens militares rebelados, acabou se diluindo. A derrota da pequena burguesia, porém, não fora completa, pois passaria para uma forma de luta de guerrilha no campo, antecipando, segundo sua expectativa, uma provável “terceira revolta” pequeno-burguesa. No entanto, o proletariado e o PCB, segundo o autor, devem estar preparados para o momento da eclosão desta esperada “terceira revolta”. Os comunistas deveriam então se empenhar com todas as forças na organização dos trabalhadores, na difusão do marxismo e no conhecimento da realidade brasileira. Só assim poderia o proletariado participar ativa e conscientemente na crise política que se antecipava, somando forças na frente de oposição -- composta pelos trabalhadores, pela pequena burguesia e pela burguesia industrial – aos grandes fazendeiros, contribuindo assim para fazer vencer o industrialismo contra o agrarismo “feudal”.

“Guerra de classe. Por toda parte e sempre”

Dentre os fundadores do PCB, Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro eram os que tinham uma formação mais bacharelesca, o primeiro era professor e filósofo, o segundo, bacharel em Direito. Desde muito cedo, Cristiano Cordeiro despertou para

²³⁰ BRANDÃO, O. Ibidem, p.36.

²³¹ BRANDÃO, O. Ibidem, p.56.

as injustiças ao seu redor. Quando tinha 12 anos de idade presenciou um fato que o fez enxergar um mundo dividido, onde até então, não notara.

“De férias num engenho de açúcar da minha madrinha laiá, perto de Recife, acompanhava-a para um passeio vespertino pelos arredores da casa grande quando um velhinho, metido numa roupa feita de sacos de açúcar, cruzou a nossa frente, saudou-nos, como era de costume, com as “ave marias” e ultrapassou a porteira. Vi então minha madrinha, encolerizada, detratar o velho por seu atrevimento de vencer a porteira sem esperar que nós o fizéssemos primeiro”²³²

Dessas palavras, lembrou-se futuramente ao ingressar na Faculdade de Direito do Recife e começar a se interessar por problemas da classe operária. Já foi dito algumas vezes neste trabalho que ele, em conjunto com o primo, Rodolfo Coutinho, fundou o primeiro grupo de estudos marxistas em Pernambuco. Cristiano Cordeiro, como outros membros do partido vieram de formação anarquista, e devido ao seu conhecimento na área do Direito, construiu sua interpretação revolucionária em cima desta ciência.

Vamos observar em alguns textos que escreveu em conferências ou para a rapidamente censurada, revista Movimento Comunista, suas concepções a respeito do Direito, da luta de classes e os instrumentos de superação, bem como a ideia de democracia. É evidente que não podemos tirar da interpretação de Cordeiro toda a noção da interpretação do partido ou do grupo comunista fundado em Pernambuco. Pelo lado do partido, não podemos pensar a posição de um indivíduo como única dentro de múltiplas formações, e, pelo grupo de Pernambuco, a mesma coisa. No entanto, há de ser notar que ele foi figura central e um dos expoentes desta nova corrente em Pernambuco. Sendo, para isto, fundamental, compreender o que de fato pensara sobre aquele momento.²³³

²³² Entrevista concedida originalmente por Cristiano Cordeiro ao jornalista Ricardo Noblat. Publicada originalmente no Jornal do Comércio, Recife- PE, pp.16-17, 12/08/1979 in Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982, p.81.

²³³ Sua liderança dentro do processo pode ser verificada no lançamento, já em outra década, 1933, para a chapa “Trabalhador, ocupa teu posto”. Ele foi o mais votado dentre os quatro candidatos do partido comunista no estado de Pernambuco. “Dos quatro candidatos do PCB, somente eu fui eleito e bastaram-me os votos que tive em Recife”. No entanto, em uma manobra do governador Agamenon Magalhães, algumas urnas foram anuladas. Outro aspecto, que pode colaborar no sentido de entender sua importância para o movimento, é a quantidade de vezes que fora preso até 1937, foram cerca de 35 vezes. Entrevista concedida originalmente por Cristiano Cordeiro ao jornalista Ricardo

Existia uma tendência, notadamente no estado de Pernambuco, de associar o cristianismo a ética socialista. Essa associação não era impensada, estava diretamente relacionada à *Rerum Novarum*²³⁴. Para Cordeiro, “*Não há nada na essência do cristianismo que colida com a ética socialista. De modo que eu penso, Jesus Cristo foi nosso primeiro camarada*”²³⁵ Por conta de uma questão parecida, vimos que Canellas teve dificuldades de sustentar sua posição frente ao Komitern. De certo, no socialismo deve existir a liberdade de culto, mas fica claro que essas posições não devem ser exercidas pelos líderes de movimentos marxista-leninistas. Isto porque, a possibilidade de entremear caminhos reformistas são muito grandes. A igreja, como está constituída, é um dos aparatos da sociedade civil, no sentido gramsciano do termo.

No que ele não atenta na questão da igreja, enxerga como pernicioso na estrutura do estado. É o caso do sistema de justiça. Para isso, submete as bases a apreciação de Kropotikine, que, “*demonstrou exuberantemente ser a solidariedade uma lei geral de evolução, muito mais constante e apreciável na luta pela vida*”²³⁶ Embora venha a fazer distinção entre as leis biológicas, teoria da evolução das espécies, e, esta lei humana de aprimoramento político da sociedade, devemos perceber que, a tese em si não se descola de um evolucionismo cultural na época. Não temos, ainda, como negar que esta ideia perpassa o marxismo de uma forma bastante contundente, neste caso, em específico, dada pela superação final a partir da luta de classes.

Noblat. Publicada originalmente no Jornal do Comércio, Recife- PE, pp.16-17, 12/08/1979 in Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982,p.84-85.

²³⁴ Encíclica escrita pelo Papa Leão XIII, de maio de 1891, onde a igreja voltou-se, de uma forma mais direta, para as obrigações do patrão com o empregado, entendendo-a como uma questão social complexa. Porém, suas assertivas sempre foram no sentido da conciliação de classes. É importante observar que os operários vinham conquistando ao redor do mundo cada vez mais poder, no sentido da ação. A atitude da igreja certamente estava em consonância com este fato. Em Pernambuco, as primeiras associações operárias de orientação cristã se deram sob a coordenação dos irmãos Pessoa de Queiroz. Ver

< http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso 04/04/2016 às 20:12.

²³⁵ Entrevista concedida originalmente por Cristiano Cordeiro ao jornalista Ricardo Noblat. Publicada originalmente no Jornal do Comércio, Recife- PE, pp.16-17, 12/08/1979 IN Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982,p.88.

²³⁶ “Doutrina contra doutrina”. Conferência realizada por Cristiano Cordeiro, em 17 de janeiro de 1922, no “Instituto de Ciências e Letras. Publicado originalmente no Diário do Povo, dirigido por Joaquim Pimenta IN Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982, p.89.

“A luta existe, e é formidável. Estamos de pleno acordo neste ponto. Onde, porém, os socialistas discordam dos juristas conservadores é no modo de compreender a luta: enquanto estes querem apenas atenuá-las e não extingui-las, o que valeria pelo desaparecimento da burguesia como classe detentora do poder e da riqueza, aqueles, que aprovou ao Dr. Anibal caluniá-los, pregam a extinção das classes, todas integradas na sociedade democrática dos trabalhadores. Porque a extinção de classes é a finalidade mesma, científica e histórica do socialismo.”²³⁷

Para sustentar sua ideia de forma bastante crível, Cordeiro dá conta de que a ditadura do proletariado é diferente da ditadura da plebe, entendida aqui como parte de uma subclasse burguesa. Isto porque, a ditadura do proletariado representa uma etapa transitória, enquanto a perpetuação da expressão política fincada no poder econômico tende a reproduzir-se incessantemente, causando sofrimento a quem de fato produz. Ele sugere que para entender a dimensão do abismo de classes na sociedade, é necessário que, o próprio sujeito se proletarize e, dependa, como única forma de manutenção de sua sobrevivência, daquele salário. É o que ele denomina “escravidão econômica”.²³⁸

O interessante nisto tudo é que ele admite a crítica anarquista de que a essência de todo governo é conservadora, tendendo, naturalmente a perpetuar-se, embora não cite claramente, deve estar tomando a revolução russa como exemplo. No entanto, considera ainda assim, mais justo a dominação dos produtores de riqueza sobre quem não produz. Levando a concluir que de fato fala da Rússia, ao referendar seu raciocínio o art 18 da constituição: Quem não trabalha não come. Vimos logo no início deste capítulo, que as críticas ao Estado Russo, ultrapassaram os limites tão somente da disposição econômica do novo governo, e, que a oposição a essas ideias vinham justamente ancoradas na necessidade de uma nova postura de Estado.

Em tese, a proposta é romper com a autoridade das instâncias jurídicas superiores, ao passo que se consiga partir de um “máximo para um mínimo de

²³⁷ “Doutrina contra doutrina”. Conferência realizada por Cristiano Cordeiro, em 17 de janeiro de 1922, no “Instituto de Ciências e Letras. Publicado originalmente no Diário do Povo, dirigido por Joaquim Pimenta IN Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982,p. 89-109,p. 91.

²³⁸ “Guerra de classes e democracia”. Publicado originalmente em Movimento Comunista I (9-10) : 245-248, agosto- setembro de 1922. IN Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982, p.111-114, p.112.

autoridade” e de um “mínimo para um máximo de liberdade”. Dentro disto, o Direito se transformaria em costume, depois em livre obediência, e futuramente em instinto. Como o jurista belga, Edmond Picard, defende que quando for atingido o momento de livre adesão aos preceitos jurídicos, a força e estado de coerção da palavra, enquanto papel dotado de lei, códigos, constituições, não precisarão mais ser usado.

Até podemos supor que esse estado sem leis escritas tenha maneiras de subsistir, em alguns momentos da história, este método funcionou sem nenhum problema. No entanto, existia basicamente um código de leis morais, que ainda que não fosse escrito, ou que não baseasse sua importância neste fato, era o centro de toda a sociedade. É digno constituir um estado onde a adesão aos preceitos jurídicos é uma conduta social indistinta, sem necessidade de classes que sejam penalizadas por atravancarem parte dos interesses econômicos de outros. Mas essa sociedade só tem força, quando realmente extinguiem-se as classes, posto que enquanto houver classes, os mais abastados sempre vão estar lutando por mais privilégios formais.

“A ideia geral do Direito foi deformada até o extremo nos países burgueses. O elemento de força e violência substituiu de modo formal o elemento do Direito. Começou-se por confundir o Direito com a lei, depois a lei com o Direito, interpretado no sentido de uma brutal coação. Criou-se a teoria de que o único direito existentes é o direito fabricado nos parlamentos, sancionado pelos reis ou presidentes e aplicado por meio do tribunal, da polícia e da guilhotina. O direito assim foi arrancado da vida real, colocado acima dela mesma, à disposição absoluta do poder estatal.”²³⁹

Não bastasse os legisladores abdicarem de qualquer representação indistinta dos cidadãos. No sentido de que, quem legisla são os deputados, e esses não representam as diversas camadas da sociedade. Suas campanhas baseiam-se em poder econômico, logo, no fundo, a lei está sendo feita para aqueles que os colocaram lá. O Estado ainda criou novos aparatos de sustentação dessa lei, que são ainda mais impactantes, a violência escorada na polícia é um dos exemplos. Não se pode negar que existe algo errado quando a linguagem é a violência, mas, é

²³⁹ “Doutrina contra doutrina”. Conferência realizada por Cristiano Cordeiro, em 17 de janeiro de 1922, no “Instituto de Ciências e Letras. Publicado originalmente no Diário do Povo, dirigido por Joaquim Pimenta IN Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982,p. 89-109,p.97.

mais interessante perceber que essa violência não está no lugar errado, ela é direcionada exatamente para a classe que produz, e isso é observado com grande naturalidade.

Para resolver essa questão, Cordeiro propõe a ‘descapitalização’ do Direito. Como Picard, ele vê na anarquia a teleologia do Direito “*O papel que arde é o símbolo deste fenômeno. Podemos entrever uma época em que os atos antijurídicos não serão perpetrados por um homem de bom senso*”²⁴⁰ Mas clarifica esta noção com um sentido de militância muito claro, fazer com que os operários tenham acesso a uma educação transformadora. Isso porque, para conseguir êxito, a burguesia precisa criar instituições que referendem sua ideologia de classe. Além do agravante ideológico, só a burguesia estuda. Então, muito provavelmente, só eles terão acesso aos cargos administrativos e burocráticos que produzem ou confirmam os poderes.

“Realizando a Revolução Proletária a socialização da riqueza, extinguirá ipso facto o privilégio de classe e portanto a guerra. Eis porque a revolução proletária realiza a revolução social, no sentido mais longo e mais profundo deste termo. Emancipando-se, o proletariado revolucionário emancipa a humanidade inteira, hoje dividida em classes, harmoniza de facto as sociedades na sociedade. É neste sentido larga e profundamente social que a revolução proletária é a revolução igualitária. Pregar o contrário é ser derrotista na acepção proletariana do termo, é ser, numa palavra, pseudo socialista, a ilusão da democracia”²⁴¹

Esta noção de que a democracia funda um novo sistema, onde as desigualdades convergem para um novo estado de coisas, preocupava Cordeiro. Para ele, uma boa parte do operariado pernambucano estava convalescendo de “febre democrática”. Conta que na festa do 1º de maio de 1922, os operários acostumados a cantarem a internacional, optaram por cantar músicas que faziam

²⁴⁰ Doutrina contra doutrina”. Conferência realizada por Cristiano Cordeiro, em 17 de janeiro de 1922, no “Instituto de Ciências e Letras. Publicado originalmente no Diário do Povo, dirigido por Joaquim Pimenta IN Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982,p. 89-109, p.94.

²⁴¹ Guerra de classes e democracia”. Publicado originalmente em Movimento Comunista I (9-10) : 245-248, agosto- setembro de 1922. IN Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982, p.111-114, p.112.

alusão à república “nas bochechas da burguesia satisfeita”²⁴². E que deste mesmo mal, tinha sido atacado o seu antigo mestre Joaquim Pimenta.

A saída para esse problema é “*Guerra de classe. Por toda parte e sempre*”. Nas escolas, os filhos de operários devem ser ensinados a não compactuarem com esse sistema e não precisarem do aval de uma educação que os reprime para atingirem um ideal de vida fabricado por aqueles que exploraram tantas e tantas famílias iguais às deles. O receio que Cordeiro expunha estava relacionado à ilusão democrática que conduzia claramente a coalização de classes, aos princípios colaboracionistas, resultando na exploração pacífica do trabalho pelo capital.

Para ele, que inclusive era um intelectual pequeno burguês, como vimos na descrição de um pedaço de sua vida, os intelectuais socialistas ao adotarem princípios reformistas, estavam geralmente refletindo a noção de uma classe média volúvel e “*historicamente destinada a prestigiar com sua força numérica a vitória da revolução ou o triunfo reacionário...*”²⁴³. Por este motivo que, não deveria haver posição indefinida por parte do proletariado, era preciso conscientizar-se de que sua emancipação seria obra exclusivamente sua. “*Coitado dele se se deixar enamorar pelo canto da sereia democrática...Perpetrará o suicídio*”²⁴⁴.

Ao esclarecer que as minorias verdadeiramente revolucionárias tem sabido se manter a margem dos partidos socialistas, podemos supor que eram ainda minoria os trabalhadores que aderiram ao comunismo logo nesse primeiro momento, embora completamente a ideia ao afirmar que o proletariado de Pernambuco era o “*melhor organizado do Brasil*”.²⁴⁵ A resistência a aceitar o socialismo reformista, a persistência em apontar suas limitações, não impediram Cordeiro de participar muitas vezes de coalizações de classe. Aliás, essa foi uma diferenciação para com os outros estados do Brasil. Enquanto eles focaram basicamente na atividade revolucionária pautada nos sindicatos, embora a força não fosse tão grande, em Pernambuco, não se desperdiçou a oportunidade de fazer aliança com a pequena burguesia. Desde a década de 1920, e mesmo no episódio de 1930, conspirou com

²⁴² Guerra de classes e democracia”. Publicado originalmente em Movimento Comunista I (9-10) : 245-248, agosto- setembro de 1922. IN Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982, p.111-114, p.113.

²⁴³ Idem

²⁴⁴ Idem

²⁴⁵ Vamos observar mais a frente, nas cartas de Rodolfo Coutinho, que o número de adesões ao partido preocupava os comunistas.

os tenentes. Neste momento, o próprio Luis Carlos Prestes que havia feito parte do tenentismo, e agora se tornara comunista, preferiu não participar. Sobre o distanciamento do partido nestas questões, Cordeiro afirma:

“Repassando a história do partido que ajudei a fundar, vejo que ele cometeu uma série de erros. Mas qual partido que não os cometeu? O PCB, por exemplo, não soube tirar vantagens da Coluna Prestes quando ela, ao meu ver, foi uma grande manifestação de ativismo político, chamando a atenção do povo brasileiro para o seu sacrifício próprio, para sair do estado de apatia que se encontrava, manobrado por políticos interesseiros. Estar com a coluna prestes era estar com o povo e, infelizmente, o PCB não compreendeu isso. O partido, muitas vezes, falhou em suas táticas. Omitiu-se nessas ocasiões porque tinha uma compreensão muito dogmática da revolução brasileira, uma compreensão radical, que achava contraproducente qualquer aproximação com setores progressistas da burguesia. O pecado mortal do PCB sempre foi esse: julgar que só a nata do partido poderia fazer a revolução que o país precisava. Por isso, o partido também se pôs à margem do movimento de 30, que foi popular, que poderia ter caminhado na direção de conquistas democráticas mais amplas que acabou sofrendo desvios direitistas.”²⁴⁶

Desta forma, pessoalmente, assumiu posições muito conflitantes dentro do partido, chegando a participar de um levante tenentista em 1926, junto com companheiros do PCB de Pernambuco. E assumindo posição isolada, quando em 1930, em favor dos tenentes. Na realidade, acreditava que o importante era utilizar-se do poder da pequena burguesia, sem com ela se misturar. Assumir uma aliança com os tenentes, era a forma mais simples, para ele, de ampliar o poder do partido no Brasil. É claro que este debate tem muitos lados, mas constitui uma peculiaridade dentro do universo comunista brasileiro naquele momento.

“Ou se faz educação, ou não se fará revolução”

Embora fossem primos e tivessem tido acesso ao mesmo tipo de educação, Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho chegaram a diferentes conclusões sobre o destino da revolução. É preciso observar que Cristiano Cordeiro fundamenta suas

²⁴⁶ Doutrina contra doutrina”. Conferência realizada por Cristiano Cordeiro, em 17 de janeiro de 1922, no “Instituto de Ciências e Letras. Publicado originalmente no Diário do Povo, dirigido por Joaquim Pimenta IN Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982,p. 89-109, p.87.

análises muito no espaço da cidade, sem levantar questões a respeito dos trabalhadores rurais. Já Rodolfo Coutinho vislumbra no campo a melhor saída para um processo revolucionário. Mas um elemento tem peso bastante forte nas duas análises, a educação como elemento de libertação do operariado:

“Na responsabilidade do militante, o mais rigoroso é errar o menos, e para errar o menos é preciso estudar o marxismo. O estudo da evolução passivista da nossa história, com as suas misérias, a falta de eficiência dos pensamentos revolucionários e a leveza de um caráter em formação, convence de que há para nós uma necessidade visceral de Ação. A Ação, a inteligência agindo sobre a vontade, esclarecendo-a, despertando-a, é que nos pode salvar. Ai de nós se faltar a Ação!

Como conseguir a Ação? Educando, refazendo os corações e as mentes. Esse trabalho deve ser feito por nós mesmos, com os nossos próprios recursos. Os mais capazes se não devem negar; pelo contrário por serem capazes, por isso mesmo, devem ser capazes de fazer. O capaz improdutivo é um inepto. Incapacidade é inação, indolência.

A educação é o ponto central da política revolucionária entre nós. Ou se faz educação, ou não se fará revolução. Esse movimento pró-educação deve tanto quanto possível, compreender a alfabetização dos trabalhadores e dos seus filhos. O principal no entanto é a educação no verdadeiro sentido. Nesse ponto há tudo a fazer. Grande parte da população obreira tem quase a mesma mentalidade que os escravos e avós. É pelo menos a regra nas populações agrícolas. Nas cidades, o trabalhador é um desanimado, um vencido. Quando chega a um certo conforto de vida, faz-se empreiteiro ou pequeno patrão ou operário de confiança do patrão, faz-se inimigo dos movimentos obreiros, perseguindo, denunciando como cães policiais. Os poucos camaradas, animosos e bons, depois de tentativas abortadas, perdem-se cansados e perseguidos.

[...] apoiemos sem desfalecimento as iniciativas pró-educação revolucionária; cuidemos de abrir em cada bairro operário pelo menos uma escola para ensinar a ler e a escrever; constituamos um corpo de propagandistas sinceros, conhecedores simples, para falar ao povo [...]”²⁴⁷

Rodolfo Coutinho insistia muito no conhecimento do marxismo pelos intelectuais como ponto de partida para uma série de mudanças. Por esse mesmo motivo foi incumbido pelo partido a viajar à Rússia, de onde fazia remessa diária do PRAVDA²⁴⁸, além de aproximar seus conhecimentos sobre a questão agrária na Rússia para a realidade de Pernambuco. Assim como compreendia ser fundamental abrir escolas que destinassem aos trabalhadores e seus filhos uma educação verdadeiramente revolucionária, entendia que sua tarefa era a de também instruir-se para depois voltar à ação. Em resposta a Astrojildo quando impelido à colaborar em *A Classe Operária*, responde: *Eu não sou, pelo menos, não quero ser dado a*

²⁴⁷ COUTINHO, Rodolfo. “O dever revolucionário”. MOVIMENTO COMUNISTA, 1922 (CEDEM – SP).

²⁴⁸ Era o principal jornal da URSS, órgão oficial do Comitê Central do Partido Comunista.

*doutrinar no vazio. Poderia manter uma colaboração sobre a vida econômica da Rússia, sobre o que possuo, material seguro e em dia, ou outro assunto da mesma classe.*²⁴⁹

Durante bom tempo, Rodolfo Coutinho foi pressionado pelos companheiros brasileiros a voltar para o país, contudo continuou de longe a contribuir com pareceres a respeito da situação do proletariado brasileiro, e ao mesmo tempo, estabelecendo ligações com figuras importantes do movimento internacional, chegando, inclusive, a publicar artigos sobre a questão agrária no Brasil. Desde as primeiras cartas à Astrojildo, descreve o trabalho que tem feito junto a I camponesa²⁵⁰, dando informação de endereços de camponeses em Pernambuco.

Esses endereços serviriam para um recrutamento de trabalhadores, os quais deveriam ser treinados sob o ponto de vista da ação. É importante salientar, que diferentemente de Cristiano Cordeiro, Rodolfo Coutinho entendia que a atividade revolucionária só seria possível diante de uma base segura quantitativamente. Direcionava suas cartas, além de, para Astrojildo Pereira, para os centros de Nazareth²⁵¹ e Recife.²⁵² Recomendava ao seu primo que estabelecesse o mínimo de exigência para a aceitação dos operários, e que, o grupo de Nazareth quando deixasse de ser menos “*jeca*”²⁵³, poderia aderir diretamente ao partido através do centro de Recife.

Vale ressaltar que, assim como no trecho da Revista Movimento Comunista, a adjetivação *jeca* quer supor determinada incapacidade em tomar a frente em momentos de importância para a luta. Na realidade, não deixa de ser uma visão bastante estereotipada e fora de contexto. Se as lutas não se davam de forma organizada, esta era uma questão, outra questão é atestar determinada incapacidade em fazer acontecer, realizar o intento. Deve-se ter em mente que este não é um defeito pessoal do proletariado, mas perpassa o entendimento da necessidade de uma educação, de condições favoráveis na política, dos aspectos macro da economia, seja dentro ou fora do Brasil.

²⁴⁹ Correspondências de Rodolfo Coutinho para Astrojildo; carta de 14-10-1925 in Memória e História: vol 1. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982, p.145

²⁵⁰ Internacional Camponesa, também conhecida como Kretintern, fundada em 1923. Tinha como objetivo coordenar as organizações camponesas e aproximá-las do movimento operário.

²⁵¹ Refere-se a Nazaré da Mata, terra dos primos Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho.

²⁵² Ibidem, 25/05/1924, p. 131.

²⁵³ Ibidem, 25/05/1924, p..132.

De acordo com a ideia quantitativa e de organização, entende que o trabalho deveria começar pelo Rio. Diz ele:

“Temo que nos outros centros ainda fracamente desenvolvidos e com uma restrita capacidade de trabalho, a voz de marcha para as células não venham trazer confusão aos centros, aos núcleos de sindicatos e cooperativas. Penso que isso se sucederia, por exemplo, em Recife, onde, como você sabe, o pessoal capaz de animar a atividade da totalidade dos membros do partido é ainda insuficiente. A experiência do Rio é necessária por duas razões: I- Ela seria aproveitada pelos centros menos desenvolvidos, servindo de ponto de reparo e estímulo, II- Mesmo que seus trabalhos deixem a desejar, mais fácil será controlar os erros cometidos, as dificuldades encontradas e recomeçar a campanha com mais conhecimento de causa”²⁵⁴

As células de cada região ou estado eram ajustadas por um secretariado geral que centralizaria todo o trabalho. No Recife, Cristiano Cordeiro esteve todo tempo à frente desta centralização, ele conta que por falta de sede, muitas vezes os companheiros se reuniam nos sindicatos. “*O PCB tinha comitês formados no Recife, em João Pessoa, em Maceió e em Natal. Como não era um partido legalizado (...) seus militantes geralmente se reuniam em sindicatos*”²⁵⁵. Mesmo com influência sobre outras localidades do Nordeste, tudo leva a crer que, dentro dessa região, a atividade ficou centralizada em Recife.

Para contrapor ao estado de sítio, Coutinho sugere uma amplificação das atividades nos sindicatos, o que ele chama de catequese. “*No seio do sindicato dos seus melhores, dos mais capazes. Seja como for, temos que crescer*”.²⁵⁶ O trabalho do partido deveria supor um avanço através de uma tática de massas, o único jeito de reagir na ilegalidade. Combatendo a repressão, estariam voltados essencialmente para o trabalho de formar comunistas conscientes do método, da luta e um pouco da teoria.

O PCB, enquanto partido, tinha noção de que este era um dos maiores desafios. Primeiramente, havia de se resolver o problema do proletariado pouco numeroso, somente no Rio “*havia um verdadeiro proletariado de fábrica*”²⁵⁷, ao

²⁵⁴ Ibidem, 25/04/1925, p.132.

²⁵⁵ Entrevista concedida originalmente por Cristiano Cordeiro ao jornalista Ricardo Noblat. Publicada originalmente no Jornal do Comércio, Recife- PE, pp.16-17, 12/08/1979 IN Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982,p.85.

²⁵⁶ Ibidem, 25/07/1923, p.139.

²⁵⁷ Ibidem, 25/04/1924, p.132.

passo que, boa parte dos trabalhadores rurais, os quais nem eram tão valorizados pelo partido, estavam numa situação ainda mais precarizada depois da abolição da escravidão, isto porque, o advento do salário não trouxe a eles a liberdade que tanto sonhavam, mas os viciou dentro de um sistema de dependência ainda mais profundo.

“Surpreendeu-me a história da Confederação cujos aderentes, segundo o relatório da ISV, alcançavam a imponente cifra de 140.000. Em outro relatório do partido, a mesma cifra piramidal. Agora, não são 60.000 “como ele dizia”; o relatório dá uma aproximação kilométrica de 10.000 a 15.000 aderentes – “trabalhadores ainda muito atrasados”. É necessário precisar nossos cálculos para não dar lugar à tanta acrobacia de cifras. Não se deve calcular de forma (ilegível) principalmente quando se calcula em vista da ação.”²⁵⁸

Não fica claro, mas provavelmente se refere à Confederação Sindicalista Cooperativa Brasileira, já falamos neste capítulo que eles pretendiam lançar um candidato do partido a deputado federal no Rio de Janeiro, no entanto, acabaram desistindo por desentendimentos com Sarandy Raposo, o que para Rodolfo Coutinho foi um desperdício de oportunidade.

Tinha também a convicção que as colunas dos jornais burgueses deveriam ser usadas quando houvesse um apaziguamento do estado de sítio; “*devem ser aproveitadas para insistir cada dia sobre as tarefas que o partido se propõe, de maneira que todo indivíduo com um pouquinho de senso fique sabendo que o partido é uma associação de gente séria e pensante*”²⁵⁹. Neste ponto, discordava de Cristiano Cordeiro, pois ele acreditava que a revolução não deveria ser resultado de uma guerra de posições, aceitava que era necessário ampliar as bases, seja nos sindicatos, nos jornais burgueses, lançando candidaturas, enfim. Mas tinha como norte a expectativa de imediatamente partir para a luta, foi o que fez no episódio da conspiração da rua velha, que vamos ver mais a frente. A impressão do seu primo, Rodolfo Coutinho sobre os levantes tenentistas já não era a mesma, dizia:

“Suponho que a sublevação de São Paulo foi um movimento de quartel, sem repercussão na massa da população. Em todo caso vale muito como sintoma. Foi uma importante guarnição que se levantou para pôr abaixo um dos meios principais de conservantismo semi-feudal do Brasil O desastre

²⁵⁸ Ibidem, 25/05/1924, p. 131.

²⁵⁹ Ibidem, 05/04/1924, p. 127.

estrondoso, tal como dizem as notícias, dever-se-á à falta absoluta de tato político dos cabeças do movimento. Será excelente se esta última lição dolorosa convencer os nossos fazedores da revolução de que a coisa não é tão fácil e tão simples, como eles tem pensado.”²⁶⁰

De fato, essa foi uma posição mais ou menos difundida dentro do PCB, com a exceção de Cristiano Cordeiro. A bem da verdade, todos eles torciam para que o movimento dos tenentes tivessem algum tipo de êxito, pois era uma forma de atacar o que chamavam de “conservantismo semi feudal”. O tenentismo se constituiu em importante elemento de análise e discussão, como vimos, inclusive, como o exemplo do livro de Otávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio Marxista sobre o levante de São Paulo e a Guerra de Classes no Brasil* (1926). No entanto, simpatizar era um lado, se envolver diretamente no movimento era outro. Isto porque, temiam serem influenciados pelo viés reformista e liberal do tenentismo, ao passo que, consideravam fundamental o embate entre as forças agrárias e industriais, bem como entre os imperialismos que as patrocinavam.

Quando voltou ao Brasil, Rodolfo Coutinho concentrou-se ao lado de militantes do Rio de Janeiro, vindo a articular novamente com o grupo de Pernambuco somente em função da cisão trotskista, em 1928, da qual foi um dos líderes.

Da ação

A conspiração da Rua Velha

Os anos 1920 desnudam uma época de grande ampliação dos saberes e ao mesmo tempo de influências políticas as mais diversas. A fundação do Partido Comunista comunica-se diretamente com esse esforço de compreensão da sociedade brasileira. No plano político, não podemos dizer que essas influências

²⁶⁰ Ibidem, 25/07/1924, p. 138.

eram novas, em seus discursos no século XIX, Tobias Barreto²⁶¹ já citava Marx, ou seja, no mínimo tinha conhecimento de sua existência.²⁶²

Muitas questões foram concomitantes e se sucederam a formação deste partido. As discussões não acabariam tão cedo, eram muitas regiões integradas, pela primeira vez, dentro de uma visão internacionalista de revolução proletária. Uma das movimentações mais marcantes do Nordeste daquele período, era rechaçada sob o ponto de vista momentâneo, o cangaço. O banditismo ganhava espaço, resultado de uma péssima distribuição de renda e de um poder público omissivo. A ausência de uma estrutura de estado gerara o poder dos coronéis, o arbítrio e luta entre eles, sendo o cangaceiro um elemento de persuasão para encobrir a responsabilidade sobre certos desfechos ou soluções de demandas de terras.

Já na década de 1930 a posição do PCB sobre os cangaceiros vem a mudar, pois passam a observá-los além da função de apêndice de um poder econômico, entendendo que podem lutar contra constituição hierárquica dos poderes. No entanto, durante a década de 1920, compreendiam como oportunidade principal de confrontação dos imperialismos, o tenentismo. Já observamos isto ao falar da sistematização feita por Otávio Brandão.

Todavia, apesar de representar uma oportunidade de rompimento com uma tradição agrária nociva para o país, os comunistas entendiam que não seria possível uma transformação revolucionária a partir desta ideia. Isto porque, nem os tenentistas levantavam bandeiras mais amplas de mudança, ficando seus discursos presos quase que exclusivamente a moralidade e combate as oligarquias, como também, refletiam não ser possível combater o governo com alguns poucos homens. Sendo assim, por mais simpática que a ideia fosse aos comunistas, afim de acelerar as diretrizes do etapismo no Brasil, não acreditavam ser possível obter êxito, desgastando, então, a credibilidade de suas ideias praticamente em vão.

Durante muito tempo essa vem a ser a posição do PCB, mesmo na virada da revolta de 1930. Cristiano Cordeiro, líder do partido comunista de Pernambuco nunca aceitou muito bem este posicionamento. Então, foi o responsável por

²⁶¹ Tobias Barreto era catedrático da Faculdade de Direito do Recife, sergipano de nascença, um dos grandes expoentes desse esforço de redefinição da cultura e política brasileira. É muito criticado por estabelecer muito contato com as visões europeias de desenvolvimento político e cultura, em um momento em que o Brasil buscava respostas internas, ou aparentava, para seus problemas.

²⁶² Op cit, Dulles, p.21.

coordenar o episódio que ficou conhecido por Conspiração da Rua Velha. Referem-se a este momento, John Foster Dulles²⁶³, Ronald Chilcote²⁶⁴ e Manoel de Souza Barros²⁶⁵.

Embora o movimento só venha a eclodir em 1926, as conspirações se davam já em 1925. Desde então, o governo investigara as reuniões de pessoas não simpatizantes em um prédio situado na Rua Velha. Mesmo com toda a impopularidade de Sérgio Loreto, os seus assessores não podiam garantir que se tratava de uma tática de sublevação com vistas a tomar o poder no Recife. No entanto, passou a despertar desconfiança a presença de oficiais, como o capitão Severino Gamboa Cardim, que afirmou muito tempo depois ter sido excluído da força pública do Estado pelo fato de haver sido encontrado *“em uma casa à Rua Velha, em companhia de diversas pessoas suspeitas de conspiração, contra o governo do estado”*.²⁶⁶

Na ocasião, foram indiciados nesse movimento: Carlos Mariz, comerciante; Cristiano Cordeiro, funcionário público e membro do Partido Comunista de Pernambuco; Joaquim de Oliveira, jornalista e secretário de A província; Major Carlos Afonso, da Força Pública do Estado, são alguns dos exemplos. Deve-se ressaltar, portanto, que na composição dos insurretos podemos notar a presença de uma pequena burguesia revolucionária, com a composição e presença do partido comunista de pernambuco, não podendo ser confundido com uma movimentação unicamente deste.

Mesmo com o desmantelo de 1925, o movimento não restringiu a ação. Enviaram como emissários a Coluna Prestes, Josias Carneiro Leão²⁶⁷ e Valdemar de Paula Lima²⁶⁸, que encontraram a Coluna Prestes em Teresina, depois de longa caminhada. Contara o coronel João Alberto Lins de Barros, comandante de um dos destacamentos da coluna, no livro Memórias de um revolucionário, que o plano da conspiração era sublevar o Recife e isto deveria ocorrer no momento em que a

²⁶³ Op. Cit p.203-205

²⁶⁴ Op. Cit p.52

²⁶⁵ Op. Cit. 113- 134.

²⁶⁶ Souza Barros, op. cit p.114.

²⁶⁷ Jovem jornalista, filho de proeminente família e membro do partido comunista de Pernambuco. Tinha sido preso no Rio de Janeiro, em 1924, por conspirar com Carlos Costa Leite e Gustavo e Osvaldo Cordeiro Farias. Em 1925, conseguiu fugir da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, junto com mais nove companheiros. Dulles, John Foster. Anarchist and communists in Brazil (1900-1935). Austin: University of Texas Press, 1973, p.72.

²⁶⁸ É tratado por John Foster Dulles como simpatizantes do PCB.

Coluna Prestes passasse pelo território do estado, atingindo o município de Triunfo.²⁶⁹

Quando Josias Carneiro Leão retornou ao Recife, em entendimento com João Alberto e outros chefes, procurou reestabelecer o ânimo das conspirações, trabalhando para que o plano de sublevação da capital pernambucana tivesse êxito em concomitância com a chegada da coluna ao interior do estado. Nas reuniões eram suscitadas as expectativas e saídas possíveis em caso de não obterem êxito, mas o principal problema na operação não foi logístico. Um dos participantes, Anfilóquio Cavalcanti, resolveu falar demais aos seus familiares. Seu cunhado, o alfaiate José Pedro da Silva, em relatório policial, conta que:

“...no dia oito do corrente (fevereiro de 1926), cerca de 19h, à sua residência, onde além de sua família estava também Pedro Nicolau, chegou Anfilóquio Cavalcanti acompanhado de um chofer e sobraçando dois embrulhos com os quais entrou no quarto onde estava aboletado, dizendo-lhe ao sair ‘guarde aí esses dois embrulhos que eu mais tarde virei buscá-los, são bombas de dinamite e hoje vai romper uma revolução no Recife’; que, dirigindo-se ao referido quarto, ali encontrou as duas bolsas pertencentes ao seu cunhado Anfilóquio, uma que ele trouxera do Rio de Janeiro e outra com que ele viera da Usina Pindoba e, verificando a existência de bombas de dinamite, levou o fato, de acordo com Pedro Nicolau, ao conhecimento do sargento do exército, em cuja casa mora Pedro Nicolau, tendo sido acompanhado nessa visita por sua mulher e sua filha.”²⁷⁰

Tiveram papel fundamental na repressão ao movimento, o sargento José Paulo de Freitas, que foi procurado por José Pedro e Pedro Nicolau, para que tomasse uma providência imediatamente. Essa movimentação se deu nas vésperas da eclosão, Anfilóquio Cavalcanti foi cercado em sua casa, na Rua do Alecrim²⁷¹, mas conseguiu fugir pelo quintal. Encontrou-se com Josias Carneiro Leão e foram para o Rio de Janeiro. No entanto, os outros participantes que não tinham conhecimento sobre a mudança de planos, se encaminharam para a última reunião do grupo, com o objetivo de acertarem as diretrizes para o dia seguinte.

Manoel de Souza Barros, jornalista e comunista pernambucano, que também fazia parte da sublevação, dirigiu-se normalmente a reunião, marcada para às 22 horas, na residência de um militar excluído do exército, Pedro Celso Uchoa

²⁶⁹ Souza Barros, op. cit, p.115.

²⁷⁰ Souza Barros, op. cit, p.116

²⁷¹ Souza Barros, op cit, p.117

Cavalcanti, na rua Gervásio Pires, 224. Quando chegou a praça Maciel Pinheiro, o jornalista notou a presença de parte de uma tropa, ao comunicar os companheiros, percebeu que o plano arquitetado por eles havia sido desbaratado.²⁷²

A polícia iniciou-se captura em todos os pontos da cidade e em algumas residências onde comumente os conspiradores se reuniam. Embora a denúncia da conspiração tivesse eliminado as condições para um levante imediato, o tenente Cleto Campelo Filho não se acomodara a esta ideia. E, depois de consultar alguns companheiros, chegou à conclusão de que, não seria mais possível a articulação imediata a fim de corresponder aos compromissos assumidos junto a Coluna Prestes. Valdemar de Paula Lima, agora um dos mais próximos de Cleto, em virtude principalmente de ser desconhecido da polícia, tornou-se então o braço direito do oficial para o preparo da segunda fase da operação. Um levante que teria início 10 dias depois, que terá como ponto de partida a casa do operário José Francisco de Barros.²⁷³

A ideia da marcha sobre o Recife tinha fracassado, no entanto, ainda era possível continuar para o Sul e atingir o estado da Bahia. Para isto, seguiriam para Jaboatão, com o objetivo de libertar os presos políticos, que estavam lá a mais de uma semana:

“(...) Seguiram em demanda de Jaboatão e, ao aproximar-se desta cidade, encontraram um automóvel com dois passageiros, com destino a Recife; que, esse automóvel teve ordem de parar e, uma vez prisioneiros os passageiros (Bartolomeu Anacleto e um amigo) deste carro, ficaram ali detidos sob a guarda de Severino Cavalcanti e José Caetano, enquanto os outros seguiram para a cadeia, a fim de assaltá-la; que, chegando aí, o Tenente Cleto Campelo de pistola em punho, intimou três soldados que se achavam dormindo na cadeia, os quais, sobressaltados, despertaram e abriram a mesma, dando entrada aos seus companheiros rebeldes”²⁷⁴

Os conspiradores seguiram para a estação de trem, onde renderam o maquinista, e ganharam apoio de vários trabalhadores durante o caminho até Gravatá. Chegando lá, os revolucionários caíram numa armadilha, o tenente Cleto Campelo foi assassinado, e muitos participantes presos, inclusive Cristiano Cordeiro. Nos relatos a respeito dos locais de conspiração, a casa de Cristiano Cordeiro

²⁷² Souza Barros, op.cit, p.116.

²⁷³ Souza Barros, op cit, p.118

²⁷⁴ Souza Barros, op cit p.119.

apareceu como local privilegiado, conferenciavam “ o ex capitão Cardim, o jovem Souza Barros e vários operários, que no dia oito corrente, em face das combinações que ocorreram..” vieram a tomar parte no movimento que tinha se reorganizado. No entanto, a situação terminou com a detenção de muitos destes, “*pelos interesses imperiosos da ordem pública, sendo justificada amplamente pelas provas de sua culpabilidade coligidas e coordenadas.*”²⁷⁵

Esta é uma das tentativas mais contundentes no período, no sentido de levantar-se de fato contra o governo, destitui-lo, mesmo que com o apoio maciço da pequena burguesia, traduzida principalmente pelos adeptos do movimento tenentista e alguns intelectuais do partido, que já conspiravam anteriormente. A adesão final dos operários, ou melhor, de alguns deles, funcionários da transways, que aderem espontaneamente à ação, revela uma compreensão da precaridade de suas condições. É certo que não estavam em peso nas reuniões dos conspiradores, cerca de um ano antes, bem como, não tinham planejado esta tomada de poder, mas no momento em que se deram conta do sentido desta tentativa, observavam ser possível pelo menos lutar por isto.

Vale ressaltar, que essa não é a diretriz do partido deste momento. Está de acordo quando amplia as bases com a pequena burguesia, o que de fato, é uma das orientações do Komitern. Porém, não era aconselhável pela parte dos dirigentes, e com vimos em alguns falas nesse capítulo, associar as ideias revolucionárias e a pouca adesão a elas naqueles momentos transformando em lutas imediatas. Era preciso ampliar as bases. Por isso, um dos principais desafios ao longo deste período é a conscientização dos trabalhadores, o estabelecimento de uma pauta de reivindicações e a noção ponderada do cumprimento das etapas.

A Juventude Comunista

Ficou definida em 1925, no segundo congresso do PCB, a formação de uma juventude comunista no Brasil. A exemplo de outros países, onde as juventudes se faziam presente na luta, os comunistas brasileiros precisavam formar, dentro da concepção de educação marxista, os filhos de operários, para que esses não só

²⁷⁵ Souza Barros, op cit p. 125

crescessem com conhecimento do que defendiam, como também, que pudessem atingir os seus pais e demais companheiros.

Segundo Karepovs²⁷⁶, Leôncio Basbaum²⁷⁷ em viagem a Pernambuco tomou por exemplo o modelo de educação operária que os membros da juventude desejavam, sendo esta a grande inspiração nos padrões de reflexão teórica para o resto do país. A escola a qual ele se refere é Liceu Operário Fernandinho, localizada na periferia de Pernambuco, onde os alunos cantavam a internacional, ou como chamavam, o hino dos trabalhadores.²⁷⁸

Para a compreensão do modelo efetivo de transformação é necessário observar também os aspectos curriculares que esta ideia de educação operária trazia a tona. É importante ter um colégio que reconhece o mundo operário em contraposição a um modelo de educação regular, no entanto, de nada adianta, se não propuserem modificações substanciais na noção do conteúdo. Já foi dito aqui, que essa preocupação com a educação, foi muito presente entre os pensadores do comunismo pernambucano, em especial, Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho.

Um aspecto fundamental para o desenrolar da formação de juventude comunista no Brasil era baseado na educação, isso está claro. O modelo de educação possível era o grande problema a ser resolvido. Basearam-se, frequentemente, na em uma adaptação do soviético:

“ O ensino em sua escola é impregnado de propaganda anti religiosa. As crianças são educadas como comunistas. Abordam diretamente a explicação da natureza e dos fenômenos sociais; a ideia religiosa é banida da escola. A formação da inteligência política é a preocupação primordial.”²⁷⁹

No Brasil, e também em Pernambuco, libertar a educação, mesmo que operária, da influência da religião, não era tarefa simples. Vimos anteriormente, a influência da Rerum Novarum, bem como, o envolvimento de alguns líderes

²⁷⁶ Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, com experiência na área de movimento operário, comintern, trotskismo.

²⁷⁷ Historiador pernambucano, um dos articuladores da Juventude Comunista do Brasil.

²⁷⁸ KAREPOVS, Dainis. A nação e a juventude comunista do Brasil.

< http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20750_arquivo.pdf> Acesso em 20/04/2016, às 13:34h

²⁷⁹ “O melhor educador da Rússia dos Soviets” A classe Operária ; 06/06/1925 < <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=086569&pagfis=&pesq=classe+operaria> > Acesso em 20/04/2016, às 14:07h.

pernambucanos com a maçonaria. Quanto mais escolas existissem dentro desse padrão, maior seria a naturalidade para aceitar e combater concepções externas, é por isso que a proliferação das escolas fazia parte do programa do partido, na parte que se refere aos programas intelectuais:

“Usufruto de uma casa afim de, nela, os operários de cada fábrica instalarem uma escola – de trabalhadores, criada e dirigida por trabalhadores, para trabalhadores. Subvenção de meio por cento dos lucros líquidos anuais de cada fábrica para a manutenção da escola. Escolas profissionais para filhos de trabalhadores, sustentadas e sustentados pelo estado.”²⁸⁰

Diferentemente o estilo de educação burguesa, a educação proletária se daria em torno da integração dos aspectos profissionais e intelectuais. Mas o objetivo do partido não era garantir superficialmente o conhecimento para desempenhar aquela função, e sim, a partir dessa consolidação da juventude, aprofundar o estudo teórico sobre o marxismo, dando instrumentos de entendimento e ação para esses trabalhadores e seus filhos.

Era importante que fora de um ambiente formal de ensino, repassassem o que aprendiam cotidianamente para os outros companheiros. Desta luta só sairiam firmes se fortalecessem a todos. O comunismo não trata de estabelecer métodos individuais de ações, a expressão e força estão postos na coletividade, especialmente quando os meios, sejam de produção (o poderio econômico) ou de reprodução de discursos não pertencem a eles. Em um cenário que um dia lhes dê a predominância neste campo, cabe firmar o conhecimento construído em função dos melhores interesses revolucionários, para que, a experiência adquira legitimidade intelectual.

Foi isso que o PCB tentou fazer ao indicar as matérias que deveriam ser discutidas, estavam incluídos, alguns exemplares da classe operária, órgão principal do partido no final da década de 1920, também, matérias sobre Lenin, A Revolução Russa, os soviets, o anarquismo e palavras dos próprios operários nas greves as quais participaram, é citado, principalmente, o manifesto de 1925 dos operários da

²⁸⁰ “A classe operária reivindica”. 1 de Maio : Edição do Comitê Nacional do Socorro Operário Internacional, 1 de maio de 1926. <
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=086569&pagfis=&pesq=classe+operaria>>
 Acesso em 20/04/2016, às 14:37h.

fábrica de tecidos.²⁸¹ Para o começo dos trabalhos, apresenta-se como um importante ponto de partida, porém, leituras descentralizadas do governo russo parecem ter faltado. No Brasil, ficou faltando observar que o comunismo não é resultado exclusivamente de fontes marxistas leninistas.

²⁸¹ Material para estudo. 1 de maio: Edição do Comitê Nacional do Socorro Operário Internacional. 01/05/1926. < <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=086569>> Acesso em 24/04/2016, às 15:55.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Partido Comunista do Brasil precisou percorrer um longo caminho de experimentações ao longo da década de 1920. Esta década foi fundamental para o país em termos de reorganização do sistema político e de trabalho. Dessa forma, o partido foi mais um dos interpretes de um modelo de desenvolvimento para o país. A intelectualidade brasileira buscava explicações nas teorias políticas do XIX, e, paralelamente, adaptava a realidade social que permeava sua História. Além das tão citadas mudanças na cidade e no campo, observa-se um esforço intelectual de superação das concepções externas e modelos prontos.

Ângela Alonso²⁸² destaca a geração de 1870, anterior a esse momento, mas que caminhava em direção a ele, uma certa independência de pensamento, indo de encontro as teorias que colocavam os intelectuais brasileiros como cópias dos estrangeiros. De fato conheciam e utilizavam muitas das discussões que se colocavam lá fora, mas o objetivo era justamente a utilização política daqueles termos, de modo que, adaptaram como foi possível à linguagem política, com vistas a uma harmonização de classes.²⁸³

Há em um determinado período de tempo o afastamento de intelectuais que até então compunham a cena monárquica, seja diretamente ou através de seus ancentrais. A dinâmica social brasileira foi aos poucos restringindo o círculo nobiliárquico imperial, o crescimento de uma camada social média, em algum sentido mal compreendida, passou a inteirar o coro pelas reformas sociais de cima para baixo. A base política enfraquecida levou a uma transição lenta e segura. Por outro lado, o discurso de classe emergia como elemento chave do século XX.

Já nos primeiros anos da década de 1910, greves, confederações operárias, proliferação de sindicatos dão o tom do que viria a ser a república brasileira. Os proprietários se dividiam em dois posicionamentos, pressionar o governo para reprimir toda e qualquer manifestação de classe, ou assumiam uma postura de conciliação que era tão nociva quanto. Sucederam-se tentativas de forma um partido

²⁸² ALONSO, ÂNGELA. Ideias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil Império. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

²⁸³ Ângela Alonso não utiliza o termo harmonização de classes, a perspectiva do trabalho dela é muito mais sociológica e geracional. Separando os grupos políticos de acordo com o pensamento mais afinado a determinadas concepções.

dos trabalhadores, mas as iniciativas externas a classe não surtiram o efeito esperado, e nenhum deles prosperou.

O espaço das greves de 1917 e 1919 consolidava uma postura mais incisiva dos operários. A organização era predominantemente a anarquista. As notícias da Revolução Russa, em 1917, renovaram os ânimos do movimento. Em 1919, chegaram até a fundar um Partido Anarco Comunista inspirado na organização política russa. Ao passo que o cerco aos anarquistas ia se fechando lá, mais distantes os discursos políticos desse partido ficavam aqui.

Sendo assim, o PCB foi fundado por ex- anarquistas²⁸⁴, que desertaram do movimento, aderindo ao comunismo. Essa transição funcionou melhor para um dos que para outros. Mas necessariamente resultou numa divisão política que facilitou a repressão contra os dois grupos. Uma das principais formas era a repressão à imprensa operária, que havia ganhado intenso protagonismo ao longo da década de 1910.

A formação dos grupos que orbitaram em volta do Partido Comunista não eram similares. Não só pela grande maioria de ex anarquistas, mas também, cada estado tinha uma forma específica de lidar com suas questões, esses afastamentos e intersecções são bem evidenciados no livro de Otávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo*²⁸⁵. Ao mesmo tempo, o afastamento do campo levou o PCB a distanciar-se de grupos potencialmente revolucionários. A pequena burguesia, de acordo com a ideia de etapismo, fora escolhida como parceira em potencial, porém, nem sempre essa combinação surtia efeito.

O partido possuía um determinado significado histórico e apresentou seu próprio projeto de desenvolvimento nacional. Embora reivindicasse o etapismo como método de entendimento da realidade brasileira, acabaram afetando as classes mais abastadas por conta de seu discurso de valorização do trabalhador. Isso significa que a simples existência de um partido que entendia ser o operário ou o camponês o verdadeiro produtor de riquezas do país, já despertava a desconfiança das oligarquias do poder.

²⁸⁴ É muito difícil avaliar até que ponto eram ex anarquistas no conceito, neste momento talvez o fossem só na forma. Muita coisa se sucedeu a partir do desenrolar dos acontecimentos internacionais. No capítulo 3, o exemplo do relatório de Antônio Bernardo Canellas evidencia essa situação.

²⁸⁵ BRANDÃO, O. *Agrarismo e industrialismo: Ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. São Paulo: A. Garibaldi, 2006.

Pouco tempo depois de fundado o PCB é posto na ilegalidade. A nascente república não estava acostumada a lidar com partido de trabalhadores, mesmo que neles estivessem fincados intelectuais e acadêmicos.²⁸⁶ O susto inicial se converte em perseguição principalmente aqueles que se preocupavam sem falar em fábricas, nas ruas, ou organizar passeatas. Se na década de 1910, as grandes manifestações de rua foram responsáveis por parar o Brasil em greve geral, cada vez mais essa realidade se distanciava do concreto.

Os estrangeiros foram importantes na construção desta trajetória. No entanto, a década de 1920 traz contradições em torno dessa questão. O governo e a imprensa, por outro lado, estimulavam esse enfrentamento. São comuns as tentativas de enfraquecimento da luta através da repartição da realidade. O apelo ao nacionalismo se fazia presente. No entanto, deve-se ressaltar que no caso do comunismo, mesmo imerso nessa concepção nascente da república, avaliava-se também a luta internacional dos trabalhadores. De forma que mais aprenderam juntos, do que divergiram.

O cenário era muito novo para as elites brasileiras. Nos anos posteriores ao que estuda-se aqui, esse acirramento vai se dar de forma mais contundente, inclusive por conta de todo o potencial revolucionário dos trabalhadores do campo que nesses primeiros momentos estiveram distanciados do olhar dos intelectuais. Existe um direcionamento muito forte para as situações gestadas na cidade nesse começo dos 1920. Esse faz parte do processo de transição na mão de obra e regime de trabalho, a situação política também incide em novas formas de representação que apresentam o mesmo sentido prático.

Para completar esse cenário, o governo Arthur Bernardes transformou as manifestações sociais em caso de polícia e não precisa dizer que Pernambuco adotou a mesma prática vil. Sérgio Loreto fechou sindicatos, perseguiu entidades políticas ligadas aos trabalhadores, e prendia qualquer um que fosse designado a esta de frente em manifestações de greve, como foi o caso que se mostrou das trabalhadoras das fábricas de Caxias e Lafayette.

Tão importante quando fundar um partido para os trabalhadores, seria identificar as fragilidades de algumas pautas e o protagonismo relativo dado a uns

²⁸⁶ Também existiam operários responsáveis pelas frações sindicais do partido, porém, neste período o PCB não possuía ainda uma grande penetração nos sindicatos.

em detrimento de outros. Esse pode ter sido um dos grandes equívocos desse primeiro momento de luta. No entanto, não se pode negar o espaço conquistado, mesmo em meio à ilegalidade, as causas que buscaram defender. A presença dos intelectuais nos jornais e aprimoração dos estudos marxianos, ou no caso, marxista-leninistas, fazem parte do processo. A preocupação com o engajamento dos trabalhadores e a difusão em meio aos sindicatos foi um dos maiores desafios do período.

É importante ressaltar que o PCB ao se comunicar com a teoria marxista leninista de partido, tinha uma diferenciação com relação aos partidos de massa.

“Para vencer o capitalismo são necessárias relações mútuas justas entre o Partido Comunista, o proletariado, a classe revolucionária e a massa, isto é, a totalidade dos trabalhadores e explorados. Somente se o Partido Comunista for realmente vanguarda da classe revolucionária, contando com os melhores representantes dessa classe nas suas fileiras, constituídas por comunistas conscientes e fiéis à causa, formados e endurecidos em lutas tenazes, somente se esse partido souber ligar-se indissolúvelmente à vida da sua classe e, por meio desta, com toda a massa de explorados, somente nessas circunstâncias esse partido estará em condições de liderar o proletariado na impiedosa luta final contra todo o poder do capitalismo.”²⁸⁷

Lênin identificou que o partido revolucionário da classe operária nunca abarcaria todos os setores, o partido é o local onde a vanguarda do proletariado se organiza. Explorado, atomizado, oprimido, o conjunto da classe operária não pode ter sob o capitalismo, em momentos de estabilidade da dominação burguesa, uma consciência clara das condições de exploração e opressão em que vive, posto que se fosse assim o capitalismo viveria numa crise permanente de sua dominação. Apenas em momentos específicos de crise orgânica da dominação burguesa pode a maioria do proletariado ter uma consciência mais aproximada das condições objetivas em que vive e visualizar a possibilidade da superação dessas condições.

O trabalho do partido era estabelecer ligações com todos pequenos e médios setores²⁸⁸, visto que seria muito improvável uma aliança com os grandes proprietários. No entanto, deve-se procurar um sentido não fisiológico para as conexões, angariando para a luta os que de fato tenha modificadas suas

²⁸⁷ Teses sobre a principal tarefa da Nova Internacional redigidas por Lênin, parágrafo 4. <<https://www.marxists.org/portugues/sachs/1968/mes/partido.htm>> Acesso em 08/07/2016, às 22:32h.

²⁸⁸ Com os setores, mas nem como todos os integrantes dele. Dentro da definição do Partido de Vanguarda, isso se daria apenas com os mais conscientes da realidade proletária. O ponto de partida seria a experiência política de organização e a adesão fiel aos princípios comunistas.

concepções. O partido é necessariamente partido de vanguarda porque fruto das condições de opressão em que se construiu, só era possível a um pequeno setor do proletariado se colocar acima das formas ideológicas que a burguesia desenrolou para mascarar essas condições.

REFERÊNCIAS

ALONSO, ÂNGELA. Ideias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil Império. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

ARICÓ, José. Marx e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

AVRICH, Paul. Kronstadt. Princeton University Press, 1970.

BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos: memórias. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

BERNARDES, Denis. Recife: o caranguejo e o viaduto. Recife: Editora Universitária, 1996.

BERNARDES, Denis. Recife: O caranguejo e o viaduto. Recife, Ed. Universitária, 1996.

BEVILAQUA, Clóvis. História da Faculdade de Direito do Recife. Recife: Editora Universitária, 2012.

BEZERRA, Gregório. Memórias (1900- 1983). São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

BRANDAO, Octavio. Combates e batalhas. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1978, 1 vol.

CARONE, Edgard. As classes sociais e o movimento operário. São Paulo: Editora Ática, 1996.

CARONE, Edgard. O PC do B (1922-1943) v.1. 1ª Edição. São Paulo: Editora Bertrand, 1998.

CARONE, Edgard. O PC do B (1922-1943) v.1. 1ª Edição. São Paulo: Editora Bertrand, 1998.

CHILCOTE, Ronald. O Partido Comunista: conflito e integração (1922-1972). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CHILCOTE, Ronald H. Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 1979.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: Um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CORDEIRO, Cristiano. Escritos políticos de Cristiano Cordeiro In Memória e História, vol I. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

DEL ROIO, Marco. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940) in RIDENTI, Marcelo. REIS, Daniel Aarão (org). História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960, vol 5.. São Paulo: Editora Unicamp, 2007

DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Edaglit, São Paulo, 1962,

DULLES, John W. F. Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1930); tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

Francisco, José. O surgimento do Partido Comunista em Pernambuco e as lutas da classe operária. In Memória e História, vol 2. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1982.

GOLDMAN, Wendy. Mulher, estado e revolução (1917-1936). São Paulo: Editora Boitempo, Iskra Edições, 2014.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Vol 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antônio. Escritos políticos, vol I. São Paulo: Editora Record, 2004.

HOBSBAWM, Eric. Bandidos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. Os trabalhadores: estudo sobre a História do operariado. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

JUCÁ, Joselice. André Rebouças: Reforma e utopia nos cadernos do II império – quem possui a terra possui o homem. São Paulo: Construtora Noberto Odebrecht, 2001.

KAPLAN, Marcos. El Estado y la teoria política y constitucional em América Latina In El Estado en América Latina teoria y práctica. Universidad de las naciones unidas, 1990.

KAREPOVS, Dainis. A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930). São Paulo: Alameda, 2009.

KONDER, Leandro. A derrota da dialética: A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 1930. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p.109.

KOVAL, Boris. A grande revolução de outubro e a América Latina. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Sobre os sindicatos. São Paulo: Ciências humanas, 1979.

LOWY, Michael. O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 até os dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

MAC CORD, Marcelo. Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880. Tese de doutoramento.

MARTINS, Luis. O patriarca e o bacharel. São Paulo: Alameda, 2008

MARX, Karl. Engels, Friedrich. Sindicalismo. Tradução de José Roberto Marinho – São Paulo: CHED, 1980.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. São Paulo: Abril cultural, 1978.

MARX, Karl. Engels, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. A guerra civil na França. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2011.

Mintz, Sidney. O poder amargo do açúcar: Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife, Ed Universitária da UFPE, 2010.

MONIZ, Bandeira. O ano vermelho. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro. Ed Civilização, 1967.

Memória e História: vol 1. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982

Memória e História, vol 2. Cristiano Cordeiro: Documentos e ensaios. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

NASCIMENTO, Luiz do. História da Imprensa Pernambucana (1821-1954). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1966.

NETTLAU, Max. História da anarquia. São Paulo: Hedra, 2008.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936). Rio de Janeiro: Tese de doutorado, 2009.

PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1984.

PANNEKOEK, Anton. A organização dos conselhos. In PINHEIRO, Milton.

MARTORANO, Luciano C. Teoria e prática dos conselhos operários. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

PEREIRA, ASTROJILDO. Formação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) 1922/1928. Lisboa: Prelo, 1976.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Repressão e insurreição: 1922- 1935 (Comunistas, tenentes e violência do Estado. Universidade de São Paulo (tese). USP, 1987.

PRESTES, Anita. Os militares e a reação republicana: As origens do tenentismo. São Paulo: Editora Moderna, 1995.

REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. Aspectos do movimento operário em Pernambuco: 1914-1920. In Memória e História, vol 2. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1982.

SCHWARCZ, Lilia. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). Rio de Janeiro: Compainha das letras, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. Contribuição a História do PCB. São Paulo: Global, 1984.

SOUZA BARROS, Manoel. A década de 1920 em Pernambuco. Rio de Janeiro: 1972.

SPINDEL, Arnaldo. O Partido Comunista na gênese do populismo. São Paulo: Símbolo, 1980.

TAVARES, José Nilo. Marx, o socialismo e o Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa.: A árvore da Liberdade. Volume I Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.).As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Edunicamp, 2001. p. 271-272.

TRAGTENBERG, Maurício. A Revolução Russa. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

VINHAS, Moises. O Partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Modern World- System: Capitalist Agriculture and the Origins of the european world economy in the XVI century. New York: Academic Press, 1974.

Z Aidan Filho, Michel. Comunistas em céu aberto (1922-1929). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

Z Aidan Filho, Michel. O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929). São Paulo, Vértice, 1989.

Links da internet (eletrônicos):

Lei Adolfo Gordo: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html> > Acesso em 28/05/2016, às 12:42

Lei da imprensa: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>>. Acesso em 28/05/2016, às 14:22h.

MAC CORD, Marcelo. Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880. Tese de doutoramento. <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000436695>> Acesso em: 03/05/2016, às 13:10.

Greve de Caxias e Lafayette :A classe operária. <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=086569>>. Acesso em 21/05/2016, às 15:48.

MAKHNO, Nestor. A luta contra o Estado (outubro de 1925). <http://www.nestormakhno.info/portuguese/luta_estado.htm> Acesso em: 21/03/2016; 23:03h

CARONE, Edgard. A internacional comunista e as 21 condições <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=195:a-internacional-comunista-e-as-21-condicoes-por-edgard-carone&catid=2:artigos> Acesso em: 23/03/2016, às 14:23h

Sexto Congresso da Internacional Comunista <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses_comintern.htm> Acesso em 23/03/2016, às 22:51h.

Relatório da viagem de Antônio Bernardo Canellas à Europa, p.4. <
<https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/20819/txu-oclc-45870016.pdf?sequence=2&isAllowed=y> > Acesso em 26/03/2016, às 13:39h.

Resoluções do II congresso do PCB (1925).
 <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=119:resolucoes-do-2o-congresso-do-pcb-realizado-em-1925&catid=1:historia-do-pcb> Acesso em: 28/03/2016, às 20:35h.

CASTRO, Ricardo Figueiredo. Rodolfo Coutinho: o Comunista que falava alemão. Anais do XIV encontro. Rio de Janeiro, Anpuh, 2010. <http://www.academia.edu/827114/Rodolfo_Coutinho_o_comunista_que_falava_alem%C3%A3o_1901-1955_apontamentos_biograficos> Acesso em 02/04/2016, às 18:10h.

KAREPOVS, Dainis. A nação e a juventude comunista do Brasil.
 < http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20750_arquivo.pdf > Acesso em 20/04/2016, às 13:34h

O melhor educador da Rússia dos Soviets” A classe Operária ; 06/06/1925 <
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=086569&pagfis=&pesq=classe+operaria> > Acesso em 20/04/2016, às 14:07h.

A classe operária reivindica”. 1 de Maio : Edição do Comitê Nacional do Socorro Operário Internacional, 1 de maio de 1926. <
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=086569&pagfis=&pesq=classe+operaria>> Acesso em 20/04/2016, às 14:37h.

Material para estudo. 1 de maio: Edição do Comitê Nacional do Socorro Operário Internacional. 01/05/1926. <
<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=086569>> Acesso em 24/04/2016, às 15:55.